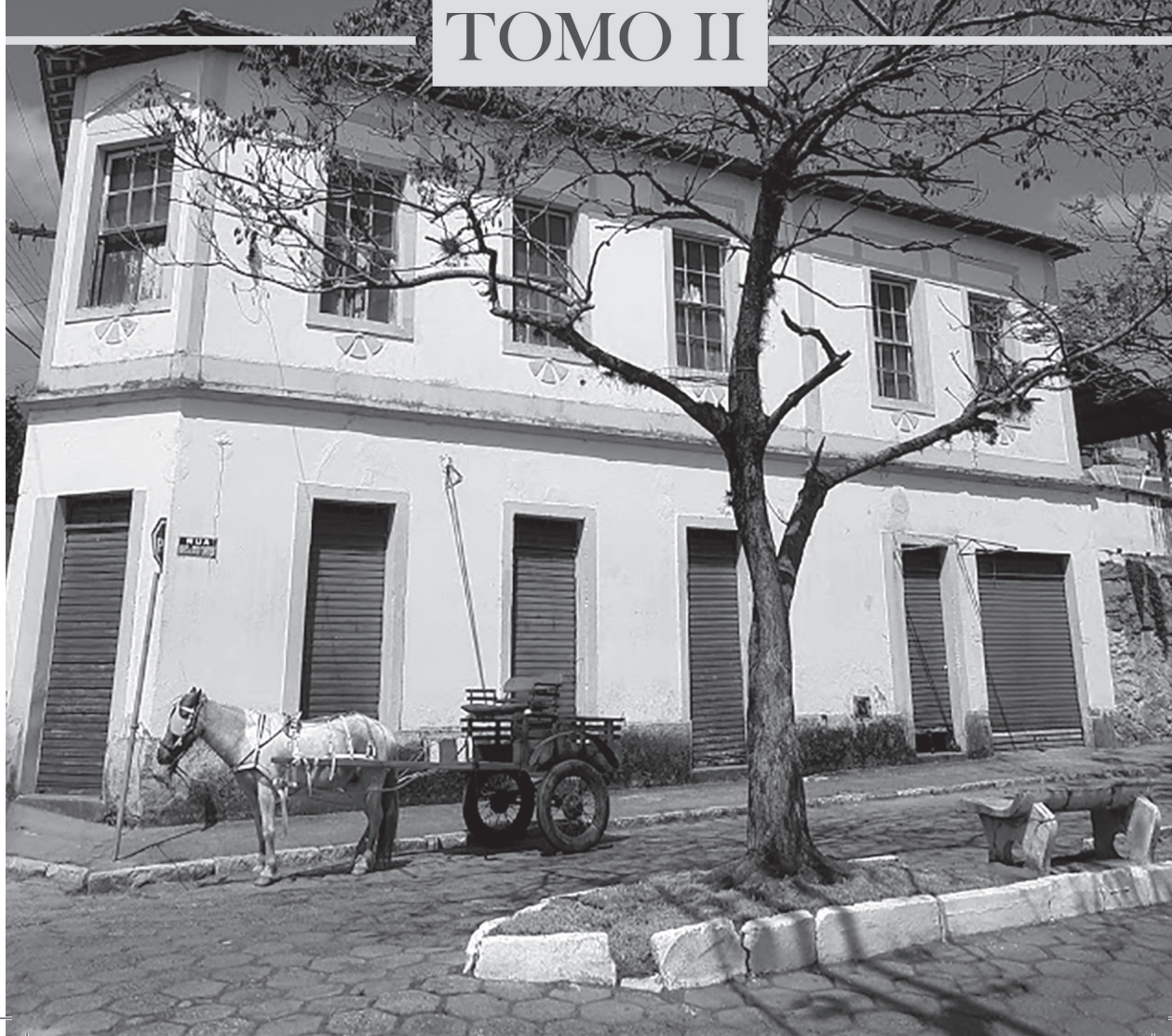


Memorial da Câmara Municipal de
Maria da Fé

TOMO II



SUMÁRIO

Ficha Técnica	05
Apresentação	07
Escola do Legislativo e Memorial	10
Segundo Período	15
Do Estado Novo à Constituição de 1946	31
Terceiro Período	57
As comunidades rurais no entorno.....	105
Os primórdios do Comércio e Indústria.....	163
Textos complementares.....	221
A História continua.....	264

A extraordinária força do livro (de memórias) está no fato de que não se trata de lembranças ou de saudades; o que importa não são os sentimentos de quem escreve, mas são eles, os mortos, com suas vidas, longas ou breves, que persistem nestas páginas, sem idealizações, numa grandeza feita de pequenos nada (Contardo Calligaris, Folha de S.Paulo - 18/05/2017, C6)

Legislatura 2017/2020

Presidentes

Henrique Cezar Bernardes (2019- 2020)

Rodrigo Guimarães Braga (2017- 2018)

Vereadores

Adolfo Cardoso Mendes

Antônio Ricardo Albino

Hélder Márcio de Campos

José Clênio Ribeiro Mendes

Jucemar Ribeiro Cardoso

Leonardo da Silva Carvalho

Maria Francisca Rodrigues Siqueira

Diretoria Jurídica

Ricardo Vitor Ribeiro

Diretoria Geral

Rita de Cássia Almeida

Diretoria Financeira

Karina Siqueira Antonio

Assessoria Legislativa

Samara Cristina Balbino

Realização: Câmara Municipal de Maria da Fé
Execução: Escola do Legislativo de Maria da Fé
Direção Editorial: Rita de Cássia Almeida
Pesquisadora/Historiadora: Maria Magda Ribeiro da Silva
Redação: Maria Magda Ribeiro da Silva
Revisão de texto: Bruna Machado Moraes
Projeto gráfico e diagramação: Jaime Sá Motta Augusto
Foto de capa: acervo de Maria Magda Ribeiro da Silva
Impressão: Gráfica Novo Mundo

1ª Edição
1.000 exemplares

Maria da Fé, dezembro de 2020.



APRESENTAÇÃO

Câmara Municipal de Maria da Fé - Tomo II é o segundo volume de uma coletânea histórica editada pelo Memorial da Câmara para a preservação e divulgação da história do Legislativo Mariense.

Seguindo as características do volume anterior, Câmara Municipal de Maria da Fé - Tomo I, este livro registra aspectos da evolução da sociedade mariense, ressaltando o trabalho dos administradores municipais no período compreendido entre 1946 e 1960, um dos mais prósperos para o município, mesmo com a ditadura do governo de Getúlio Vargas, que decretou o fechamento das câmaras municipais por quase vinte anos em todo o país.

Em linhas gerais, este Tomo fala do contexto político, econômico e social do período, relatando as dificuldades econômicas e financeiras dos munícipes, a administração dos primeiros prefeitos e a diversificada agroindústria mariense. Relata o trabalho conjunto dos poderes executivo e legislativo nas décadas de 30 e 40, trazendo um panorama da vida social e política dos marienses ao abordar temas como educação, cultura e religiosidade.

A publicação traz, ainda, fatos que comprovam que a vida política e econômica mariense continuou a produzir frutos graças a valorosas famílias compostas de filhos de imigrantes, sobretudo portugueses, italianos e japoneses que se estabeleceram por aqui e, com muito trabalho e sacrifício, souberam fazer de pequenos espaços, um grande progresso para nossa terra.

As primeiras histórias dessas famílias nasceram no campo, muitas das quais originárias da matriarca Maria da Fé. O capítulo “As comunidades rurais no entorno de Maria da Fé” retrata as famílias de vereadores, cujas raízes se encontram na população rural do nosso município. Relato que só foi possível com o estudo da pesquisa genealógica feita pelo mariense Elias Braga.

Além dos dados oficiais do acervo da própria Câmara Municipal e da genealogia estudada, foi fundamental para a edição deste volume his-

tórico a consulta ao acervo de fotografias e informações disponibilizadas por inúmeros marienses na rede social Facebook, através das postagens feitas pelos membros do Grupo “Maria da Fé Antiga – Histórias da cidade que amamos”, um dos mais ricos acervos históricos da cidade em razão do compartilhamento público de informações.

Dentre os marienses que colaboraram com expressivo volume de informações, destacamos Júlio César Guedes, idealizador do Grupo Público; Renato Siqueira, Emmanuel Peralta, Nelson Batista de Campos, e, em especial, a saudosa pesquisadora e professora Mari Léa Zaroni Campos, que faleceu durante a edição deste tomo e muito contribuiu com os projetos desta Câmara Municipal na atual Legislatura, principalmente nos trabalhos voltados para a história e a educação política.

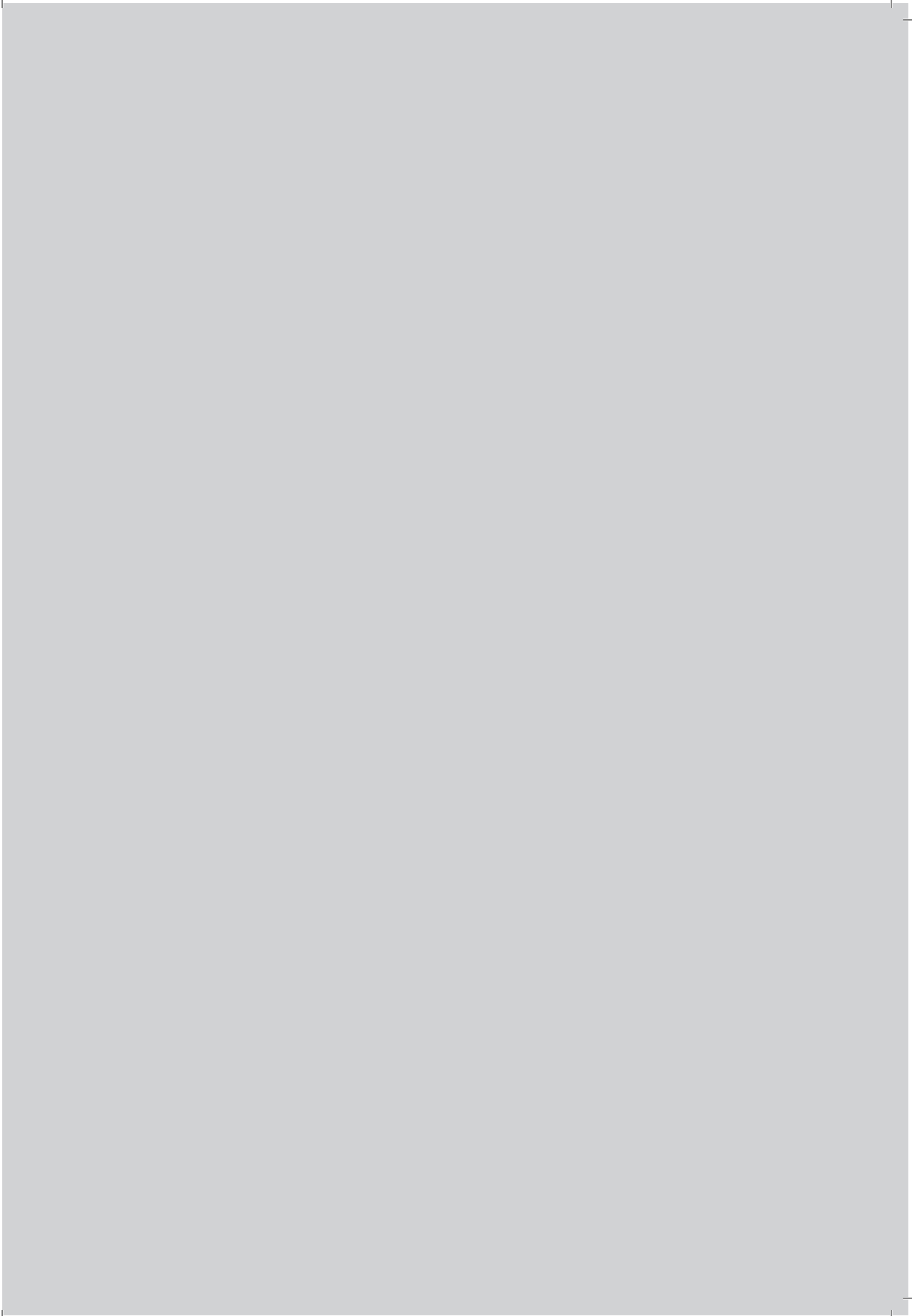
Acrescente-se às publicações os textos do professor, advogado, ex-vereador e ex-presidente da Câmara, Dr. Osvaldo Renó Campos, grande conhecedor dessas paragens relatadas nos jornais “Gazeta da Serra” e “O Mariense”, de Eugênio de Souza Cardoso, que complementam a história antiga de Maria da Fé. E também, reportagens dos jornais “O Município”, de Hermelino Gatto; “O Mariense”, de Antônio Aguiar e Ítalo Venturelli; “Novo Horizonte”, de Walter Santos de Alvarenga; e artigos de Armelino Guimarães, historiador itajubense.

Por fim, como no primeiro volume, este tomo apresenta informações extras como textos complementares que podem ampliar o entendimento do período aqui narrado.

O Memorial da Câmara apresenta, portanto, este novo volume de caráter expressamente histórico, com o intuito de proporcionar à comunidade elementos autênticos para um melhor conhecimento da história local, levando o leitor a uma reflexão crítica sobre a relação passado / presente.

Esta publicação mostra, sobretudo, que oportunizar a informação histórica do Poder Legislativo mariense aos estudantes, pesquisadores e público em geral continua sendo uma preocupação da Câmara Municipal de Maria da Fé.

Vereadores 2017/2020



ESCOLA DO LEGISLATIVO E MEMORIAL

Antes que o leitor entre em contato com o segundo volume desta coletânea histórica da Câmara Municipal de Maria da Fé, é necessário esclarecer a relação da Escola do Legislativo com o Memorial da Câmara.

A Escola do Legislativo foi criada pela Resolução 02/2017 com o papel constitucional de contribuir na formação e aperfeiçoamento profissional de agentes políticos e servidores públicos, bem como o desenvolvimento de ações que visem à aproximação da sociedade com o parlamento municipal.

Dos trabalhos da Escola do Legislativo para a sociedade destacamos o desenvolvimento de ações de educação para a cidadania; a oferta de acervo de publicações legislativas com um banco de informações e referências bibliográficas que tratam de assuntos atinentes à política e legislação brasileira; e a coordenação do Memorial da Câmara, com o desenvolvimento de projetos na área da história e memória política do município de Maria da Fé.

Embora tenha sido criado em 2013, foi somente com a criação da Escola do Legislativo, em 2017, que o Memorial da Câmara passou a ser trabalhado de forma a cumprir seu principal objetivo que é reunir, gerenciar, divulgar e preservar fatos da trajetória do legislativo mariense.

O Memorial da Câmara representa hoje um dos mais importantes acervos históricos do município de Maria da Fé, sendo talvez a maior fonte de pesquisa sobre a formação do município e o Poder Legislativo Municipal à disposição dos marienses. Seu acervo guarda referências à identidade, à ação e à memória não só dos legisladores como também de inúmeros cidadãos que tem seus nomes registrados na documentação oficial da Câmara, representando um elemento importante para a compreensão da identidade social e cultural dos cidadãos marienses.

Assim sendo, a Escola do Legislativo cuidou inicialmente de organizar todo o acervo documental da Câmara para, em seguida, cumprir com uma das principais atribuições impostas pela Resolução 150/2013 para o Memorial: a edição de livros, periódicos e publicações necessários à divulgação do acervo histórico da Câmara Municipal de Maria da Fé.

A edição deste livro representa, portanto, o cumprimento da le-

gislação. Fruto de meses de dedicação e trabalho, ele foi gerado e desenvolvido graças à contratação da pesquisadora mariense Maria Magda Ribeiro da Silva, que trabalhou incansavelmente para sua edição.

A obra apresenta um minucioso trabalho de pesquisa e de compilação documental tanto do acervo da Câmara como de genealogias, fotografias e informações disponibilizadas por inúmeros marienses em redes sociais, em especial através das postagens feitas na rede Facebook pelos membros do Grupo “Maria da Fé Antiga – Histórias da cidade que amamos”.

As fotografias divulgadas no Grupo e, principalmente, os comentários feitos pelos membros sobre cada postagem, enriqueceu o trabalho do Memorial da Câmara e possibilitou a divulgação dos principais fatos da História do Município, onde agentes políticos, servidores públicos e famílias marienses plantaram as sementes do progresso de nossa cidade.

Os fatos extraídos dos acervos da própria Câmara Municipal e dos relatos de cidadãos que vivenciaram o período em pauta, enriquecidos com as imagens cedidas pelos próprios marienses, por meio de doação ao Memorial ou por divulgação em redes sociais, comprovam que muitas experiências ocorreram e foram relevantes para o desenvolvimento do município. Conhecer o início desse processo de formação leva à modificação da visão e do discurso sobre a cidade de Maria da Fé no contexto atual.

Tive o privilégio de acompanhar a edição de cada página deste livro e posso afirmar ser impossível descrever o orgulho que senti ao desvendar cada feito da época narrada com a participação de homens e mulheres extremamente responsáveis com a construção de nossa cidade.

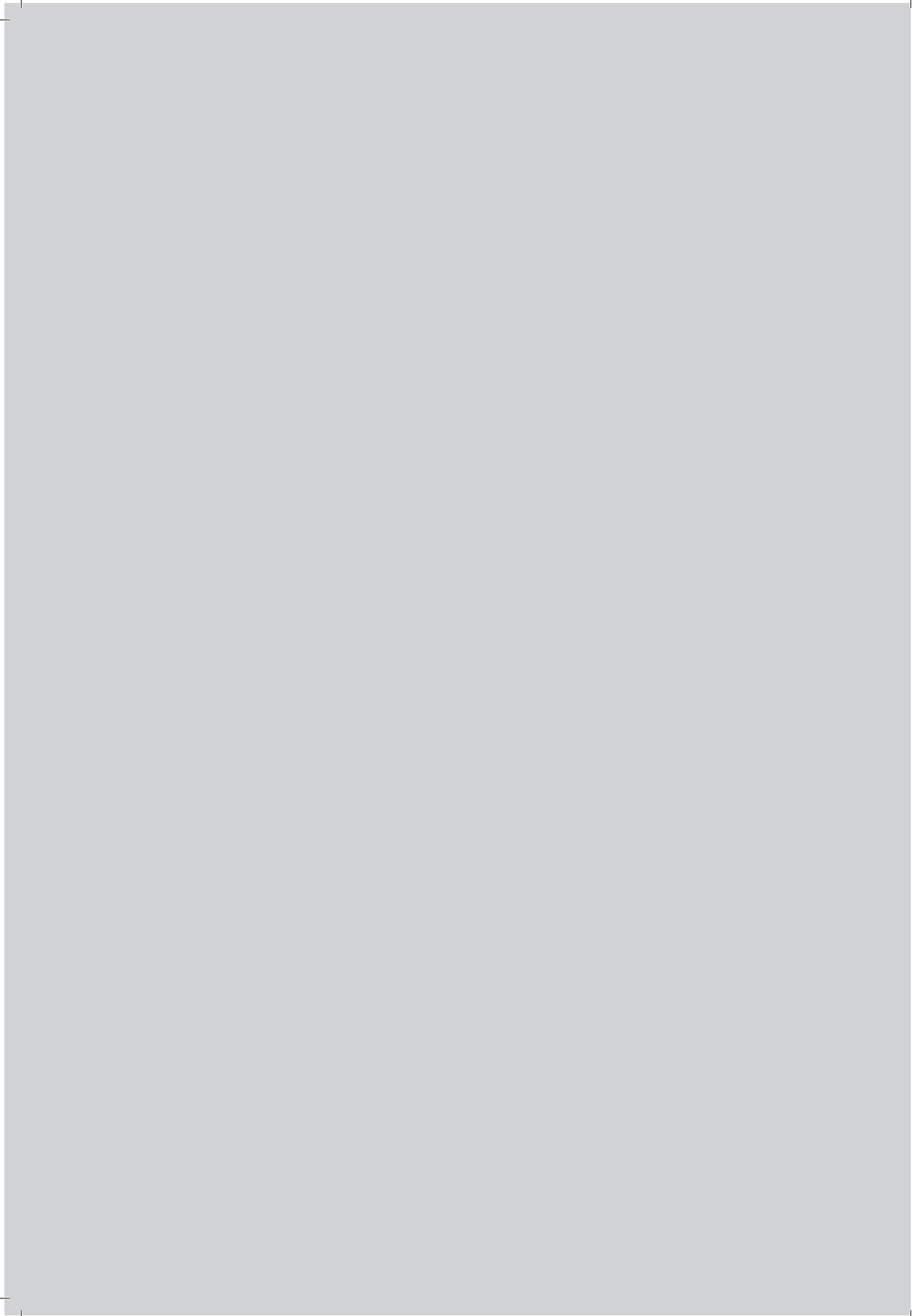
O empenho da historiadora, a colaboração da comunidade, bem como o apoio de todos os Vereadores que integram a atual Legislatura, permitiu a produção desta irresistível página da história de Maria da Fé.

Boa leitura e boas inspirações!

Rita de Cássia Almeida
Diretora da Escola do Legislativo de Maria da Fé
Diretora da Região Sudeste da Associação Brasileira
de Escolas do Legislativo e de Contas - ABEL







SEGUNDO PERÍODO DE VEREANÇA (1930-1946)

DA DITADURA DE GETÚLIO VARGAS
À PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1946

CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DO PERÍODO

E Em 1930, dias após se tornar o chefe do Segundo Governo Provisório da Nova República, com a deposição de Washington Luís e a vitória dos revolucionários, Getúlio Vargas, através de uma Lei Orgânica, dissolveu o Congresso Nacional, o Senado, a Câmara de Deputados e assembleias legislativas estaduais, além das câmaras municipais de todo o país - daí resultou grande centralização administrativa, com a nomeação de interventores federais nos estados e municípios.

O Prefeito ou Agente Executivo passou a ser nomeado pelo Estado e dispunha de poder total para legislar e administrar o Município, com a vantagem de não haver “vereadores para atrapalhar” (palavras de Getúlio). Foi o início de um período conturbado da História do Brasil, com profundas transformações políticas nos municípios. O Poder Legislativo, antes forte, foi relegado a segundo plano e as câmaras municipais fechadas conforme os termos do artigo 2º do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930.

Somente em 28 de maio de 1945, a Justiça Eleitoral conseguiu ser restaurada de fato, com a promulgação do Decreto nº 7.586 que dispôs sobre o alistamento eleitoral e as eleições. Na Constituição de 1946, revalidaram-se algumas prerrogativas instituídas pelas Constituições de 1824 e 1891, acrescidas das inovações da Constituição de 1934 e pela Carta de 1937¹. O Código Eleitoral Brasileiro instituiu a Justiça Eleitoral, o alistamento único em todo o território nacional, o voto feminino, a representação proporcional e o voto obrigatório, direto e secreto, excetuando os analfabetos. A Constituição de 1946 reafirmou também o caráter presidencialista, federalista e democrático do país e as atribuições da União, dos estados e dos municípios, sobretudo no que diz respeito à capacidade legislativa de cada uma das estâncias administrativas e à distribuição dos impostos. Mas, somente em 1947, foi assegurada a autonomia dos mu-

¹ Ver Textos Complementares no final deste volume.

nicípios, o que possibilitou às câmaras municipais referendar a escolha dos prefeitos. A partir daí, iniciou-se, também, o monopólio dos partidos políticos sobre as candidaturas.²

Em termos gerais, foi um tempo de contradições e mudanças no Brasil, com a decadência da política do café-com-leite e o início da luta por reivindicações do proletariado urbano, juntamente com os trabalhadores rurais. Segundo Fátima de Carvalho (2009)³, “Foi o início da consolidação de uma frente econômica baseada na indústria, que trazia consigo a ascensão de um novo grupo social (burguesia industrial) que viria determinar, futuramente, os rumos econômicos de nosso país”.

²VIANNA, Hélio. História do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1980. (*) Organização dos partidos no período de 1930 a 1960 no final deste volume, em Textos Complementares.

³CARVALHO, Fátima de. Década de 30 - O ano das incertezas, Disponível: <https://administradores.com.br/artigos/decada-de-30-os-anos-de-incertezas>.

O PERÍODO de 1930 A 1936

Em decorrência das transformações administrativas impostas pelo Presidente Getúlio Vargas, período que correspondeu à intervenção federal e à suspensão do legislativo nos municípios (1930-1936), não houve registro de atas na Câmara Municipal de Maria da Fé⁴.

Segundo cobertura do jornal “O Município”, que publicava as atas e os decretos do Executivo Municipal, um clima de incerteza política predominou entre a população mariense, com a suspensão dos direitos dos vereadores e a nomeação de um Conselho Consultivo, cujos membros deveriam ser escolhidos entre moradores do município, com reconhecida idoneidade moral. Sob o título de “A nova organização administrativa dos municípios”, o jornal acima citado, editou, no dia 30 de novembro de 1930, o Decreto Estadual nº. 9.768, de 24 de novembro, que entregava o Poder Executivo para um prefeito e suspendia o mandato dos vereadores:

[...] Dissolvidas todas as Câmaras municipais, foram as administrações transformadas em Prefeituras, devendo ser nomeado para cada município um prefeito, de imediata confiança do Presidente do Estado, que exercerá todas as funções legislativas e executivas, sujeitos os seus atos e resoluções ao controle do mesmo Presidente. Nenhum Prefeito poderá nomear parente seu para os cargos municipais, a não ser um, para cargo de confiança pessoal, e nem com os mesmos celebrará contratos administrativos sem concorrência pública aprovada pelo Governo do Estado. Os prefeitos são obrigados a manter um regime de completa publicidade de seus atos, sendo obrigatória a publicação dos balancetes mensais da receita e da despesa, e no fim de cada semestre a prestação de contas de sua administração ao Governo do Estado. Em cada Prefeitura será criado um Conselho Consultivo, com atribuições meramente informativas, competindo-lhe opinar sobre o relatório trimestral do Prefeito, dando razões em que se fundar para a aprovação ou impugnação desse relatório. [...] Compor-se-á esse Conselho Consultivo de cinco membros escolhidos entre moradores do município, de reconhecida idoneidade moral e intelectual, sendo três da livre escolha do Prefeito e os dois maiores contribuintes de impostos e taxas municipais (p.1, col.3-4).

⁴ Em vista desta circunstância, o período entre 1930 e 1936 se baseia nos decretos e leis expedidos pelo Prefeito Municipal e nos registros e acontecimentos publicados no Jornal “O Município”.



PALACIO DA PRESIDENCIA DO ESTADO DE MINAS-GERAIS

PELO GABINETE DO PRESIDENTE

O Presidente do Estado de Minas-Gerais, usando da atribuição que lhe confere o decreto federal n. 20.348, de 29 de agosto de 1931, e na forma do artigo 3.º, letra B, do mesmo decreto, resolve nomear o Sr. Antônio Krepp para membro do Conselho Consultivo do Município de Maria da Fé.

Palacio da Presidencia, em Belo-Horizonte, 4 de maço de 1932.

Magari Maciel

**Nomeação do Sr. Antônio Krepp para composição do Conselho Consultivo do Município de Maria da Fé e convocação do Prefeito Hermelino Gatto para os trabalhos na Prefeitura (04/03/1932).
Acervo: Mauro Krepp (filho de Antônio Krepp).**

Assim, em 12 de dezembro de 1930, Olegário Maciel, Governador do Estado de Minas Gerais, nomeou e empossou para exercer o cargo de primeiro Prefeito de Maria da Fé, o Sr. Hermelino Gatto, sendo que, no dia 30 do mesmo mês, foram indicados e nomeados os membros do Conselho Consultivo, a saber: Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz, José de Campos Sales, Joaquim Benedito de Paiva, Antônio Krepp e Victor Hugo Marchetti⁵. Nos anos seguintes, foram nomeados outros conselheiros como Lucas Evangelista Guedes, Domingos Tótora e João Antônio de Faria, revezando a composição do Conselho em cinco membros. Havia também o cargo de Secretário, que, nesse período, foi ocupado por Cândido Carneiro Pereira. Esse Conselho acompanhava e assinava todos os despachos do Agente Executivo sendo, em seguida, lavrada a ata oficial.

O Governo Provisório de Getúlio Vargas determinou ainda uma série de outras medidas que deveriam ser incrementadas por todos os municípios brasileiros, na tentativa de diminuir as dificuldades financeiras que assolavam o País. A maioria delas recaía no aumento dos impostos e na contenção das despesas públicas⁶. Foi criada uma Comissão de Revisão Administrativa em Minas Gerais para reduzir o número de municípios com baixa população e inexpressivo desenvolvimento econômico, retornando-os à condição de distrito.

Em reportagem do Jornal “O Município”, de 12/06/1932, Alfredo Gaspar Guimarães, substituto de Hermelino Gatto na redação do referido jornal, exaltava a aprovação do relatório que determinou as novas divisas de Maria da Fé, cujos limites foram ampliados e diversas sesmarias anexadas (que permaneceram até os dias atuais), numa clara demonstração de que o município mariense crescia em população.

Em 1932, tiveram início as primeiras modificações na representatividade da população no Governo, através do Decreto nº. 21.076, de 24

⁵ Segundo o redator do Jornal “O Município”, de Hermelino Gatto, a maioria dos conselheiros representava o partido da “Aliança Liberal”, contrário às ideias de Getúlio Vargas (Ver Textos Complementares no final deste volume).

⁶ Ver maiores informações do Governo de Getúlio Vargas nos Textos Complementares no final deste volume.

de fevereiro, que instituiu o Código Eleitoral Brasileiro e criou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), trazendo significativos avanços político-sociais à população brasileira, conforme palavras de Diogo Cysne⁷:

Se uma única característica notável deve ser escolhida desta Constituição (1934), ela seria o direito de voto secreto a todos os adultos, independente do sexo. Com isso, estabeleceu-se o voto feminino no Brasil, ainda que restrito a mulheres em exercício de cargos públicos remunerados (art. 109). Já com o voto secreto, a escolha de cada eleitor finalmente seria velada do público, impedindo, ao menos em tese, intimidações e manipulações eleitorais pelos candidatos da elite (coronelismo). Também foram derrubadas as restrições de caráter classista da Constituição anterior, como a proibição de voto por analfabetos ou mendigos.

Segundo Alves (1980)⁸, na verdade os homens, principalmente os grandes proprietários de terra, continuaram a conduzir as regras das eleições e muitos deles não permitiram o voto de suas esposas, sendo que algumas dessas mulheres achavam mesmo que a escolha dos governantes era função do sexo masculino.

A Constituição de 1934, além do sufrágio universal, restabeleceu a autonomia dos municípios, com o direito à cobrança de impostos, a eleição dos vereadores e a escolha do Prefeito, exceto na capital federal e nas estâncias hidrominerais, onde continuava a nomeação pelo governo federal. Em razão dessas determinações, a Câmara Municipal de Maria da Fé voltou a legislar (1936), mas com a instituição do Estado Novo por Getúlio Vargas, em 1937, novamente o legislativo foi destituído de seus poderes, só sendo reaberto com a promulgação da Constituição de 1946.

⁷CYSNE, Diogo. A Constituição de 1934. Disponível: <https://www.infoescola.com/direito/constitucao-de-1934/> Acesso em: 03/08/2018. Ver outras referências sobre o voto feminino nos Textos Complementares no final deste volume.

⁸ALVES, Branca Moreira. Ideologia e Feminismo: A luta pelo voto feminino no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANOTAÇÕES DE UMA ÉPOCA

ADMINISTRAÇÃO DO PRIMEIRO PREFEITO HERMELINO GATTO

(1930-1938)

A partir do Decreto Municipal n.2, de 12 de dezembro de 1930 e usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n.9.768, do Governo do Estado, o Prefeito Municipal Hermelino Gatto passou a expedir e assinar todos os atos do Governo Municipal. Mesmo com a falta de registro em atas nos livros da Câmara Municipal, no período de 1930 a 1936, é possível um levantamento das principais realizações do Prefeito Municipal e do Conselho Consultivo, através de leis, decretos e resoluções que foram promulgados e arquivados em livro próprio⁹ e das modificações na administração, que exigiram a reestruturação de cargos, salários e pessoal para os serviços municipais.

Das publicações mais relevantes, porque dizem respeito aos atos administrativos e à regulação econômica deste período, pode-se destacar o Decreto de 04/02/1931, alterando a arrecadação dos impostos, que passou a ser feita semestralmente, em 15/03 e 15/07 de cada Exercício e a prorrogação da anistia fiscal, dentro da campanha municipal de reequilíbrio financeiro e econômico de Minas Gerais e de melhoria dos índices de inadimplência. A criação de cargos na Prefeitura e a obrigatoriedade do uso de pesos - Quilo, seus múltiplos e submúltiplos - na venda ou troca de matérias secas também foram medidas para melhoria do comércio, por adotar a equivalência de valor e um justo equilíbrio nas vendas ao varejo.

AS DIFICULDADES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS DO PERÍODO

Apesar da depressão econômica provocada pela quebra da Bolsa de Nova York e dos conflitos políticos no Brasil do início da década de 1930¹⁰, o Prefeito Municipal Hermelino Gatto e o Conselho Consultivo

⁹ Legislação Municipal (Livro 1B), de 02/09/1929 a 30/03/1937. Acervo: Câmara Municipal. Atas das reuniões desse período foram publicadas também nos jornais locais, sobretudo, no Jornal "O Município".

¹⁰ Ver Textos Complementares no final deste volume.

conseguiram dar sequência a empreendimentos iniciados no governo anterior. A anistia fiscal diminuiu sobremaneira a arrecadação dos impostos, mas foi possível a conservação e abertura de estradas de rodagem e carroçáveis em alguns bairros municipais conforme a proporção da contribuição dos principais agricultores e pecuaristas locais, além da instalação de pequenas indústrias como veremos mais adiante.

A abertura de uma estrada ligando Maria da Fé aos municípios de Pedra Branca (Pedralva) e Santa Catarina (Olímpio Noronha) e a construção e o estabelecimento de normas para o funcionamento do Mercado Municipal (11/12/1931) em substituição ao prédio adaptado da Av. 30 de Agosto foram exemplos de iniciativas do Chefe do Executivo no início do seu governo.

Após um ano do Decreto de Getúlio Vargas, que suspendeu o mandato dos vereadores de Maria da Fé, Hermelino Gatto escreveu sobre seu trabalho ao Dr. Gustavo Capanema, Secretário do Interior:

[...] Minhas primeiras medidas foram a insistência na cobrança da dívida ativa, organização de um orçamento equilibrado, supressão de cargos vagos e outras providências tendentes a estabelecer despesas dentro do quadro de receita e cuidar da situação econômica municipal.¹¹ [...] Têm sido respeitados durante os meses decorridos todos os compromissos decorrentes de contratos existentes entre a municipalidade e os seguintes contratantes: Companhia Industrial Sul Mineira (fornecimento de força e luz); Companhia Telefônica Brasileira (Serviço telefônico); Governo do Estado (empréstimo de 120.000\$000); e José de Campos Sales e outros (construções de pontes por ordem e conta do Governo do Estado). [...] As estradas que bastante sofrem com temporais foram desimpedidas, ora com esforço próprio ora auxiliado pelos particulares, dos quais tenho recebido cooperação abnegada em diversas ocasiões. (O MUNICÍPIO, 26/07/31, p.2, Col.2)

No entanto, os empréstimos do Governo Estadual eram difíceis de se obter em vista da grave crise econômica e financeira que atingiu todos os municípios mineiros. As verbas estaduais demandavam uma

¹¹ Os vencimentos dos impostos devidos pelos contribuintes foram prorrogados, sem multa, até o final de 1932, visando desonerar muitos agricultores e pequenos comerciantes dos prejuízos provocados pela recessão econômica.

penosa viagem do prefeito a Belo Horizonte, de no mínimo, três dias. No entanto, o relatório do Sr. Arlindo Zaroni, apresentado ao Dr. Olegário Maciel, Governador do Estado de Minas Gerais, quando deixou a presidência da Câmara Municipal, evidenciava uma situação de normalidade econômica e política, mesmo com a ausência dos vereadores na representatividade do Governo Municipal. Como exemplo, cita-se o auxílio de 100\$000 mensais para cada uma das professoras rurais dos bairros São João e Posses, devido ao atraso da verba proveniente do Governo Estadual e outras iniciativas e realizações de vários comerciantes e industriais, que deram um certo equilíbrio financeiro ao município mariense.¹²

MEDIDAS PROFILÁTICAS E DE HIGIENE

Em decorrência do Decreto Federal n.16.300, de 31/12/1923, que tornava obrigatória a notificação da hanseníase e das principais doenças que acometiam a população brasileira nessa época, como febre amarela, cólera, tifo, varíola, alastrim, tuberculose, tracoma, leishmaniose e impaludismo, a Câmara dos Vereadores decretou a Lei nº 89, em 02/06/1930, com medidas de higienização e limpeza da Vila de Maria da Fé¹³. Exigia-se, principalmente, o tratamento dos doentes de mal de Hansen, obrigando-os a se afastar dos familiares sadios e a internação compulsória nos hospitais específicos para a doença (Leprosários). Esta internação deveria ser acompanhada por autoridade sanitária, não permitindo a saída do doente do município sem a prévia autorização do encarregado da Vigilância Sanitária. A transferência clandestina estava sujeita à multa e no caso de reincidência em abertura de inquérito.

Segundo notícias do Jornal “O Município”, o problema da Hanseníase, na época, era tão grave que, no ano seguinte ao decreto, foi organizado um Congresso na cidade de Varginha-MG, em busca de soluções aos municípios sul-mineiros que não possuíam um Hospital adequado para atender os doentes. Uma das iniciativas desse Congresso foi a criação do imposto pró-lazaro, com a finalidade de levantar recursos para

¹² O capítulo sobre “Os primórdios do comércio e da indústria mariense” dá mais detalhes sobre o assunto.

¹³ Ver cópia da Lei nº 89, de 02/06/1930, nos Textos Complementares, ao final deste volume.

edificar um leprosário na região. O Decreto n.34, de 20/12/1933, que orçou as despesas e a receita para o exercício de 1934, já previa a cobrança de uma taxa adicional nos impostos destinados a constituir a “Contribuição Pró-Lázarus”, para aplicação especial em benefício dos leprosários do Governo do Estado de Minas Gerais.

Iniciou-se também no município uma série de informações e campanhas nos jornais sobre as doenças mais comuns na infância, como cegueira infantil, disenteria, coqueluche, febre tifoide, sarampo, catapora, entre outras, e o combate às moscas e aos demais insetos, com o objetivo de diminuir a mortalidade infantil proveniente destas doenças e das condições de higiene em logradouros públicos e moradias.

A Lei n.33, de 09/01/1917, referente ao Matadouro e aos açougues do município, foi modificada e seguiu as instruções relativas a instalação, funcionamento e fiscalização, nos distritos sanitários, de estabelecimentos comerciais e industriais para comestíveis, a que se referia o artigo 577 do Regulamento de Saúde Pública (Decretos n.18 de 30/06/32 e 10.558, de 18/10/32). Esses decretos exigiam, entre outras medidas, a licença e o registro dos estabelecimentos para melhoria da higiene no abate de reses e no oferecimento da carne à população (o gado e outras criações só poderiam ser abatidas no Matadouro), além de proibir a criação de suínos no perímetro da vila. Na falta de meios para conservar os alimentos, a limpeza e a higiene dos ambientes eram extremamente necessárias.¹⁴

Em 10/01/1932, “O Município” publicava a notícia da inauguração do Mercado Municipal (Decreto n.15, de 11/12/1931, p.1, Col3), como medida para regular a venda de alimentos e o comércio de ambulantes:

Inaugura-se hoje o Mercado Municipal criado pela Prefeitura. Para o seu funcionamento foi adaptado o prédio da Av. 30 de agosto (atual Av. Sagrados Coações) junto da Coletoria Estadual. Segundo o regulamento, desde hoje é proibida a venda ambulante de todos os produtos relacionados na lei que o criou, nos dias de feira, sob pena de multa tanto ao vendedor como ao comprador.

¹⁴ Nos textos complementares, ao final deste volume, encontra-se a legislação municipal que normatizava todos os estabelecimentos municipais, quanto à higiene e acondicionamento dos produtos consumidos pela população mariense.

O PROBLEMA DA ÁGUA

A falta de água potável continuou a castigar a população mariense. Em nota publicada no jornal “O Município”, em seis de novembro de 1932, a Prefeitura solicitava paciência da população para os estudos do Dr. Louiz Soublens¹⁵, encarregado de fazer levantamento das nascentes do município, visando assegurar o dobro de abastecimento. Após ouvir o Conselho Consultivo, o Prefeito Municipal, Hermelino Gatto, sancionou o Decreto Municipal nº. 27, de 20/07/1933, contraindo um empréstimo de 60 mil réis com o Estado e investiu na captação de uma nova fonte d’água para o abastecimento da população. Também suspendeu alguns cargos criados em 1929, como os de secretário, almoxarife e de obras públicas, para diminuir os gastos com pessoal e reforçar o orçamento das obras públicas. Mesmo com a anistia fiscal, a cobrança sistemática e atualizada de novos impostos sobre a água desagradava boa parte da população da Vila de Maria da Fé.



Canalização da água da Fazenda Pomária para a caixa d’água da cidade (trabalho braçal dos funcionários municipais).

**“Durante muitos anos o Sr. José Eugenio Koch Torres (pai de Rogério Torres) cedeu as águas do manancial da Pomária para o abastecimento da Vila de Maria da Fé (N.R.)”.
Fotos e informações: Mari Léa Zaroni, em 08/04/2014, no Grupo Maria da Fé Antiga.**

¹⁵ Professor de Arquitetura, Paisagista e Diretor do Campo de Sementes.

A continuidade das iniciativas do governo anterior pelo Prefeito Hermelino Gatto foi fundamental para a melhoria da produção agrícola e industrial do município mariense, no início dos anos trinta. A abertura das fábricas de massas para doce (Irmãos Corrêa - Manoel Corrêa Cardoso e Luiz Corrêa Cardoso; e Doces Brasil, de Geraldo Bortoni), sabão, produção de batatas e fecularia (Antônio Peralta); de banha, de José Placidino Costa; de cerâmica e cigarrilhas, de Zaroni e Cia Ltda.; de sorvetes, de Oriovaldo Cruz & Ramos; e a instalação de uma nova fábrica de massa de frutas (Carlos de Brito & Cia) são exemplos das iniciativas particulares na agroindústria mariense¹⁶, nas décadas de trinta e quarenta, além de outros empreendimentos na lavoura de batatas, no fumo em folha e no plantio de diversas frutas. O jornal “O Município” notificava, com orgulho, na sua edição de 06/03/1932, a produção de nozes pelo Sr. Braz Maria Junho em seu sítio:

O nosso amigo Braz Maria Junho, que, em sua chácara, situada nesta vila, tem um belo pomar, além de marmelos, pêssegos, peras, etc., possui uma linda nogueira que há três anos começou a produzir. Cinco quilos de nozes foi a produção do primeiro ano, que sempre aumentando atingiu neste ano a 45 quilos, mais ou menos. É, inegavelmente, uma ótima produção, para uma árvore, levando-se em conta o preço das nozes atualmente. E os frutos obtidos são até melhores que os importados (p.4, Col.2).

Também deve ser mencionada a produção de bicho da seda e a exportação dos fios para a China. Por iniciativa do Engenheiro Agrônomo Mário Vilhena, Auxiliar-Técnico da Inspetoria Regional de Sericultura de Barbacena, foram distribuídas aos agricultores marienses e outras pessoas interessadas, mudas de amoreira com frete pago de Barbacena até a Rede Mineira de Viação, em Maria da Fé, além de óvulos de bicho da seda, livros, cartazes e instruções diretas do cultivo vindas do Ministério

¹⁶Veja maiores detalhes sobre as empresas no texto “Os primórdios do comércio e da indústria mariense”.

da Agricultura, mas a produção de fios de seda teve pouca duração, em virtude da inexperiência e do distanciamento dos técnicos que poderiam dar suporte aos novos empreendedores¹⁷.

A batata, no entanto, continuou a representar a grande produção agrícola de Maria da Fé, incentivada pela venda de adubos pela Prefeitura Municipal, a preço de custo, ao lado das culturas de cebola, alho e fumo, que também recebiam subsídios. Com a transferência do “Campo de Sementes” do Governo Federal para o Estado, pelo Decreto n.11.268, de 24/03/1934, assinado pelo Interventor Federal no Estado de Minas, Benedito Valadares Ribeiro, foi instalado, naquele local, o serviço de “Batata, Fruticultura e Apicultura”, juntamente com o “Serviço de Fumo”, dirigido pelo agrônomo Abelardo Sarmento. Dessa maneira, o Projeto “O Fomento da Cultura de Fumo para Folha”, do Sr. Arlindo Zaroni, dava bons resultados, mesmo após alguns anos, quando findou o contrato do empresário com a Secretaria Estadual de Agricultura.

Por essa época, a firma de Arlindo Zaroni & Cia Ltda, em franca expansão, propagava a abertura de novos empregos e a chance de curso gratuito no ensino das profissões de charuteiro e cigarreiro. Havia, inclusive, a possibilidade de jovens aprendizes considerados habilitados em um curso totalmente gratuito de executarem a produção de fumo em casa, até mesmo para aqueles que residiam em outras localidades.

Ao comparecer à Terceira Feira de Amostras de São Paulo, em 1934, a Manufatura de Fumos, Cigarros e Charutos “PUMA”, de Maria da Fé, recebeu o prêmio Medalha de Ouro e respectivo diploma pela qualidade de seus produtos (O MUNICÍPIO, nov/33 e março/34).

¹⁷ Em depoimento à redatora deste trabalho, a Sra. Wanda Gonçalves Ribeiro, nascida em 30/08/1923, relatou que seu pai, o Sr. José Gonçalves Sobrinho (Zequinha Cocada) possuía uma sericultura em sua residência, mas, depois de algum tempo, desistiu do empreendimento devido à fragilidade da produção da seda, que exigia muitos cuidados e investimentos. O lucro com a venda do produto não compensava o trabalho constante e intenso que envolvia toda a família.

INVESTIMENTOS NA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA E EM ESCOLAS

Ao findar o ano de 1933, o jornal “O Município” notificava os investimentos feitos pela Prefeitura Municipal na Rede Mineira Viação em comum acordo com os administradores da ferrovia, ou seja, a construção das duas plataformas (pátios) laterais ao prédio da estação, para embarque e desembarque dos passageiros e carga e descarga de volumes. Neste mesmo ano, merece destaque também o Decreto nº. 25, de 20 de junho, que criava as ruas Zeca Batista e João Gonçalves da Costa, com a seguinte justificativa:

Considerando os serviços prestados ao município pelos cidadãos José Batista da Silva Campos e João Gonçalves da Costa, este falecido; o primeiro emprestando a sua cooperação, tanto à criação do município como ao seu desenvolvimento e o segundo não só devotadamente assim procedendo, como também exercendo com dedicação e patriotismo o cargo de Presidente e Agente Executivo da Câmara Municipal, decreta: Art.1 - a travessa recentemente aberta entre as avenidas João Pinheiro e Franqueira, nesta vila, fica denominada Travessa Zeca Batista; Art.2 - a atual rua Paraná, desta vila, passa a denominar-se rua João Gonçalves da Costa; Art.3 - fica o prefeito municipal autorizado a adquirir as placas necessárias, pela verba Obras Públicas, fazendo-se na planta geral as alterações necessárias”. (O MUNICÍPIO, maio e junho de 1933, p.2, col. 2-3)

Outro decreto da Interventoria Federal, nº. 11.297, baixado em 19/04/1934, modificou as condições do custeio das escolas rurais, transferindo-as para as Prefeituras Municipais, correndo as despesas por conta da verba do Fundo Escolar, que outrora era distribuída pelo Estado. A manutenção das escolas pelo município agradou e muito o Executivo local, uma vez que facilitava a distribuição dos recursos destinados à educação. O Decreto nº. 26, de 20 de junho de 1933, criou duas escolas municipais rurais, uma no bairro da “Grotta” e outra na “Mata do Isidoro”, cujas matrículas deveriam ter, no mínimo, trinta alunos, além do restabelecimento das escolas rurais nos bairros São João e Posses.¹⁸

¹⁸ Esta e outras notícias sobre as escolas marienses serão apresentadas no próximo volume desta coletânea histórica.

A última edição do jornal “O Município”, datada de abril de 1934, pôs fim a uma fonte poderosa de notícias e informações sobre a administração mariense, suprimindo, em parte, a ausência das atas dos vereadores até o ano de 1947, quando recomeçaram os registros na Câmara Municipal. Em leitura minuciosa de leis, decretos e resoluções do Executivo mariense, de 1936 a 1939, nota-se uma grande disposição do Prefeito Hermelino Gatto em atender as reivindicações populares, mesmo sob impedimento da legislatura dos seus representantes legais – os vereadores.



Rua Benedito Valadares e Travessa Zeca Batista, em 1933. Acervo: Centro Cultural



SEGUNDO PERÍODO

(1936-1946)

DO ESTADO NOVO DE GETÚLIO VARGAS ATÉ A
PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1946

Por pouco tempo, a Câmara Municipal gozou a liberdade e o privilégio de conduzir a administração do município juntamente com o Prefeito. Em 1937, sustentado por setores sociais conservadores, de tendência fascista, Getúlio anunciou, pelo rádio, a “Nova Ordem” do País, outorgando a “polaca”, como ficou conhecida a Constituição de 1937, por trazer no seu bojo várias características consideradas antidemocráticas¹⁹. A nova Carta encerrou as atividades do legislativo, extinguiu a Justiça Eleitoral, aboliu os partidos políticos existentes, suspendeu as eleições livres e estabeleceu eleição indireta para Presidente da República com mandato de seis anos. As medidas administrativas do Poder Executivo, no período de 1936 a 1945, ficaram nas mãos de Getúlio, que nomeou interventores para os estados e municípios, visando, entre outros objetivos, à centralização do Poder Executivo e à diminuição da liberdade política dos Estados.

Um retrospecto do período, mostra que, em 1930, ao assumir o Governo Provisório, Getúlio Vargas descontentou a oligarquia cafeeira, principalmente do Estado de São Paulo, onde as elites reivindicavam a continuidade da política do café-com-leite e a governança do Brasil por um candidato indicado pelos paulistanos. A partir de 1931, as forças políticas e econômicas desse Estado passaram a lutar por uma nova Assembleia Constituinte para o país, novas eleições, pressionando Getúlio Vargas. Ao contrário de Minas Gerais, que apoiava o interventor Benedito Valadares, nomeado pelo governo federal, em dois anos, passaram pelo governo do Estado de São Paulo quatro interventores federais, sem que nenhum deles tivesse o apoio popular.

As mudanças políticas de Getúlio Vargas aumentaram o clima de hostilidade e, em 1932, os constitucionalistas, financiados pelos empresários paulistas, iniciaram uma Revolução²⁰, cujo principal objetivo foi destituir Getúlio do poder. Os revolucionários chegaram a reunir um

¹⁹ Mais informações sobre o Estado Novo (1937-1945) e as determinações da Constituição de 1934 e 1937 nos Textos Complementares, ao final deste volume.

²⁰ Ver detalhes da Revolução Constitucionalista de 1932 nos Textos Complementares, ao final deste volume

exército considerável, mas foram derrotados ao final de três meses. A repressão foi severa e cerca de 77 brasileiros foram exilados em Portugal, dentre eles Theodomiro Carneiro Santiago, que se uniu aos revoltosos, tornando-se desafeto de Getúlio Vargas²¹.

Por pressão popular, Getúlio Vargas promulgou a Constituição de 1934 e teve início um período democrático nos municípios brasileiros, de curta duração (1936-1937), com a eleição dos vereadores e do prefeito municipal. Como visto, em 1937, Getúlio outorgou uma nova Constituição e governou até 1945 (Estado Novo), quando sofreria um golpe de Estado articulado pelo Exército e parte das forças conservadoras brasileiras.



Foto de Cesarino Batista Campos (Posses) enviada para sua noiva Miquita, quando estava no Exército em Itajubá (1932). Publicação de Júlio Cesar Guedes no Grupo Maria da Fé Antiga. Comentários de Ariele Campos: "É uma história muito bonita! Durante o tempo que ele estava no Exército mandava cartões à minha bisavó. Depois, quando eles se casaram, ele fez um mural com todos eles". "Cesarino era irmão do vereador Zé Tio, casado com "Miquita", filha de Joaquim Novato. Era exímio pedreiro e carpinteiro e junto com seus cinco filhos homens, todos pedreiros, construíram a Igreja do Bairro da Reserva".

²¹ GUIMARÃES, Armelino. Theodomiro Carneiro Santiago, Editora: N.D, 1999.

1ª CÂMARA MUNICIPAL DA NOVA REPÚBLICA

(de 01/08/1936 a 12/11/1937)

A composição da Câmara Municipal de Maria da Fé, em 1936, foi organizada em dois turnos. No primeiro, através de edital, os vereadores diplomados à Câmara se reuniram no Paço Municipal para votação. No segundo turno, em 08/08/1936, o presidente da Mesa Provisória, escolhido para esse fim, verificou a autenticidade dos diplomas e procedeu ao juramento e à posse dos vereadores eleitos e a escolha dentre seus pares, dos diversos cargos da 1ª Câmara Municipal da Nova República a saber: Presidente da Câmara: Lauro Pinho Zaroni, 1º Secretário: Alfredo Gaspar Guimarães, 2º Secretário: Domingos Tótora, Secretário Amanuense: Avelino Martins, além dos vereadores: João Carneiro Junho, José Henrique de Souza, José de Campos Salles, Manoel Corrêa Cardoso. Conforme o Regimento Interno da Câmara não havia o cargo de vice-presidente e, na falta do Chefe do Legislativo, este seria substituído pelo 1º secretário.

Depois da eleição e posse da 1ª Câmara dos Vereadores na Nova República, procedeu-se a votação do Prefeito, sendo escolhido o Sr. Hermelino Gatto. O Prefeito Municipal era o único que recebia subsídios pelo seu trabalho, enquanto o exercício da vereança era voluntário.

Na primeira reunião ordinária da Câmara, o Regimento Interno determinou também a eleição de cinco comissões permanentes, compostas cada uma por três membros: Executiva; Finanças e Leis; Instrução e Saúde Pública; Obras Públicas; e Agricultura, Indústria e Comércio, conforme os assuntos pertinentes, no entanto, poderiam ser nomeadas comissões temporárias ou especiais, que, após atingirem a finalidade da sua organização, deveriam ser extintas. As demais funções da Câmara eram semelhantes às atuais, sendo o Presidente o regulador dos seus trabalhos e o fiscal de ordem, nos termos do Regimento.



Lauro Pinho Zaroni – Presidente da Câmara de 1936 a 1937

PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO: UM TRABALHO CONJUNTO

O sentimento de união e de responsabilidade para com a coisa pública predominou nos anos que seguiram ao estabelecimento da primeira Câmara Municipal da Nova República (1936-1937). Preocupados com a grave crise econômica que assolava o Brasil à época, os vereadores e o Prefeito Hermelino Gatto iniciaram uma série de medidas para proteger e estimular a produção agrícola e o desenvolvimento do município. Entre elas, pode-se destacar:

a) *Pela Lei n.1, de 09 de setembro de 1936, a Câmara autorizou o Poder Executivo a firmar contratos com os governos Federal e Estadual e abrir créditos para combater as pragas agrícolas e a importação de sementes de batata, que deveriam ser distribuídas aos agricultores locais, a preço de custo. Os contratos seriam regulamentados e acompanhados por um agrônomo, que ficaria responsável pelas transações entre as partes.*

b) *Em janeiro de 1937, a Câmara Municipal decretou e o Prefeito sancionou a Lei n.º10, sobre isenções do cancelamento de diversas dívidas ativas de pessoas em falência de bens ou que se mudaram para outras localidades e não deixaram endereço. Dois meses depois, foi prorrogado o prazo para pagamento de impostos e a concessão de desconto de 10% para os negociantes e pequenos industriais que pagassem seus impostos em dia.*

c) *Incentivo e auxílio de 50\$000 da Câmara Municipal ao professor na instalação e manutenção de uma escola rural, primária, mista e gratuita no bairro “Divisa” e outra escola primária, noturna, masculina, para adultos, no Clube Operário de Maria da Fé.*

d) *Isenção de impostos da parte que cabia ao Município, referentes à instalação de indústrias e fábricas de massas de frutas para doces, além de incentivo para a construção de usina hidrelétrica, visando melhoria na iluminação pública de Maria da Fé.*

e) *Construção de duas importantes estradas de rodagem, uma ligando Maria da Fé aos bairros de Pintos Negreiros e Rio Manso, edificando uma ponte sobre o Rio Lourenço Velho, e o término de outra entre Maria da Fé-Estiva-Pedra Branca (Pedralva).*

f) *Exame médico periódico para as crianças do ensino elementar e assistência médica aos mais pobres.*



Rua Arlindo Zaroni – recebeu este nome em homenagem ao Vereador e Ex-Presidente da Câmara, por todas as suas realizações no Município. Acervo: Grupo Maria da Fé Antiga.

Também em 1936, a Câmara Municipal registrou nota de pesar pelo falecimento do Sr. Theodomiro Carneiro Santiago, benemérito de Itajubá, onde fundou o Instituto Dom Bosco (Prédio hoje transformado em Escola Estadual Wenceslau Braz) e o “Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá”, que mais tarde viria a ser a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI²³.

Um ano depois, em 22 de abril, com apenas 53 anos de idade, falecia o Padre Lauro de Castro, grande idealizador da Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes, para a qual trabalhou, arrecadando fundos em quermesses, organização de teatros, leilões e festas nos bairros. Dedicou-se também à formação religiosa das famílias marienses e à promoção da catequese na paróquia. Foi sepultado em Santa Rita do Sapucaí-MG, sua terra natal²⁴.

²³ Mais detalhes da biografia de Theodomiro Carneiro Santiago: O Guia de Itajubá (www.oguiadeitajuba.com.br)

²⁴ Revista do Centenário da Paróquia de Maria da Fé e Jornal “O Município”.

Apesar de ser um período de grande repressão e centralização política, o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), possibilitou uma série de avanços na legislação trabalhista e no desenvolvimento de várias indústrias no Brasil. Através do rádio, do cinema e dos principais jornais do país, Getúlio desenvolveu uma propaganda maciça do seu governo, censurando partidos e perseguindo opositores e inimigos políticos, que dizia ser do Partido Comunista. Usou a imprensa e a propaganda para firmar sua popularidade e concentrar seu poder. Por pressão social, nos últimos anos de seu governo, criou a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 1943, garantindo vários direitos aos trabalhadores. A criação da Justiça do Trabalho deu origem a numerosos procedimentos trabalhistas que usamos até hoje, como a carteira de trabalho, o salário mínimo, o descanso semanal remunerado, a jornada de trabalho de oito horas e a regulamentação do trabalho feminino e de menores de idade. Também substituiu os “réis” por uma nova moeda: o Cruzeiro.

A principal consequência dessas medidas foi o crescimento da popularidade de Getúlio, principalmente entre a classe operária, que se refletiu na denominação de diversos logradouros brasileiros com seu nome²⁵. Em Maria da Fé, pelo Decreto-lei nº.18, de 8/11/1938, a praça “Tiradentes” ou “da Estação” passou a denominar-se “Getúlio Vargas”, em homenagem ao Presidente da República, assim como a Rua da Bahia recebeu a denominação do Governador de Minas Gerais à época, Benedito Valadares, seu grande aliado.

Mediante a ameaça da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e o aumento da demanda por dados estatísticos relevantes para a Segurança Nacional, Getúlio promoveu, em todo o país, a Campanha dos Mapas Municipais e a fundação da Agência Municipal de Geografia e Estatística, filiada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com o objetivo de “colher, criticar e retificar todas as informações de que o Departamento Geral de Estatística do Estado tiver necessidade para proceder ao estudo quantitativo dos fatos gerais, físico, políticos, demográficos, administrati-

²⁵ Outras informações nos Textos Complementares, ao final deste volume.

vos, econômicos, sociais, culturais e morais ocorridos no território do município” (Decreto-lei nº.8, de 31/03/1938, assinado pelo então Prefeito nomeado, Hermelino Gatto). A coleta desses dados levaria, em atos subsequentes, a atualização da Carta Geográfica e a Nova Divisão Regional do Brasil.

O Registro Civil, os casamentos, nascimentos e óbitos passaram a ser informados através de um Censo minucioso, cujos dados permitiram o levantamento da situação econômica e educacional do município e o mapeamento do perímetro urbano e das áreas rurais. Criou-se o Diretório Municipal de Geografia, articulado com o IBGE, do qual, em Maria da Fé, participavam as principais autoridades à época: “como presidente, o Prefeito Municipal; como secretário e suplente do Presidente, o Coletor Estadual; como membros, o secretário e o tesoureiro da prefeitura; o diretor do “Campo de Sementes de Maria da Fé”; o diretor do Grupo Escolar Arlindo Zaroni; o Coletor Federal; e os tabeliões e escrivães do registro civil” (Art. 2º, do Decreto-Lei nº.10, de 23/06/1938).

Ao analisar os orçamentos municipais desse período, vê-se que os prefeitos se preocuparam em aplicar a receita proveniente em sua maioria do recebimento de impostos, em serviços essenciais ao município e no bem estar dos munícipes, como a melhoria da iluminação pública e maior cobertura da comunicação por telefone e telégrafo (1939), assim como a conservação de estradas e pontes, como veremos mais adiante.



HERMELINO GATTO
(10/12/1930 a 30/01/1939)



**ALFREDO GASPAR
GUIMARÃES**
(31/01/1939 a 13/11/1939)



JOSÉ ZARONI
(14/11/1939 a 20/06/1946)

Os prefeitos de Maria da Fé, nomeados durante o Estado Novo (1937-1945), foram: Hermelino Gatto (01/08/1936 a 29/01/1939); Alfredo Gaspar Guimarães (31/01/1939 a 13/11/1939); José Zaroni (14/11/1939 a 20/06/1945). Em 1945, com a deposição de Getúlio Vargas²⁶ e a promulgação da Constituição de 1946, o Brasil pode escolher seus governantes através do voto secreto e a Câmara dos Vereadores foi reaberta.

Em 1937, na gestão de Hermelino Gatto (1936-1939) e seguindo o regulamento de uma censura prévia, foi instalado o Serviço de Propaganda Municipal em Maria da Fé, com a finalidade de garantir a comunicação entre o Governo e a população²⁷. Outras medidas foram tomadas como a compra de uma bomba d'água pela Prefeitura para ampliação e abastecimento dos serviços nesse setor e de terrenos pertencentes a D. Maria Mendes para ampliação da escola (pátio e quintal) no Bairro da Grota. Um crédito especial foi aberto para a melhoria do serviço de iluminação e fornecimento de energia do município, propondo a construção de usina geradora, linhas de transmissão e rede de distribuição aos interessados na execução da obra, respeitados o Código de Águas e outras condições inerentes à concorrência. Outras medidas estavam ligadas à cobrança de impostos, cada vez mais necessários para a realização das benesses à população.

No governo do Prefeito Hermelino Gatto, foi criada a Agência Municipal de Estatística em Maria da Fé (31/08/1938), que, como visto, tinha o objetivo de fornecer dados para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, recém criado por Getúlio Vargas, e compor o Atlas Corográfico Municipal do Estado e determinar as áreas urbanas e suburbanas da cidade. Nesse mesmo ano, pela Lei nº.14, foram determinados os locais para cemitérios municipais e estabelecida uma regulamentação específica²⁸.

²⁶ Outras informações nos Textos Complementares, ao final deste volume.

²⁷ Segundo Luiz André Ferreira de Oliveira, da FGV, "O rádio foi testemunha e agente de praticamente todas as ações governamentais de Getúlio entre 1930 e 1945. Grandes momentos históricos desta fase foram anunciados através dele, destacando o mais importante, o Golpe de 37. Os pronunciamentos do Presidente Vargas eram veiculados principalmente na Hora do Brasil (p.10).

²⁸ Ver mais detalhes sobre o Cemitério Municipal nos Textos Complementares, ao final deste volume.



Ao centro da mesa, de terno mais escuro, Alfredo Gaspar Guimarães. As reuniões da Câmara eram realizadas na Prefeitura e no Clube Recreativo Mariense, às vezes, no Clube Operário (N.R.). "A foto sobre a mesa é do Arlindo Zaroni. Deveria ser alguma reunião em homenagem a ele." (por Nilton Gonçalves de Almeida). Foto postada por Nelson Batista de Campos no Grupo Maria da Fé Antiga.

Faz parte desse período, também, a criação de Biblioteca Pública Municipal (31/08/1940), pelo Prefeito José Zaroni. Em 1929, segundo o Código de Posturas Municipais, Rua Arlindo Zaroni, Avenida Franqueira e Wenceslau Braz se tornaram mais largas e padronizadas, com a construção de meios-fios nos logradouros públicos. Rua Mato Grosso e Rua Mantiqueira passaram a se denominar, respectivamente, Rua Marechal Deodoro e Rua Floriano Peixoto, em celebração aos 50 anos da Proclamação da República. Em outras vias, o Prefeito determinou o cumprimento do art. 75 do Código de Posturas, que obrigava os proprietários a fecharem seus terrenos com muros ou cercas vivas de cipreste, estabelecendo taxas de calçamento e conservação.

Em 1943, na tentativa de ampliar o abastecimento de água na cidade, o Prefeito José Zaroni declarou de utilidade pública e desapropriou o terreno de José Sebastião de Souza, situado no bairro Fazendinha, para captação de manancial ali existente. Nesse mesmo ano, deu entrada uma

nova regulamentação do funcionamento de estabelecimentos industriais e comerciais do município, de acordo com as normas trabalhistas recém promulgadas por Getúlio, a CLT- Consolidação das Leis do Trabalho. No ano seguinte, um terreno pertencente à viúva de Braz Maria Junho, situado à Rua João Gonçalves da Costa, foi desapropriado para retificação da via, assim como um outro terreno pertencente a Francisco Masayoshi, situado à Rua Marechal Teodoro, para construção do cemitério municipal.

Em 1946, os funcionários municipais foram inscritos no Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), com contribuição mensal obrigatória para a aposentadoria. De modo geral, todos os prefeitos desse período se preocuparam com a assistência social aos mais necessitados, destinando verbas e subvenções aos Lázarus, à Assistência Médica e à Caixa Escolar “João Pinheiro” (G. E. Arlindo Zaroni), ao Asilo São Vicente de Paulo e outros movimentos filantrópicos.



Vista parcial de Maria da Fé, na década de 40. Acervo: Grupo Maria da Fé Antiga.

AUTORIDADES E PARTICIPANTES DA VIDA SOCIAL
E POLÍTICA DE MARIA DA FÉ - DÉCADA DE 30 E 40



Cônego Aristides (2º à frente e à esquerda) e principais destaques da sociedade mariense na década de 40: Manoel Vilela, José Zaroni, Alfredo Gaspar Guimarães, José Vilela Viana, Coronel Silvestre Ferraz, Francisco Teodoro da Costa, José Rezende Vilela, Franqueira, Humberto Consoli, Ítalo Venturelli, Antônio Peralta, Lauro Zaroni, Vicente Marchetti e algumas senhoras (Fonte: ZARONI, M. e CAMPOS, O. Renó. Revista Centenário Paróquia de Maria da Fé, História e Memória Coletiva, Vol.1, 1983, p.23).

Vereadores na antiga sede da Prefeitura Municipal de Maria da Fé, década de 40. Acervo: Grupo Maria da Fé Antiga.





A praça do “lenço francês”, recém inaugurada, anos 40, com a escadaria e o adro da Igreja Matriz em destaque. Foi construída pelo Prefeito José Zaroni, que governou até 1945. Acervo de Judite Pontes no Grupo Maria da Fé Antiga. “Notem as roupas características daquela época: vestidos com saias abaixo dos joelhos e os homens de ternos e gravata”. Por Mari Léa Zaroni.

Construção de rede de esgotos na Praça Getúlio Vargas e Rua Arlindo Zaroni – final da década de 40. Acervo: Centro Cultural de Maria da Fé.



ANOTAÇÕES DE UMA ÉPOCA

EDUCAÇÃO, CULTURA E RELIGIOSIDADE

A Revista Centenário de Maria da Fé (1983, p.31)²⁹ descreve os anos de 1930-1940 como um período de grande investimento cultural da sociedade mariense, o que possibilitou a aplicação de recursos no término da Igreja Matriz. Em 1939, a Praça Nossa Senhora de Lourdes foi remodelada pelo Prefeito José Zaroni, que construiu o jardim cujo desenho, segundo os autores da revista, foi inspirado em um lenço trazido da Bélgica. No ano seguinte, procedeu-se a pintura interna da igreja pelos irmãos Pedro e Ulderico Gentili, transformando a Matriz católica no exuberante patrimônio que é hoje³⁰.

Sabe-se, pelos registros da Prefeitura, que, na nova fase administrativa de Maria da Fé, a educação continuou a ocupar lugar prioritário. A partir da elaboração do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, em 1938, o acesso aos cargos públicos só pode ser feito por concurso, com a determinação dos direitos e deveres dos funcionários, assim como suas principais funções e salários a serem reajustados periodicamente (Decreto Lei nº.13, de 31/10/1938). Houve também a contratação de professoras para as Escolas do São João (2), Posses, Mata do Izidoro, Grota (1939), três escolas rurais nos Pintos Negreiros, que pertenciam à prefeitura de Silvestre Ferraz (Carmo de Minas) e foram encampadas pela prefeitura de Maria da Fé, sendo uma na Fazenda dos Coli, outra na Fazenda dos Caetanos, e a terceira a dos Pintos Negreiros. No entanto, o cargo de professora, no funcionalismo municipal, somente seria criado em 1943, quando doze professoras foram registradas para lecionar no ensino rural. Naquele mesmo ano, acrescentou-se ao Estatuto, o abono por filho menor de 18 anos e adicional à funcionária viúva ou de marido inválido. O Grupo Escolar Arlindo Zaroni continuava sob a jurisdição Estadual.

²⁹ ZARONI, Mari Léa; CAMPOS, Osvaldo Renó. Revista Centenário de Maria da Fé, 1983.

³⁰ Histórico da pintura da Igreja Matriz disponível na Revista do Centenário da Paróquia de Maria da Fé, p.26-27.

1º Corpo Docente da Escola Arlindo Zaroni



Da esquerda para direita

- 1 - D. Iracema Arantes Paiva*
- 2 - D. Leonor Lomônaco Ferreira*
- 3 - D. Genoveva Villela*
- 4 - D. Maria José Sales*
- 5 - D. Maria Lomônaco Ferreira*
(D. Marocas)

1º CORPO DOCENTE DA ESCOLA ARLINDO ZARONI (1929)

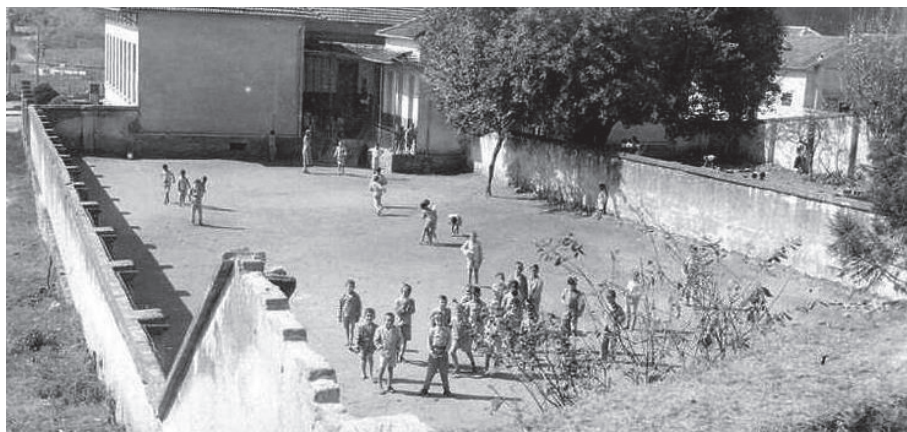
“O governo exigiu pelo menos uma professora formada para iniciar as aulas na escola. Sra. Zezé Sales, que já havia adquirido seu diploma, possibilitou que a escola começasse suas atividades”. Foto e depoimento de Maria Rita Sales Marchetti no Grupo Maria da Fé Antiga.

Nas décadas de 30 e 40, as famílias marienses se concentravam no campo e as crianças estudavam nas escolas rurais, em classes mistas e multisseriadas, que ofereciam a formação primária até a 3ª série. Aprendiam a ler, escrever, contar e alguns conhecimentos gerais de Geografia, História e Ciências. No campo, geralmente, esses conteúdos eram considerados suficientes para a criança, sobretudo do sexo masculino, para ajudar em casa ou nos serviços da lavoura e pecuária e, mais tarde, seguir quase sempre a profissão do pai. Para conclusão do ensino primário, no entanto, o aluno deveria frequentar, na cidade, a quarta série no Grupo Escolar Arlindo Zaroni e se submeter aos exames estaduais aplicados por inspetor e professores indicados. Ao ser aprovado, o jovem poderia optar pelo curso secundário (antigo ginásial), não sem antes passar pelos exames de admissão, que eram rigorosos, pois visavam fazer uma seleção dos “melhores alunos”³¹.

³¹Veja mais informações sobre a educação nas décadas de 40 a 50, nos governos municipais seguintes.

Em nossa região, o rapaz que quisesse seguir seus estudos poderia ingressar nos internatos de padres missionários, como o Colégio São José, de Pouso Alegre, e em cidades próximas como Lorena (SP), Paraguaçu (MG) e outras. Eram escolas favorecidas pela administração de congregações religiosas estrangeiras, que atuavam no Brasil com ajuda dos seus países de origem e facilitavam o acesso dos adolescentes aos níveis secundário e médio, condicionando a ajuda de custo ao ingresso dos jovens na vida religiosa da congregação. Os cursos técnicos e de nível superior pertencentes ao Estado ou particulares eram poucos e se localizavam em centros urbanos maiores, quase sempre distantes das fazendas e sítios do interior. Em vista dessas condições, somente as famílias mais abastadas podiam pagar o estudo de seus filhos nos internatos.

As mesmas regras se aplicavam às mulheres, em número bem menor que os homens. Elas estudavam nos colégios religiosos, administrados pelas “irmãs de caridade”, como os de Itajubá, Pouso Alegre, Passa Quatro e Itanhandu. À época, as moças que conseguiam seus certificados escolhiam ser professoras e eram designadas para dar aula no Grupo Escolar Arlindo Zaroni. Como eram poucas aquelas que conseguiam certificação, a maioria das professoras nas escolas rurais era leiga. Muitas delas se casavam ainda jovens, com parentes ou conhecidos próximos da família. A emancipação feminina³², na década de 30, levou algumas



³²Mais sobre emancipação feminina (Voto Feminino) em Textos Complementares, no final deste volume.

mulheres a se aventurarem em cursos na Capital ou cidades maiores, para ocupar os cargos mais elevados no ensino. Como exemplos, em Maria da Fé, encontramos os nomes de Zezé Sales, Luzia Tótora, Dalila, Marocas, Cacilda e Laís Peralta, tendo estas últimas se tornado diretoras do Grupo Escolar Arlindo Zaroni. Os cursos de aperfeiçoamento na educação, assim como as nomeações, aprimoramento das professoras, os programas de ensino, a metodologia, os exames e avaliações se concentravam na capital do Estado. O Inspetor Escolar, nomeado pelo Secretário da Educação, fazia a ligação entre a escola e a Capital.

Notícias em 11/04/1933, Jornal “O Município”:

“Convocada pela Diretoria Geral de Instrução Pública, seguiu para Belo Horizonte, no mês último, onde se matriculou na Escola de Aperfeiçoamento, a Exma. senhorinha Maria Lomônaco Ferreira, diretora do Grupo Escolar de Maria da Fé. Em sua substituição, acha-se exercendo aquele encargo a Prof. Iracema Arantes de Paiva”.

“Realizou-se, no penúltimo domingo, num dos salões do Grupo Escolar, uma reunião dos associados da Caixa Escolar, para exame do balancete do último semestre e eleição da nova diretoria, cuja reunião foi presidida pela senhorinha Iracema Arantes de Paiva. Aprovado o balancete e procedida a eleição, recolhidas as cédulas, foi eleita e empossada a seguinte diretoria: Presidente: Hermelino Gatto; Tesoureira: Prof. Jurema Cabral; Secretária: Prof. Iracema Arantes de Paiva”.

“Por atos recentes do Sr. Secretário da Educação e Saúde Pública, Dr. Noraldino Lima, foi restabelecido o ensino nas escolas rurais deste município, situadas nos bairros “Posses” e “São João” e designadas as professoras Carmelinda Marques e Guiomar Nogueira Costa, para regerem as respectivas cadeiras. Também por ordem do Sr. Secretário foi nomeada a professora Dalila Jardim para exercer interinamente uma cadeira no Grupo Escolar local”.

Nomeação: Por decreto de 27/09/1933, do Sr. Interventor Federal Interino, foi efetivada como professora do Grupo Escolar de Maria da Fé, a normalista Rosa Galvão. Para reger a escola rural recentemente criada no bairro da Grota a senhorita Maria Mendes e designada a senhorita Durvalina Gonçalves como auxiliar municipal da escola rural do bairro São João. Reinício das aulas: “Reiniciaram-se desde 1º do corrente as aulas neste estabelecimento de ensino primário, desta Vila, tendo as matrículas se elevado a 340 alunos, o que requereu a criação de mais uma classe. Foram contratadas como substitutas as normalistas Stas. Maria Zaroni e Nair Carneiro da Silva.” (O MUNICÍPIO, fevereiro de 1934).



**TURMA DA 4ª SÉRIE DO GRUPO
ESCOLAR ARLINDO ZARONI DE
1943**

*“Época em que havia merenda
preparada por D. Laudelina (mãe
da Natália) e o porteiro era o Sr.
Benedito”.*

*Acervo da Escola Arlindo Zaroni.
Na foto: Prof. D. Dalila e D. Maro-
cas (diretora. Meninos: Gil, Jonas*

Dias, Job B. Almeida, Jair Gonçalves,

*Pedro Ivo Carneiro Gomes, Joaquim Moisés, Chiquinho Borges, Cláudio Alvarenga, João
Costa Campos. Meninas: Maria José Cruz, Isabel Mendes dos Santos, Yone Arruda San-
tos, Terezinha Mendes, Maria Olívia Carneiro, Ivone, Luzia Matias, Nair Pedroso, Lucia
Barroso, Ilza Gonçalves Almeida e Maria de Lourdes Rodrigues.
(Informações obtidas com a ex-aluna Ilza Gonçalves de Almeida).*

Depoimento do Sr. Osvaldo Costa Campos sobre a escola (Jornal Hori-
zonte Mariense n.15, 03/2001, p.8):

“Quando eu estudei a escola chamava-se Grupo Escolar Arlindo Zaroni,
que foi construída pelo grande chefe político Arlindo Zaroni. Isto foi no
ano de 1929 e eu tinha 9 anos. O prédio é o mesmo em que funciona a
atual escola. Quando vim estudar ele já estava pronto e mobiliado. Com o
passar dos anos, o prédio sofreu algumas reformas, mas ainda reconheço a
minha sala de aula. Minha primeira professora foi Dona Zezé Sales. Ela era
jovem, muito preparada e boníssima. A Diretora da Escola era Dona Maria
Lomônaco Ferreira (D. Marocas). Ela era muito competente e exigente. Eu
não gostava de faltar às aulas porque eu achava muito bom estudar. Tirava
boas notas e gostava de matemática. Havia também a disciplina de Ensino
religioso. O recreio era muito animado, eu brincava de jogar piorra e pular
pastelão (pular sobre um outro colega que ficava abaixado). Naquela época
não tinha o hábito de jogar futebol. Havia dois pátios: um para meninos e
outro para meninas. A escola daquela época não oferecia merenda e tam-
bém não se trazia lanche de casa. O porteiro era o Sr. João Gomes. Cada
aluno comprava o seu material e não havia uniforme. Eu usava qualquer
roupa. Foram meus colegas de grupo: Antônio Mendes, da Ilha, e a D.
Elvira Ferreira”.

As atividades da escola, pelas evidências das fotos, visavam colocar os alunos em contato com a natureza e com os seus diversos fenômenos. Acervo da Escola Arlindo Zaroni: álbum montado por Filomena Ferreira e Mari Léia Zaroni.



Prof. D^o Dalila

Dir. D^o Marocas

JORNAZINHOS DO GRUPO ESCOLAR ARLINDO ZARONI

Na década de 30: “O Mariense”, “O Rouxinol” e “O Tagarela”: O primeiro jornal foi editado à mão pelas alunas do 4º ano, Neli Zaroni e Zina Alongi, em 01/10/32. Continha vários artigos sobre notícias escolares, charadas, descrições, notas sociais, revelando grande aproveitamento dos alunos. O “Rouxinol” editado pelos alunos do segundo ano A, em 17/10/33, e dirigido pelos meninos Humberto Marchetti e Joaquim Cassemiro e as alunas Aida Carvalho e Adélia Siqueira, trazia variada colaboração dos alunos daquela classe. “O Tagarela” dirigido pela aluna Maria Rita Sales, tinha como secretário o jovem José Marcelino e como tesoureira a aluna Rosa Faria. (“O Município” de 16/10/32 e ago/set/out/1933). Em 1950, surge “O Véu de Noiva” de Lucia de Paiva Carnevalli (diretora) e José Arantes Mendes (Tesoureiro). Acervo: Maria Rita Sales Marchetti.



**Excursão dos alunos da 3ª Série do Grupo Escolar Arlindo Zaroni à Fazenda Goiabal para conhecer a produção de café (1946).
Acervo da Escola Arlindo Zaroni: álbum montado por Filomena Ferreira e Mari Léia Zaroni.**



Prof. D.ª Jurema

- x Maria Carnevalli
- Dorva
- † Doninha

A classe 'B'
de partida para
uma excursão
à fábrica
de Banha.



CASA DAS IRMÃS DA PROVIDÊNCIA

No final da década de 30, o senhor Manoel Gonçalves, pai do Prefeito Manoelzinho Gonçalves, e o senhor João Luís, pai do senhor Vicente Gonçalves, foram contratados para construir uma casa de repouso em Maria da Fé, destinada a acolher as irmãs de caridade de Itajubá e região, que estivessem doentes, principalmente com tuberculose. Conforme texto do jornal *Christo Rey*, o terreno para sua construção foi doado por Genuína Zaroni (esposa do Sr. Arlindo Zaroni) e pelo Sr. Ítalo Venturilli. Conforme depoimento de Wanda Gonçalves Ribeiro (2019), que, aos dezesseis anos, foi uma das jovens da 1ª turma da Escola de Ofícios da Casa das Irmãs, sabe-se que, em 1939, a Casa de Repouso se transformou em uma Escola de Ofícios, onde as irmãs redentoristas ensinavam as meninas adolescentes e moças da sociedade mariense a bordar, tricotar, fazer crochê, entre outras artes, para sua educação pessoal ou para montar o enxoval de casamento. Com o tempo, a casa foi se transformando em uma escola maternal, visando acolher algumas crianças cujas mães trabalhavam ou que gostariam de iniciar a educação pré-escolar dos seus filhos. No entanto, a educação era somente de caráter assistencialista, ou seja, as irmãs de caridade cuidavam da saúde, de aspectos morais (ética, religião, boas maneiras) e pequenos ofícios das crianças matriculadas, seguindo os costumes da época, que não visavam escolarizar as crianças até sete anos de idade.

Conforme o Roteiro Cronológico de Maria da Fé, elaborado pela Sra. Mari Léa Zaroni Campos e complementado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (1999), a Escola Complementar foi inaugurada em 13/04/1939 e, em 1944, tornou-se também um Jardim da Infância até 1962, com a denominação de Casa Santa Rosa. A Revista do Centenário da Paróquia de Maria da Fé, de Mari Léa Zaroni e Osvaldo Renó Campos, 2008, p.34, no dia 14/07/1962, informa que a Casa da Providência ou Casa Santa Rosa foi fechada devido às dificuldades econômicas da Congregação, que impediram a continuidade no atendimento das crianças e às finalidades para as quais a escola havia sido criada.

Casa Santa Rosa - Publicação de Júlia de Fátima Papini no Grupo Maria da Fé Antiga.



Formandos da década de 50: da esquerda para a direita, meninos: Nelson S. Santos, Washington Viglione, José Marcos F. Oliveira, Kleber Cosenza, Waldemar Zaroni Jr., Célio G. Costa. Meninas: Anete e Adailsa (gêmeas), Myriam Zaroni, Marli F. Oliveira, Eliane Costa, Vera Lúcia Corrêa, entre outros.

Fonte: Revista do Centenário da Paróquia de Maria da Fé – Mari Léa Zaroni e Osvaldo R. Campos, p.34).



A “ESCOLINHA DAS IRMÃS” NAS DÉCADAS DE 50 e 60



FAMÍLIA COSTA CAMPOS

Chácara São Benedito na década de 50.

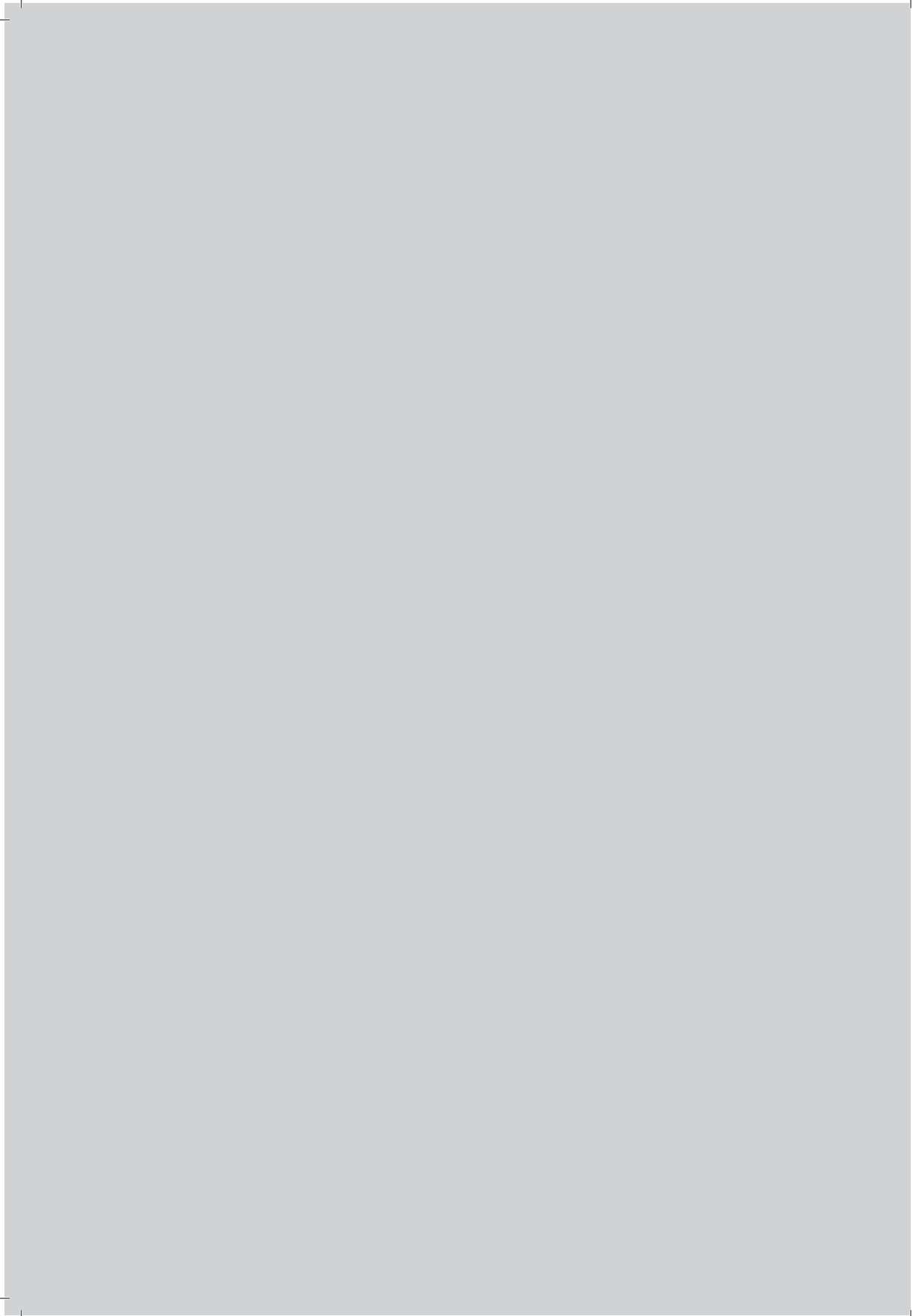
Primos prontos para a escolinha das Irmãs da Providência, no primeiro dia de aula, com João Mota, Lourdes Campos, Adelaide Mota, Ana Mota, Maria do Carmo (irmã de Raimundo - filho de Durvalina Costa), Regina do Dadá e Nego (irmão de Lourdes e Rosinha).

Por Mari Léa Zaroni no Grupo Maria da Fé Antiga.



A antiga Casa Santa Rosa pertence à família de Joaquim Batista de Almeida (Quim do Tinho), ex-vereador, já falecido, filho de José Batista de Almeida (seu Tinho, das Posses). Acervo: Centro Cultural de Maria da Fé.





O TERCEIRO PERÍODO DA LEGISLATURA (1947-1967)

DA CONSTITUIÇÃO DE 1946
ATÉ O INÍCIO DA DITADURA MILITAR

CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DO PERÍODO

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o otimismo e a vontade de reconstruir os prejuízos tomaram conta dos países atingidos pelo conflito. Politicamente, o mundo se viu dividido em dois blocos com ideias antagônicas: o Socialismo e o Comunismo, liderados pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) de um lado e o bloco dos países capitalistas do outro, comandados pelos Estados Unidos. Na chamada “Guerra Fria”, URSS e EUA eram considerados superpotências, uma vez que desenvolveram armas capazes de destruição em massa (poder), um domínio no campo da tecnologia (corrida espacial) e mantiveram seus territórios, expandindo sua influência comercial e política, criando condições de desenvolvimento superior a outras nações.

A URSS, apesar de algumas perdas humanas e materiais, conseguiu certo prestígio ao anexar países da Europa Oriental. Os EUA saíram da guerra praticamente ilesos, mantendo sua infraestrutura e indústrias intactas, o que possibilitou uma recuperação econômica mais rápida, exercendo sua influência nos países da América Latina (exceto Cuba), considerados do “Terceiro Mundo”³³. E assim, cada bloco, sob a garantia de ajuda financeira aos países mais necessitados, arrebanhava para si um mercado também ideológico³⁴.

O Brasil esteve ao lado dos Aliados na Segunda Guerra e os Estados Unidos agiram para que Getúlio Vargas não se posicionasse a favor dos nazistas e fascistas. Nos anos seguintes ao governo getulista, quase tudo no país visava eliminar a influência de uma política contrária ao pensamento americano (Ex: cassação do PCB - Partido Comunista Brasileiro; rompimento das relações diplomáticas com a URSS, pelo Governo

³³ O “Terceiro Mundo” era à princípio, um bloco de países que não se alinhava ao domínio da URSS e nem se sentiam subjugados pelos EUA, como o Brasil. Eles estavam “em desenvolvimento” e, aos poucos, o nome passou a designar “os países mais pobres”, principalmente após a globalização no final do século XX

³⁴ Ver mais detalhes sobre as consequências da 2ª Guerra no Brasil, em Textos Complementares, ao final deste volume.

Dutra; entre outros), ambicionando uma parceria de prestígio político e financeiro com os EUA, principalmente na indústria bélica, visando salvaguardar o território brasileiro e dar continuidade às relações comerciais, mas nada disso se concretizou de fato. A abertura ao capital externo agravou a situação econômica do país, aumentando a inflação e o custo de vida³⁵.

Os anos 50 também assinalam o fim da Era Vargas, que se suicidou em 1954 e o governo de Juscelino Kubitschek, que fomentaram o processo de industrialização nacional pela substituição de importações (iniciado por Vargas); pela abertura ao capital externo de investimento; pelo planejamento estratégico (como no caso de JK); pela construção de uma infraestrutura como rodovias, hidroelétricas, aeroportos; pela promoção da indústria de base e de produção de bens de capitais, fundamentais para a produção nacional. Um dos símbolos maiores deste processo de modernização foi a construção de Brasília, nova capital inaugurada no início dos anos 60.³⁶

O período era de grande regozijo político, que se iniciara com o fim da Segunda Guerra Mundial e a eleição dos representantes do povo, reestabelecendo as liberdades suprimidas na Constituição de 1934. O estado democrático, a justiça eleitoral, a proteção da propriedade privada, a suspensão da censura, o direito de greve e a aposentadoria aos 35 anos de serviço dos trabalhadores urbanos foram alguns princípios do Estado Liberal determinados pela Constituição de 1946. No entanto, com o apoio cada vez maior da população ao retorno de Getúlio (Queremismo) e o crescimento do Partido dos Trabalhadores (PTB), o governo Dutra (1945-1951) reagiu intervindo nas greves e na representação partidária, eliminando os grupos de “esquerda” que ameaçavam a “democracia” (o partido comunista foi considerado clandestino), sob o apoio dos Estados Unidos, da Igreja Católica e dos representantes das elites agrárias.

³⁵ Excetuando auxílios esporádicos como a construção da Petrobras, pelo Presidente americano Roosevelt (1953), que Hitler prometera construir com capital alemão.

³⁶ Outros detalhes sobre a década de 60 serão apresentados no próximo volume desta coletânea histórica.

Houve uma grande interferência dos partidos políticos no rumo das eleições a partir desse período, com destaque para as coligações que levaram Getúlio Vargas novamente ao poder em 1950:

Na verdade, como afirma Maria Celina Soares D'Araujo, a figura-chave desse intrincado processo eleitoral era o próprio Vargas, sabidamente um grande eleitor. Partidos e elites políticas se perguntavam com quem ficaria Getúlio, a quem daria seu apoio - e tudo indicava que Vargas apoiaria Vargas. Detendo o controle da máquina do PTB, Vargas, então senador pelo Rio Grande do Sul, selou um acordo político com Ademar de Barros, líder do PSP (Partido Social Progressista), que definiria o resultado da eleição. O cacife eleitoral de Ademar fora cabalmente demonstrado em 1947, quando se elegeu governador de São Paulo e quando garantiu a eleição de seu candidato a vice, Luís Novelli Júnior, derrotando nas duas oportunidades concorrentes de peso, inclusive os apoiados por Getúlio. Com a coligação dos partidos, Vargas e João Café Filho foram proclamados presidente e vice-presidente da República. Em 31 de janeiro, Vargas recebeu a faixa presidencial das mãos de Dutra e iniciou seu segundo governo³⁷.

Um estudo de Carvalho (2010)³⁸ sobre os grupos políticos majoritários em Minas Gerais à época, esclarece que, na década de 30, o eleitorado se dividia, praticamente, em dois partidos (Partido Republicano Mineiro - PRM e Partido Progressista - PP), enquanto que, na eleição de 1947, eram mais de quinze partidos nacionais³⁹. Para Carvalho (2010), apesar da multiplicidade de partidos, em cidades do interior como Maria da Fé, o embate político ficava a cargo de duas facções rivais, ou seja, duas famílias, ambas de grande poder econômico, que se enfrentavam para conseguir a vitória nas eleições municipais. Segundo Carvalho, essa característica perdurou em algumas cidades mineiras no período de 1946 a 1967, dependendo da ligação dos líderes dos partidos à pecuária ou à agricultura, as maiores atividades econômicas da época.

³⁷ LAMARÃO, Sérgio. Preparando a volta: de São Borja para o Catete. <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2>

³⁸ CARVALHO, Orlando M. Os partidos políticos em Minas Gerais, Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n.100, p.11-28, jan/jun de 2010

³⁹ Sobre a Constituição de 1946 e os partidos políticos ver mais detalhes nos Textos Complementares, ao final deste volume.

Pesquisas do autor demonstram que prevaleceu em Minas as candidaturas de quatro partidos: Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano (PR) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e que o decréscimo da importância desses partidos estava diretamente relacionado à diminuição da elite rural ligada à agropecuária em cada município e do apoio que ofereciam às eleições estaduais e federais. Interessante notar, segundo Carvalho (2010, p.15), que, quando ocorriam eleições externas ao município, havia uma união de partidos rivais em torno de um mesmo candidato: “ambas (facções) apoiavam o mesmo governador, com o objetivo prudente de evitar que o Executivo nomeasse autoridades policiais, fiscais, educacionais ou sanitárias destinadas a fortalecer o grupo adversário, assim, encontramos, de novo, outra singularidade brasileira: facções inimigas, por vezes, irreconciliáveis na eleição local, que se unem nas eleições de nível estadual ou federal”.

A partir de 1947, as eleições no Brasil também foram diferentes das demais em outro aspecto: Cada candidato deveria se filiar a um partido (foi proibida a candidatura avulsa) e convencer a população votante⁴⁰ que o direito de votar não mais pertencia a uma elite de abastados e que o eleitor era agora um cidadão responsável pelos destinos políticos da nação brasileira. Esse pensamento foi reforçado pelo Código Eleitoral de 1945, conhecido como Lei Agamenon, que trouxe o sigilo do voto único, em cédula oficial, sem condições de fraudes. O cidadão ou cidadã que transgredisse as normas estaria sujeito às punições determinadas pela Justiça Eleitoral. Como explica Cajado et alli (2014, p.43)⁴¹: “Abriu-se então um leque de novas práticas relacionadas a essas necessidades. Por exemplo, os panfletos de manifestos políticos passaram a ser panfletos de propaganda, os comícios microfônados se tornaram parte do cenário urbano, os candidatos começaram a distribuir apertos de mão e sorrisos. Nesse aspecto, nota-se uma preocupação cada vez maior dos candidatos

⁴⁰ A mudança na obrigatoriedade do voto de 21 para 18 anos aumentou a população que poderia participar das eleições.

⁴¹ CAJADO, A.F; DORNELLES, T.; PEREIRA, A.C.. Eleições no Brasil: uma história de 500 anos. TSE. 2014.

com suas imagens”. A partir daí, se destacaram os grandes oradores, que faziam comícios acalorados, cheios de entusiasmo pela democracia e pelo nacionalismo.

Em Maria da Fé, com algumas diferenças locais, prevaleceram as mesmas características. Fazem parte dessa história grandes oradores marienses como Hermelino Gatto, José Zaroni, Antônio Ribeiro Franqueira, Domingos Tótoro, José Vilela Vianna e Manoel Gonçalves, entre outros.



Visita de Juscelino Kubitschek de Oliveira à Maria da Fé. Residência do amigo Silvestre Ferraz, à Rua Arlindo Zaroni, onde hoje é residência da família de Mari Léa Zaroni. Acervo: Grupo Maria da Fé Antiga.

Juscelino Kubitschek ao centro, ao lado esquerdo o Prefeito Cel. Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz passeando pela cidade, em frente ao tradicional hotel da época (hoje Pousada da Serra) na Av. Franqueira. Atrás: Ítalo Venturelli, Luiz Fernando de Azevedo, os jovens Mauro Krepp (de terno escuro) e perto do portão, de terno branco, Darcy Junqueira Ferraz. Acervo: Grupo Maria da Fé Antiga.





À frente, da esquerda para direita: Domingos Tótora, Vitor Marchetti, Dr. Viana (terno branco), o Prefeito Silvestre Ferraz e Juscelino Kubitschek de Oliveira, e mais à direita, o Sr. Waldemar Zaroni.

“Essa foto pertence à minha vó Cidinha Oliveira Santos... Visita de Juscelino Kubitschek em Maria da Fé”. Por Cris Oliveira no Grupo Maria da Fé Antiga.

“Minha prima Nympha Carneiro Magalhães, de BH, entre 1951 e 1955, quando Juscelino Kubitschek governou Minas Gerais, e de 1956 até o fim de 1960, pouco antes de encerrar o seu mandato presidencial, era a secretária responsável por atender as bases de um dos mais importantes políticos brasileiros. Nympha deixou entre os “guardados”, um discurso que JK fez um ano e meio depois de empossado, em cadeia de rádio e televisão, como resposta a uma das agressivas críticas de Lacerda. Nympha, assim como eu, é neta de Armando Ribeiro da Luz, quarto filho do Cap. João Ribeiro de Paiva e Luz. Armando, chamado carinhosamente de vovô Mandico, é casado com Adelina Carneiro Santiago”. Por Vera Carneiro Ribeiro Villaça no Grupo Maria da Fé Antiga.

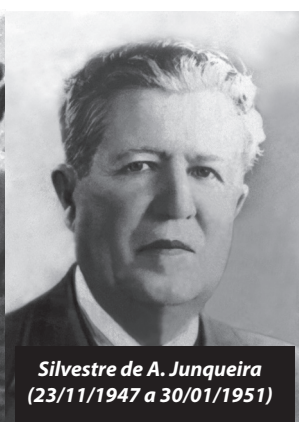
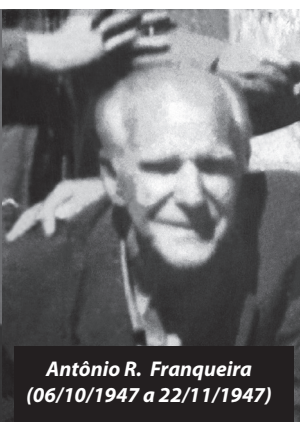
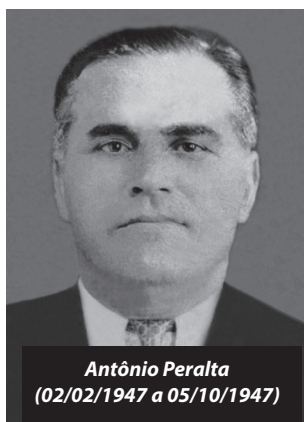
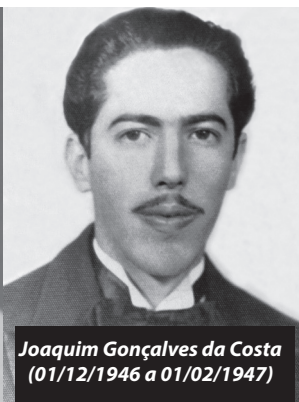
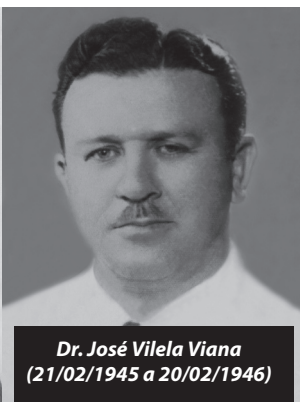
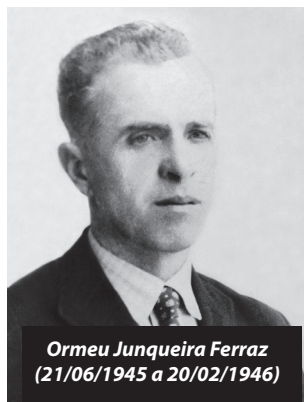
Bairro Turquia, em 1954. Acervo: Grupo Maria da Fé Antiga.



Bairro Turquia
Maria da Fé / MG - 1954

AS CÂMARAS MUNICIPAIS DE 1946 a 1963

Em 1944, o livro da Câmara Municipal iniciou o registro da passagem dos prefeitos do quinquênio 1944-1948, conforme Lei Orgânica Federal nº.311, de 02/03/1938. A ata inaugural continha assinatura de diversas autoridades presentes: José Zaroni, José Venturelli Sobrinho, Léa de Barros Zaroni, Maria Lomônaco Ferreira, Dionísio da Silva Santos, José Henrique Shumman e Ítalo Venturelli, sendo Secretária: Maria Zaroni. Nesse período, os prefeitos indicados foram: Ormeu Junqueira Ferraz (21/06/1945 a 20/02/1946), José Vilela Viana (21/02/1946 a 30/11/1946); Joaquim Gonçalves da Costa (01/12/1946 a 01/02/1947); Antônio Peralta (02/02/1947 a 05/10/ 1947) e Antônio Ribeiro Franqueira (06/10/1947 a 22/11/1947).



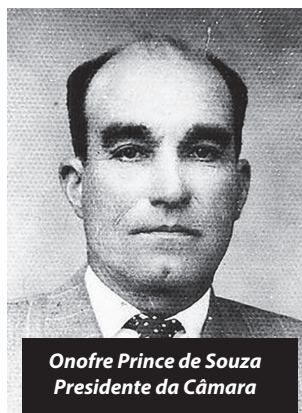
A PRIMEIRA CÂMARA DOS VEREADORES DA TERCEIRA REPÚBLICA 1947 a 1951

No governo de Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz (23/11/1947 a 30/01/1951), como visto, a escolha do prefeito e vereadores de Maria da Fé deu-se por sufrágio universal e voto secreto, excetuando os analfabetos, conforme a Constituição de 1946.

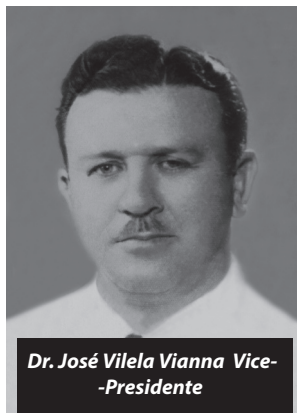
Em 08/12/1947, com a conferência dos diplomas e juramento dos vereadores perante o juiz de Direito da Comarca de Cristina, Dario Bráulio de Vilhena, a Câmara Municipal tomou posse, tendo a seguinte composição: Presidente: Onofre Prince de Souza; Vice-Presidente: José Vilela Vianna; 1º Secretário: Domingos Tótora; 2º Secretário: José Henrique de Souza e demais vereadores: Valdevino Ribeiro dos Santos; João Augusto Alves, Sebastião Antunes da Silva, Francisco Fernandes Filho, João Corrêa Pinto e José Guilhermino de Campos. Diversas autoridades estavam presentes à sessão e assinaram o Livro de Atas: Dario da Silva Braga, Washington G. Viglioni, José dos Reis Ferraz, Manoel Ribeiro Carneiro, João José de Souza, José Araújo Barros, José Luiz de Almeida, Ítalo Venturelli, Joaquim Gonçalves Costa; Dr. Luiz Vilela Vianna, Antônio Ribeiro Franqueira e Juvenal Guimarães.

O Regimento Interno foi aprovado um ano depois, em 12/01/1948, assinado por Onofre Prince de Souza, José Vilela Viana e Domingos Tótora, sendo que Joaquim Gonçalves da Costa secretariou os trabalhos. Entre outras medidas, o Regimento previa que a primeira legislatura seria presidida pelo Juiz de Direito e cada um dos vereadores deveria confirmar o seu compromisso regimental, iniciando pelo vereador mais votado, e constava de juramento e assinatura em ata.

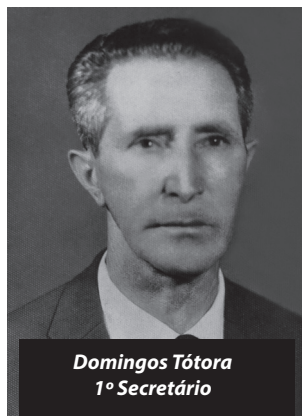
A mesa, que deveria ser eleita anualmente, era composta do presidente, do vice-presidente e secretário através de voto secreto dos seus pares. Após a composição da mesa e na sessão subsequente, com prazo máximo de trinta dias, a Câmara deveria empossar o prefeito e o vice-prefeito, prestando ambos o compromisso regimental, conforme o artigo 10. Em seguida à Constituição da Mesa, a Câmara elegia as seguintes comissões permanentes: Finanças, Justiça e Legislação; Viação e Obras Públicas; Agricultura, Indústria e Comércio; Educação e Saúde. As reuniões ordinárias e extraordinárias deveriam se realizar somente no recinto da



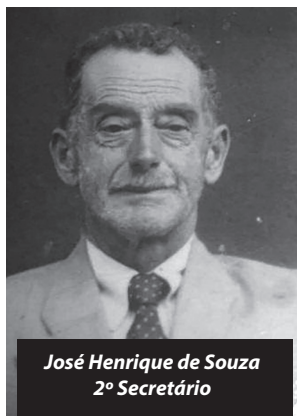
Onofre Prince de Souza
Presidente da Câmara



Dr. José Vilela Vianna Vice-
-Presidente



Domingos Tótora
1º Secretário



José Henrique de Souza
2º Secretário

Prefeitura Municipal, exceto por motivo de calamidade pública.

A elaboração do Regimento Interno da Câmara restituiu e consolidou os direitos aos representantes do povo, dos quais se destacava o art.69: “Nenhum Projeto de Lei ou Resolução será admitido, se não versar assunto de competência da Câmara”, que deveria ser aprovado pela maioria dos seus membros (dois terços), assim como as indicações, representações ou requerimentos (Art. 107). O prefeito, dentro de oito dias contados do recebimento da lei ou resolução, deveria sancionar ou vetar o projeto e, caso não o fizesse, o Presidente da Câmara poderia confirmar o projeto vetado pela maioria dos vereadores, promulgando-o e publicando-o. OBS: Em 1949, o vereador suplente Inácio Mendes Ribeiro substituiu o vereador João Augusto Alves; e Francisco Fernandes Filho foi substituído pelo suplente José Guilhermino de Campos.

A SINTONIA ENTRE A CÂMARA DOS VEREADORES E O PREFEITO SILVESTRE DE AZEVEDO JUNQUEIRA FERRAZ

Não se pode negar que a gestão do Prefeito Silvestre Junqueira Ferraz (1947-1951) foi uma das mais prósperas para o município de Maria da Fé. Ao final de seu governo, a cidade contava com grandes obras públicas, notadamente de infraestrutura, como calçamento de várias ruas, travessas e avenidas, abastecimento de água e canalização de esgotos de residências, abertura de estradas e fundação de escolas nos bairros do entorno rural. Havia também uma preocupação com os novos padrões de acessibilidade às pessoas, aos automóveis e caminhões, que se multiplicavam pela cidade e pelo campo. As vias urbanas se tornaram mais largas, com meios-fios, passeios e sinalização apropriada, um progresso para Maria da Fé elogiado nos jornais das cidades vizinhas e até mesmo pelos seus opositores.



Centro de Maria da Fé no final da década de 50. Acervo: Emmanuel Peralta.

Diversos foram os motivos que contribuíram para esse progresso, mas o principal deles foi, sem dúvida, uma administração do Executivo em perfeita sintonia com a Câmara dos Vereadores⁴². Em 1950, reportagem do Jornal “A Noite”, de 27/06/1950, de Antônio Magalhães Drumond, noticiava as festas comemorativas do aniversário da cidade em 1º de junho, da qual havia participado:

Nesse dia, foi oficialmente inaugurado o calçamento da principal artéria da cidade (Rua Arlindo Zaroni), como também feita a exposição, no amplo salão da Prefeitura Municipal do retrato do Prefeito Cel. Silvestre Ferraz e o retrato do Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra. Foi essa, sem dúvida, uma cerimônia simpática, sabido que é de amor e da dedicação com que o Coronel Silvestre Ferraz encara todos os problemas da terra que administra com proficiência e zelo. De fato, outra não poderia ter sido a iniciativa daquele ordeiro povo. Ocupando o cargo de prefeito de Maria da Fé, em 08 de dezembro de 1947, o Cel. Silvestre Ferraz tem se distinguido por empreendimentos marcantes. Em sua atual gestão muito se tem feito em proveito da cidade e do município. Sabe-se que antes de deixar o governo, ele entregará ao público um Mercado Municipal, uma praça completamente ajardinada e construído o calçamento a paralelepípedo do perímetro urbano da cidade. (p.44)

Entre os projetos e indicações do legislativo e aprovados em comum acordo com o Prefeito, citam-se: calçamento da praça da estação até a esquina do Grupo Escolar Arlindo Zaroni; o prolongamento da Rua 1º de Junho (antiga Luiz Corrêa Cardoso); e a abertura da Rua Lage (que, mais tarde, receberia a denominação de Pref. Antônio Peralta). A desapropriação de terrenos e prédios nesse bairro e a doação de outros pelo Prefeito possibilitaram a abertura da Av. Dr. Silvestre Diaz Ferraz, no bairro da Lage, às margens dos trilhos da Rede Mineira de Viação. No outro sentido da cidade, fez-se a abertura da Rua Dom Bosco, na saída para a antiga estrada de terra que ligava Maria da Fé - Itajubá - Pedralva (Av. Lucas Guedes), além da ampliação e encascalhamento de todo tra-

⁴² Ver a Carta de apoio ao Prefeito Silvestre Ferraz assinada por todos os vereadores em 1º de junho de 1948, no capítulo “As Comunidades rurais no entorno de Maria da Fé.”

çado da rodovia até Itajubá, passando pelo São João, onde o centro do bairro foi calçado com paralelepípedos, à frente da Igreja Presbiteriana.

Pela Resolução n.9, de 23 de fevereiro de 1948, os proprietários das casas e edifícios ao longo das principais ruas, travessas e avenidas de Maria da Fé: “Rua Arlindo Zaroni, Av. Franqueira, Rua Benedito Valadares, Av. João Pinheiro, Rua Capitão João Ribeiro, Rua 1º de Junho, Praça N.S. de Lourdes, Praça Getúlio Vargas e Rua Vereador Antônio Venturelli”. (art. 8º, p.72, do Livro 3, da Legislação Municipal) deveriam construir muros e padronizar os passeios.



Calçamento da Praça Nossa Senhora de Lourdes, em 1948. Prefeito Cel. Silvestre Ferraz, Ítalo Venturelli, Dr. José Vilela Viana (médico); Dito Bombeiro (de boina); Padre João Batista de Carvalho e operários da Prefeitura. Foto e informações: Revista Centenário da Paróquia (p.35)

O sistema de esgoto e canalização das águas pluviais também foi revisto e revitalizado, segundo o estado de conservação, com a construção de fossas e aparelhos sanitários, no interior das residências. As águas servidas de cozinhas, banheiros e lavatórios não poderiam mais ser encaminhadas para as sarjetas das ruas e nem tão pouco para os quintais.

Com isso, foi regularizado os serviços das águas provenientes de cocheiras e estrebarias, assim como de outras torneiras d'água instaladas nas dependências externas das residências. Uma parceria entre a Prefeitura e os proprietários, para pagamento das despesas de custo das obras, permitiu que fossem feitas parcelas em quatro, oito e doze meses, conforme o tamanho da casa residencial, com taxas, juros e multas a preços módicos⁴³. Toda essa legislação era redigida e fiscalizada em conjunto com a Câmara dos Vereadores.

A Lei nº.1, de 27/01/1948, que substituiu as penas d'água pelo sistema de registros, também foi uma forma encontrada pelos vereadores e prefeito para resolver o problema do desperdício de água potável que persistia na cidade e melhorar o abastecimento. Sobre isso, a Resolução nº.15 desapropriou os terrenos onde estavam as obras e serviços de aproveitamento das águas do Córrego das Pedras, situadas na Fazenda Pomária, pertencentes a José Eugênio Koch Torres. Em vista das mudanças efetuadas, o Código de Posturas foi renovado e atualizado⁴⁴, assim como o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, com a contratação de pessoal para os novos cargos. Em 23/02/1948, os vereadores receberam uma ajuda de custo de 25 cruzeiros por sessão e uma gratificação para o auxiliar de secretaria (datilógrafo).

Calçamento da Praça Getúlio Vargas e imediações. Final da década de 40, início das obras pelo Prefeito Cel. Silvestre Ferraz (1947-1951). Acervo: Grupo Maria da Fé Antiga.



⁴³ Documentos da família Ferraz comprovam que Cel. Silvestre e seu filho, Décio Ferraz, emprestaram quantias consideráveis para as obras da Prefeitura nesse período, por tempo indeterminado, sem cobrar taxas e juros.

⁴⁴ As Posturas Municipais são regramentos emanados das câmaras municipais que obrigam ao cumprimento de certos deveres de ordem pública. (Wikipédia, 2020)

Calçamento da Praça Getúlio Vargas próxima à estação, no final da década de 40. Observar que ainda não existiam máquinas para os serviços da Prefeitura. Os instrumentos e os meios de transporte utilizados eram os mesmos das décadas anteriores.



Praça Getúlio Vargas
Maria da Fé / MG

Praça Getúlio Vargas com pavimentação, em 1954. Acervo: Mari Léa Zaroni.

Avenida Franqueira, com pavimentação, no final da década de 40. Cláudio Marchetti e sua moto. Ao fundo, a casa e sapataria de Vitor Hugo Marchetti, ao lado do Clube Recreativo Mariense, na esquina. Foto e publicação de Sheyla Evelyn Marchetti no Grupo Maria da Fé Antiga.



Abertura da Av. Dr. Silvestre Dias Ferraz no governo do Prefeito Silvestre Ferraz, em 1948. Foto de Joaquim Gonçalves da Costa (Jaburu). Acervo: Maria Rita S. Marchetti.



Avenida Doutor Silvestre Dias Ferraz, projeto aprovado pela Câmara dos Vereadores durante a gestão do Prefeito Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz (1947-1951). Publicação de Geraldo José de Souza no Grupo Maria da Fé Antiga.



“Residência do Cel. Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz. A outra casa era de Dr. José Rezende Vilela, médico, casado com dona Nilza, filha do Coronel Silvestre. A residência ao lado foi construída para o casal no final da década de 1930, pois eles se casaram em 1940. A data provável desta foto é da década de 1950 e as crianças vestiam uniformes da escola - naquele tempo chamavam de “farda escolar” - imitavam mesmo a farda militar. É provável que o uso do uniforme escolar tenha origem no exército, uma das primeiras instituições a padronizar a roupa dos militares. Por Mari Léa Zaroni. Acervo: Nelson Batista de Campos no Grupo Maria da Fé Antiga.



Em 28 de fevereiro de 1950, a Câmara Municipal praticamente manteve a mesma composição da anterior, assim como os cargos eletivos: Presidente: Onofre Prince de Souza; Vice-presidente: José Vilela Vianna; Secretário: Domingos Tótora. Demais vereadores: João Corrêa Pinto, Sebastião Antunes da Silva (Sr. Pedroso), Inácio Mendes Ribeiro, Valdevino Ribeiro dos Santos e José Guilhermino Campos. Na composição dessa legislatura, em 1951, foram empossados também os suplentes Inácio Mendes Ribeiro, Geraldo Brandão, Paulo Gonçalves, José Gonçalves de Carvalho e Joaquim Braga de Siqueira.

Os vereadores desse período se empenharam em produzir normas que regularizaram o município: Projeto do Código Tributário encaminhado à Comissão de Finanças; projeto de criação do Serviço Especial de Estradas e Caminhos do município encaminhado à comissão de transportes; Orçamento para o ano de 1950, com voto de louvor para a administração do Cel. Silvestre Ferraz; menção em homenagem a Rui Barbosa, pelos cem anos de nascimento do notável político; e voto de protesto pela prisão do Cardeal Primaz da Hungria⁴⁵; além de proposta de inclusão de uma verba para o Curso Infantil Nossa Senhora de Lourdes e para o Esporte Clube Maria da Fé, para o próximo exercício.

Em decorrência das eleições municipais, foi realizada na Câmara, com a presença do Juiz de Direito da Comarca de Cristina, Dr. Paulo Vieira de Brito, a posse do prefeito eleito, José Rezende Vilela, e do Vice-Prefeito, Cel. Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz. Após um ano e meio, o prefeito se afastou do governo por problemas de saúde e o Sr. Silvestre assumiu o cargo de Prefeito. Os vereadores enviaram telegramas de congratulações a Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que foram também eleitos, respectivamente, para Presidente (2º governo democrático) e Governador de Minas Gerais (1951-1954).

⁴⁵ Cardeal Primaz da Hungria - Preso pelo regime comunista em 1949 e libertado por ocasião da Revolução Húngara de 1956, obteve asilo na embaixada dos Estados Unidos até 1971.

A CÂMARA MUNICIPAL DE 1952 A 1956

Em 1952, procedeu-se a renovação da Mesa Diretora da Câmara e das comissões permanentes, que contou com os seguintes vereadores: Presidente: José Vilela Vianna; Vice-Presidente: Onofre Prince de Souza; Secretário: Domingos Tótor. Outros vereadores da legislatura: José Guilhermino Campos, Lauro Gonçalves Costa, Valdevino Ribeiro de Campos, Joaquim Braga de Siqueira (suplente), Antônio Corrêa dos Santos e Paulo Gonçalves.

Assim como nos anos anteriores, as obras públicas e outras benfeitorias continuaram a fazer parte do progresso mariense e se estenderam para os bairros Turquia e Canudos, além de outros serviços em ruas, praças e jardins no centro da cidade.



**Obras no bairro Turquia
– calçamento e serviço de
esgoto, em 1952. Acervo:
Grupo Maria da Fé Antiga.**

**Calçamento da Av. Luís
Corrêa Cardoso, no bairro
Turquia, em 1954. Acervo:
Grupo Maria da Fé Antiga.
Facebook (2012)**



No Bairro Canudos os projetos visavam ao aterro da área; em seguida, ao Grupo Escolar Arlindo Zaroni, no sentido da chácara da viúva de Braz Maria Junho (no sopé do morro do cemitério), cuja compra foi feita pelo Cel. Silvestre Ferraz e pelo Sr. José Koch Torres (pai de Rogério Torres), para futuras instalações da Santa Casa de Maria da Fé e um Posto de Higiene. Colado à escola primária foi erguido o Mercado Municipal⁴⁶ e, em seguida, iniciou-se o aterro em uma área alagada, com taboas, plantas cujas pontas se assemelhavam a canudos. Daí o nome que até hoje batiza o lugar.



Bairro Canudos (Aterro). Ao centro as taboas, plantas com “canudos” em suas pontas, que deram nome ao bairro. Acervo: Gerson Silva

⁴⁶ Ver detalhes sobre o Mercado Municipal no capítulo “Os primórdios do comércio e da indústria mariense”.

O prolongamento da Avenida João Pinheiro, no mesmo sentido, a partir do aterro, recebeu o nome de Rua João Gonçalves da Costa em homenagem a um dos vereadores mais ilustres da primeira Câmara Municipal de Maria da Fé. Esta rua continuou morro acima, sempre na direção à antiga saída - a estrada de terra Maria da Fé-São João, ampliando o perímetro urbano do município.



Bairro Canudos, em 1954. Chácara de Braz Maria Junho (no sopé do morro do cemitério), cuja compra foi feita por Cel. Silvestre Ferraz e José Koch Torres (pai de Rogério Torres), para futuras instalações da Santa Casa de Maria da Fé, atual Hospital Ferraz e Torres. Acervo: Emmanuel Peralta.

No âmbito da Câmara Municipal, os projetos visavam garantir que as agitações políticas do período não levassem, novamente, o município a perder sua autonomia e, muito menos, que o Poder Legislativo deixasse de cumprir sua missão de representante do povo. Ao lado disso, os vereadores ficaram atentos aos impostos arrecadados para pagamento das obras públicas do governo anterior e o atendimento aos moradores das ruas não atingidas por esses benefícios, como, por exemplo, a população das ruas acima da Igreja Matriz que reclamavam da falta de água e da

rede de esgotos, assim como as casas da Av. Luiz Corrêa Cardoso onde se observava mau cheiro.

Ao lado disso, foi aprovado o pedido de aumento para os funcionários da Prefeitura: Dionísio da Silva Santos, Joaquim Campos e Benedito Clemente Gonçalves (Dito Bombeiro) encarregados, respectivamente, dos serviços da Fazenda, Obras e Águas.

Os gastos com a continuidade das obras levaram o prefeito Silvestre Ferraz a solicitar, junto ao Governo Estadual, um empréstimo para compra de uma moto-niveladora, uma britadeira e um caminhão para atender reparos de urgência. Também fez empréstimos na Caixa Econômica para construção da caixa d'água e abastecimento de diversas áreas do município e para a construção da ponte Maria da Fé-Delfim Moreira.

Em vista das obras realizadas no ano de 1952, foi necessária a desapropriação de vários terrenos e abertura de créditos suplementares, como demonstram alguns documentos da Prefeitura Municipal, autorizados pela Câmara dos Vereadores: desapropriação de terrenos situados na Praça Wenceslau Braz, de propriedade de Conceição Lemos Venturilli e de Genuína Pinho Zaroni; outro terreno, situado nas proximidades da Ponte do Retiro, de propriedade do Sr. Geraldo Bortoni, para construção do Matadouro Municipal; um crédito especial para as despesas de construção do Mercado Municipal e de outros serviços de abastecimento d'água coordenados pelo Engenheiro Dr. João Grilo Pinto.

A criação de um Posto de Higiene pelo Estado, em 14/12/1953, fez parte também das obras realizadas em Maria da Fé nessa época, além da abertura de uma nova estrada no Bairro Ilha, ligando o bairro à estrada Maria da Fé - Itajubá (via Bairro São João).

Em 18/09/1952, o Prefeito José da Mota Tótora declarou de utilidade pública o terreno de propriedade da Associação Esportiva Mariense, situado na Av. 30 de Agosto (atual José de Campos Sales), que, mais tarde, receberia o nome de Estádio Cel. Silvestre, e aprovou uma subvenção para iluminação do relógio e das dependências internas da Igreja Matriz. Em setembro de 1953, Pintos Negreiros é elevado a Distrito e, no ano seguinte, a via pública daquele bairro, partindo da Igreja até atravessar o Rio dos Pintos, recebeu a denominação de Maria Imaculada Negreiros Gorgulho. O Prefeito Sebastião Mendes de Castro, criou, em 1956, a Praça Sagrada Família, em frente à Igreja.

Em 1953, a Mesa Diretora da Câmara Municipal foi renovada com a seguinte composição: Presidência: Dr. José Vilela Viana; Vice-Presidente: José Guilhermino Campos; Secretário: Domingos Tótora. Demais vereadores: Lauro Gonçalves Costa, Valdevino Ribeiro de Campos, Joaquim Braga de Siqueira, Antônio Corrêa dos Santos e Paulo Gonçalves. O vereador João Corrêa Pinto substituiu Onofre Prince de Souza, mas, ao se mudar para Itajubá, foi também substituído por José Henrique de Souza. Essa organização permaneceu nas eleições de 16/02/1954. Durante esse período, o Deputado da Assembleia Legislativa Mineira, Euclides Pereira Cintra, visitou a Câmara Municipal e anunciou o seu trabalho junto ao Governo do Estado para encascalhar a estrada entre Maria da Fé e Itajubá. Também os deputados José Francisco Bias Fortes, Euvaldo Lodi e Crispim Jaques Bias Fortes receberam homenagens por terem conseguido empréstimo junto à Caixa Econômica para os serviços de abastecimento de água da cidade e para a construção da Santa Casa (os deputados mais atuantes nos anos 1940 e 1950).

Em fevereiro de 1954, ao apresentar a prestação de contas do seu governo, o Cel. Silvestre recebeu agradecimentos e voto de louvor da Câmara dos Vereadores pela sua gestão, pois, mesmo estando doente, deu continuidade a muitas obras importantes para Maria da Fé. O vereador Domingos Tótora recebeu também menção de louvor pelos serviços prestados à Câmara. Os vereadores enviaram votos de agradecimento ao Prefeito de Itajubá, Dr. Vicente Villela Viana, pelo empréstimo de um caminhão basculante para aterro da futura Santa Casa de Maria da Fé, assim como ao Governador de Minas, Juscelino K. de Oliveira, pela construção de um Posto de Saúde. A Câmara apresentou protestos pela mudança do nome da cidade de Silvestre Ferraz para Carmo de Minas. Foi ele um grande benfeitor de Maria da Fé, responsável pela passagem da Rede Mineira de Viação pela cidade e fundador da primeira escola pública. O senhor Benedito Clemente Gonçalves (Dito Bombeiro) recebeu gratificação especial pelos serviços prestados à Prefeitura.

PREFEITOS DO PERÍODO DE 1951 a 1962 ⁴⁷



José Rezende Vilela
31/01/1951 a 11/06/1952 e
02/04/1954 a 06/02/1958



**Dr. Sebastião Mendes
de Castro** 26/05/1955 a
09/10/1955 e 10/01/1956 a
26/01/1956



José da Mota Tótora
12/06/1952 a 01/04/1954; de
10/10/1955 a 09/01/1956 e
de 27/01/1956 a 30/01/1959
12/06/1952 a
12/06/01/04/1954



Silvestre de A. J. Ferraz
(31/01/1959 a 06/11/1959)
(22/04/1960 a 30/12/1962

Acervo: Prefeitura Municipal de Maria da Fé

⁴⁷ Obituário: O período (1946-1967) foi de grande tristeza para o município de Maria da Fé pelo falecimento de pessoas muito queridas da população, entre elas: O vereador Joaquim Gomes Franqueira (1947); Padre João de Carvalho (1950), ex-prefeito Alfredo Gaspar Guimarães (1952), os vereadores José Placidino Costa (1954), José Henrique de Souza (1956) e José de Campos Sales (1957). O Sr. José Carneiro de Rezende (1954), de Cristina-MG. Em 1955: Ana Junqueira Ferraz, esposa do Cel. Silvestre de Azevedo J. Ferraz, e Ana Honória de Jesus, mãe do vereador José Guilhermino Campos. O suicídio de Getúlio Vargas em 1954 abalou profundamente todos os brasileiros, em particular os seus seguidores. Mais detalhes nos Textos Complementares, ao final deste volume e nos capítulos “Os primórdios do comércio e da indústria mariense” e “O entorno da cidade de Maria da Fé: a população rural”.

Em 04 de julho de 1954, “O Mariense”, dos redatores Ítalo e Antônio Aguiar e Diretor-Secretário Gilberto Anacleto de Oliveira, publicou dados estatísticos sobre o município de Maria da Fé: uma área de 200 Km², com população de 8.088 habitantes, sendo 6.190 na zona rural e 1.898 na cidade; 26 logradouros públicos, com 376 casas que recebem energia elétrica, 170 com serviços de água e 89 com esgoto, além de outros dados constantes nas p.1-3.

[...]Produção agrícola: batata, cenoura, tomate, milho, arroz, fumo, cana, café, feijão, azeitona e frutas diversas; Quantidade de estabelecimentos industriais, grandes e médios: 10; Estabelecimentos comerciais, inclusive bares e botequins: 53; Veículos existentes: 19 caminhões, 26 automóveis (inclusive Jeeps), 8 caminhonetas, 2 ônibus, 78 bicicletas, 6 motocicletas, 25 carroças e 112 charretes. Um Médico, três dentistas, três farmacêuticos, um Engenheiro Agrônomo e três contadores. Assistência Social: Existem o Asilo São Vicente de Paulo e Vila Vicentina, estando em projeto as construções do Posto de Higiene e a Santa Casa de Misericórdia. A cidade possui apenas um hotel, um Mercado Municipal, um campo de futebol, com uma quadra, um Clube e um cinema,

[...] Outro serviço importante executado nesta cidade, aliás, sem ônus para a Prefeitura, foi o aterro feito num brejo que existia entre o centro e o bairro dos Canudos, com o principal objetivo de preparar o terreno para construir um hospital, ou melhor, a Santa Casa de Maria da Fé, que foi um trabalho digno de maiores elogios, esforço dinâmico e exclusivo do Dr. José Vilela Viana, atual Presidente da Câmara Municipal. Para se ter uma ideia da grandiosidade da área aterrada no centro da cidade, basta dizer que certa vez serviu para a aterrissagem de um avião.



Inauguração da Praça Wenceslau Braz, com churrasco comemorativo no Grupo Escolar Arlindo Zaroni. Em destaque: Ítalo Venturelli, José Zaroni e Domingos Tótora.

Em 02 de abril de 1954, Cel. Silvestre Ferraz, vice-prefeito, mas em exercício como prefeito, renunciou ao cargo para se candidatar a prefeito nas eleições seguintes. José Rezende Vilela reassumiu a Prefeitura Municipal. O vereador José Henrique de Souza pediu licença para tratamento de saúde, sendo substituído pelo suplente Joaquim André da Silva.

Em 07 de fevereiro de 1955, foi instalada uma nova Câmara, com a seguinte composição: Presidente: Dr. José Vilela Viana; Vice-Presidente: José Guilhermino Campos; Secretário: Miguel Arcanjo Gorgulho. Demais vereadores: Waldemar Zaroni, Mauro Krepp, José Arcanjo de Campos, Lauro Gonçalves Costa, Castorino Batista Gomes e Paulo Gonçalves. Essa organização vigorou até 1959.

À época, havia um certo alvoroço político na cidade devido, por um lado, a um regozijo geral pela eleição do mineiro Juscelino Kubitschek à presidência da República⁴⁸, por outro lado, um descontentamento pela cassação do registro da candidatura do Cel. Silvestre Ferraz ao cargo de Prefeito de Maria da Fé, com a determinação da Justiça Eleitoral para realizar novas eleições. O jornal “O Mariense”, na edição de 20 de fevereiro de 1955, explicava as razões de tal acontecimento:

Conforme noticiamos, na ocasião, o Sr. Silvestre de Azevedo J. Ferraz, candidato do P.S.D., foi eleito prefeito de Maria da Fé, no pleito de 3 de outubro. Desde o registro da candidatura, porém, até a eleição do candidato, os partidos adversários apresentaram recursos, alegando que o Sr. Silvestre estava impedido de disputar o cargo por ser o Vice-Prefeito daquele município e haver exercido as funções mesmo no período de desincompatibilização. Os recursos foram julgados pelo T.S.E., que lhes deu provimento, decidindo que o Sr. Silvestre Ferraz era inelegível e, conseqüentemente, cassado o seu mandato. Houve recurso extraordinário para o T.R.E., interposto pelo candidato eleito, mas aquela Corte confirmou a decisão do Tribunal Mineiro.

⁴⁸No próximo volume desta coletânea histórica, serão retomadas essas informações.

A Câmara Municipal, em apoio ao Cel. Silvestre Ferraz, dirigiu telegrama de protesto ao Sr. Governador Bias Fortes, recém eleito, da Coligação PSD - PR e ao Diretório do PSD Estadual, alegando que tal situação havia ocorrido com vários candidatos em Minas e entrou com recursos no T.S.E. A oposição, segundo a reportagem, era liderada pelo mariense Sebastião Antunes da Silva (Sr. Pedroso), com apoio do prestigiado Deputado Olavo Bilac Pinto, da UDN, partido que havia perdido as eleições para Bias Fortes. O recurso foi impetrado por José Augusto Zaroni, residente e eleitor em Itajubá: “Segundo fomos informados, o Sr. Sebastião Antunes da Silva requereu Mandado de Segurança para ser diplomado e, conseqüentemente, empossado no cargo de Prefeito” (O Mariense, p.3).

Por determinação do T.R.E. e aprovação da Câmara, o Vice-Prefeito José da Mota Tótora (P.S.D) foi empossado no cargo de Prefeito, até que se decidisse a questão. Em 1º/05/1955, tomou posse o novo Prefeito, Sebastião Mendes de Castro, mas, logo depois, pediu licença para tratar de assuntos particulares e o vice-prefeito José da Mota Tótora tornou a reassumir a prefeitura, governando até 1959.

Durante seu governo, em comum acordo com a Câmara Municipal, o Prefeito doou ao Estado a Escolas Reunidas D. Inocêncio, no



**Padre Juca e a Lira Nossa Senhora de Lourdes, em Aparecida (SP)⁴⁹
no início dos anos 60. Acervo: Grupo Maria da Fé Antiga.**

⁴⁹ Ver mais notícias sobre a Lira Nossa Senhora de Lourdes no próximo volume desta coletânea histórica.

Distrito Pintos Negreiros, para construção de uma Escola Rural Estadual e criou outra escola no povoado de Canto dos Carneiros. Para isso, aumentou o quadro de professoras rurais, melhorando também o salário de outros funcionários municipais, em vista da grave inflação no país, que aumentava o custo de vida.

Em 1957, o Padre Joaquim Carneiro Filho (Pe. Juca) assumiu a Paróquia de Maria da Fé e solicitou da Câmara uma subvenção para a Lira Nossa Senhora de Lourdes, que ele havia acabado de organizar. Em 15/06/1959, o Reverendo recebeu uma subvenção para esse fim. Em 1958, pela proposição do vereador Paulo Gonçalves, o dia 11 de fevereiro foi considerado feriado municipal.

*Outras obras e serviços a destacar nesse período,
autorizados pela Câmara Municipal:*

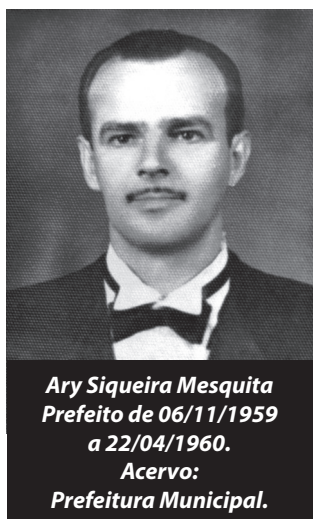
- Em 1959, Plano de loteamento urbano Bela Vista, do espólio de Pedro Mendes Ribeiro, conforme ocorreu o loteamento do Sr. Francisco Theodoro, em 1956;
- Em 1959, os terrenos pertencentes a João Luís de Souza e Onofre Prince de Souza foram desapropriados para abertura de estrada entre Maria da Fé e Pintos Negreiros, passando pelo alto dos Caetés;
- Em 1960, com aprovação do Plano Rodoviário do Município, houve a desapropriação de terrenos pertencentes a Joaquim Israel, Benedito Bernardes da Rosa, Amélia de Oliveira Costa, José Belizário da Costa, Manoel Pires, Benedito Evaristo Ferreira e Antônio Satiro, para abrir uma Avenida margeando a linha da Estrada de Ferro, no sentido Canudos, tendo início na Praça Wenceslau Braz (mais tarde, recebeu a denominação de Av. Lucas Guedes);
- Pelo Plano Rodoviário, também foram determinadas as rodovias que deveriam ser conservadas, melhoradas e construídas (Lei nº.94, para o Exercício de 1960);
- O aumento dos impostos e autorização de abertura de novos créditos suplementares e empréstimo no Banco da Lavoura e do senhor Rubens Junqueira Brugger, para a conclusão das obras do governo do Cel. Silvestre Ferraz;
- Pela Lei nº. 96, foi concedida uma subvenção para construção do Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, assinada pelos vereadores Mauro Krepp e Silas Batista Gomes, em 29/04/1960;
- Aquisição e doação de terreno para construção de armazém e silos no município;
- Criação de uma escola no Bairro do Retiro e uma ponte no Distrito Pintos Negreiros.

A Câmara emitiu várias notas de pesar pelo falecimento de Sinhazinha Lemos, Odete Brandão Siqueira, Joaquim Ribeiro de Oliveira, Frederico Tótora, José Evaristo Mota, Égáz Ferraz, Isabel Campos, Waldemar Pires Ferreira e Iná Carvalho dos Santos. Pelo falecimento também da esposa do Sr. Silas Batista Gomes (São João) e do Cônego Herculano. Registrada, também, homenagem póstuma ao vereador Joaquim André da Silva.

Mesmo antes de se tornar novamente Prefeito de Maria da Fé, em 1959, o Cel. Silvestre Ferraz, juntamente com o Dr. Gabriel Junqueira Ferraz e Sebastião Ferraz, fez doações em dinheiro para a construção da rodovia variante Maria da Fé - São e Lourenço - Poços de Caldas, que recebeu o nome de Ana Junqueira Ferraz em homenagem à sua esposa, que falecera recentemente. De 06/11/1959 a 22/04/1960, Cel. Silvestre se afastou do cargo para tratamento de saúde e foi substituído pelo vice-prefeito, Ary Siqueira Mesquita. No segundo mandato do Cel. Silvestre muitas obras foram realizadas com o apoio da Câmara Municipal, entre elas a construção de um Posto de Saúde, em 1960. Para isso, o prefeito doou ao Governo do Estado de Minas Gerais um terreno do Patrimônio Municipal, mas seu grande sonho sempre foi a construção de uma

Santa Casa em Maria da Fé, que o seu amigo Manoel Gonçalves viria a concretizar anos depois (Hospital Municipal).

Na Revista do Centenário da Paróquia de Maria da Fé estão registradas outras doações e benfeitorias à Igreja Matriz, realizadas pelo Cel. Silvestre Ferraz (p.42)





POSTO DE SAÚDE EM 1960

"Foto tirada no começo dos anos 60 do antigo posto de saúde. Nessa época não tinha o ginásio, que foi construído depois. E mais tarde foi demolido junto com o ginásio antigo para construção do novo. Onde hoje fica a biblioteca do ginásio"

Acervo: Maira Jaqueline no Grupo Maria da Fé Antiga.

"Uma das salas do prédio foi usada como laboratório de ciências da E.E.N.S. de Lourdes, pelo Professor Roberto (dentista) que a idealizou e colocou em prática. Ficou bom! Mas isso, claro, muito tempo depois dessa foto". (década de 80) Por Geraldo José de Souza.



Inauguração da estrada de terra Maria da Fé – Cristina, na década de 50.
Da esquerda para à direita: Zezinho Tótora, Cel. Silvestre Ferraz, Bispo Dom Delfim R. Guedes (família mariense) e o médico Dr. José Vilela Viana.
Acervo: Grupo Maria da Fé Antiga.

A CHEGADA DO REPETIDOR DE TV EM MARIA DA FÉ

O Prefeito José da Mota Tótorra recebeu uma homenagem da Câmara Municipal, assim como seu pai, o Juiz de Paz, Domingos Tótorra, pelo trabalho e esforço na instalação de um repetidor de televisão em nossa cidade. José Olímpio Pereira, Rogério Lamêgo Torres, Paulo Gonçalves, Dr. Ricci (Engenheiro) e Casa Vera Cruz Ltda., de Itajubá, foram alguns dos patrocinadores registrados no Livro de Atas nº6, na Sessão de 30/12/1957. A antena foi instalada no Pico da Bandeira, ao lado do Cristo Redentor (Cruzeiro), idealizado pelo Padre Juca. O Jornal “O Mariense”, em abril de 1957, noticiou sobre a necessidade de um bom receptor de televisão, a ser colocado num ponto alto da cidade, para melhor captação do sinal. Lembrou ainda os custos de tal operação, enaltecendo aqueles que auxiliaram a concretizar o “sonho” de muitos marienses:

Finalmente as experiências foram coroadas de pleno êxito graças aos grandes esforços dispendidos pelo Sr. Milton Mohallen e pela equipe de técnicos auxiliares, conforme demonstrações continuadas com um televisor ligado no Bar Líder, apresentando uma nitidez perfeita quando em funcionamento. Infelizmente a televisão não é só promover a ligação na eletricidade e a colocação de uma antena, como muitas pessoas pensam. A cidade de Maria da Fé está situada num vale, posição esta que muito dificulta o funcionamento perfeito da televisão, daí a necessidade da colocação de um aparelho captador no ponto mais alto e mais próximo da cidade afim de que sejam retransmitidos o som e a imagem para o televisor com a perfeição necessária.



“A alegria de Cícero Torres, no alto do Pico da Bandeira, é justificada. Maria da Fé ia finalmente captar sinais das TV’s do Rio de Janeiro. A instalação do repetidor foi um marco na história da cidade.”

“Momento mágico e inesquecível: a chegada da TV em Maria da Fé. Quando chovia e ventava forte, caía tudo, os poucos que tinham este aparelho ficavam sem sinal e alguém da prefeitura (Dito Bombeiro, o faz-tudo) subia o morro para consertar.” Por Mari Léa Zaroni. Publicação de Emmanuel Peralta no Grupo Maria da Fé Antiga.

ANOTAÇÕES DE UMA ÉPOCA
A SOCIEDADE E A CULTURA MARIENSE NO PERÍODO
DE 1940 E 1950

As transformações que se sucederam após a Segunda Guerra Mundial trouxeram uma avalanche de influências nos costumes brasileiros provocados pelos novos hábitos americanos, divulgados pela penetração maciça dos meios de comunicação no interior do Brasil através do rádio, da expansão dos cinemas e da chegada da televisão. Os “anos dourados”, no Brasil, foram uma série de “mudanças que aconteceram na moda, na música, na fotografia, na cultura, na arquitetura e na arte em geral que influenciam até os dias atuais. No cinema, por exemplo, os anos 50 foram chamados de ‘Idade de Ouro’”. Essa situação criou, nos anos seguintes, um debate entre a cultura genuinamente brasileira, da qual Gilberto Freyre será citado como o defensor dos valores regionais e tradicionais do Brasil, e outra, de modos de viver modernos, vindos do exterior, considerados incompatíveis com as peculiaridades brasileiras⁵⁰.

É importante registrar que, nesse período, houve um grande crescimento da população no Sudeste brasileiro, que se deslocou em direção aos centros urbanos, notadamente, para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, atraída pela crescente industrialização. Essa movimentação assinala o início dos graves problemas que o povoamento desordenado e sem planejamento trouxe para as grandes metrópoles, gerando subempregos, falta de estrutura de moradias, com a multiplicação de cortiços e favelas, dificuldades no transporte e na saúde da população, tendo como pano de fundo o embate social e político entre as oligarquias rurais e as elites urbanas, que movimentaram trabalhadores e sindicatos.

O cenário de 1940 e 1950, além do crescimento da desigualdade social, destacou-se pela mudança no comportamento de uma geração que almejava muito mais que a vida rural simples e pacata do interior. O mundo capitalista se abria para uma juventude de largo consumo e do uso de tecnologias até então inacessíveis. Entre elas, pode-se citar a produção de carros e caminhões equipados para incríveis velocidades e

⁵¹ Ver outros debates ideológicos e culturais nos Textos Complementares, ao final deste volume.

nos domicílios “toda sorte de ‘aparelhos modernos’ como liquidificador, batedeira, fogão a gás, televisores, enceradeiras, sem contar os produtos industrializados como alimentos, bebidas, artigos de higiene pessoal e beleza, etc.” (Brasil Escola, 2019). Os brasileiros também queriam conquistar e gozar do conforto que eles proporcionariam.

O processo de urbanização capitalista nas cidades mineiras, como Maria da Fé, embora um pouco mais lento e tardio, seguiu o mesmo modelo. Atraídos pela esperança de conseguir empregos melhores e mergulhar no mundo que era falado nas rádios e projetado nas telas de cinema, os jovens desejavam se instruir, com cursos de formação, principalmente técnicos, para conseguir ascender numa sociedade que se libertava das elites latifundiárias e abraçava as múltiplas profissões liberais. Paralelamente, havia o desejo das mulheres de ingressar num mercado de trabalho dominado pelo sexo masculino⁵¹. Mas, até então, a Câmara Municipal mariense não elegeu nenhuma vereadora.

AS ESCOLAS RURAIS E URBANAS

Em dezembro de 1953, o Jornal “O Mariense” publicava, na sua primeira página, “A Marcha do Progresso em Maria da Fé” anunciando a realização de vários empreendimentos na educação para acompanhar o ritmo de prosperidade que vivia o município. A maior parte da população, que ainda se concentrava no entorno rural do município, desejava também melhorias nas estradas e nas escolas, na mesma proporção em que a cidade recebia o calçamento e as inúmeras obras de infraestrutura, como o abastecimento de água e luz. Assim, não foi por acaso que o Jornal se referiu, com muitos elogios, aos projetos realizados pela Câmara Municipal para melhoria das estradas de acesso às áreas rurais do município e das escolas em diversos bairros, que veio provocar um enorme salto cultural no governo do Prefeito Silvestre Ferraz (1951-1954):

⁵² Ver mais detalhes sobre a emancipação feminina nos Textos Complementares, ao final deste volume.

Na zona rural são nove escolas públicas, mais ou menos, com 450 alunos matriculados. Na cidade: um Grupo Escolar, com 473 alunos, um jardim da infância, com 26 crianças, um Curso de Alfabetização de Adultos, um Curso de Admissão à primeira série (do próximo ano) do “Ginásio Municipal Silvestre Ferraz”, recém fundado, e, finalmente, registramos a existência de um Curso Comercial Básico, com aulas noturnas, frequentadas por dez alunos, jovens bancários, na maioria, estudando as seguintes matérias: Português, Matemática, Inglês e estenografia, aulas estas ministradas pelo Prof. Waldemar Pires Ferreira.

No entanto, três anos mais tarde (maio/1956), o redator do mesmo jornal, Antônio Aguiar Guedes, demonstrou no editorial, sob o título de “O Ensino Primário”, uma preocupação com o índice de analfabetismo em Maria da Fé: “Recenseamento realizado em 1º de julho de 1950, em nosso município acusou 3.606 pessoas que não sabem ler e escrever, enquanto que os alfabetizados são em número de 2.914” e sugeriu o ensino primário obrigatório para todas as crianças.

Segundo o jornal, os problemas prosseguiram no ano seguinte (abril/1957), referindo-se às poucas escolas rurais existentes (10), em vista da quantidade de crianças em idade escolar (7 anos). A reportagem aborda outros problemas no setor educacional, além da grande reprovação dos alunos, a falta de material escolar, de quadro negro e giz, salas com cinco carteiras (eram em duplas) para mais de trinta alunos, a divisão dos alunos em três turnos diários, e a necessidade de contratar novos professores, ou de alugar um cômodo fora da escola: “Na escola localizada nas Posses, a matrícula é de mais de 60 alunos, havendo somente uma professora” (p.1).

O redator critica também o aproveitamento “regular” dos alunos, apesar da boa vontade das professoras, sugerindo que o maior problema estaria na pouca frequência dos alunos às aulas, culpando alguns pais, que na época das plantações e por ocasião da colheita, retiravam os meninos da escola para o serviço na lavoura. No entanto, o redator Antônio Aguiar Guedes demonstrou esperança de melhorias, ao terminar o editorial do Mariense informando que esses problemas estavam sendo resolvidos pelo Prefeito.

O GINÁSIO MUNICIPAL SILVESTRE FERRAZ

A possibilidade de ter escolas gratuitas para estudos nos níveis secundário⁵² e médio foi sempre o sonho de muitos estudantes marienses nas décadas de 40 e 50, pois elas possibilitariam obter uma habilitação profissional, de baixo custo, estudando na própria localidade. Muitos foram os vereadores que lutaram para concretizar esse sonho, como demonstra farta documentação do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, que promoveu uma Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos. Os vereadores Mauro Krepp, Domingos Tótora, José da Mota Tótora e José Vilela Viana são alguns dos nomes que se empenharam nessa tarefa à época, como se pode verificar pelas atas da Câmara, mas o problema não era fácil de resolver, pois a execução da tarefa ficava nas mãos do Estado mineiro e os vereadores/Prefeito precisavam contar com a ajuda dos deputados estaduais para conseguir os recursos necessários.

Várias associações, como Lions Club, Vicentinos, Sociedade dos Amigos de Maria da Fé, presidida por Ítalo Venturelli e composta por políticos, pais de famílias, religiosos e outros cidadãos marienses, organizaram-se para concretizar o ambicionado sonho, que foi realizado em 08 de março de 1965, com a fundação do Ginásio Nossa Senhora de Lourdes⁵³. Antes disso, em 1954, tivemos uma experiência bem positiva: a criação de uma escola de Ensino Médio, o “Ginásio Municipal Silvestre Ferraz”, subsidiado pela Prefeitura, no governo do Cel. Silvestre Ferraz. Importante destacar que em 1957, no Grupo Escolar Arlindo Zaroni, foi extinto o Quinto Ano, que fornecia uma certa base aos estudantes para dar continuidade aos estudos em outros municípios. Houve protesto geral pelo fechamento⁵⁴.

O Jornal “O Mariense” registrou a fundação do Ginásio Municipal “Coronel Silvestre”, na edição de 16/02/1954. Constava, na reportagem, que o Presidente da Câmara, Dr. José Vilela Viana fez uma doação para o

⁵² Equivale, atualmente, ao 1º Grau do 6º ao 9º ano, sendo que para ingressar no nível secundário havia o Curso de Admissão (5º ano), onde eram selecionados os melhores alunos para o número de vagas da instituição, geralmente, 40 alunos por turma.

⁵³ A fundação do Ginásio será abordada no próximo volume desta coletânea histórica.

⁵⁴ Outros detalhes sobre a educação no próximo volume desta coletânea histórica.

Ginásio de 500 mil cruzeiros, um patrimônio considerável para os recursos da época. A criação dessa escola teve como patrono o Prefeito Municipal em exercício, Cel. Silvestre de Azevedo Ferraz, e funcionava em um prédio na Praça Nossa Senhora de Lourdes (antiga casa da Terezinha Silva, irmã da D. Jurema), cujo professor era Waldemar Pires Ferreira. O jornal informa que o autor intelectual do projeto da escola foi o vereador Domingos Tótora, relator na Câmara Municipal.

Em 04 de abril do mesmo ano, o “O Mariense”, notificou detalhes sobre o Curso de Admissão, divulgando a relação dos candidatos para as 40 vagas gratuitas oferecidas pela Prefeitura Municipal: “Pedro de Souza Gomes, Terezinha Machado, Maria do Carmo Batista, Bernadete Batista, Maria Auxiliadora Pinto, Maria Aparecida Marinho, Nazaré de Lourdes Ferreira, Filomena Ferreira, Maristela Ferreira, Raimunda Tribst dos Santos, Maria Aparecida da Silva, Maria Piedade do Amaral, Maria Irene da Silva, Nilza Fernandes, Maria Leila de Oliveira, Maria Aparecida de Oliveira, Raimundo Tribst dos Santos, José Iton de Almeida, Antônio Roberto Ferraz, José Gonçalves Filho, José Hilário Gonçalves, Olímpio Pereira Neto, Geraldo José Canha, Pedro Roberto Morais, Joel Mendes de Carvalho, Benedito Corrêa, José Gentil Morais, José Cláudio de Almeida, Adílio Corrêa de Miranda, Sebastião Rodrigues de Souza, José Rodrigues de Souza, Mariza Santos e Nicéa dos Santos” (p.4).



“O elegante senhor é o saudoso Quim do Tinho, botafoguense como e. No fundo a casa que moramos antes de ser reformada (saudades da antiga praça Nossa Senhora de Lourdes!)”. Por Luiz Henrique Campos no Grupo Maria da Fé Antiga.

A 2ª casa ao fundo (à direita), de baixo para cima, é onde funcionou o Ginásio Municipal Silvestre Ferraz.

O início das aulas deu-se no dia 10/05/1954, com o professor Waldemar conclamando os jovens estudantes a valorizarem o estudo, a fim de corresponderem às iniciativas do poder público e aos esforços dos seus pais. O professor informou também que, infelizmente, o Brasil apresentava índices inferiores na educação se comparado a muitos países europeus e que o Ginásio poderia contribuir para “uma melhor formação intelectual, moral e cívica da mocidade de hoje, para um futuro auspicioso da nossa Pátria, que será brevemente colocada entre as nações mais adiantadas do mundo” (MARIENSE, 30/05/ 1954, p.2)

Trechos da redação de Maristela Ferreira, uma das alunas do Ginásio Municipal Coronel Silvestre, sintetiza bem a importância do estudo para a cidade de Maria da Fé, em 23/06/1954: “Constatar que nenhum outro governo da cidade pensou na mocidade desta terra, por não possuir mentalidade nem boa vontade para tal. Agora estamos formando a 1ª turma deste Ginásio e, é natural que devemos reconhecer que, um novo modo de agir dirige os destinos de Maria da Fé.” (acervo de Filomena Ferreira, 2020)



**Anos 50 - Na foto: esquerda para a direita - Maria Ventura Corrêa (esposa do Tiaguinho); Laura Costa (do Wando); Guiomar (irmã do Pe. João de Carvalho); Tereza (loira); Estela Amaral; Ivete Salvador; Elza (pprma da Estela Amaral); Luiza Ferraz (do Egaz) e Dinorah (das Posses).
Foto acervo de Maria Rita Sales Marchetti**

Cláudio Marchetti e amigos: Cícero Torres, Titi, Jorge Franqueira, Zezinho Tótora, Nelson Krepp entre outros. Postagem de Sheyla Evelyn Marchetti Faria no Grupo Maria da Fé Antiga.



Edson Prince, Dinah Ferraz, Zenaide Franqueira, Yolanda Borges e Terezinha Lino. Por Júlio Pedro no Grupo Maria da Fé Antiga.



O advogado e ex-vereador Eugênio de Souza Cardoso traduz, em texto singelo e carinhoso publicado no facebook, a mocidade de D. Estela, sua mãe, nos anos 50:

Estela era uma moça simples e ingênua como muitas do interior de Minas Gerais. Fora incumbida por seu pai, desde menina, a cozinhar e cuidar dos irmãos menores. Por isso teve de renunciar ao sonho de estudar e ter uma vida diferente. Mas Estela não se amargurou por isso. Desenvolveu formas de escape e uma delas eram seus bordados, de tão caprichados e lindos logo ganharam fama. Estela criava um mundo próprio dentro das limitações que a família e a educação da época lhe impunham. Não podia frequentar os bailes que aconteciam no pequeno clube da cidade e que se localizava em frente da sua casa, apenas separado por uma praça. Podia sair com as amigas e ir ao cinema, quando muito. Namorar nem pensar. Mas Estela sonhava e não deixava a tristeza chegar. Nas noites em que havia bailes, debruçava-se na janela da frente que dava para o clube e ali mesmo de longe, com pouca nitidez, ouvia as músicas que a banda tocava, via a silhueta das pessoas dançando, conversando e imaginava o que elas diziam e o que estavam sentindo e percebia a atmosfera do baile, como se ali estivesse. A limitação não fazia parte de sua vida. Estela tinha uma janela e dela podia criar um mundo!



CURSO DE CORTE E COSTURA

Era também um tempo de as moças marienses prendadas se habilitarem em vários cursos para se aprimorarem nos afazeres da casa, uma vez que a maioria se casava ainda jovem e poucas tinham a oportunidade de estudar ou trabalhar fora de casa. A formatura da primeira turma do Curso de Corte e Costura da Escola Nossa Senhora de Lourdes foi no Clube Mariense, em 18 de dezembro de 1953 e contou com a presença do Sr. Manoel Gonçalves, convidado especial para presidir a entrega de diplomas em nome da dirigente da escola, a senhorita Valda Costa Campos. Além do Sr. Ítalo Venturelli, paraninfo da turma, compareceram alguns convidados especiais como o Pe. Celso Campos Sales e os parentes das formandas.



Formatura da 1ª. Turma de Corte e Costura (18/12/1953).

À frente: a diretora geral, vinda do Rio de Janeiro, D. Maria José Vieira de Araújo, Ítalo Venturelli, paraninfo da turma, e a senhorita Valda Costa Campos, dirigente da Escola. Diplomandas: Maria Neyde Di Lorenzo Corrêa, Natália Gomes Teixeira, Tereza Guerra Costa, Aurora Isaura Tótora, Benedita Clarice Correa, Elza Krepp, Ilza Zaroni Gonçalves, Ione Arruda Santos, Lucy Martins Corrêa, Maria Irene Batista, Maria Aparecida da Silva, Maria Iracy Macedo, Maria de Lourdes Mota, Maria José da Silva, Maria Ribeiro, Marília Martins Corrêa (oradora da turma), Marieta Carvalho, Maria José do Espírito Santo, Nilza Pereira Mendes, Nilza Maria da Silva, Neuza Pereira, Rita Silva Santos, Solange Coelho, Terezinha da Silva, Vera Valderez Ribeiro, Enequina Cruz (Santa do Zico), Regina Moraes e Maria Emília de Moraes. (O MARIENSE, 26/02/1955, p.3)

⁵⁵ O Jornal "Mariense", a partir do segundo ano de circulação (1954), mudou o título para "O Mariense" (N.R.)

De acordo com a reportagem do jornal “O Mariense”⁵⁵ (26/02/1955), após a cerimônia de entrega dos certificados, houve um animadíssimo baile, com distribuição de doces. O conjunto musical do conhecido maestro Márcio, de Itajubá, animou a festa até duas horas da manhã.



Cláudio Marchetti, agachado à direita, e amigos, em frente ao coreto. Com Alfredo Gaspar Guimarães, Expedito Borges, José Mendes Corrêa, Waldemar Zaroni e outros. Postagem de Sheyla Evelyn Marchetti Faria Grupo Maria da Fé Antiga.



Momento social da década de 50, com Antônio Aguiar Guedes, José da Mota Tótora, Alzira Correa Tótora, Inácia Guedes, Tinho Casimiro, Elza Krepp Serrano, Conceição Venturelli, dona Antônio e Flavio M. Santos. Por Mari Léa Zaroni no Grupo Maria da Fé Antiga. Acervo: Raimundo de Souza – nenê.

CURSO DE ALTA CONFEITARIA

A exemplo do Curso de Corte e Costura, proliferavam também os cursos de habilidades domésticas, que atingiam quase todas as senhoras e senhoritas da década de 50, não somente na nossa cidade, mas nas várias estâncias rurais do Sul de Minas. Na maioria dos lares mineiros, predominava o costume de fazer quitandas, biscoitos, bolos e outros quitutes, uma vez que as donas de casa ainda não tinham acesso à tecnologia e à produção industrial de que dispomos atualmente. Segundo Coletti (2016, p.)⁵⁶, as mudanças aconteceram após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em diferentes países, de várias maneiras, dependendo da penetração do pensamento capitalista americano e da emancipação feminina:

um novo modelo de economia, baseado no capital e no comércio, uma nova estrutura de produção, a grande presença de mão-de-obra feminina nas organizações e a expansão dos centros urbanos, há o nascimento do que é chamado de indústria da alimentação, que engloba desde restaurantes familiares até multinacionais de processamento de alimentos. Estas mudanças possibilitam a busca por novos equipamentos que otimizem o serviço na cozinha, promovendo rearranjos dos centros de produção de alimentos e de consumo, desenvolvimento do transporte, comércio e logística mundiais.

Foi assim, que “O Mariense”, na edição de dezembro de 1955, noticiou a realização de um curso de alta confeitaria, no Clube de Maria da Fé, sob a direção de Lenira Costa, com duração de 20 dias. A festa de encerramento do curso, no entanto, foi no Clube Operário, com exposição de bolos artísticos e doces variados, contando com a presença honrosa do Sr. Manoel Gonçalves que presidiu a cerimônia, e do Dr. José Vilela Viana, paraninfo da Turma. Domingos Tótora falou em nome de sua filha, Regina Coeli Tótora, escolhida como oradora da turma e, depois, Luiza Ferraz entregou um presente à professora Lenira. Um baile, com conjunto de Itajubá, encerrou as festividades.

⁵⁶ COLETTI, Gabriel Furlan. Gastronomia, história e tecnologia: a evolução dos métodos de cocção. Contextos da Alimentação - Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade Vol. 4 no 2 - março de 2016. Disponível: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistacontextos/wp>

A HISTÓRIA DOS CINEMAS DE MARIA DA FÉ

(Fragmentos do discurso pronunciado pelo Sr. Ítalo Venturelli, durante a inauguração do “Cine São Luiz” (O Mariense, de 20/02/1955, p.3)⁵⁷

“Na mansidão do tempo, quando ainda não se cogitava da primeira grande guerra europeia (1914-1918), corria calmo o ano de 1911. Nesta mesma cidade, na praça da estação, hoje Praça Getúlio Vargas, havia um casarão velho, feito para depósito de batatas, desprovido de qualquer conforto, sem forro e muito mal assoalhado, tendo a encimar no frontispício um letreiro largo, mal feito, como mal feito era tudo que compunha o desengonçado prédio em ruínas, que dizia ‘Cinema Dudú’. Era, pois, o primeiro cinema de Maria da Fé. O seu nome provinha do apelido de seu proprietário, o saudoso Eduardo Pereira da Silva, portanto, o pioneiro do cinema entre nós. Custava um mil réis a entrada, às vezes, nas noites em que o querosene ‘brigava’ com a engrenagem, pronto, parava a sessão, eram devolvidos os ingressos, os frequentadores ficavam na obrigação de assistirem, no dia seguinte, à sessão inacabada de véspera. O programa se compunha cerca de 10 filmes, cada qual com um enredo diferente, acontecendo, então, que logo depois de uma comédia engraçada, em seguida, iniciava uma tragédia, assim por diante.”



UM MOMENTO DE PRAZER E DIVERSÃO: A CHEGADA E A SAÍDA DO TREM DE PASSAGEIROS

Foto sem data (provável década
de 40).

Acervo: Cláudio Marchetti.
Por Sheyla Evelyn Marchetti no
Grupo Maria da Fé Antiga.

⁵⁷ Ver outras referências ao Cine São Luiz, no capítulo “Os primórdios do comércio e da indústria em Maria da Fé”.



Praça da Estação. No fundo, à direita, o Cine Pátria. Av. José de Campos Sales, onde se localizava o cinema na década de 30. Por Mari Léa Zaroni no Grupo Maria da Fé Antiga.



Anos depois outro cinema surgiu entre nós, era proprietário o Sr. Manoel Ribeiro da Luz, mas este era mais moderno, pois sua aparelhagem era movida sob os influxos de força elétrica. Chamava-se ‘Cinema Luz’. Mais tarde a família Franqueira, de tradicional ascendência, também organizou e fez funcionar um bom cinema, denominado ‘Pátria’, mas este, como os outros dois, teve seu fim.”

No próximo dia 11 o Cinema Pátria, depois de ter sofrido reformas, inaugurará suas novas instalações de cinema falado. Graças a força de vontade do Sr. Benedito Carvalho, que não tem poupado esforços no sentido de conseguir dotar a nossa Vila com esse melhoramento, vamos ter, afinal, inaugurado sob a forma moderna de exibições de filmes, aquele antigo centro de diversões local. Provavelmente um dos filmes seguintes será passado naquele dia no Pátria: “Alvorada do Amor”; “Deliciosas” ou “Ilha do Inferno”. Franco sucesso e prosperidade é o que almejamos. (Jornal “O Município” de 05/02/1933)

“Depois, no mesmo prédio onde funcionou o ‘Cine Luz’, a firma ‘Santos & Carvalho’, introduzindo vários melhoramentos, conseguiu reorganizar o antigo cinema, pondo em funcionamento logo em seguida. O interessante é que, tanto neste último como nos outros anteriores, havia um conjunto musical destinado a alegrar o ambiente, deslumbrando os espectadores com suaves e bem afinadas músicas, deixando saudades.”

“E assim correram os anos até que veio, finalmente, o cinema falado, sendo instalado no prédio do ‘Cine Central’, sendo dirigido, cada uma por sua vez, por várias empresas.”

O Sr. Ítalo termina seu discurso enaltecendo João Costa Campos e concebendo a inauguração do Cine São Luiz “como uma dádiva que um filho mariense oferece à sua terra natal”, “que sua obra ficará gravada na história dos cinemas”, parabenizando também Francisco Theodoro e D. Felicidade, os pais de Joãozinho, pelo apoio incondicional que sempre relegou aos seus filhos.

Segundo depoimento de Nelson Krepp e D. Otilia ao jornal “O Município” (set/2011, p. 12), do redator Eugênio de S. Cardoso, o Cine Central pertenceu a Sá Nicota e Sr. Joaquim, avós de D. Lecy e Genoveva Prince. Mais tarde foi vendido ao Sr. Flávio Santos e D. Antônia, pais do “Zé Pelado”, da D. Bilinha e avós do Ditinho “do Neco”. O cinema du-

rou uns dez anos. O redator lembra ainda que mesmo após o fechamento do Cine, que não conseguiu superar a concorrência da TV, o prédio serviu para apresentações de teatro, formaturas e gincanas estudantis, pois a sala era muito ampla e confortável. Relatos de Mari Léa Zaroni, sobre a época, confirmam que o Cine São Luiz era uma das salas mais modernas do Sul de Minas.

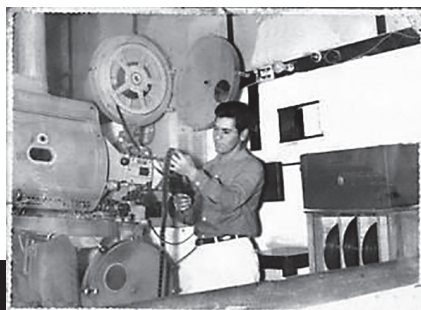
Joãozinho e Nilson Costa Silva escolhiam os filmes do Cine São Luiz e Benedito Campos da Silva (Dito do Deovaldo) ajudava na edição e projeção das fitas. Dito trabalhou de 1964 a 1974 no Cine. Em depoimento, ele informou que o pai Deovaldo foi um dos pedreiros responsáveis pela construção do prédio, juntamente com o pai do Sr. Vicente Gonçalves. (N.R)

Para ilustrar seu trabalho, Dito trouxe as fotos de filmes que apresentava em cartaz à frente do Cine São Luiz e os dias em que o cinema iria exibir a fita. Os filmes preferidos na Matinê eram os de Mazzaropi, Vigilante Rodoviário, Rim Tim Tim e outros com bailados e musicais de Carmem Miranda. A partir dos anos 40, Hollywood (EUA) se tornou o centro da produção de filmes que reviviam sua colonização rumo ao oeste americano (Faroeste), os romances e musicais que agradavam os casais de namorados, ou para fazer críticas aos problemas da época. Leia o comentário de Sérgio Augusto (2004)⁵⁸: “Os épicos bíblicos produzidos após a 2ª Guerra Mundial (por Hollywood) previam no seu roteiro comparações, por exemplo, entre Roma e o Reichstag (atentado nazista atribuído aos comunistas), insinuando, de quebra, que a caça aos judeus no 3º Reich e a perseguição aos cristãos no império romano eram flagelos irmãos.” (p.03)

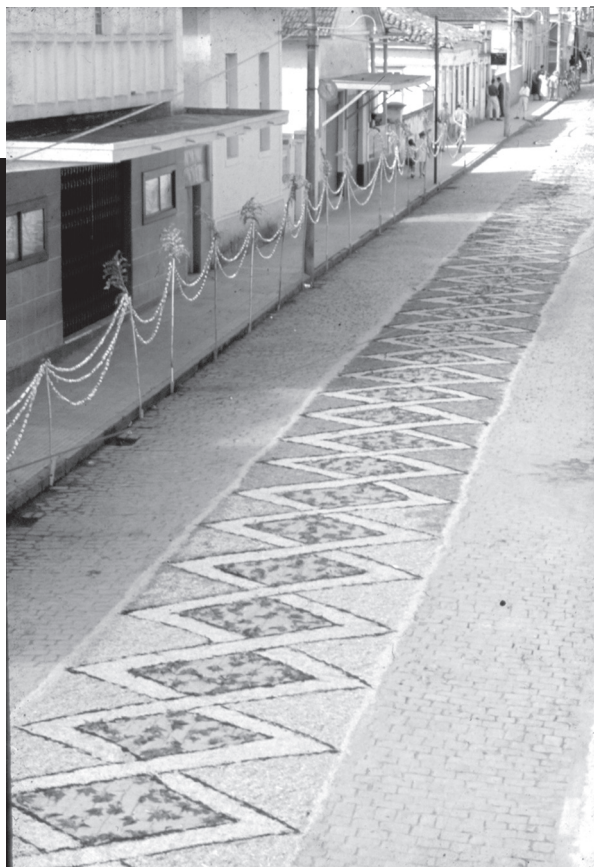
O filme “Quo Vadis”(1951), ou “O incêndio de Roma”, de Mervyn LeRoy (direção), com Gregory Peck e Elizabeth Taylor narra um dos momentos mais universalmente famosos da história romana, os cristãos sendo devorados pelas feras no Coliseu, acusados de haver provocado o incêndio que devastou Roma no ano 64, perante o deleite das massas e os aplausos de Nero, mas que, na história verdadeira, nunca aconteceu.

⁵⁸ AUGUSTO, Sergio. O Colecionador de sombras. Disponível: books.google.com.br

À esquerda: Cine São Luís, num dia de Corpus Christie, no início da década de 70. Foto: Joaquim Santana de Almeida (Quim).



"Meu amigo Dito do Deovaldo, operador do Cine São Luiz, época boa, bons filmes". Por Nilton Gonçalves de Almeida no Grupo Maria da Fé Antiga.



Filme Quo Vadis



Comentários sobre o Cine São Luís em diversas postagens do Grupo Maria da Fé Antiga:

Gerson da Silva: “Que bom saber que meu pai fez parte da história boa de muitos. Me lembro vagamente de algumas sessões apesar de ser na época ainda muito pequeno. Também me lembro dos bombons de chocolate na bomboniere, e olha que tinha cada bombom..”

José Geraldo Silva: “Trabalhei com o Dito na década de 70... sabia tudo de projeção e emenda em filme...” “Me lembro também da bomboniere e da Banca de Revista do Nilson, com muitos gibis”

Freitas de Freitas: “O serviço de alto falante do cine São Luiz era apresentado por Alaor, filho do Lauro do Armando, que falava assim; ‘Encerra neste momento o serviço de alto falante do cine São Luiz, até amanhã se Deus assim permitir, porque com ele a vida continua.’”

Renato Siqueira: “Na minha época o locutor era o Zezinho, o mesmo que foi cobrador do ônibus do Sr. Vivalde”.

Ana Angélica Santos Marinho: “Era muito bom passear e paquerar ao som das músicas antes de iniciar o cinema. E pasmem - mas ninguém topava com ninguém. Era uma sincronia só.....Quando o cinema começava, paralelamente a passeata do amor acabava. Quantos olhares furtivos ali naquele passeio, vieram a ser uma família.....Lindo de se recordar”.

Geraldo José de Souza: “Acho que o último a cuidar do Cine São Luiz foi Jorge Batista (do Bar do Jorge), eu muitas vezes levei fitas com as músicas que eu gostava pra ele colocar nos auto falante antes da sessão, e ao som da música era feita a passeata que o Renato Arcanjo de Siqueira se referiu, nestas passeatas se conheceram muitos casais que vivem juntos até hoje, me incluo”.

Geraldo José de Souza: “Filmes que eu me lembro fizeram grande sucesso, campeões de bilheteria: A vida de cristo, Igrejinha da serra, Estrada da vida, Django (todos), Mazzaropi (todos), filmes de karatê e os grande faroestes”.

João Bernardes: “Também tinha matine, me lembro de um filme nacional “No rancho fundo” com Nhá Barbina”; “Emocionante era quando apagavam-se as luzes e as cortinas começavam a se abrir ao som de suspense!”

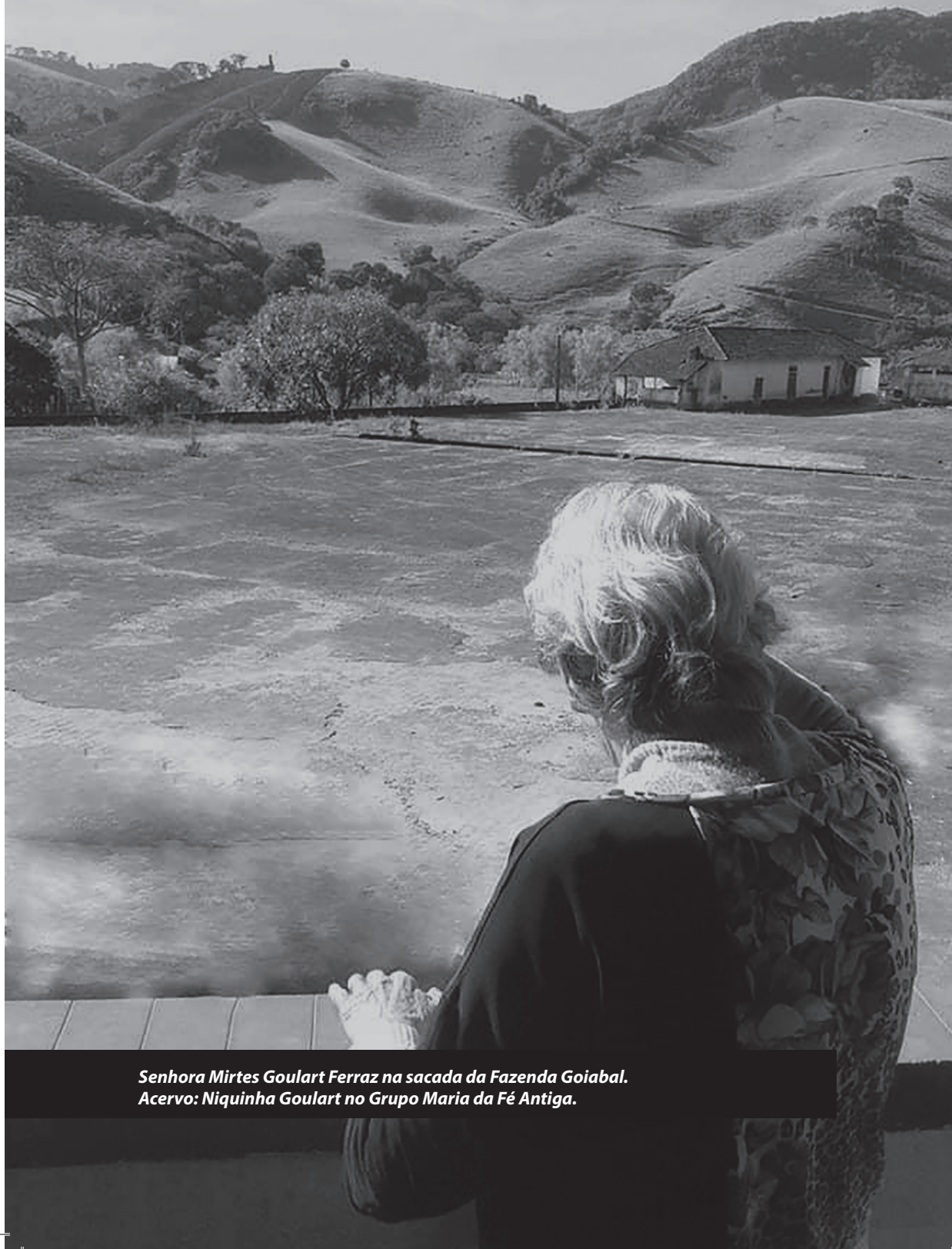
Filomena Gianelli: “Batia cartão no cinema entre meados de 50 e fim de 60. Grandes astros influenciaram nosso comportamento, ditaram a moda e os cabelos que usávamos. Eu queria ser a Sophia Loren, ou de repente a Gina Lolobrigida, porque não ??? Hahahaha Era única diversão da cidade. TV demorou a chegar e o sinal era péssimo. Velhos tempos ... saudade da boa”

Celso Ribeiro Teixeira: “Trabalhei um bom tempo no Cine São Luiz, era o faxineiro e depois despachava os filmes na antiga estação ferroviária. Boa época!”

José Márcio Ribeiro: “Um filme que marcou a minha infância foi ‘A Tarântula’, um dos primeiros filmes de terror do Cine São Luiz. Era criança e à noite não conseguí dormir de medo”

O ano de 1959 terminou repleto de esperanças na tecnologia que despontava através dos meios de comunicação, dos primeiros computadores, das naves e satélites que cruzavam o céu em busca da Lua. Despertamos para um novo estilo de vida representado por situações simples como beber Coca-Cola, tocar e cantar a Bossa Nova, dançar Rock and Roll e assistir nas telas do cinema aos nossos astros preferidos. A luta pela liberdade de agir, destruindo barreiras limitadas pelo excesso de moralismo, foi, pouco a pouco, fazendo parte da rotina dos jovens da década de 50. A chegada da pílula anticoncepcional, do divórcio, a inserção definitiva da mulher no trabalho, acrescida da liberdade de estudar, de votar e ser votada, deram novos horizontes à emancipação feminina nos anos 60. A política brasileira ganhou novos contornos com a Ditadura Militar e o mundo globalizado modificou, mais uma vez, nosso modo de viver. Naturalmente essas mudanças atingiram Maria da Fé no final do século XX e o acesso à internet fez do século XXI, uma nova revolução cultural. Nesse ínterim, vivemos o sucesso e a crise da batata, fizemos opção pelo Turismo Rural, repensamos a produção das oliveiras e optamos pelo azeite genuinamente mariense. Desde a Constituição de 1988, a democracia tem sido o nosso caminho, com todos os desafios que ela traz em si.

VAMOS RELEMBRAR ESSES CAMINHOS NO PRÓXIMO VOLUME DESTA COLETÂNEA HISTÓRICA A SER PREPARADA PELA CÂMARA MUNICIPAL.



*Senhora Mirtes Goulart Ferraz na sacada da Fazenda Goiabal.
Acervo: Niquinha Goulart no Grupo Maria da Fé Antiga.*

AS COMUNIDADES RURAIS NO ENTORNO DE MARIA DA FÉ¹

¹No início do século XX, “a terra era uma definidora de classe social indissociável da questão da distribuição da renda na sociedade e no meio rural em especial” (p.2) (BARROS, Geraldo. O quebra cabeça do preço da terra no Brasil. Disponível: www.cepea.esalq.usp.br • cepea@usp.br • 19 3429-8836 • Piracicaba -SP.

Os textos a seguir descrevem fazendas, chácaras, estâncias e povoados no entorno do município mariense, muitos dos quais originários dos descendentes de Dona Maria da Fé. Antes, porém, de falar sobre as comunidades rurais e sua importância no desenvolvimento do nosso município, é preciso registrar o artigo do Genealogista José Elias Braga Vilas Boas, publicado na Revista da ASBRAP nº 20, p. 621-644, intitulado “Isidoro de Siqueira Pinto – importante povoador de Maria da Fé, no Sul de Minas”², cujo fragmento de texto, transcrito a seguir, inicia nossa pesquisa.

Na Beleza ficava a residência de Isidoro de Siqueira Pinto. A sua fazenda era um estabelecimento bem construído com o necessário para fabricar fumo, que era produzido em grande escala. Teve grandes criações de gado nos imensos campos nativos que possuía. Com a morte de Isidoro, alguns herdeiros venderam essa localidade a João Batista da Silva (conhecido como “João da Beleza”), filho de Antônio Batista da Silva e Maria Vicência de Alvarenga, neto paterno de João

Batista da Silva, genro de Maria da Fé. Na época deste proprietário a fazenda já estava estragada e em caminho de completa ruína. A fazenda das Posses, Luiz Barcelos de Toledo acredita que foi construída por David de Siqueira Pinto, filho de Isidoro, antes de ele se mudar para Faxina (atual Itapeva-SP). Era um estabelecimento medíocre na época. Na ocasião, esta fazenda nunca tivera estabelecimento agrícola (=nomeada). Mas tinha terras boas, principalmente as que ficavam na descida da serra do Sabará, excelentes para qualquer cultura. Diversas pessoas tiveram parte nessa fazenda: Ignácio de Paula Pinto, Pedro José de Souza. Finalmente, pertenceu a João Pereira Goulart Júnior, casado com Maria José de Jesus, filha de João Batista da Silva, genro de Maria da Fé. Depois, Goulart a vendeu a seu cunhado Manuel Batista da Silva, neto de Maria da Fé, casado com Dona Ana Ribeiro da Silva. Com sua morte, passou a pertencer a seu filho Guilhermino Batista Campos. Segundo Luiz Barcelos de Toledo, a fazenda dos Pintos teria sido edificada por Antônio de Siqueira Pinto, filho de Isidoro.

Pouco valor tinha na época e foi comprada por João Carneiro Santiago que nela colocou seu genro Manuel Gonçalves da Costa. As terras eram

² BOAS, Elias Braga Vilas. Isidoro de Siqueira Pinto – importante povoador de Maria da Fé, no Sul de Minas, p.621-644. Disponível: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev20_art20.pdf. Acesso em fev/2020.

extraordinariamente férteis. Dona Silvéria, filha de Isidoro, residiu inicialmente na fazenda de seu pai na Beleza. Depois foi morar no Jardim, uma morada de pouco valor na época. Estes venderam as cabeceiras, nos limites com Lucas José de Souza (próximo aos “Caetés”) e Joaquim Ramos da Silva. Esta localidade depois pertenceu a Gabriel Borges de Oliveira, casado com Maria Ribeiro da Silva (filha do supracitado Manuel Batista da Silva), que residia no “Campinho”. No Jardim, também tiveram parte: Cristiano Ribeiro de Castro e sua esposa Maria Ribeiro de Castro, que a venderam a Manoel Joaquim da Silva (apelidado “Manoel Joaquim Gordo”), residente na localidade do “Charquinho”. pai de Felício Avelino da Silva e Joaquim Manoel da Silva. A denominação “Jardim” incluía também terras pertencentes ao atual bairro “Mata do Isidoro” As terras do Soares eram frias e montanhosas e próprias para a cultura de batatas e trigo. Dona Eligênia Maria do Espírito Santo, filha de Isidoro, foi casada com Joaquim Martins de Souza, um dos primeiros habitantes de Caethés ou Tocós. Também foi um dos primeiros habitantes destas terras Manoel Soares da Cunha, um dos troncos da família “Soares”, filho de Tomaz Soares Guimarães e Leonarda Maria dos Santos, que deu o nome ao local onde residiu Isidoro de Siqueira Pinto - importante povoador de Maria da Fé. A Reserva pertenceu Custódio de Siqueira Pinto, filho de Isidoro. Foi um pequeno estabelecimento, sem grande importância na época. Passou com sua morte a seu filho José Custódio de Siqueira, tronco da família “Custódio”.

A pesquisa genealógica de Elias Braga sobre as origens das famílias marienses e seus descendentes é, reconhecidamente, um dos acervos mais ricos do Grupo “Maria da Fé Antiga - histórias da cidade que amamos”, disponível na rede social Facebook, complementada com fotos e comentários de pessoas que visitam o Grupo desde 2012, com destaque para a professora Mari Léa Zaroni Campos e os jovens Renato Siqueira e Júlio César Guedes, este fundador do Grupo. Acrescente-se às publicações os textos do professor, advogado, ex-vereador e ex-presidente da Câmara Municipal Osvaldo Renó Campos, grande conhecedor dessas paragens relatadas nos jornais “Gazeta da Serra” e “O Mariense”, de Eugênio de Souza Cardoso, que complementam a história antiga de Maria da Fé. Destacam-se também as reportagens dos jornais “O Município”, de Hermínio Gatto; “O Mariense”, de Antônio Aguiar e Ítalo Venturelli; Novo Horizonte, de Walter Alvarenga; e artigos de Armelino Guimarães, historiador de Itajubá (MG).

Toda essa bibliografia e uma infinidade de postagens e comentários do Grupo Maria da Fé Antiga têm potencializado as informações sobre as origens do povoamento do município de Maria da Fé, a partir de sua fundação, enriquecendo e ampliando o acervo historiográfico das famílias que habitavam as terras no entorno da vila de Maria da Fé. São depoimentos com uma riqueza de fatos e fotos que o espaço deste Memorial seria insuficiente para registrar; portanto, é recomendável aos interessados em saber maiores detalhes sobre o nascimento das comunidades rurais e as famílias que nelas residiram, que busquem as fontes citadas durante a leitura dos livros do Memorial da Câmara. Um ou outro trecho será mais explicitado ao longo das pesquisas, porque faz referências às origens das famílias dos vereadores marienses, principal foco desta publicação histórica.



Fazenda Monte Alegre – Distrito de Pintos Negreiros

***“De 1855, a mais antiga construção do município de Maria da Fé. Um dos maiores patrimônios do município, esta fazenda foi no passado um grande centro de comércio, recebia tropas, caminhões, carros de bois para o transporte de sua produção. Conserva mobiliário desta época, uma capela no interior da casa, paredões e muros de pedras construídos por escravos. Por Mari Léa Zaroni no Grupo Maria da Fé Antiga.*”**

A FAZENDA MONTE ALEGRE, PINTOS NEGREIROS

A mais antiga construção de Maria da Fé, que fica no Distrito Pintos Negreiros, é a Fazenda Monte Alegre, construída em 1855 pelo Comendador Vieira, pessoa vinda do Rio de Janeiro. Foi construída por escravos, com base de pedras e paredes de pau-a-pique; sendo que toda a madeira da construção é de peroba e foi extraída da mata da fazenda. As fechaduras e os trincos das portas e os papéis de parede vieram da Europa. As paredes da sala principal eram forradas com papel de parede com motivos de uma caçada, com cavaleiros, cachorros e a mata. Foi uma pena não ter conservado a parede que era tão linda! A mesa da sala de jantar foi construída na própria sala. O Comendador Vieira construiu esta fazenda para trazer seus amigos fidalgos do Rio de Janeiro para as caçadas nas matas do local. O segundo proprietário foi sócio da firma Antônio Coli & Cia. Com bens em Carmo de Minas e Rio de Janeiro, a Companhia dos Coli foi à falência e também a Fazenda Monte Alegre, com 2.000 alqueires. O proprietário seguinte foi Onofre Prince de Souza, ex-presidente da Câmara Municipal, que adquiriu no ano de 1940



ONOFRE PRINCE DE SOUZA
foi vereador e vice-presidente da Câmara Municipal,
de 31/01/1951 a 11/06/1952.

*"Família Prince: Antonieta e Onofre com os filhos:
Wilson - Edson (Edinho), Braz, Inês e Lecy - lá pelas bandas de 1934.
Faltam as filhas: Genoveva, Celina e Marieta. Foto de Jane Prince (filha de Lecy)".
Por Mari Léa Zaroni no Grupo Maria da Fé Antiga.*



parte das terras da fazenda, inclusive a sede. A casa estava uma bagunça porque a falência a deixou com as portas abertas. Foi quando desmancharam a senzala e aproveitaram as madeiras, bem como destruíram as casas dos escravos. O novo proprietário recuperou a sede, onde passou a morar com seus nove filhos, vindos de Carmo de Minas. Atualmente, a fazenda pertence à Lecy Prince, que a recebeu por herança de seu pai, Onofre Prince de Souza, que foi tropeiro. Foi um local de intenso comércio de tropas, carros de bois e caminhões, que transportavam a produção diversificada da fazenda para a região. A casa mantém suas características originais e, na sala de jantar, tem uma capela onde se realizou o casamento de sua filha, Inês com José Martins Corrêa. (Texto de Lecy Prince, filha do ex-presidente Onofre Prince de Souza, e antiga proprietária”, postado por Mari Léa Zaroni, em 10/06/2012, na rede social Facebook.

* Após o falecimento de Lecy Prince, a Fazenda foi herdada pelos seus filhos e vendida. Hoje, a proprietária é a Sra. Santina Gonzales de Oliveira (set/2019) (N.R.)³

³ O distrito foi criado em 1953, pela Lei Municipal nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, com o nome oficial de Pintos dos Negreiros (Wikipedia, 2019)

UM REPRESENTANTE DE PRESTÍGIO DO DISTRITO DE PIN- TOS NEGREIROS - ALCIDES FERNANDES GORGULHO

VEREADOR DE 31/01/1963 A 31/12/1966.

“Vindo de uma cidade grande, precisamente do Rio de Janeiro, com pouco tempo de vivência entre nós marienses, o Dr. Alcides adquiriu enorme popularidade depois que se tornou funcionário da única Agência de Correios de Maria da Fé. Conheceu aí parte de seu futuro campo de amizades face ao movimento da Agência. Foi ali que eu o conheci, pois o meu comércio fazia muito uso daquela agência. Fazia suas refeições no Bar do Titi, restaurante muito frequentado, aumentando ainda mais as amizades com torcedores de futebol, esporte que passou a fazer parte de sua vida. Mais tarde, tornou-se Diretor do Esporte Clube Mariense, onde trazia reforços de jogadores de outras cidades como São Lourenço e Itajubá, acirrando as disputas deste esporte com os clubes aqui existentes. Face a essa e a outras atividades, sua popularidade aumentou, sendo convidado para assumir a diretoria do Clube Recreativo de Maria da Fé. Trouxe grandes orquestras do Estado de São Paulo e de nossa região, realizando grandes bailes e ativando a vida social da cidade. Nesse mesmo tempo, estudou para prestar concurso para Juiz de Direito, pois se formara em advocacia. Eleito vereador pela U.D.N., trabalhou junto ao governo estadual de Magalhães Pinto e conseguiu a transferência do Ginásio particular de Maria da Fé, para Estadual. Foi candidato a Prefeito por duas vezes. Foi Juiz de Direito em diversas cidades, como: Jacuí, Tupaciguara, Pedralva, Cristina e Itajubá, onde encerrou sua carreira como Desembargador. Foi casado com Maria Elizabeth Mendes e teve quatro filhos: Milene, Rodrigo, Túlio e Tânia. Exerceu o mandato de vereador de 1963 a 1966 com muito amor, interesse, seriedade e trabalho, como era próprio do seu caráter.”

Depoimento do amigo Nilson
Costa Silva, em julho de 2020.



**Acervo de Milene Resek,
filha do ex-vereador Dr. Alcides.**

2 A FAZENDA GOIABAL - PROPRIEDADE DE SILVESTRE DE AZEVEDO JUNQUEIRA FERRAZ – PREFEITO DE MARIA DA FÉ DE 1947 A 1951

O Jornal “O Mariense”, de Eugênio de Souza Cardoso, de dezembro de 2017, publicou, na sua sessão de Memórias, as origens da Fazenda Goiabal. Conta o redator que Manoel Gonçalves, imigrante português, vindo de Baependi, teve quatro filhos: João, José, Joaquim e Emiliano; e duas filhas: Lúdia e Maria Inácia. Esta casou-se com o Capitão João Ribeiro, que, como seu cunhado João Gonçalves da Costa, tornou-se figura ilustre da nossa história local. Os irmãos José, Emiliano e Lúdia mudaram-se de Maria da Fé e Joaquim adquiriu as terras da Fazenda Goiabal, vindo a vendê-las, posteriormente, ao Cel. Silvestre Ferraz.

Mirtes Ferraz, esposa de Décio Ferraz e nora do Cel. Silvestre, escreveu sobre a história da Fazenda Goiabal e de seu sogro, um dos prefeitos mais dinâmicos de Maria da Fé⁵. Seus apontamentos foram guardados pela neta do Coronel, Ana Goulart Ferraz, e se acham assim transcritos:



VISTA GERAL DA FAZENDA GOIABAL
Acervo: Ana Goulart - Niquinha
(neta do Cel. Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz).

⁵ Material cedido pela filha de Dona Mirtes Ferraz, Ana Goulart (Niquinha), em dez/2019. Documentos da Prefeitura Municipal registram o Governo do Cel. Silvestre, de 23/11/1947 a 30/01/1951

“O bairro Goiabal fica próximo de Maria da Fé, cerca de 5 Km e de Itajubá, 18 km. A parte correspondente ao município de Itajubá possui 200 alqueires e anexos, que incluem Rio Manso ou Usina, Sítio do Ouro, Bom Retiro e Cândido Gonçalves. Seus limites são: Rio Sabarazinho, Virgílio Campos, João Gonçalves, José Custódio, Família Borges, Sebastião Teodoro, Dalmo Junqueira Ferraz, Cia. Sul Mineira de Eletricidade, João Marcelo, Joaquim Veloso, Joaquim José de Aquino, novamente Dalmo Junqueira Ferraz e, finalmente, o rio Sabarazinho, ponto de partida. A parte de Maria da Fé, propriedade de 150 alqueires, denominada Pintos e Marianos, confronta-se com o rio abaixo até a divisa de Joaquim Tomaz e aí deixa o rio e sobe à esquerda até alcançar a divisa do espólio de Caetano Maria Junho, seguindo até a divisa do Dr. Viana (José Vilela Viana - Fazenda Trigal) e subindo o espigão e ainda descendo o mesmo até apanhar a estrada que vai para o Sabará e Pintos, e continuando pela mesma estrada que vai para Maria da Fé. A Fazenda Goiabal surgiu da divisão da Fazenda dos Pintos de Manoel Gonçalves da Costa e de Dona Maria Ribeiro Gonçalves. Seu filho, Joaquim Gonçalves da Costa, ao se casar com Ana Costa Ferraz, veio morar onde é hoje a fazenda Goiabal, porém, a Casa Grande era em outro local. (Em 1926, o Sr. Silvestre construiu a sede da fazenda no local que se encontra até hoje). Na escritura pública feita pelo 1º tabelião, Olímpio Augusto de Magalhães, datada de 07/07/1904, consta que terras de culturas situadas na “fazenda do Goiabal”, distrito desta cidade, foram adquiridas por Joaquim Gonçalves da Costa e estava dividida: uma parte recebida por herança de sua finada mãe e outra de sua sogra Dona Maria Ribeiro Santiago. Confrontava-se ao Nascente com a fazenda das Posses e Joaquim Pereira da Silva; ao sul com Manoel José de Lima; o poente e ao norte com o mesmo outorgado comprador, regulando esta parte mais ou menos 50 alqueires. Estas últimas terras, Joaquim adquiriu de seu irmão, José Gonçalves da Costa e de sua mulher Dona Maria Inácia Carneiro, fazendeiros e residentes na Vila de Pedra Branca (Pedralva), nossa antiga comarca. Família: Em setembro de 1917, o Sr. Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz comprou as terras do Sr. Joaquim Gonçalves da Costa e se estabeleceu no Goiabal, onde havia apenas a casa do proprietário e mais duas casas de empregados. Viera de Pirapetinga, Zona da Mata mineira, da Fazenda Nova Floresta, terras do seu sogro, onde trabalhava. Em 1918, trouxe a família para o Goiabal. O “Coronel Silvestre”⁽⁶⁾, como ficou conhecido em Maria da Fé, nasceu na Fazenda Sesmaria (Cristina-MG), no dia 16/07/1889.

⁶Ver documento anexo (Título de Tenente concedido pelo Presidente Arthur Bernardes)

Era filho de Salviano Dias Ferraz e Maria José Junqueira Ferraz. Estudou no Colégio São José em Carmo de Minas e casou-se com Anna Junqueira Ferraz (D. Niquinha), em 10 de setembro de 1910. Tiveram 12 (doze) filhos, sendo que os sete primeiros faleceram ainda jovens. Os demais: Nilza Junqueira Ferraz Vianna (falecida), Décio Junqueira Ferraz (falecido), Darcy Junqueira Ferraz (falecido) e Nilva Junqueira Ferraz Brugger. D. Niquinha faleceu em seis de julho de 1955 e o Sr. Silvestre casou-se pela segunda vez com Maria José Pereira Ferraz, em 16 de julho de 1958. Tiveram dois filhos: Silvestre de A. Junqueira Ferraz Filho e Maria Letícia Ferraz Pereira.

A capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Nossa Senhora do Carmo foi construída a pedido de D. Niquinha que era devota de N.S.do Perpétuo Socorro. Mas, como o Sr. Silvestre havia nascido no dia de Nossa Senhora do Carmo ele manteve no altar da capela as duas imagens das santas. A capelinha foi inaugurada em 16/07/1939 e todos os anos, uma missa era celebrada nesse dia e também oferecida a imposição do escapulário de Nossa Senhora aos participantes da cerimônia. Durante o período em que o Padre Juca foi vigário da Paróquia de N.S. de Lourdes (1957-1970), havia a celebração de missas no Goiabal e com ele vinham a D. Dulce Nogueira e D. Maria José Ribeiro para darem o catecismo todos os domingos. Outros padres vieram nos anos seguintes, até que foi construída a Escola Coronel Silvestre (1935) nas terras que pertenciam a Itajubá. A partir de então, as professoras da escola providenciavam a 1ª Comunhão das crianças através da Paróquia de S. José de Itajubá. Quando da visita do Sr. Bispo D. João Bergese no Goiabal, ele notou uma grande quantidade de crianças, então nomeou a Maria Nazaré da Costa Goulart, que ele já conhecia, para organizar a pastoral das crianças do bairro. Ela passou a orientar também os casais de noivos antes do casamento. Após a construção da escola, as crianças passaram a receber formação religiosa do Sr. Benedito Carlos de Oliveira (ex-seminarista e pai das professoras Vera e Isabel de Oliveira), que era pago pelo Sr. Silvestre. Ele dava aula de manhã para as crianças e à noite para os adultos. Depois veio outra professora de Itajubá, D. Maria José Oliveira.

O trabalho na Fazenda: Ao chegar em Maria da Fé, o Sr. Silvestre começou a trabalhar as primeiras lavouras da Fazenda Goiabal e com muita dificuldade iniciou o plantio de feijão, batata e milho. Era um homem simples e determinado. Depois, começou a plantar café, colhendo sua primeira safra em 21 de maio de 1924, que a trouxe no primeiro carro de boi. Chegou a colher 8.000 sacas de café. Dedicou-se, também, à pecuária e à criação de porcos. D. Niquinha muito ajudou seu marido fabricando queijo e mandando o almoço aos empregados. O engenho da fazenda funcionou, a princípio, como máquina de café; depois, serviu de local para a fabricação de açúcar e, por pouco tempo, de aguardente. Era mais para o consumo da família.

Vida pública: Tempos depois, quando se sentiu mais realizado, o Sr. Silvestre entrou na política. Em 6 de julho de 1936, tornou-se vereador em Itajubá. Anos mais tarde, foi escolhido para ser candidato a Prefeito de Maria da Fé, o que aceitou de pronto, pois tinha grande vontade de trabalhar para o desenvolvimento de nossa cidade, que o acolheu e muito amava como se fosse sua terra natal. Eleito prefeito em 1º de junho de 1948(10), recebeu uma carta de solidariedade com a assinatura dos vereadores eleitos à Câmara Municipal, que muito o enalteceu. Relacionava-se tanto na área estadual como federal ⁽⁷⁾.

Realizações: Ao se tornar Prefeito de Maria da Fé, encontrou muitos problemas de infraestrutura, como a falta d'água e de esgotos. Iniciou seus trabalhos nessa área, trazendo água da Pomária, pois a do Campo de Sementes já não era suficiente. Para melhorar a entrada e a saída da cidade (antiga estrada de terra), abriu a Rua Dr. Silvestre Dias Ferraz, margeando a linha férrea e a Rua Lucas Evangelista Guedes, além do prolongamento da Av. Luiz Corrêa Cardoso, na Turquia. Realizou o calçamento da Praça da Estação e seu prolongamento até a Praça N.S. de Lourdes e a Rua Arlindo Zaroni, e ainda obras do jardim da Praça Dr. Wenceslau Braz. Olhando com carinho para a zona rural, construiu a estrada ligando Pintos Negreiros a D. Viçoso, assim também a estrada para o Grotão. Outras melhorias podem ser citadas: a estrada do bairro da Ilha inaugurada em 15 de outubro de 1952; ligação de Maria da Fé à Rodovia de São Lourenço-Pedralva, via 7 de abril; construção da ponte no bairro Pintos Negreiros, indo para a Igreja; construção da ponte sobre o Rio dos Criminosos, ligando os povoados Pintos-Barra; construção da ponte no bairro Cafundó e mais duas pontes no Bairro Coitos; ampliação da estrada do Bairro Varginha e construção da escola rural Padre Lauro de Castro, na Reserva ⁽⁸⁾.

O Hospital e o Posto de Saúde: O grande sonho do Sr. Silvestre era a construção de um hospital (Santa Casa) em Maria da Fé. Assim, ele e o Sr. José Eugênio Koch Torres iniciaram a Fundação Ferraz e Torres, cada um doando 200 mil cruzeiros, importância depositada no Banco Itajubá, cujo gerente, na época, era o Sr. Gentil Valério Fernandes ⁽⁹⁾. O Sr. Silvestre retirou a quantia

⁷ Manteve estreitos laços políticos e de amizade com os presidentes Wenceslau Braz e Juscelino Kubitschek de Oliveira e outras autoridades da época.

⁸ Texto do Sr. Ítalo Venturelli, publicado no Jornal Gazeta da Serra (05/12/1968) diz ainda que o Coronel Silvestre construiu as tradicionais escadinhas das nossas praças com seus próprios recursos e foi o grande benemérito do erguimento da Matriz N.S. de Lourdes, onde fez polpudas doações, incluindo o altar-mor “uma peça de grande valor artístico e de alto custo comprada na Itália” (CAMPOS e CAMPOS, Revista Centenário da Paróquia de Maria da Fé, p. 42).

⁹ Ver documento anexo (depósito no Banco de Itajubá). (Outras informações no período de 1948-1951 e 1959-1962)

dos seus honorários como Prefeito e o Sr. Eugênio da sua produção de marmelos na Pomária. Para iniciar, o Sr. Silvestre comprou a chácara do Sr. Braz Maria Junior, onde é hoje o Hospital, que, a princípio, chamava-se Ferraz e Torres devido a esses fatos. Mas, foi o seu amigo e Prefeito Manoel Gonçalves que conseguiu realizar o seu sonho. Além disso, o Sr. Silvestre iniciou a construção do antigo Posto de Saúde e o Mercado Municipal (locais onde se encontra hoje a E.E Nossa Senhora de Lourdes). O Posto de Saúde do Goiabal, construído no mandato do Prefeito Alexandre Cardoso (1993-1996), com justa homenagem, recebeu o nome do Sr. Silvestre. Importantes médicos de Itajubá, como o Dr. Gaspar Lisboa e o Dr. Braguinha estiveram no Goiabal dando assistência à saúde das crianças.

Até os últimos anos de vida, o Sr. Silvestre não poupou esforços para o bem de Maria da Fé. Sentindo-se muito doente, passava mais tempo em São Lourenço, onde veio a falecer em 18 de outubro de 1968, sendo sepultado na cidade de Cristina.

Dona Mirtes termina dizendo: “O Sr. Silvestre era um homem de fibra, de caráter ativo, mas inteligente, honesto e responsável. Grande exemplo de chefe de família, digno esposo, religioso, devoto de Nossa Senhora do Carmo. Todos esses princípios vieram do ambiente sério e honesto em que foi criado, herdando bons costumes, honestidade, religiosidade, dignidade e caráter”.

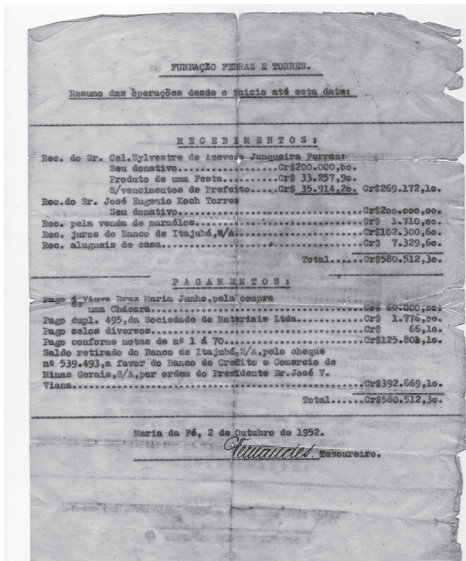


**Inauguração da Fazenda Goiabal, em 20/01/1926.
Por Júlio Cesar Guedes no Grupo Maria da Fé Antiga**



Visita de Juscelino Kubitschek de Oliveira à Maria da Fé, em 1955. Foto em frente à casa do Cel. Silvestre Ferraz (última residência de Mari Léa Zaroni). Acervo: Grupo Maria da Fé Antiga

Cel. Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz, na época prefeito de Maria da Fé-MG e proprietário da Fazenda Goiabal, com o presidente da república Juscelino Kubitschek em visitas a cidade de Maria da Fé



Recibo de depósito no Banco de Itajubá (out/1952): doação do Cel. Silvestre Ferraz e do Sr. José Koch Torres para lançamento da pedra fundamental do Hospital Ferraz e Torres de Maria da Fé, incluindo a compra da Chácara do Sr. Braz Maria Junior que existia no local. A construção do Hospital foi realizada no governo do Prefeito Manoel Gonçalves (1967-1970).

Carta de apoio da Câmara Municipal ao Cel. Silvestre quando da sua posse como Prefeito Municipal (1948-1951), transcrita do original do acervo de Ana Goulart Ferraz:

Sr. Prefeito Municipal de Maria da Fé

Os abaixo-assinados, membros que compõem o Legislativo Municipal tem a subida honra de cumprimenta-lo pela data de hoje, primeiro de junho, que se comemora a instalação deste município. Há trinta e seis anos, pessoas ilustres e verdadeiras amigas de Maria da Fé, sendo Presidente da Câmara, o inesquecível Sr. Joaquim Gomes Franqueira, rodeado de sinceros colaboradores, como sejam Arlindo Zaroni, Francisco carneiro Santiago, Comendador Schumann e João Carneiro Santiago Junior, tendo assinado a Lei o preclaro presidente do Estado, Dr. Wenceslau Braz. Hoje o nosso município entregue à sábia orientação de V.S. temos a certeza que saberá com serenidade resolver os múltiplos problemas que nos estão afetos, podendo V.S. contar com a nossa inteira solidariedade e confiança absoluta nas realizações de seu governo.

Com os nossos votos pela felicidade pessoal de V.S. e feliz êxito de seu governo, subscrevemo-nos atenciosamente.

Maria da Fé, 1 de junho de 1948

Onofre Prince de Souza, José Villela Vianna, João Augusto, Francisco Fernandes Filho, Valdemir Ribeiro dos Santos, Sebastião Avelino da Silva, João Corrêa Pinto, Domingos Tótora, José Henrique de Souza

FAZENDA GOIABAL (ATUAL). As professoras Edna de Almeida Gonçalves, Rosália Lopes Gonçalves e Waldegmar Sarno davam aula no Curso Mobral, na porta lateral, bem no centro da foto. Acervo: Ana Goulart Ferraz (Niquinha).





Senhora Mirtes Goulart Ferraz
Grande mulher, exemplo de mãe, esposa e companheira, Mirtes Goulart Ferraz nasceu em Maria da Fé em 26 de abril de 1928, filha de Benedito Goulart de Paiva e Nazareth da Costa Goulart. Casou-se em 19 de dezembro de 1950 com Décio Junqueira Ferraz e teve oito filhos. Residiu na Fazenda Goibal desde os quatro meses de vida, onde estudou os primeiros anos e mais tarde, foi interna no Colégio Sagrado Coração de Jesus em Itajubá. Foi professora no Grupo Arlindo Zaroni na década de 40

e até seus últimos dias de vida ensinou quem tem o privilégio de conviver com ela, aproveitando seus conhecimentos e exemplos de vida. Pessoa de grande carisma e bondade. Alimentava a todos com seu amor e delicadeza, curava com suas mãos santas e com palavras de carinho quem precisava. Sentia-se feliz, servindo! Tanto que era chamada de MÃE pelos moradores da Fazenda. Pessoa especial, de pura luz e coração lindo. Exemplo vivo de amor e dedicação. Ser humano de rara beleza interior, olhar meigo, voz mansa e gestos dóceis. Dona Mirtes viveu seus 89 anos fazendo o bem, enxergando as qualidades e valorizando o ser humano acima de tudo. (Texto preparado pela Câmara Municipal para a Sessão Solene de Entrega da Comenda Maria da Fé, em 2017).



***D. Mirtes e Sr. Décio Ferraz (ambos falecidos)
– ele filho de Silvestre Junqueira Ferraz.
Acervo: Ana Goulart Ferraz (Niquinha)***

A FAZENDA POMÁRIA

O capítulo 30, do livro de Ignácio Carlos Moreira Murta, “Anos de Esperança” (1999)¹⁰, fala do casal José Eugênio Koch e D. Sôphia Torres. “Eram ambos oriundos de Campos, no Estado do Rio. O pai da moça era usineiro, e o de José possuía uma pequena companhia de navegação” (p.141). Tiveram cinco filhos: Francisco Ricardo, Rogério, Roberto, Rodrigo e Marcos. Ignácio, adotivo, foi o temporão. Compraram as terras marienses do irmão de José, Davi e de seu pai Admardo, que, por sua vez, havia comprado do Sr. Arlindo Zaroni. “Seu Torres (José Eugênio) pensava em Fazenda Pomares, mas, por erro do encarregado do registro no cartório, saiu Pomária. E o nome continuou a despeito do arranhão no vernáculo” (p.144). Em 1924, Murta descreve a Pomária: “Localizada bem próxima à vila, chegava-se à sede por uma bucólica estradinha de terra que, a certa altura, penetrava num bosque de pinheiros, cujos galhos se tocavam no alto formando um romântico túnel”.

As melhores informações sobre a fazenda Pomária e sua ligação com o desenvolvimento das oliveiras em Maria da Fé fazem parte de uma pesquisa científica encontrada no livro de Adelson Francisco de Oliveira¹¹ (Editor Técnico), publicado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, em 2012, sobre a produção da oliveira no Brasil. No capítulo 2, Alves et al, colaboradores de Oliveira, relatam a importância das primeiras experiências do Sr. José Eugênio com a lavagem da batata, método revolucionário para a época, que deixava o produto mais agradável aos olhos do freguês, mas que diminuía sua resistência. Para vendê-la mais rapidamente, passou a comprar uma sacaria com as malhas ligeiramente abertas, onde ficava mais fácil de ver a “qualidade” do produto.

Francisco Ricardo, filho de José e Sophia, também relata, no seu livro¹², que: “Com o tempo, a batata “Jocótó” (JKT=José Kock Torres)

¹⁰ O livro, as fotos e os outros documentos da família foram cedidos por Roselle Torres, filha de D. Lourdinha e Rogério Torres, proprietários da Fazenda Pomária por muitos anos.

¹¹ OLIVEIRA, A.F de. Oliveira no Brasil: tecnologias de produção. Belo Horizonte: EPAMIG, 2012.

¹² TORRES, Francisco Ricardo. A Conformidade. Brochura. Tipografia São Tomé. Rio de Janeiro. 2002

como ele próprio a chamava, ficou conhecida e disputada no mercado do Rio” (p.39), mas, após negócios não muito lucrativos, o Sr. José chegou à conclusão de que esse tubérculo não era a cultura indicada para Maria da Fé. As razões: “1. O ciclo curto (de produção) obrigava o amanho da terra em espaços de tempo muito pequenos; 2. Por mais que se fizessem valas, o terreno muito inclinado facilitava a erosão; 3. Esta inclinação do terreno impedia o uso de máquinas, de forma que Maria da Fé perderia em competitividade com qualquer lugar, com o mesmo clima, em que um pudesse andar”. (p.49)¹³ Assim, o Sr. José passou a se dedicar a culturas mais perenes como a uva e a oliveira.

Segundo Oliveira (2012), na década de 40, aconteceu o primeiro plantio em larga escala de oliveira na propriedade (200 pés), em sistema de consórcio com a fruticultura e a agropecuária.

Trecho do livro de Murta (1999, p.144) confirma a fase de prosperidade da Fazenda Pomária:

O clima favorecia o plantio de árvores frutíferas próprias da Europa. Assim, apareceram as primeiras mudas de oliveira cultivadas no país. Foram trazidas por Emídio, robusto português que se estabeleceu na fazendinha como seu administrador. José fez construir para o português e sua família uma confortável casa junto à divisa da propriedade, na estrada para a vila. Posteriormente vieram várias variedades de parreira: merlot, cabernet, sauvignon, a famosa Riesling que dá origem ao excelente vinho branco alemão, além das indefectíveis moscatel, variedades estas conseguidas por intermédio de um cunhado de José, então Ministro da Agricultura. Vieram também mudas de pereiras, castanheiras, pessegueiros, marmeleiros e macieiras.

Oliveira (2012) ressalta a dedicação e a percepção do Sr. Emídio ao solicitar à sua esposa, que veio de Portugal para o Brasil em 1935, “trazer mudas e sementes, tais como, oliveiras, macieiras, nogueiras e carvalhos” (p.53). O português e o Sr. José Eugênio montaram o viveiro “Casa do Mato” na Fazenda Pomária, deste saíram as mudas de oliveira, que foram plantadas em 1947 na Praça Getúlio Vargas e, em 1959, em frente ao

¹³ Uma clara visão do que iria acontecer na década de 90 (N.R.)

Grupo Escolar Arlindo Zaroni. Plantaram também muitas araucárias e cuidaram das minas d'água, cujo excedente abastecia várias residências de Maria da Fé. Como bons administradores, mantinham rigoroso controle das despesas e créditos da Fazenda. Os livros de registros, assim como os sábios conselhos do Sr. J. Eugênio estão guardados até hoje pelos netos e bisnetos¹⁴. A Fazenda Pomária fazia jus ao seu nome com uma extensa produção de frutas, principalmente marmelos. Foi daí que o Sr. José Koch Torres retirou a quantia necessária para junto com o grande amigo Cel. Silvestre Ferraz fazer a doação de 200 mil cruzeiros (cada um) para a compra da Chácara da viúva de Braz Maria Júnior, onde foi colocada a pedra fundamental do Hospital Ferraz e Torres¹⁵. Diz Oliveira (2012, p.56):

Enquanto trabalhou na fazenda Pomária, o Sr. Emídio também se dedicou à formação de um enorme pomar. Além do imenso parreiral de uvas, produziu pêssegos e maçãs. Os cultivos de uva e pêssegos eram consorciados com oliveira, demonstrando naquela época, um conhecimento considerável sobre a utilização de técnicas de plantio mais rentáveis aos produtores, técnicas estas utilizadas também em Santiago de Besteiros, cidade onde Sr. Emídio nasceu. As frutas produzidas eram comercializadas no centro da cidade de Maria da Fé.

No entanto, em 1946, o Sr. Emídio demitiu-se da Fazenda Pomária, para comprar alguns anos mais tarde, um pequeno sítio no Bairro da Grota, onde se dedicou à plantação de uva e à fabricação de vinhos. Muitos dos descendentes Ferreira dos Santos ainda vivem naquela propriedade. Seu J. Eugênio, por essa época, havia sofrido um acidente vascular cerebral e, em consequência, ficou sem os movimentos do lado esquerdo do corpo, que equilibrava numa bengala. A partir de então, não foi mais possível manter sozinho a administração da Fazenda Pomária e decidiu que seu filho Rogério seria o mais indicado para substituí-lo.

¹⁴ Ver algumas de suas recomendações em cartas ao filho Rogério e à nora Lourdinha Torres nos textos complementares, ao final deste volume.

¹⁵ Ver cópia do depósito de 200 mil réis de cada um, no anexo ao texto sobre a Fazenda Goiabal.

Na seção Memória, do jornal “O Mariense”¹⁶ (julho/2010), José Rogério fala sobre seu pai Rogério Lamêgo Torres¹⁷.

Com grande carisma e forte vocação veterinária, logo se tornou popular e muito querido. Foi um homem de mente aberta e coração nobre. Sempre ajudou muitas pessoas, sendo que até hoje moram na fazenda filhos de antigos empregados seus, que sempre tratou com muita consideração e respeito” ... “Antes de toda onda ecológica que hoje existe, meu pai era um ambientalista nato. Não permitia caça na floresta e a matança de cobras, ao contrário, coletava-as e as mandava para o Instituto Butantã, em São Paulo, para produção do soro antiofídico”...Era um pai parceiro, educador, aventureiro, compreensivo e justo ... Era também muito exigente com nossa alimentação e mostrava a importância de cada alimento para nossa saúde.



D. Sophia e Sr. José Eugênio Koch na sede da Fazenda Pomária, nos anos 30, montado no burro Marechal. Atrás do retrato a frase: “As árvores que plantei falarão de mim aos meus filhos”. Acervo: Roselle Torres.

Rogério Torres casou-se em 1958 com D. Lourdinha, filha do Sr. Gentil Valério Fernandes e Angelina Carnevalli, com quem teve quatro filhos: Henrique, Roselle, Silvia e José Rogério. Com a morte prematura de Rogério em 1982, a família teve que se unir para enfrentar os problemas de manter as terras da Pomária produtivas e sustentáveis. Optaram

pelo Turismo Rural e, com trabalho árduo, conseguiram transformar a Fazenda em um dos lugares mais lindos e acolhedores de Maria da Fé. Infelizmente, em 2019, a Pomária ficou mais triste com a morte de D. Lourdinha, mas seus filhos e netos procuram honrar seus antepassados e continuar a saga da família, uma história que será contada mais adiante.

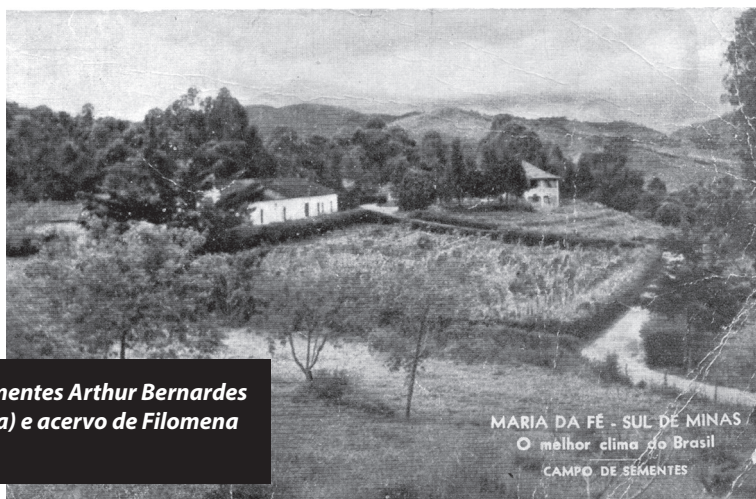
¹⁶ CARDOSO, Eugênio Souza. “O Mariense” n.47, de julho de 2010, seção Memória, p.12

¹⁷ Ver cópia do depósito de 200 mil réis de cada um, no anexo ao texto sobre a Fazenda Goiabal.

O CAMPO DE SEMENTES “ARTHUR BERNARDES” (ATUAL EPAMIG)

Antes de se tornar um centro de referência na produção de azeite genuinamente mariense, como conhecemos hoje, a EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais) foi um campo de experiências com sementes de batatas, frutas diversas e fumo, e aí o seu primeiro nome, em homenagem ao grande político mineiro que foi eleito o 12º Presidente do Brasil.

Em 31/10/1927, segundo pesquisas de Oliveira e seus colaboradores (2012, p.57)¹⁸, a fazenda denominada Sítio do Vargedo tornou-se uma propriedade Federal, quando foram desapropriadas terras do Sr. Fabrino de Oliveira e de sua esposa Alice. A Fazenda, representada pelo Dr. Joaquim Dutra da Fonseca, Diretor de Patrimônio Nacional, ficou registrada na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e depois transferida, em 1940, para o Cartório de Registro de Imóveis de Cristina (MG), tendo como confrontantes terras que pertenciam ao Sr. Arlindo Zaroni, Sr. Honório A. Gonçalves, Isaias Vilas Boas, Cel. Silvestre Junqueira Ferraz, João de Andrade José G.S. Braga e família Mendes, perfazendo um total de 113 hectares.



Campo de Sementes Arthur Bernardes
Foto (sem data) e acervo de Filomena
Ferreira

¹⁸ OLIVEIRA, A.F de. Oliveira no Brasil: tecnologias de produção. Belo Horizonte: EPAMIG, 2012.

Um dos primeiros relatos sobre o “Campo de Sementes Arthur Bernardes”, logo após a desapropriação, foram encontrados no Jornal “O Município” (25/01/1931, n.115, p.1). Sob o título “Reveno Maria da Fé”, o Professor Alfredo Bressane de Lima, antigo morador do Sítio do Vargedo, descreve como encontrou o lugar após anos residindo em Belo Horizonte:

Encontrei-o mudado. Era um campo de cultura no momento presente. Terra quase infecunda, prestando-se apenas para uma fantasia de algum multimilionário, o Sr. Coronel Bento Ferreira, seu diretor e o seu filho, o Sr. Dr. Renato de Almeida Xavier, chefe de cultura, transformaram-na, a poder de esforços e de enorme dedicação, num efetivo campo de cultura, uma terra exuberante. Percorri o posto meteorológico, passei depois de visitar o depósito de máquinas, através do pomar, revendo os lagos que outrora construía. Tudo ali demonstrava cuidado e capricho, desde a cultura das abelhas até a conservada estrada de automóvel e o cultivo de flores num bem cuidado jardim. Perto de um cercado de madressilva encontrei um pé de carvalho pelo qual eu me desvelara.

Mas, apesar das benfeitorias instaladas no Campo de Sementes “Arthur Bernardes”, e da beleza do lugar que atraía muitas famílias para piqueniques e passeios de jovens enamorados, havia grandes obstáculos a enfrentar por seus administradores na busca de soluções para os problemas agrícolas de Maria da Fé. Na década de trinta, essas dificuldades aumentaram devido à recessão econômica, a distância dos órgãos federais de assistência e defesa agrícola e a falta de conhecimentos técnicos dos lavradores marienses em lidar com as novas sementes importadas de batata, além das geadas e outras intempéries do ambiente, como demonstraram diversas reportagens publicadas no jornal “O Município” entre os anos de 1927 a 1932.

Na mesma época, o jovem engenheiro agrônomo, Dr. Renato de A. Xavier, na tentativa de melhorar a situação, publicava, periodicamente, no jornal, várias instruções aos lavradores sobre o preparo do solo, a época da aração, a fabricação da farinha de ossos para adubar a terra, e aconselhamentos quanto ao combate das pragas e dos insetos que assola-

vam as plantações, principalmente de batata¹⁹. Além dessas publicações, as instruções foram fixadas também na Prefeitura Municipal, mas esses procedimentos não favoreceram o acesso à leitura dos agricultores que viviam nas comunidades rurais. A maioria preferia, muitas vezes, o aconselhamento de um “prático” para sanar suas dúvidas (O MUNICÍPIO, 1932).

Por outro lado, muitos engenheiros agrônomos, designados pelo Ministério da Agricultura para orientar a produção agrícola e a pecuária mariense, eram estrangeiros que mal falavam nossa língua. Em 1932, o diretor do Campo de Sementes, Dr. Louiz Soublens, especialista em Pomicultura e que foi também Professor de Arquitetura e paisagismo em Itajubá, publicou sugestões para grandes avanços no plano geral de desenvolvimento e urbanismo de Maria da Fé, mas teve que contar com tradutores como Lauro Zaroni e Orlando Soares (O Município, 14/08 e 16/10/1932).

Também por essa época e contando com a parceria do engenheiro agrônomo Dr. Abelardo Sarmiento, Arlindo Zaroni desenvolveu, no Campo de Sementes, o projeto de produção de cigarros e cigarrilhas, o “Serviço de Fumo”, com o intuito de auxiliar nos prejuízos advindos da cultura da batata e do café, mas havia uma descrença dos lavradores e resistência dos fabricantes, em aceitar os novos produtos. (O MUNICÍPIO, 23/02/1933)

Em março de 1934, o jornal (nº.202) publicava, em primeira página, o Decreto Federal nº.11.268, que transferia o Campo de Seleção de Sementes “Arthur Bernardes” de Maria da Fé, e todos os seus bens, para o Governo do Estado. Essa medida possibilitou a centralização administrativa dos problemas agrícolas dos municípios mineiros e uma maior autonomia da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas na organização das fazendas experimentais. Outras medidas, como a instalação, em Varginha (MG), de uma inspetoria de Defesa Animal, contribuíram para o combate às zoonoses infectocontagiosas no Sul de Minas, por meio da vacinação.

¹⁹ Ver texto sobre a produção agrícola de Maria da Fé no Tomo I do Memorial da Câmara de Maria da Fé.

Também, em 1934, surgiram as Escolas Nacionais de Agronomia e de Veterinária, além do Banco Nacional de Crédito Rural, que possibilitaram maiores investimentos e pesquisas na agricultura mineira. Seguindo a linha de tempo do desenvolvimento dos órgãos de proteção e assistência à agricultura de Minas Gerais, encontramos as seguintes informações:

Em 1943, surge a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais.

1947-1951- Implantado o “Comboio Agrário Ambulante” para prestação da assistência técnica aos fazendeiros e adquiridas as primeiras fazendas destinadas exclusivamente a pesquisas agrícolas. Fundação da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), precursora da Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural de MG (Emater-MG).

1951- 1956 - Implantado o Programa de Armazéns Gerais, que mais tarde se tornou a Casemg (Companhia de Armazéns e Silos de MG). Criado o Serviço Especial da Cultura do Café e o Serviço de Combate à Broca do Café, além da implantação de máquinas incubadoras no Estado.

1956-1961- Criação da Camig para cuidar da comercialização de insumos agrícolas e política de mecanização.

No entanto, somente a partir de 1972, com o Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais (Pipaemg), iniciaram-se os trabalhos sistemáticos de pesquisa com diversas culturas, e, paralelamente, o uso de tecnologia e de maiores informações no campo. (OLIVEIRA, 2012).

Em 8 de maio de 1974, a Epamig é criada, indo ao encontro de uma nova fase de melhoramento genético da batata-semente, tornando-se um importante instrumento para o desenvolvimento regional, principalmente para Maria da Fé. A incrementação de tecnologias e pesquisas inéditas envolveu também a cultura de oliveira e de diversas espécies de frutas como maçã, pêssigo, nectarina, entre outras. (OLIVEIRA, 2012)



“A vocação de Maria da Fé para com o azeite começou aqui. Na foto seu Emídio, o português que trouxe e plantou os primeiros pés de Oliveira em Maria da Fé. Ele está realizando uma plantação na Praça em frente ao Grupo Arlindo Zaroni. Com Sr. Washington Viglioni, ladeado pelo Pe. Juca e Walter Mussulini. Ano: 1959”. Acervo de Dionísio da Silva Santos, por Júlio César Guedes.

O POVOADO POSSES

Muitas pesquisas feitas sobre as origens do nosso município apontam o Distrito Posses como o berço das famílias mais tradicionais de Maria da Fé. O texto de Mari Léa Zaroni (2015)²² aborda parte desta história (ver detalhes no Tomo I do Memorial da Câmara de Maria da Fé):

POSSES: SÉCULO XIX - ANA FELÍCIA DO AMOR DE DEUS E O DISTRITO POSSES

Após a morte de dona Maria da Fé, sua fazenda foi inventariada por 30 contos de réis e vendida pelos seus filhos a José Ribeiro da Luz, que a vendeu ao Cel. João Carneiro Santiago, depois pertenceu a José Gonçalves da Costa, que a revendeu ao Capitão João Ribeiro de Paiva e Luz. Somente sua filha, Ana Felícia do Amor de Deus, não se desfez de suas terras, a fazenda do Povoado Posses. O povoado Posses se originou da posse de terras por dona Maria da Fé, após uma demanda com Isidoro, seu confrontante. Neste local foi residir a filha de dona Maria da Fé, Ana Felícia do Amor de Deus, que se casara com João Batista da Silva, natural de Jacareí, em 04/02/1799, sendo este casal o primeiro a residir no sítio Posses.

Após a morte de dona Maria da Fé, que residia nas imediações do Bairro Ano Bom, os herdeiros venderam suas partes da Fazenda dos Campos, menos Ana Felícia e seu marido, que faleceu no povoado Posses em 1844, deixando numerosa descendência que até hoje mora no povoado, a família Batista Campos.



²²Grupo Maria da Fé Antiga - histórias da cidade que amamos - Publicado em 04/10/2015.

FAMÍLIA DE GUILHERMINO BATISTA CAMPOS

(1859-1933) - irmão de Zeca Batista

Dr. Osvaldo Renó Campos, um dos descendentes dessa honrosa família, em texto publicado no jornal “O Mariense”, de maio de 2013, conta que Guilhermino era filho de Manoel Batista da Silva e Ana Ribeiro da Silva, sendo bisneto de Maria da Fé pelo lado paterno e pelo lado materno de José Silva Campos. Casou-se com Ana Honória da Silva, filha de José Guedes Ramos e Carolina Maria de Jesus, da Mata do Izidoro.

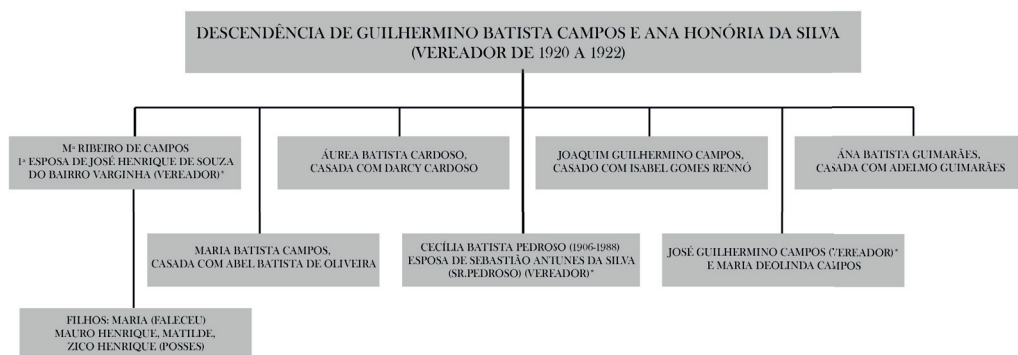
Foi proprietário de grandes extensões de terra nos bairros Posses, Reserva, Varginha e Mata do Izidoro, onde possuía uma serraria. Teve destacada ação política e social no Município: em parceria com João Gonçalves da Costa, liderou a construção do novo traçado da estrada Mata do Izidoro-Posses-Maria da Fé. Sua maior contribuição social foi a edificação e manutenção, às suas expensas, das três primeiras escolas rurais das Posses: a 1ª escola localizava-se nas proximidades da Ponte da Reserva e onde estudaram Otalvíio Custódio, Tinho Cassimiro, dentre outros, tendo como professor Joaquim Novato, vindo de Pedralva; a 2ª funcionou noutra imóvel de sua propriedade onde funcionou a venda de Domingos Tótora, tendo como professora a Sra. Natália Venturelli; a 3ª Escola foi construída em 1928, no local onde atualmente se localiza o imóvel da Professora Adriana. Nesta última escola trabalharam, dentre outras, as Professoras Dona Guiomar Nogueira, Dona Dinorá e Dona Izaurinha. (p.12)



FAMÍLIA DE GUILHERMINO BATISTA CAMPOS
(Da esquerda p/a direita) - À frente sentados: Áurea, Mariinha (neta), Maria do Abel, Matilde e Joaquim. Em pé: Cecília do Pedroso, Donana, Ana Honória e o Sr. Guilhermino.

Os quatro irmãos órfãos, netos de Guilhermino, eram filhos de Jose Henrique de Souza (da Varginha) e sua primeira esposa Maria Ribeiro de Campos (1894-1918), filha mais velha de Guilhermino que morreu de gripe espanhola. São filhos deste primeiro casamento: Maria (Mariinha), faleceu solteira em 1930; Matilde cc. Pedro Braga (pais do Lalau Braga); Zico Henrique e Mauro Henrique de Campos. Postagem de Júlio Cesar Guedes e Elias Braga, no Grupo Maria da Fé Antiga. Ambos descendentes do vereador Guilhermino.

E, por essa razão, a atual escola do Distrito Posses recebeu o nome de “Guilhermino Batista Campos”. Em 1920, o ilustre político integrou a Terceira Câmara dos Vereadores e foi grande colaborador de Arlindo Zaroni em vários projetos que beneficiaram sobremaneira o município de Maria da Fé. Contribuiu, também, para a construção da Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes.



Em texto arquivado na Câmara Municipal de Maria da Fé, de 1987, Dr. Osvaldo Renó Campos prestou sua homenagem ao distinto vereador:

“Nasceu no Bairro das Posses em 15/05/1898 e faleceu, nesta cidade, em 28/01/1987. Era filho de Guilhermino Batista Campos e de Ana Honória de Jesus e trineto de Maria da Fé de São Bernardo, a fundadora e pioneira do nosso município. Fez a Escola Primária no bairro Sabará, uma escola particular mantida por Francisco Carneiro e, depois, iniciou o secundário no Colégio Sul Americano, nesta cidade, mantido pelo professor Alfredo Bressane de Lima e sua esposa Lavínia Venturelli. Casou-se em 19/12/1917 com Maria Deolinda Campos que lhe deu os seguintes filhos: José Guilhermino Filho, que foi casado com Júlia Olinda Campos; Heitor Guilhermino Campos, casado com Antônia Ortega Campos, de nacionalidade argentina; e Irene Batista Campos, casada com Pedro dos Santos”.

Teve participação ativa na construção da Capela São José, do povoado Posses, a mais antiga igreja do município rural de Maria da Fé, possibilitando fazer a vontade de seu pai em vários empreendimentos, quando este faleceu em 1933. Era sócio de Domingos Tótora em uma casa co-

mercial. Era militante do PSD e fiel colaborador do Cel. Silvestre de A. Ferraz, naquela época, com um trabalho não remunerado. Segundo Dr. Osvaldo, José Guilhermino “colaborou diretamente com a administração pública, chefiando turmas de trabalhadores na conservação e construção de estradas públicas rurais e na construção do serviço de água para a cidade, com a captação da água da Pomária”. Em 1950, mudou-se para a cidade de Maria da Fé onde adquiriu a Chácara Engenho, na Lage, e em 1961, com o falecimento de Maria Deolinda, casou-se em segunda núpcias com Maria de Lourdes Cardoso Campos, no ano seguinte. José Guilhermino faleceu em 1973.

INAUGURAÇÃO DA CAPELA DAS POSSES, EM 1940

“O vigário da Matriz (N.S. de Lourdes), o Cônego João Aristides de Oliveira era o padre nesta época (1937-1941). Ele era um padre muito dinâmico e fazia um trabalho muito bonito com os jovens. Visitava as famílias da zona Rural de Moto. Um dia, visitando a nossa família, falou com o papai (José Archanjo de Campos, Zé Tio) do desejo de construir uma capela no bairro das Posses. Então o José Tio falou que já tinha um terreno, então foram conversar com o José Guilhermino e assim ficou marcado o local onde se ergueria a capela. O padre avisou o povo e logo já marcou três leilões que serviriam para custear o início da Construção. Foram realizados os leilões nas casas do Papai (Zé Tio), na casa do José Custódio e na casa do José Guilhermino, esses leilões aconteceram no ano de 1938, pois o leilão na casa do José Guilhermino foi no dia 24 de julho de 1938.

Naquele tempo os homens trabalhavam o dia todo até o escurecer, e como não havia iluminação, marcaram para a noite de lua cheia as escavações do lugar. Nesta noite todos os homens, rapazes e até crianças com enxadas, enxadões e pás realizaram o escavamento. Fizeram o serviço em duas noites de lua cheia. Com o dinheiro levantado nos leilões, foram comprados todos os materiais para a construção da capela. Para realizar as obras foi contratado o serviço do construtor Alfeu da Costa de Itajubá, que veio com seus empregados iniciar as obras em 1939. Todo material para a construção, inclusive as pedras e areia, foram transportados por carros de boi do papai (Zé Tio) e do José Guilhermino. Foram realizados ainda mais dois leilões, um na casa do Zé Borginho e outro na casa do Sebastião Pedroso.”

Por Maria Dinorah B.C. Carneiro (filha de José Archanjo de Campos - “Zé Tio”). Acervo: Lena Guedes. Publicado no Grupo Maria da Fé Antiga por Júlio César Guedes, por ocasião dos 80 anos da construção da igreja.



*Vista parcial do povoado Posses, em 1938.
Ao fundo, a Capela.
Por Nelson Batista de Campos no Grupo Maria da Fé Antiga.*

FAMÍLIA GUEDES E BATISTA



“Nesta foto só reconheço meus avós. Do lado esquerdo da foto: Cecília Batista Campos. Atrás: Sebastião Pedroso; e ao seu lado, sentado, meu bisavô Guilhermino Batista Campos. Fica à disposição o reconhecimento dos demais. Cecília Batista Campos, SEBASTIÃO PEDROSO, Joaquim Batista do Zequinha Jardim, Guilhermino Batista Campos, Maria do Carmo cc Joaquim Batista, Pedro Batista Campos, Rosa do Zequinha Jardim, Maria Josepha de Jesus, Lourdes Ribeiro Guedes, Olímpio Guedes de Faria, José Niquinho, Geraldo Mateiro, João Niquinho, Margarida Ribeiro Guedes, José Olímpio Guedes, Francisca Juventina, Mariinha do Zé Guilhermino, Zequinha Jardim, Zequinha Borges, Joaquim Guilhermino e José Guilhermino de Campos. Por Camila Pedroso no Grupo Maria da Fé Antiga

SEBASTIÃO ANTUNES DA SILVA (SR. PEDROSO),
VEREADOR DE 1947 A 1952.
Genro de Guilhermino Batista Campos.

Fragmentos do texto “Sr. Pedroso”, de Osvaldo Renó Campos (“O Mariense”, dez/2010, p.12)

“Filhos do Sr. Pedroso (1899-1996) com Cecília Batista = Ilza Batista Pedroso (casada com Otávio Batista, ambos falecidos), Nair Batista Pedroso, José Batista Pedroso, Pedro Batista Pedroso (falecido), Carlos Roberto Pedroso, Maria Neuza Pedroso Borges (que foi casada com João Raimundo Borges), Jair Batista Pedroso, Guilhermino Batista Pedroso, Maria da Conceição Campos Carvalho (foi casada com João Bueno de Carvalho, ambos falecidos)”*

“Homem empreendedor, logo conquistou a simpatia de seu sogro (Guilhermino B. Campos), que adquiriu de Cândido Gonçalves da Costa a Fazenda Campinho para ali colocar seu genro e família. Neste local, Pedroso edificou e instalou uma casa comercial e um Laticínio que funcionou por cerca de três décadas, industrializando toda produção leiteira da região, cujos subprodutos eram bem aceitos no mercado. Seus queijos foram, inclusive, premiados na Exposição do Cinquentenário da Estrada de Ferro do Sul de Minas, realizada em junho/julho do ano de 1934, na cidade paulista de Cruzeiro, da qual participou. O autor desta coluna, quando menino, muitas vezes, transportou latões de leite, em lombo de burro, para este Laticínio, onde sempre ganhava de seu tio e proprietário, como agrado, “fitas de queijo”. Quanto à Casa Comercial (venda), esta logo foi arrendada a terceiros, entre os quais destacamos o Sr. “Zezinho Ribeiro da Dorva”, do Chico Vicente, Geraldo Siqueira e “Zé Pelado”.

“Na política local, filiado à UDN (União Democrática Nacional), Pedroso foi um dos líderes da oposição, legenda pela qual se elegeu vereador nas eleições de 23/11/1947 e concorreu ao cargo de Prefeito Municipal nas eleições de 03/10/1954, sendo derrotado por Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz, candidato pela legenda do PSD (Partido Social Democrático). Amigo pessoal e correligionário de Bilac Pinto e Aureliano Chaves o qual, por ocasião da inauguração da Rodovia para Itajubá, exigiu a presença do nosso biografado a seu lado no palanque oficial.”

*Osvaldo Renó - Os filhos do Sr. Pedroso: Dr. José Batista Pedroso (90 anos, mora no Paraná) e Dr. Guilhermino (em Itajubá), que se formaram médicos; e Jair Pedroso (mora em Belo Horizonte), graduado em Administração em Santa Rita do Sapucaí, todos com distinto louvor. (Dr. Guilhermino é casado com Sonia Gonçalves, filha do ex-prefeito Manoel Gonçalves).



“Aniversário de 90 anos do Vô Pedroso, em 1989. Algumas bisnetas e netas. Da esquerda para a direita: Thais Arruda, Glauciana, Samira, Sabrina, Camilla, Patrícia. À esquerda do vô é Priscila, e à sua frente estão Fernanda, Sara e Betinho”. Acervo de Camilla Pedroso no Grupo Maria da Fé Antiga.

FAMÍLIA DE JOAQUIM BATISTA CAMPOS (filho mais velho de Zeca Batista)²³

JOAQUIM BATISTA CAMPOS
(1870-1931) - 2º filho de Zeca Batista
“Tronco de numerosa geração dos Batistas das Posses. Aqui ele aparece com a segunda esposa (Felicidade). Filhos do seu 1º casamento com Francisca Inácia de Paula (1874-1913): a) José Arcanjo de Campos (Zé Tio); b) Isalina (cc. Quinzinho de Almeida); c) Mariquinha (2ª esposa de Zé Henrique de Souza); d) Judith (cc. José Borges de Campos, Zé Borginho); e) Joaquim Batista Filho (Joaquim Batista), pais do Zé Batista do Grovão; f) Geraldo Batista Campos (falecido no Paraná); g) Cesario Batista Campos; h) Crescência, cc. Francisco Henrique Filho (Chico da Dade); i) Matilde cc. Nico Borges (Antônio Borges da Silva, do Campinho); j) Francisca, cc. Benedito Batista da Silva (moradores na Beleza). FILHOS DO SEGUNDO CASAMENTO COM FELICIDADE MARIA DE JESUS (1885-1948): 1) João Batista Campos (n. 1916); 2) Leônidas Batista Campos (1920-2012), filho caçula que residia no Bairro Posses; 3) Carlinda (cc. Benedito Manoel da Silva); 4) Noêmia (cc. José Barbosa Leite)”
Genealogia de Elias Braga postada no Grupo Maria da Fé Antiga.



²³ Para conhecer melhor a descendência de Joaquim Batista Campos consultar o Grupo Maria da Fé Antiga, na rede social Facebook - Genealogia de Elias Braga e postagens de Renato Siqueira e Júlio Cesar Guedes.

JOSÉ ARCANJO DE CAMPOS (ZÉ TIO)

filho de Joaquim Batista Campos,

VEREADOR DE 02/04/1954 a 06/02/1955

Em outra pesquisa feita por Dr. Osvaldo Renó Campos, no Fórum da Comarca de Cristina (“O Mariense”, dez/2012, p.12), retiramos algumas informações sobre os descendentes de Joaquim Batista Campos. Conta o advogado que foi colega dos netos do Sr. Joaquim na escola rural do Bairro Posses, que o Sr. José Arcanjo (Zé tio) era “figura notável e incansável trabalhador, pai de Mindoca (viúva de Juquinha) e da professora e catequista Dona Dinorah, bem como do talentoso “Quinzinho”, um dos componentes do “Trio do Campo”, conjunto de música sertaneja que abrilhantou nossas festividades nas décadas de 60-70. Como visto, Zé Tio contribuiu também para a construção da igrejazinha das Posses junto com José Guilhermino. Dr. Osvaldo nos conta que Cezarino (irmão de Zé Tio, casado com “Miquita”, do Joaquim Novato) era exímio pedreiro e carpinteiro e, junto com seus cinco filhos homens, todos pedreiros, ajudaram na construção da Igreja São José e construíram a igreja da Reserva.



“Foto de 1940, logo após a construção da Igreja São José, no bairro Posses. Cônego. João Aristides (pároco da época), Braz Borges de Campos, Joaquim Estevão, Antônio Batista Campos (criança), Cesarino Batista Campos, Leônidas Batista Campos (tio Leoni), Zé Augusto, Zezé da Izalina, Lauro Gonçalves, Domingos Tótora, Zé Faisca, Zé Coró, Zé “Pelado” e outros”. Acervo: Nelson Batista de Campos.

Figura conhecida, Dona Isalina, filha de Zé Tio, é descrita por Dr. Osvaldo com os mesmos traços de Dona Maria da Fé, da qual era descendente (mulher enérgica, empreendedora, autêntica fazendeira). Casou-se com Joaquim Batista de Almeida (neto de Zeca Batista), que possuía terras nas Posses, no Cafundó e no Paraná. Tiveram dois filhos: Luiz de Almeida, casado com D. Jurema Campos Almeida, que geraram uma família de empreendedores. Sobre Zezé de Almeida, Dr. Osvaldo destaca o caráter humanitário do dono da “Lavourinha Mariense”, quando morava no Rio de Janeiro, ao acolher diversos marienses que necessitavam de tratamentos de saúde.

Com relação à Maria da Fé, Dr. Osvaldo completa: “Zezé aqui exerceu diversos cargos de liderança em organizações não governamentais, destacando-se no Clube de TV por ele criado com a finalidade de construir e manter torres de transmissão de TV uma vez que, na época, as transmissões eram via satélite”. Outras considerações do autor:

Além destes dois filhos, Izalina criou mais três filhos, como adotivos fossem: Ivone, Mariana e Nelson, este último que trouxe do Paraná e que era filho do seu irmão Geraldo Batista Campos. Nelson, que tinha o apelido de Faraó, foi colocado nos melhores colégios internos para estudar, como o Colégio dos Padres de Passa Quatro e de Itajubá, onde foi colega de seus primos Mauri Batista, Braz Borges de Campos e do autor desta Coluna, na segunda metade da década de 50.

Da família de Zé Tio, é importante lembrar também das filhas Judith e Dinorah. A primeira casou-se com José Borges de Campos (Zé Borginho) e o casal teve oito filhos, dos quais Braz Borges de Campos tornou-se um dos vereadores mais notáveis da sua legislatura nos anos 70 e 80, como veremos mais adiante. As irmãs freiras, Maria Francisca e Ana Maria, comprovam a grande religiosidade que guiou a família, da qual o Sr. Zé Borginho é seu exemplo maior, ao ser sacristão voluntário da Matriz N.S. de Lourdes por muitos anos.

D. Dinorah Rosalina Campos Carneiro, filha de José Arcaño de Campos e Maria Alcina de Campos, nasceu no Bairro Posses em 1927; casada com José Augusto Carneiro e mãe das professoras Guiomar Cam-

pos Carneiro e Maria do Socorro Campos Carneiro. Em entrevista às alunas do Curso Normal Superior UNIPAC, em 2004, deu o seguinte depoimento sobre o Distrito Posses, na década de 40²⁴:

Na época (década de 40), não havia energia elétrica, era usado lampião ou lamparina de querosene. Meu pai tinha uma pequena usina e as pessoas viviam pedindo a ele a iluminação em suas casas, mas a luz era muito

ruim. Só existia o rádio a bateria, mesmo assim pouca gente tinha. Nas Posses, existiam muitas vendas boas, mercearias, tinha de tudo, era como um supermercado agora. Uma das vendas era do Sr. Domingos Tótora, mas, para comprar tecidos e roupas era só em Maria da Fé, na loja do Sr. Flávio e do Sr. Lucas.



Izalina e Joaquim Batista de Almeida, pais de Zezé e Luiz de Almeida. Acervo: Elias Braga. Por Júlio Cesar Guedes no Grupo Maria da Fé Antiga, em 2012 - ver pesquisa (Julio Cesar Guedes)²⁵

²⁴ Entrevista às alunas Ana Paula, Annelise Krepp, Rosymara Krepp e Terezinha, do Curso Normal Superior da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), de Maria da Fé - agosto/2004 - Projeto “Minha História, minha vida” da Professora de Metodologia da História Rosileide Alvarenga.

²⁵ Moda da época (ingleses) De acordo com registros antigos, as roupas utilizadas por meninas e meninos eram basicamente idênticas até os sete anos de idade. As razões para isso eram extremamente práticas. Como não existiam zíperes e botões de pressão naquele tempo, era muito complicado para crianças vestirem calças sozinhas. Até mesmo para ensinar os pequenos a irem no banheiro, o vestido era a solução ideal, pois não demandava muito esforço para eles. Além disso, a flexibilidade do tamanho dessas peças fazia com que as roupas durassem mais e fossem usadas por mais tempo. Aos sete anos, aproximadamente, os garotos atingiam o que era conhecido como “a idade da razão” e não precisavam mais usar vestidos. Para a família, era um momento especial, chamado de “Breeching”, e significava que o garoto estava alcançando sua masculinidade. Seu cabelo era cortado, ele colocava calças pela primeira vez e caminhava pela vizinhança, mostrando seu novo visual. Fonte: The Vintage News

FAMÍLIA DE MARIA INÁCIA
(filha mais velha de Zeca Batista)

MARIA INÁCIA (filha mais velha de Zeca Batista), foi casada com JOAQUIM CASSIMIRO DE ALMEIDA, tronco de grande parte dos "Almeida" e "Cassimiro" de Maria da Fé.

Ela aparece com os filhos caçulas: JOÃO BATISTA DE ALMEIDA ("João Cassimiro") e ANTÔNIO BATISTA DE ALMEIDA ("Nico Cassimiro").

Demais filhos de Maria Inácia, não presentes na foto: Joaquinzinho de Almeida (cc. Isalina), pais de Luiz e Zezé de Almeida; Rosária cc. Armando Gonçalves da Costa; Maria Vitória Ribeiro, casada com João Custódio de Siqueira (pais de Zé Custodinho das Posses); Tinho Cassimiro (José Batista de Almeida); e Saturnina (Nina) cc. Otávio Custódio de Siqueira.



FAMÍLIA DE JOAQUIM BATISTA DE ALMEIDA
(Joaquinzinho) - Vereador de 1963 a 1966.

IRMÃ DE ANA INÁCIA DE JESUS (SINHANA)
(1883-1963). cc. JOSÉ CUSTÓDIO DE SIQUEIRA JÚNIOR
Zeca Custódio (1877-1939),
filho de José Custódio de Siqueira e Ana Joaquina de Jesus;

Filhos do casal: Joaquim Custódio Sobrinho cc. Maria Teodora Braga
(1910-1951) e depois com Sebastiana;

José Custódio Filho (Zé Custodinho "Peão") (1911-1980) cc. Maria
Júlia; Naninha (1912-1985), solteira;

Dario Custódio de Siqueira (1914-2008); Isabel (nascida em 1921),
viúva de José Braguinha, residente em Guará (SP);
Cecília, cc. Sebastião Carvalho dos Santos (Tião Correia).

*“Sua esposa Izalina, com filhos e netos da parte de Luiz de Almeida e D. Jurema Campos de Almeida. Acervo: Carminha Almeida (1970), com seu marido Alberto Braz, seus irmãos e a cunhada Nena.
Por Júlio Cesar Guedes no Grupo Maria da Fé Antiga*



Foto e genealogia publicada por Elias Braga no Grupo Maria da Fé Antiga.

FAMÍLIA DE JOSÉ BATISTA DE ALMEIDA (SEU TINHO)

Maria Inácia, a filha de Zeca Batista, casou-se com Joaquim Cassimiro de Almeida e são os pais de José Batista de Almeida, mais conhecido por “Tinho”, nascido no povoado Posses. Descendente de Dona Maria da Fé, esta família tem grande importância na vida da cidade – assim como todos os outros descendentes de Zeca Batista (bisneto de dona Maria da Fé). Seu Tinho foi agricultor e vivia na sua fazenda próxima ao povoado Trigal, que hoje pertence ao Paulinho do Otávio Batista. Morou em um casarão que comprou de Manoel Corrêa no bairro Turquia e que hoje pertence à família de Antero Corrêa (depois Dr. Fábio Corrêa). Foi atuante na vida religiosa e política, sendo Juiz de Paz eleito pelo povo; foi o patriarca de uma família de onze filhos, de seu casamento com Maria Francisca de Almeida. Dentre seus



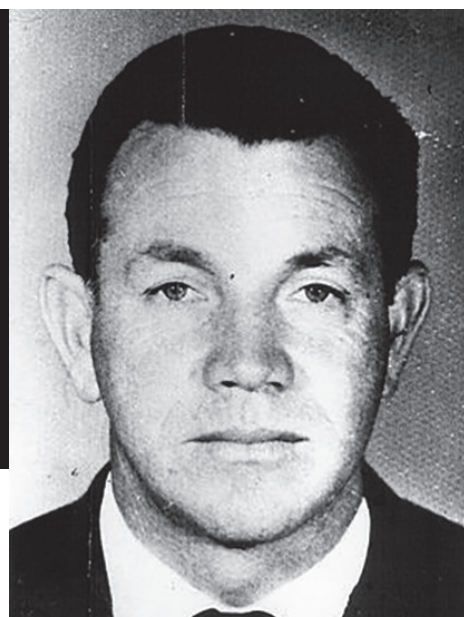
filhos, quatro se dedicaram à política, sendo vereadores e três presidentes da Câmara: José (Zequinha), Joaquim (Quim do Tinho), Vítor e Job Batista de Almeida. Seu neto Orlando Benedito de Almeida também foi vereador, Presidente da Câmara e candidato a prefeito da cidade. Como patriarca, difere da descrição do pai autoritário e temido. Era uma pessoa calma e discreta. Religioso e conciliador. Na foto realizada por ocasião de suas Bodas de Prata, o casal posa para a posteridade ao lado de seus filhos: (da esquerda para a direita) Vítor, Quim do Tinho, Vitória, Iva, Job, Hélcio, Alzira, Quinzinho, Rosa, Odete e o caçula José Iton, no meio do casal. Por Mariléa Zaroni no Grupo Maria da Fé Antiga .



Joaquim Cassimiro de Almeida (Quim do Tinho) foi vereador de 31/01/1963 a 31/12/1966.

Vítor Batista de Almeida (Vítor Facão) foi vereador e presidente da Câmara de 31/01/1967 a 30/12/1970.

Job Batista de Almeida foi vereador e presidente da Câmara de 31/01/1977 a 25/11/1982 (à direita).



À esquerda: Sr. Manoelzinho, Dito Bombeiro e Tinho Cassimiro.

VITOR BATISTA DE ALMEIDA (VITOR FACÃO)

Vitor Batista de Almeida, nasceu em 07/01/1934. Homem simples e de bom coração, foi muito popular e carismático, e passou toda a sua vida em Maria da Fé. Estudou até a 4ª série do ensino básico, mas tinha o gosto pela leitura. Serviu o Exército e chegou a ser 3º Sargento. Foi agricultor e comerciante de produtos agrícolas até se aposentar, tendo sido o primeiro comerciante a ser convidado a trabalhar no Ceasa de Maria da Fé e o último a deixar o Ceasa com a sua desativação. Jogou futebol até os 40 anos e sempre teve participação importante no esporte mariense, participando ou patrocinando. Membro de família atuante na política mariense, sempre teve forte atuação e posição política no município de Maria da Fé. Com total apoio da família, foi candidato uma única vez a vereador, sendo eleito como um dos mais bem votados. Não se candidatou mais porque sempre um de seus cinco irmãos se candidatava e ele respeitava e não queria atrapalhar. Tanto que seus irmãos também se elegeram vereadores em várias oportunidades. Como mantinha excelente relacionamento e amizade com o então Prefeito Manoel Gonçalves, seus requerimentos sempre eram atendidos. Tinha como bandeira a agricultura, o esporte e a saúde. Por ser agricultor e comerciante do setor, representou e lutou muito pelos direitos e por melhorias aos agricultores de Maria da Fé. Lutou também pelo progresso do esporte no município, pleiteando sempre mais incentivo por parte do Poder Executivo da época. Com seus companheiros de Câmara, juntamente com o então prefeito Sr. Manoel Gonçalves, lutaram muito pela construção de um hospital no município e pela melhoria da saúde. Participava também das disputadas convenções partidárias que decidiam os candidatos aos cargos de governador e prefeito, pois sempre foi delegado de partido. Representou o município de Maria da Fé na reunião no Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, que decidiu a instalação da Faculdade de Medicina em Itajubá. Representou o Sr. Prefeito Municipal por procuração, tamanha era a confiança nele depositada. Além de bem exercer a vereança, como Presidente da Câmara deixava seus compromissos profissionais e pessoais para atender pessoalmente os cidadãos que procuravam a Casa Legislativa. Faleceu em 10/06/2015.

(O texto acima é parte do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2019 que deu nome às ruas do Residencial Serra Azul).

Os irmãos Batista Almeida sempre gostaram de futebol. Participavam e ajudavam em tudo. Na próxima página, o time dos jovens dos anos 50.



Acervo: Quim

Da esquerda para a direita (em pé): Nelson Krepp, Antônio Aguiar, Gilberto Anacleto, Otacílio Vicentini, Ary Siqueira, Ari Guedes, Mauri Cocada, Cícero Baiano e Vitor Facção (na ponta) Agachados: Jonas, Mário Mendes, Vitor (da Padaria), Remendão, Mussulini e Toninho Marchetti. Acervo: Joaquim Santana de Almeida (Quim), com identificação por Nilton Gonçalves de Almeida no Grupo Maria da Fé Antiga.

FAMÍLIA DE JOB BATISTA DE ALMEIDA

Vereador e Presidente da Câmara de 31/01/1977 a 25/11/1982



Job com a esposa Ilza, filhos, netos, genros e amigos (falta a filha Nilda e esposo). Nilton Gonçalves de Almeida (filho falecido), empresário e incentivador do turismo em Maria da Fé. Acervo da família.

FAMÍLIA DE HELCIO BATISTA DE ALMEIDA



***Casamento de Hélcio Batista de Almeida e Sergina
(pais do ex-vereador e presidente da Câmara Orlando
Benedito de Almeida). Por José Donato Silva.***



Netos de Hélcio Batista e Sergina.

FAMÍLIA DE JOSÉ ITON DE ALMEIDA



Mirtes e José Iton, com os filhos Lucas, Edneia, Edna e Edlene. Trabalhou durante muitos anos no Banco Real de Maria da Fé. Tratava a todos com cortesia e ajudava muitos agricultores e comerciantes a resolverem suas dificuldades financeiras. Foto da comemoração das Bodas de Ouro do casal. Acervo: Edna A. Gonçalves.

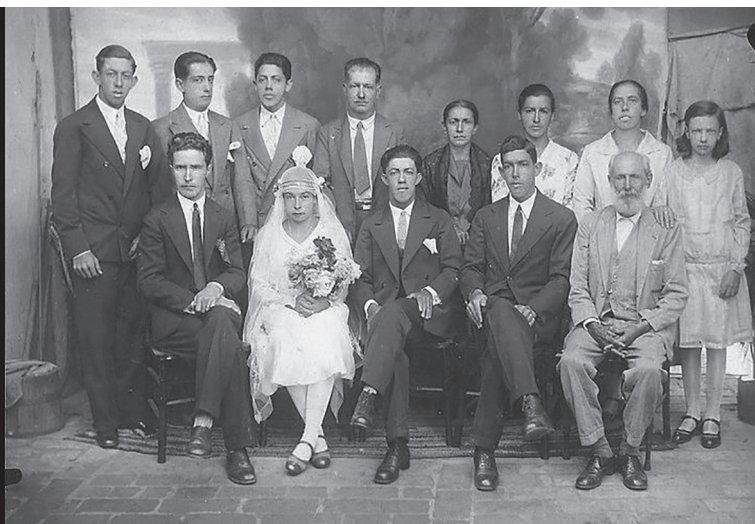
FAMÍLIA DE JOÃO BATISTA DE ALMEIDA

"CASAMENTO DE MEUS AVÓS MATERNOS, MATILDE MARIA DA SILVA E JOÃO BATISTA DE ALMEIDA.

Ao lado de minha avó, está o senhor Domingos Tótora, que foi padrinho. Ao lado de meu avô, seu irmão José Batista de Almeida e depois o Sr. Zeca Batista, avô do meu avô. Na parte de cima, da esquerda para direita: José Custódio, cunhado de Domingos Tótora, (nome desconhecido), Antônio Batista de Almeida (Nico Cassimiro, avô de Cássia Almeida), Zequinha Borges,

meu bisavô (pai de vó Matilde), Maria Inácia (mãe do meu avô), mulher não identificada, Maria Vitória (irmã do meu avô) e Maria Matilde (irmã de minha avó)".

Acervo de Marcio J.S. Gomes no Grupo Maria da Fé Antiga.



FAMÍLIA DE JOAQUIM ISRAEL DA SILVA (QUIM ISRAÉ)



Maria Luiza (Lila), Maria Consolação (Mariazinha), Joaquim Israel da Silva (meu pai), Alzira Inácia da Silva (minha mãe), José Donato Silva (eu, no colo), José Geraldo Silva, José Roberto e José Israel. Por José Donato Silva. Acervo da família.

FAMÍLIA DE OLYMPIO GUEDES DE FARIA

“Olympio, filho de José Guedes Ramos e de Carolina Honória de Jesus, nasceu aos 5 de janeiro de 1883 e se uniu, em primeira núpcias, com Maria Josefa de Jesus, filha de Leopoldino Manoel Ribeiro. Desse consórcio, nasceram os seguintes filhos: 1) José Guedes de Faria, que se casou com Francisca Guedes; 2) Margarida Ribeiro Guedes, que foi casada com José Borges Filho; 3) Lourdes Guedes, casada com José Batista da Silva; 4) Alzira Guedes da Silva, casada com Castorino Batista; 5) Noé Guedes de Faria, casada com Ana Batista Guedes (Sinhaninha); 6) Alcina Ribeiro Guedes, casada com Joaquim Borges da Silva; 7) Ana Guedes de Souza, casada com Angelino Rodrigues de Souza; 8) Ademário Guedes, casado com Maria Conceição Souza; 9) Rosária Guedes de Siqueira, casada com João Batista de Siqueira e 10) Maria Guedes Almeida, casada com José Vicente Almeida. Interessante observar que, na família do Sr. Olympio, duas filhas se casaram com os filhos da família do Sr. Lico do Campinho, três filhos com os da família de João Nico do Lambari e duas filhas com filhos do Sr. Carrinho Rodrigues”.

Fragmentos do texto e pesquisa de Osvaldo Renó Campos, “O Mariense”, outubro de 2013.

O texto do Dr. Osvaldo informa, também, que Olympio morava na Mata do Izidoro e, depois, adquiriu as terras que foram herdadas pelo genro de “Zé Mendes”, Horácio Zaroni, quando este se mudou para o Rio de Janeiro. Com a morte da primeira esposa, Olympio Guedes se casou novamente com Maria Vitória de Almeida, e adquiriu parte da terra que já havia doado aos seus filhos e, atualmente, pertence a Benito Guedes.



“Na fileira de baixo, da esquerda para a direita: José Cassimiro, meu tio, Tio Joaquinzinho das Posses, Olímpio Guedes, Maria Vitória (minha tia-avó), Irene (filha de José Guilherme Campos). Na fila do meio: Zé Guilhermino, Zequinha (pai de Liana), não identificado, Tinho Cassimiro, Mariinha do Zé Guilhermino, Dona Lucinda, mulher não identificada. Na fileira de cima: meu avô, João Cassimiro, Irene do Pedro Correia, Maria do Zequinha (D. Lica), José Custódio. Por Júlio Cesar Guedes no Grupo Maria da Fé Antiga.”

O texto de Osvaldo Renó Campos relata que Olympio Guedes era “Trabalhador incansável até seus últimos dias, nunca deixou de fazer uma roça de milho. Chegou a adquirir três fazendas (Mata do Izidoro, Pedra e Campo Redondo) unicamente pelo seu trabalho e de seus filhos e filhas. De profunda religiosidade, muito contribuiu, financeiramente, para a construção da atual Igreja Matriz de Maria da Fé”.

Família de Olympio Guedes, em 1970. Postagem de Rosângela Alcântara (bisneta) no Grupo Maria da Fé Antiga.



FAMÍLIA DE ANA RIBEIRO GUEDES



“ANA RIBEIRO GUEDES (+ de 90 anos), do Campo Redondo, foi casada com Angelino Rodrigues de Souza (1912-1964), filha de Olímpio Guedes de Faria (1879-1972) e de Maria Josefa de Jesus (1882-1942). Postagem de Júlio Cesar Guedes no Grupo Maria da Fé Antiga, em 2013, quando Ana Ribeiro faleceu.

“Pois é Julio César, foi meus parentes que conheci muito bem, todos eles, só não sei por idade, nomes: José Olympio, Demário, Noé, Comadre, Margarida, Lurdes, Filinha, Alcina, Rosaria se não errei, só a Lica que está viva”. Comentário de Manoel Targino na publicação.

“Hoje, em meu pedal semanal, resolvi fazer o percurso das três fazendas que pertenciam ao meu Bisavô Olympio Guedes de Faria. Parti da cidade de Maria da Fé rumo ao Bairro da Mata, mais precisamente ao logradouro denominado Grotta de Dentro, que fica na encosta do Morro que faz divisa com os bairros da Barra e Rio Manso. Lá, encontrei o terreno e a residência centenária de Olympio Guedes de Faria, sem morador e degradada com o tempo. A emoção foi grande, pois, nesse local, Olympio criou seus 10 filhos. E ali meu avô paterno, Ademário Guedes, passou sua infância. A casa em estilo das casas sertanejas, com pé direito alto e escadaria de acesso lateral, ainda com as janelas de madeira e o no centro da cumunheira do telhado a data da construção: 1920. Certamente Olympio morou aí em outra casa até construir essa, pois suas núpcias se deram em 1908. No final da década de 20, Olímpio se muda da Mata para o recém adquirido terreno que pertencera ao Zé Mendes, o Campo Redondo, que passou para um Zaroni que vendeu para ele. Então Olympio reforma a casa sede do Campo Redondo (Casa que pertence ao Tarcísio Borges hoje) no estilo dessa casa que vivera na Mata e se muda para o bairro mais perto da Cidade. A Casa primeira na Mata ficou para a Tia Margarida, do José Borges, e depois vende para o Antônio Candido (a casa hoje pertence ao neto do Antônio, filho do Brás) e se muda para a casa primeira da Fazenda no fim dos anos 30. Após a partilha dos terrenos das três fazendas: Mata, Pedra e Campo Redondo, Olympio se contrai em segunda núpcias com Maria Vitória e vive mais 30 anos na outra casa que construía no Bairro, casa do Tio Benito Guedes, até a sua morte, com 92 anos, no ano de 1972. No Bairro da Pedra, Olympio não teve Casa sede, porém a foto que ilustra a postagem pertencera a ele e fora morada dos

meus avós, Ademário Guedes e Maria Conceição de Souza, nos primeiros anos de casamento no final dos anos 30. Quando cheguei, hoje, à primeira casa, lembrei que me contaram que ele pegava sua charrete e saía do Campo Redondo, passava pela Pedra e chegava na Mata, daí regressava para o Campo Redondo. Quis fazer esse itinerário para homenagear meu Bisavô e minha origem.

Texto de Júlio César Guedes, descendente de Olympio Guedes de Faria, no Grupo Maria da Fé Antiga.

VISITA PASTORAL DE D. DELFIM RIBEIRO GUEDES, EM 1950, AO BAIRRO POSSES.

(D. Delfim é filho de Lucas Evangelista Guedes
e Maria Ribeiro Guedes)

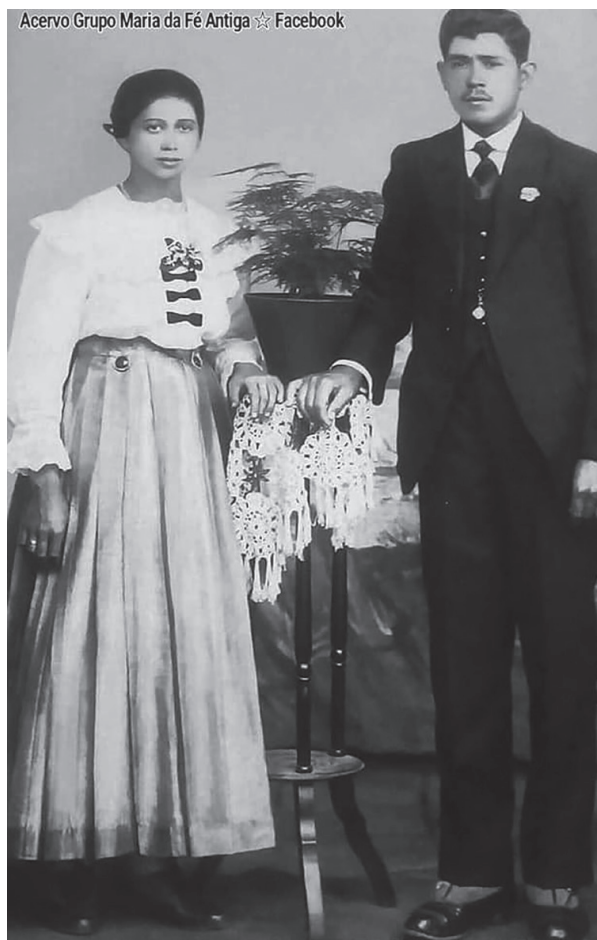


“Identifiquei o bispo e meu avô Dario Custódio, o Zé Tio e o Zé Augusto. Meu avô está aparentando uns 40 anos. Como ele é de 1914, então estimo que esta foto seja de aproximadamente 1950 a 1955. Por Rildo Renó.

“Com ajuda de minha sogra identificamos vários: em destaque Vitor Hugo, Domingos Tótora, D. Delfim Guedes, Lauro Gonçalves, Zé Faisca e Zé Tio. Ainda Zé Augusto, Dito Avelino, Zé Henrique, João Cassimiro, Zé Barba da Reserva, João Borginho. Zé Braguinha, Dario Custódio, Luiz de Almeida, Zé Custodinho, Manoel Leopoldino, Joaquim Novato, Joaquinzinho Cassimiro, Dinorá, Cecília do Tião Corrêa e Ana Zidério e outros”. Por Renato Siqueira.

“Olha, Renato Arcanjo de Siqueira, seu vô Zé Henrique e seu tio Mauro Henrique”. Por José Raimundo de Freitas. Postagem de Rildo Renó Custódio, em 2014, no Grupo Maria da Fé Antiga.

FAMÍLIA DE BRAZ BORGES DE CAMPOS
VEREADOR E PRESIDENTE DA CÂMARA
NAS LEGISLATURAS: 1973 A 1977, DE 1977 A 1982
E DE 01/02/1983 A 31/12/1988



*“José Borges de Campos
e D. Judith Ignácia de
Campos (genitores da fa-
mília Borges de Campos)”.
Publicação de Fernanda
Campos no Grupo Maria
da Fé Antiga.*



O vereador Braz Borges de Campos nasceu no bairro rural Campinho. Falecido prematuramente, ficou conhecido em Maria da Fé por seus dotes musicais e por ter sido secretário, durante muitos anos, na Escola Estadual Nossa Senhora de Lourdes. Em entrevista à professora Guiomar C. Carneiro Ribeiro (filha de Dinorah), no aniversário da Escola Guilhermino Batista Campos, das Posses, onde muitos alunos dos povoados vizinhos estudaram junto com ele, Braz deu o seguinte depoimento:

Durante os anos em que estudei na E. M. Guilhermino B. Campos, aproximadamente de 1951 a 1954, aprendemos a ler fluentemente, escrever corretamente, contar e fazer muito bem as operações básicas de matemática. Até hoje, sei a tabuada na ponta da língua. Não tínhamos merenda na escola. Alguns alunos traziam lanche de casa e uns poucos, que tinham mais condições de levar dinheiro para a escola, compravam pão e outras guloseimas na venda do Sr. José Batista (já falecido). Tudo isso acompanhado de água com groselha, o nosso refrigerante mais em conta da época. [...] O prédio da escola onde estudei não existe mais, foi demolido. Era uma escola pequena com apenas uma sala de aula, um quadro negro, carteiras duplas feitas de madeira maciça (imbuia) e com pés de ferro. Não tinha Cantina, instalações sanitárias, água encanada e luz elétrica. Na hora do recreio os alunos brincavam na estrada, em frente à escola ou nos arredores da Capela de São José. [...] Me lembro bem dos companheiros do bairro Campinho e daqueles com que mantinha uma amizade mais estreita, como: os irmãos Osvaldo, Maria Eunice, Zilda e Terezinha Renó Campos; dos irmãos Silvío, João e Décio Custódio Almeida; da Berenice; dos irmãos Raimundo e Mauri do Cezarino; dos irmãos, Idílio e Hercílio Guilhermino; da Dora do Zé Tio; dos irmãos Juquinha, Pedrinho e Raimundo (filhos de Dario Custódio); dos irmãos Milton Leônidas, Aparecida e Regina (Filhos de Manoelzinho Amanso); da Maria do Pedro Corrêa; dos irmãos Antônio, Maria do Socorro e Celina (filhos de João Casimiro); da Maria do João Borginho; dos irmãos José e Glória Galdino; da Ana Maria Rodrigues; das irmãs Cidinha e Nelly (filhas de Bernardino Nunes); do Dalmo do Lico; dos irmãos Joaquim, Ivo e Júlia (filhos de José Custódio Peão); dos irmãos Ico e Mauro (filhos de Zé Augusto); das irmãs Cida e Lena Tótora; e de muitos outros, que não foram mencionados aqui, não porque eu os tivesse esquecido, mas simplesmente por absoluta falta de espaço²⁶.

²⁶ Foi mantido o nome das pessoas, como se encontra no depoimento, para que possam ser reconhecidos pelo leitor (N.R.)



*"Antiga casa do Sr. Zé Bor-
ginho no Campinho. Casa
na cidade – Bodas de Ouro,
em 1967. Família de Braz
Borges de Campos". Posta-
gem de Hélber Campos no
Grupo Maria da Fé Antiga.*



FAMÍLIA DE JOSÉ HENRIQUE DE SOUZA
VEREADOR DE 1936 a 1937; 1947 a 1949 e 02/1954 a 05/1954.
(Genro de Guilhermino Batista Campos).

"Casamento de Aristides Henrique e Fia. Com 'Zezé Batista, Zico do Otalívio, Fiica do Tião Amâncio, João Avelino, Zezico Avelino, Fia do Aristides, Zé Borginho do Campinho, Aristides Henrique de Campos, José Henrique de Souza, Joaquim Batista, Maria José, Maria Cândida (Filha do Zezé Batista), Amélia do Quim Avelino e Francisca Inácia de Siqueira.



*Por Renato Siqueira
no Grupo Maria da
Fé Antiga.*

À esquerda: José Henrique de Souza e sua 2ª esposa Mariquinha, filha de Joaquim Campos. Publicação de Elias Braga no Facebook, em 2012.

“Eu, na verdade, não cheguei a conhecer meu avô que faleceu em 1956, um ano antes de eu nascer. Alguma coisa que sei, foi minha mãe e minha tia (Irmã Iracema) que falavam, e das postagens aqui no nosso Grupo Maria da Fé Antiga. Sei que ele era muito caridoso e ajudava muitas pessoas e entidades. Lembrei que minha tia (Irmã Iracema) falava que ele ajudou muito na construção do Carmelo de Pouso Alegre e depois fazia doações de alimentos mensalmente. Sei também que ele e sua esposa, Francisca Carneiro Zaroni, auxiliados por Alzira de Carvalho Gatto e Benedita de C. Guimarães promoveram uma Festa para comprar o relógio luminoso para a torre da Matriz Nossa Senhora de Lourdes. Uma coisa que eu

não sabia é que ele fez parte do movimento integralista do Plínio Salgado. Foi o Dr. Oswaldo Renó quem postou isso dias atrás, num comentário na foto de meu avô. Acredito que Dr. Oswaldo saiba mais coisas sobre ele”.

Depoimento de Renato Siqueira, neto de José Henrique de Souza (2º casamento), em 17/05/2020.



FAMÍLIA DE JOSÉ TARGINO GUEDES (ZÉ ÍNDIO) E FAUSTA

CASAMENTO DE JOSÉ TARGINO GUEDES (ZÉ ÍNDIO) E FAUSTA



“Dona Fausta era filha do Zé Tio e Alcina (2ª Esposa). Nascida nas Posses, Fausta casou-se com José Targino Guedes (Zé Índio) e tiveram 15 filhos. Os quatro primeiros tinham os nomes dos avós. José Arcanjo (Zé Tio) e Alcina eram os pais da mamãe. Joaquim e Eliza eram os pais do papai. Depois vem Lena, Lourenço, Carlos, Stela, Paceli, Luiz, Guilherme, Emília, Salete, Ely e Marcos (que faleceu com poucos dias de vida). Fausta tinha como virtude a generosidade e sempre que podia ajudava o próximo. Exemplo disso era que sempre dava de comer aos presos que por ventura se apresentavam na cadeia que funcionava no porão do antigo prédio da Prefeitura Municipal. Isso porque ela morava na casa acima da Prefeitura, onde é hoje o prédio da antiga Câmara. Fausta foi também uma excelente merendeira na Escola Padre Pivato, nos anos 70. Por Júlio César Guedes no Grupo Maria da Fé Antiga.

FAMÍLIA BRAGA

Casamento de José Braga Neto e Laura. Ele foi vereador e presidente da Câmara Municipal. Avô do vereador Rodrigo Braga, também presidente da Câmara de 2017 a 2018. Por Renato Siqueira no Grupo Maria da Fé Antiga.





“José Braga, Isabel e Nilza, na década de 50. Ele é irmão do meu sogro Olavo Braga e ela é irmã do meu avô Dario Custódio. Ele já é falecido, mas a Isabel e a Nilza residem em Guaratinguetá”. Por Robert Renó na postagem de Zenaide Silva no Grupo Maria da Fé Antiga.



Família do Argemiro Braga. Com seu pai Nego Custódio e José Leandro Siqueira Braga, em 1986. Por Renato Siqueira

“Família de Pedro Braga e Matilde – dos vereadores Mauro, Nelson e José Braga Acervo: Grupo Maria da Fé Antiga. Foto e acervo Grupo “Maria da Fé Antiga – cidade que amamos”



NELSON DA SILVA BRAGA

O texto elaborado por Braz Borges de Campos e por Osvaldo Renó Campos, quando compunham a Câmara dos Vereadores, faz uma justa homenagem ao seu companheiro de Legislatuara, morto repentinamente aos 52 anos, em 03 de maio de 1984.

“Nelson da Silva Braga, nascido no Bairro da Reserva, município de Maria da Fé, filho de Pedro da Silva Braga e Matilde Batista de Campos, casado com Maria de Lourdes Braga e de cujo matrimônio nasceu os seguintes filhos: Maria Sueli de Fátima Braga, José Reinaldo Braga, Nelson Braga Filho (falecido), Sonia Maria Braga, Genivaldo da Silva Braga, José Marcio Braga e Sirlene Cristina Braga.

Ainda muito jovem, ajudava o pai no plantio e na colheita de feijão e milho, assumindo, muito cedo, a responsabilidade de encaminhar os irmãos, sendo o filho mais velho e tendo grande espírito de liderança. Trabalhava duro; os recursos eram poucos e não havia maquinário agrícola. O preparo da terra para o plantio, no início, era feito com enxadão; mais tarde, surgiu o arado com boiadas e, depois, a colheita era trazida para comercialização na cidade por meio de tropas.

Após o seu casamento com Maria de Lourdes, fixou residência na Reserva, onde moraram alguns anos. Com o progresso chegando à zona rural, pode comprar um carro, o que permitiu que se dedicasse mais à religião. Pertenceu à Equipe Litúrgica e foi Ministro da Eucaristia. Possuía muito amor ao próximo, compreensão e respeito à Pátria, à família e à vida, exemplo de dignidade, caráter e honradez.

Mais tarde, veio a ser Presidente da Sociedade de São Vicente de Paula, sempre pensando mais nos seus irmãos que em si mesmo e, tudo isso, sem contar os inúmeros cursos de noivos, encontro de jovens, de casais, etc., nos quais fazia parte da equipe de cozinha, alegrando a todos com seu constante bom humor. Pessoa muito bem quista, candidatou-se a vereador pelo PDS em 1982, alcançando o maior número de votos, dentre todos os candidatos. Liderou muitas noitadas da Festa de Agosto, chegando até mesmo a ser festeiro. Na parte esportiva, sempre foi grande incentivador dos times futebolísticos. Vez ou outra, era companheiro indispensável da turma de pescaria”.
(Acervo: Câmara Municipal)

TIME DO BAIRRO DA RESERVA – DÉCADA DE 50
Zé Barroso, Antônio Duarte, Quico, Chico Ielê, João Gico e Zé Avelino. Raimundo Simões, Quim Gico, Zezote, Almiro e Nelson Braga. Por Renato Siqueira



FAMÍLIA DE JOSÉ BORGES FILHO
E MARGARIDA RIBEIRO GUEDES



FAMÍLIA BORGES
*Regina, Maria, Celina,
Terezinha, Luzia,
Dionina, Fiinha, Zezé,
Tarcísio, Antônio,
João, Pedro, José e
Dona Margarida.*
*Acervo: Gisele Campos
e Mauri. Postagem
de Cássia Almeida no
Grupo Maria da Fé
Antiga.*

FAMÍLIA DE OTALÍVIO CUSTÓDIO DE SIQUEIRA
E SATURNINA (Nina). Nina: filha de Maria Inácia, casada com
Joaquim Cassimiro de Almeida, e neta de Zeca Batista.



Otalívio Custódio de Siqueira e Saturnina (Nina), com genros, noras e netos.

BIOGRAFIA DE SEBASTIÃO LUIZ DE CAMPOS (LUIZINHO BORGES) - VEREADOR NA GESTÃO 2005/2008.

Sebastião Luiz de Campos, mais conhecido como Luizinho, nasceu em 20 de janeiro de 1964, na cidade de Maria da Fé - MG. Era filho de Joaquim Borges de Campos e Maria de Lourdes de Campos, sendo o 9º dos 11 filhos do casal. Viveu toda a sua infância no Bairro do Campinho. cursou o Ensino Fundamental I na Escola Municipal Guilhermino Batista Campos, no Bairro das Posses e na Escola Padre Pivato. Concluiu o 1º grau na Escola Estadual Nossa Senhora de Lourdes, porém não deu continuidade aos estudos para trabalhar na agricultura. Desde a adolescência, testemunhou sua fé, dedicando-se aos trabalhos da Igreja na catequese de Crisma e Grupo de Jovens. Casou-se em 22 de novembro de 1986 com Neide Aparecida Silva de Campos, tendo uma filha, a Ana Elisa. Desde então passou a residir na cidade de Maria da Fé. Aos 29 anos, devido a uma insuficiência renal crônica, começou a fazer hemodiálise e, um ano depois, recebeu um rim do pai e, impedido de trabalhar na agricultura, recebeu do Padre Narciso uma autorização para ministrar aulas de Ensino Religioso na Escola Estadual N.S. de Lourdes. Após cinco anos, perdeu o transplante e voltou à hemodiálise, realizando o segundo transplante, sendo doadora sua irmã Celina. Infelizmente, este não deu certo e ele voltou para a hemodiálise. Com seu comportamento responsável e ético, exerceu, com dignidade, a função de vereador na gestão 2005/2008. Foi um grande guerreiro ao enfrentar a doença e a demonstrar seu amor a Deus, dedicando sua vida aos trabalhos da Igreja na Pastoral Familiar, principalmente no Movimento OVISA, pelo qual era apaixonado. Fazia parte de uma equipe missionária do OVISA e, com seu testemunho de fé, levava a palavra de Deus não somente para sua comunidade, mas também para muitos irmãos de outras cidades onde fez muitos amigos. Luizinho faleceu em 19/04/2011. Arquivo da Câmara Municipal de Maria da Fé.

DISTRITO DAS POSSES ATUAL



Bem colado ao Bairro Posses, outros povoados, como o Bairro Reserva também se desenvolveram e tiveram representantes na Câmara dos Vereadores.

Como descrito por Elias Braga, o primeiro e principal morador era filho de Isidoro do bairro da Mata, Custódio de Siqueira Pinto. Tinha um pequeno estabelecimento, que, com sua morte, passou a seu filho José Custódio Siqueira. A primeira casa do bairro foi construída em 1840, pelo senhor Fernandes da Silva (Benedito Bahia). O bairro recebeu esse nome por serem terras de reservas de gado e de produtos agrícolas nas entressafras. A Capela Sagrado Coração de Jesus foi construída em 1960. A partir dos anos 80, recebeu uma série de benfeitorias, como uma Sede Social (1986), um Posto de Saúde (1988), um Campo de Futebol (1990), que mais tarde foi acrescido da quadra de esportes “Joaquim Braga” (1995) e do vestiário “Olavo Siqueira” (1996).



Filhos de Geraldo Henrique: A Lola do Waldorino, sua irmã Vanda e seu irmão José Márcio. Foto à direita: Geraldo Henrique, irmã Iracema e sobrinhos. Acervo: Renato Siqueira

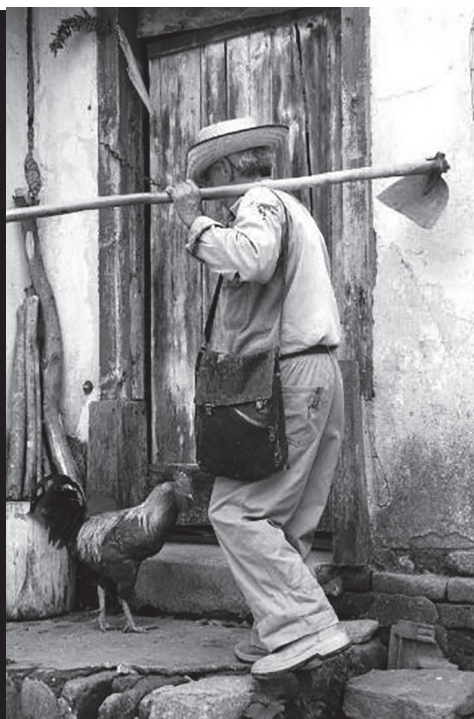


**Capela da Reserva (1970)
Acervo: Renato Siqueira**



CASARÃO DO SR. DALMO GUEDES

**DALMO GUEDES,
MUSEU FRUTO DA TERRA**
Linda foto de Domingos Tótor, artista plástico internacional. Dalmo, na sua simplicidade, representa a cultura local, que ele resgata e preserva em seu museu, no Campo Redondo. Vale a pena conhecer. Por Mari Léa Zaroni, em 08/05/2012, no Grupo Maria da Fé Antiga.



O acervo fotográfico e outras postagens das famílias do século passado que habitaram os principais bairros de Maria da Fé podem ser pesquisados no "Grupo Maria da Fé Antiga, Histórias da cidade que amamos", na rede social Facebook, através das postagens de Júlio Cesar Guedes, Renato Siqueira, Elias Braga e Marcio Gomes.



O histórico das famílias marienses continuará a ser abordado no próximo volume desta coletânea histórica preparada pelo Memorial da Câmara Municipal de Maria da Fé.



Foto: Domingos Tótora



OS PRIMÓRDIOS DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA EM MARIA DA FÉ

OS PRIMÓRDIOS DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA EM MARIA DA FÉ

Os textos que se seguem foram obtidos de depoimentos de várias famílias marienses e algumas pessoas que contaram fatos que ocorreram entre 1930-1946, período em que a Câmara Municipal não pode exercer a sua legislatura (1936-1947). O retrospecto desses fatos tem como objetivo resgatar a importância de jovens empreendedores, muitos dos quais se tornaram vereadores e prefeitos, após o recesso do legislativo do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945). O texto se estende para tempos mais modernos com o intuito resgatar as famílias dos descendentes dos primeiros comerciantes que se estabeleceram em Maria da Fé. Diversas firmas comerciais e pequenas indústrias iniciadas por estes jovens proporcionaram o crescimento do município a partir das décadas de 30 e 40, tanto na zona urbana como na rural.

O ponto de partida desse período histórico foi um levantamento de dados sobre alguns comerciantes, cujos nomes estavam registrados nos bancos de cimento das praças de Maria da Fé, realizado por Maria Aparecida da Silva Machado (Nenzinha)¹, quando se encontrava no cargo de Assessora da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (1998-2000). A pesquisa revelou que a maioria desses nomes era de famílias de empreendedores imigrantes, provenientes de diversas regiões do Brasil e de outros países, sobretudo do Oriente Médio (árabes, libaneses e turcos), de Portugal, Espanha, Itália e Japão, que se refugiaram em território brasileiro pressionados pelas consequências da 1ª e 2ª Guerras Mundiais², ou seja, uma série de dificuldades que enfrentavam os países europeus e asiáticos envolvidos nos conflitos, como a perseguição política, religiosa e racial das pessoas contrárias aos regimes de governo impostos à população. O temor da convocação de muitos jovens para lutar no “front” contra

¹ Inventário Patrimonial de Maria Aparecida da Silva Machado (Nenzinha), de 2000 - cópia arquivada na Câmara Municipal de Maria da Fé-MG. (nota da redatora)

² Ver mais sobre essas famílias no próximo volume desta coletânea histórica.

os inimigos ou ainda a perda de seus lares, lavouras e animais, de onde retiravam o sustento das famílias aceleraram esse processo de imigração para o Brasil.

Produtores, comerciantes e pequenos industriais foram corajosos aventureiros que se estabeleceram com suas famílias em Maria da Fé e almejavam um lugar tranquilo semelhante ao clima e às terras que haviam deixado para trás. Vieram na trilha dos primeiros imigrantes, que chegaram ao sul do Brasil, no final do século XIX, atraídos pelo desejo de “fazer América”, movidos pela garra de encontrar trabalho, ou substituir os escravos negros nas lavouras de café.

A história, porém, quis dar o devido mérito a esses bravos soldados da nossa terra. A experiência e o legado cultural dos imigrantes foram decisivos no desenvolvimento econômico-social do Brasil, após os prejuízos da lavoura do café na década de 30, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Nas pesquisas de muitos historiadores, a imigração foi decisiva para a mudança qualitativa e quantitativa da agricultura mineira, não somente para solução do problema da mão-de-obra na produção do café, mas por introduzir técnicas mais eficientes de exploração da terra e no desenvolvimento da agroindústria.

Em cidades do interior de Minas Gerais, como Maria da Fé, a agricultura familiar e o pequeno comércio sobreviveram aos anos de recessão e desemprego da década de 30, facilitada pela mudança do fluxo econômico “para dentro” do país, em substituição ao eixo exportador-agrário da Velha República e pelo desenvolvimento da economia urbana-industrial que marcaria os anos cinquenta e sessenta no Brasil.

Uma explicação para a economia no Sul de Minas não se basear em uma monocultura voltada unicamente para a exportação foi dada por Cruz (2008, p.107-108) no seu livro “Fazendas do Sul de Minas”:

³ BOTELHO et Al, 2007.

⁴ FERREIRA, A. Estado e Economia no Brasil: 1930-1964. Fundamentos da construção de um capitalismo urbano-industrial periférico. Revista de Ciências Sociais. V.36. n.1/2, 2005. Disponível: www.periodicos.ufc.br/revcienso/article. Acesso em set/2019.

⁵ CRUZ, Cícero. Fazendas do Sul de Minas. Dissertação de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Carlos-SP, 2008.

A atividade agropecuária foi, mesmo antes da decadência do ouro, mais atrativa que a própria mineração e, muitas vezes, preferida em detrimento desta. De modo que a ocupação rural e a urbana coexistiram a um só tempo; na verdade, não existe uma dicotomia, mas uma simultaneidade e complementaridade. O rush da mineração, que atraiu milhares de pessoas, não cessou com sua decadência, ao contrário, criou um fluxo permanente que perdurou durante todo o século XVIII e XIX. Os imigrantes, fundamentalmente portugueses, vinham de regiões de longa tradição urbana, e podiam tanto ir para as cidades, onde se dedicavam ao comércio, à mineração ou ao setor terciário, quando podiam se dedicar à agropecuária, fixando-se na zona rural. Essas pessoas reproduziam aqui, com alguma adaptação, o mesmo que sempre souberam fazer durante séculos de tradição.

De acordo com Costa (1978, p.65)⁶, nas décadas de 30 e 40, havia um intercâmbio bem ativo entre o comércio local e os portos do litoral, com destaque para os de Rio de Janeiro, Santos, Vitória e Bahia, porque ali desembarcavam os principais artigos de importação, a maior parte manufaturados, a saber: “máquinas e utensílios, materiais de ferro, os automóveis, a gasolina, o querosene, o cimento, a farinha de trigo, o sal, os produtos químicos e farmacêuticos, os calçados, os chapéus e as bebidas alcólicas, provindos uns do estrangeiro, outros do próprio país”. Em troca, as fazendas e os latifúndios do Sul de Minas exportavam o excedente da produção de arroz, milho, batata inglesa, feijão, mandioca, fumo e mamona. Na pecuária, destacava-se a criação de bovinos e de suínos; na indústria, a produção de tecidos, açúcar e rapaduras, manteiga e queijos. No entanto, nada se igualava à produção do café (36%), muito embora o Estado de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, ainda suplantava a produção das lavouras mineiras. Em compensação, Minas liderava a produção de gado de corte, leiteiro e de seus derivados, daí o prestígio político que gozavam esses dois Estados mesmo após a Revolução de 30.

O comércio mariense, nesse período, continuava utilizando a ferrovia e as estradas de rodagem para alcançar as grandes metrópoles forne-

⁶ COSTA, Fernando Nogueira da Costa. Bancos em Minas Gerais (1889-1964). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Economia e Planejamento da UNICAMP, Campinas, 1978.

cedoras dos produtos manufaturados, trazidos pelos caixeiros-viajantes. À época, as tropas de burros, de muares e outros meios de transporte com tração animal ainda eram utilizados no interior, principalmente no comércio entre a cidade e o campo. As carroças, carros de boi, ajudavam a abrir estradas e transportavam de tudo um pouco, de acordo com as posses e o manejo dos seus donos. A Câmara dos Vereadores autorizou a Prefeitura a adquirir algumas carroças e animais para empréstimos à população (Ata de 12/04/1919, Livro 2, p.18), além de outras três carroças arreadas e três animais para serviços de Obras Públicas. Esses transportes, embora rudimentares, eram ideais para enfrentar as montanhas de Minas e suas estradas ainda não pavimentadas.

Sobre ferrovias, vale lembrar que continuavam as dificuldades dos produtores de batata de Maria da Fé para enviar o produto até as metrópoles⁷. O Jornal “O Município”, de 31/01/1932, destacou, em primeira página, a carta enviada pelo Prefeito Hermelino Gatto ao Dr. Alcides Lins, diretor da Estrada de Ferro Sul de Minas-Cruzeiro, sobre os constantes prejuízos na remessa de batatas pela ferrovia, devido à demora em chegar o produto ao seu destino, geralmente de 10 a 15 dias, quando, na verdade, em despacho normal, o percurso deveria ser de três a quatro dias. O escoamento rápido da mercadoria evitaria sua deterioração e os prejuízos aos produtores.

Importante destacar que, nas décadas de 30 e 40, a população marienense se concentrava mais na zona rural, onde as famílias de descendência numerosa se organizavam no trabalho agrícola e na pecuária. Utilizavam o cavalo e as charretes para ir até à cidade nas festas religiosas, para viajar ou quando necessitavam de produtos manufaturados, que chegavam pela ferrovia. Os carros e caminhões, como visto, ainda eram raros.

No difícil e longo caminho entre a cidade e o campo, surgiram pequenas “vendas”, que forneciam artigos não produzidos nas grandes propriedades rurais ou na agricultura familiar. As relações de comércio eram baseadas na honradez e na amizade. Muitas famílias faziam o regis-

⁷ Ver referência sobre os transportes terrestres e ferroviários no livro Memorial da Câmara Municipal de Maria da Fé - Tomo I

tro de compras na caderneta da venda ou na “conta do patrão”, quando o trabalhador era capataz ou agregado da fazenda, para pagar no final do mês com a força do seu trabalho ou ainda depois de uma boa colheita (autônomo). Havia muita troca de alimentos (escambo), visto que as balanças com diferentes pesos eram raras, assim como as moedas (réis).



**“CAVALEIROS - Zequinha, Bastiãozinho, Quinzote, Carlos Rodrigues, Sérgio, Oriental e Benedito. Por Elias Braga no Grupo Maria da Fé Antiga.
“Minha avó Conceição contava que essa foto foi tirada onde é hoje o Bar do Nei, em frente a rotatória da oliveira, na Lage (2019)”. Comentário de Júlio César Guedes.**



“Obras beirando a ferrovia, na estrada que dava acesso a Maria da Fé pelo Bairro São João (1940)”. Por Mari Léa Zaroni no Grupo Maria da Fé Antiga

Segundo Oliveira e Carvalho (2014, p. 138)⁸, somente a partir de 1920, a população das cidades (17%) cresceu em relação ao campo (83%), mas, mesmo assim, ainda era dependente economicamente da produção rural:

a formação das cidades mineiras principia na década de 1920, com o êxodo da população rural atraída, especialmente, pela oferta de trabalho. Contudo, mesmo tendo cinemas, farmácias, escolas e centros de saúde pública, a maior parte das cidades pequenas mantinha vínculos fortes com a vida no meio rural, pois ainda era o produto da produção rural que mantinha a economia delas.

Nas áreas urbanas, ao lado dos principais estabelecimentos comerciais e industriais, surgiram também as atividades terciárias ligadas a bancos, transporte e energia elétrica, que deram suporte ao crescimento da vida econômica e social nas cidades do Sul de Minas. Em Maria da Fé, as casas comerciais e pequenas indústrias se concentraram na Rua do Comércio (depois Arlindo Zaroni) e no Bairro Turquia.

Sobre a denominação “Turquia”, é interessante a postagem do Professor Eugênio Cardoso no Grupo Maria da Fé Antiga, em fevereiro de 2020, que nos esclareceu o seguinte:

A Turquia tem esse nome porque um de seus primeiros moradores foram árabes, vindos principalmente do Líbano. Muitas dessas famílias, mais tarde, se mudaram para Cristina e Itajubá onde fundaram grandes comércios e fizeram história nessas cidades, até hoje. O nome Turquia vem de um momento histórico. O Líbano e grande parte do mundo árabe faziam parte do Império Otomano, também chamado de Império Turco, um dos maiores impérios que o mundo conheceu, que tem suas origens no século VIII e sua dissolução definitiva no ano de 1924. Na emigração o passaporte desses árabes era turco. Daí a denominação turco. Portanto, um dos primeiros moradores que deram nome ao bairro não eram turcos, mas sim árabes. Mais tarde chegaram os portugueses e isso é uma outra história.

⁸ OLIVEIRA, Pâmela Faria e CARVALHO, Carlos Henrique de. Educação e modernização em Minas Gerais: propostas reformistas na ação conservadora (1926-1930) Revista de História da Educação n. 42, v.18, jan./abr., Porto Alegre: 2014

Segundo Botelho et al (2007, p.20)⁹, as atividades comerciais e pequenas indústrias no Sul de Minas foram praticamente obra de jovens empreendedores, que vieram com suas famílias de diferentes lugares e contaram com a experiência de seus ancestrais e a coragem de enfrentar muitos obstáculos. Aqueles que chegaram às cidades mineiras vinham na condição de povoadores de uma região praticamente com pouca escravidão, daí “o impacto relativamente suave que o fim da escravidão representou para a região com maior população, livre e escrava, do Brasil”, o que diferenciou Minas Gerais dos demais estados da região sudeste. Mas, para a história econômica de Maria da Fé, os imigrantes e seus descendentes foram fundamentais no desenvolvimento comercial e industrial do município, como pode ser observado na pesquisa a seguir.

⁹ BOTELHO, T.R.; BRAGA, M.P. e ANDRADE, C.V. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. Artigo PDF. Disponível: www.scielo.br. Acesso em março/2020.

OS BANCOS DAS PRAÇAS E O COMÉRCIO MARIENSE

Pesquisa da professora Maria Aparecida da Silva - “Nenzinha”, ampliada e atualizada nessa pesquisa histórica para o Memorial da Câmara, traz, neste capítulo, um levantamento do comércio mariense a partir dos nomes gravados nos bancos de cimento espalhados pelas praças públicas do Município de Maria da Fé. Os tradicionais bancos, em sua grande maioria, eram doados por empresas ou famílias de empresários locais, numa forma de parceria público-privada para a época, gerando economia aos cofres públicos em troca do rico espaço de publicidade.



COMÉRCIO DE FUMO LUCAS EVANGELISTA GUEDES (1914)

De propriedade de Lucas Evangelista Guedes, natural de Passa Quatro, que chegou ao município em 1901 e em 1914 instalou um comércio de fumo que durou 40 anos. O produto era vendido na cidade e em municípios vizinhos, uma atividade rendosa que muito contribuiu para o progresso de Maria da Fé. Como descrito no primeiro volume desta coletânea histórica do Memorial da Câmara, Lucas Evangelista foi vereador e pessoa que se destacou pelas suas realizações em diversas áreas do município (comércio, política, religião). Era casado com Amélia Guedes. O filho do casal, Delfim Ribeiro Guedes (1908-1985), tornou-se o primeiro bispo em Leopoldina e São João Del Rey¹⁰.

¹⁰ Ver mais dados sobre D. Delfim Ribeiro Guedes na Revista Centenário da Paróquia de Maria da Fé (ZARONI, Mari Léia. e CAMPOS, Osvaldo Renó) e no Grupo Maria da Fé Antiga.

SECOS E MOLHADOS JOSÉ DE CAMPOS SALLES¹¹

De propriedade de José de Campos Sales, vendia de tudo um pouco, característica das firmas mais antigas: cortes de fazendas (tecidos), armarinhos, chapéus, calçados, ferragens, louças, tintas, material escolar, entre outros. No balancete de 1929 a 1932, do Grupo Escolar de Maria da Fé (Arlindo Zaroni), a firma aparece como fornecedora de produtos de limpeza e de secretaria, necessários ao funcionamento da escola (acervo da Escola Arlindo Zaroni). José de Campos Sales foi vereador de 1936 a 1937 e se destacou na política como o Presidente do Partido Integralista de Maria da Fé. Ao lado de Plínio Salgado e de seu genro Vicente Marchetti demonstrou ser um grande líder da oposição mariense, tão necessária nas verdadeiras democracias.

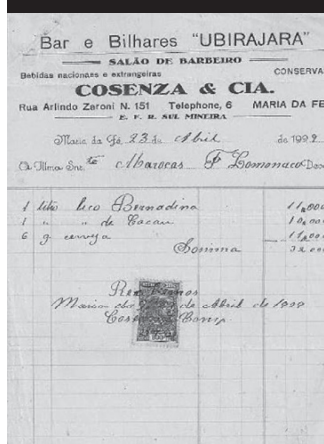


“À esquerda, Casa de José de Campos Sales (avô dos Marchettis) e à direita, Sr. Ormeu Junqueira Ferraz (irmão do Cel. Silvestre; elegeu-se Prefeito em 1945). Moravam no andar superior e tinham seu comércio embaixo. Sob a 1ª casa ficava a loja de “Secos e Molhados” do proprietário e sob a casa de “seu” Ormeu ficava sua “Pharmácia Nossa Senhora Aparecida”. Figuras importantes de nossa história. Na década de 1950, a casa de José de Campos Sales foi vendida e “reformada”, perdendo o seu estilo. No andar de baixo, foram trocadas as portas de madeira por outras de ferro, pois ali se instalou o antigo Banco de Itajubá. A casa pertenceu também a Rubens Brugger e atualmente é da família do ex-prefeito Manoel Gonçalves”. Acervo e histórico: Mari Léa Zaroni, em 08/05/2012.

¹¹ Ver mais informações sobre José de Campos Sales nos Textos Complementares, ao final deste volume.

BAR UBIRAJARA - SNOOKER (bilhar ou sinuca)

Nos anos 30, o lugar era propriedade de Cosenza & Cia - bar com jogos e bebidas em geral. Detalhe: ambiente que as mulheres não deveriam frequentar nessa época. Localização atual: casa do casal Alberto Braz e Carminha, na Rua Arlindo Zaroni. Por Mari Léa Zaroni, no Grupo Maria da Fé Antiga.



BAR E BILHARES UBIRAJARA: COSENZA & CIA
"Este era o ponto de encontro dos homens de Maria da Fé nas décadas de 20 e 30. Tinha até telefone (nº 6). O recibo de bebidas pela direção da Escola Arlindo Zaroni mostra a compra de dois litros de licores e seis garrafas de cerveja, bebidas finas ao lado do salão de barbeiro e jogo de bilhar. O proprietário seria da família de Tonico e Armando Cosenza, alfaiates de fama na cidade". Por Mari Léa Zaroni, em 2013, no Grupo Maria da Fé Antiga.

ZARONI & CIA e AMILON SOCIEDADE LTDA.

De propriedade de Arlindo Zaroni, produzia amido de batata, fumos, cereais e telhas francesas coloniais. A Amilon Sociedade Ltda. era uma fábrica de amido de batata, em sociedade com um grupo francês. De acordo com Mari Léa Zaroni¹², sobrinha de Arlindo Zaroni, na crise de 1929, os franceses abandonaram o empreendimento e, para honrar suas dívidas, o Sr. Arlindo teve que vender suas terras e pagar os sócios franceses¹³. Artigo de Armelim Guimarães, historiador de Itajubá, em fragmento do Jornal de Itajubá, na Seção: Fatos e Perfis do Sul de Minas¹⁴, conta que o Sr. Arlindo Zaroni nasceu em Conceição do Rio Verde, em 27 de dezembro de 1883. Residiu em Itamonte, Machado e Itanhandu antes de se estabelecer em nosso município em 1901. Possuía grande espírito empreendedor, o que possibilitou a sua participação em várias atividades comerciais iniciadas em 1922, como a fabricação de telhas (Cerâmica Zaroni); fumo de rolo, charutos e cigarrilhas Puma (Arlindo Zaroni & Cia). Os produtos eram vendidos em Roterdan (Holanda), Montevidéu (Uruguai) e no Rio de Janeiro; a firma ainda fabricava brinquedos, chapéus e sapatos e os exportava para a Argentina e outros países do Prata. Tais fatos reafirmam o caráter empreendedor de Arlindo Zaroni, que muito influenciou no desenvolvimento do município, gerando numerosos empregos. A indústria ficou ativa por mais de 14 anos. Esse empresário foi muito importante no comércio, na política e na sociedade mariense, como descrito no primeiro volume desta coletânea histórica. Tornou-se chefe político ativo da administração de Maria da Fé, trabalhando pela sua emancipação. Foi vereador e Chefe Executivo (Presidente da Câmara de 01/01/1919 a 02/01/1923 e de 17/05/1927 a 11/11/1930). Graças aos seus esforços e ao seu prestígio, alargou as fronteiras do município e proporcionou o desenvolvimento industrial de

¹²Arquivo do Grupo Maria da Fé Antiga, histórias da cidade que amamos.

¹³No Jornal "O Município", de nov/1933, o redator Hermelino Gatto traz diversas notícias sobre a liquidação da firma Amilon.

¹⁴Ver artigo em sua íntegra no acervo histórico da Câmara Municipal de Maria da Fé. Outras referências sobre o Sr. Arlindo Zaroni podem ser consultadas no Tomo I desta coletânea histórica do Memorial da Câmara Municipal de Maria da Fé.

Maria da Fé. Construiu a estrada Maria da Fé - Itajubá (via São João, de terra) e ajudou a construir o Grupo Escolar que receberia seu nome. Promoveu a instalação das primeiras comunicações telefônicas e da rede de energia elétrica, de água e esgoto. O Sr. Arlindo Zaroni faleceu em 30 de maio de 1936, aos 52 anos.



“Plantação de Batatas, em terras de propriedade do Sr. Arlindo Zaroni (década de 30). Vê-se ao fundo a cerâmica com a chaminé. À direita, atual Rua Lucas Evangelista Guedes, acesso à estrada de terra Maria da Fé - Itajubá (terreno próximo à entrada da Pomária, em direção ao Bairro Malvinas). Nos anos 80, ainda existia uma chaminé, próxima à linha do trem”.
Por Ilza Gonçalves Almeida. Acervo: Nilton Gonçalves de Almeida



Transporte das telhas “Francesas” confeccionadas na CER MICA ZARONI LTDA (década de 30). Acervo: Nilton Gonçalves de Almeida



CERÂMICA ZARONI E CIA LTDA.
 Ao fundo, o bairro Canudos, no final da década de 20. Em 1932, Arlindo Zaroni vendeu parte da sua indústria e passou a se dedicar mais à produção do fumo em folha. Seu filho, o engenheiro agrônomo Mario Zaroni, foi nomeado diretor técnico da empresa, em São Paulo. ("O Município", 04/01/1931) – Foto: Revista Centenário da Paróquia de Maria da Fé. – ZARONI, Mari Léa e CAMPOS, Osvaldo Renó, 2008.

Funcionários da Fábrica de fumo de rolo, Charutos e Cigarilhas "Puma", de Arlindo Zaroni & Cia Ltda. (década de 30), localizada na Praça N.S. de Lourdes (lado esquerdo), início dos anos 30. "Essas fotos pertencem a minha mãe Terezinha Rodrigues Silveira. Mostra as casas onde ela, seus pais e suas três irmãs moraram. A foto foi tirada em frente a um dos comércios do Sr. Arlindo Zaroni e mostra as pessoas que trabalhavam junto ao meu avô, o Português Luiz Rodrigues". Postagem de Carlos Henrique Silveira no Grupo Maria da Fé Antiga.



Propriedade de Arlindo Zaroni (década de 30) que, após sua morte, foi vendida a Antônio Peralta, pai de Laís e Emmanuel Peralta. Neste local foi construída a fecularia de Antônio Peralta, e seu sócio Antônio Teixeira (pai de Cícero Torres). Mais tarde, entraram na sociedade os portugueses Albino Teixeira Torres (casado com Nelly Zaroni) e Orlando Teixeira Torres (casado com Inês Bustamante e pai das dentistas Patrícia e Syomara Torres). Cícero Torres também trabalhou lá com seu pai. Por Mari Léa Zaroni. Postagem de Carlos Henrique Silveira no Grupo Maria da Fé Antiga.

ANTÔNIO PERALTA & CIA LTDA (década de 30)

A casa e armazéns de beneficiamento de batatas, farinha, arroz e outros, funcionava na Av. José de Campos Sales, onde hoje existe um terreno baldio em frente à nova Câmara Municipal.

“A empresa foi fundada por meu pai quando adquiriu o antigo Armazém de Fumos de Arlindo Zaroni, em torno de 1935. Na parte da frente, ficava o armazém de batatas e, no fundo, a fecularia. Seu primeiro sócio foi Walfrido Gonçalves da Costa. Os negócios prosperaram, meu pai era um excelente empresário, então resolveram comprar o terreno ao lado e montar uma fecularia grande e moderna. Muita gente achava que que não ia dar certo, que meu pai estava fazendo uma loucura. Mas, não só deu muito certo, como tiveram que abrir uma filial em Barra do Piraí, para onde se mudou o sócio Walfrido. Mais tarde, entrou outro sócio, o Albino Teixeira Torres, vindo diretamente de Portugal. A firma tinha viajantes próprios, caminhão próprio, tropa de burros, contador e auxiliar próprios. No antigo armazém, foi instalada uma máquina para beneficiar arroz. Por muitos anos, a firma foi representante exclusiva para todo o país dos famosos canivetes JMC de Campanha. Além dos produtos convencionais de uma fecularia, eram também fabricados produtos para mingau - o creme de milho, embalado em saquinhos e o creme de arroz, embalado em caixinhas. Ambos levam a foto de minha irmã Laís. Além disso, era comum importar especiarias da Índia, como cravo e canela, para revenda em caixinhas. A firma era correspondente de dois bancos - o Banco da Lavoura e o Banco Hipotecário, além de representar uma agência americana de informações. Meu pai assinava e lia dois jornais diariamente para se manter informado do movimento e dos preços dos cereais. Às vezes, eu pensava como ele conseguia estar envolvido com tantas atividades de comércio e ainda sobrava tempo para participar com destaque de todas as atividades sociais da comunidade e ainda se preocupava com os quatro filhos que estudavam fora. Meu pai foi um grande homem que muito amou Maria da Fé!!”.

(Por Emmanuel Peralta, filho de Antônio Peralta, para o Grupo Maria da Fé Antiga, em 2013).

"ANTÔNIO PERALTA foi um importante homem no cenário político, econômico, social e religioso de nossa cidade de Maria da Fé. Casado com dona Naná e pai de filhos que souberam seguir os caminhos de destaque na vida. São eles: Lais Peralta, Walter Peralta, Emmanuel Peralta, e José Peralta (engenheiros formados na UNIFEI). Comerciante e empreendedor nato, realizou vários trabalhos: Armazém de Batatas, em sociedade com Domingos Tótora; Cooperativa, em sociedade com Waldemar Zaroni; Fecularia, em sociedade com Albino Torres. Grande entusiasta do futebol, comandou vários times pela cidade.

Foi, ao lado do Sr. Tinho Cassimiro e dona Maria Sebastiana Costa, em 1944, o primeiro festeiro, quando a Festa foi realizada pela primeira vez na praça central da cidade. Foi prefeito da cidade de Maria da Fé de 02/02/1947 a 05/10/1947.

Na foto: Antônio Peralta, esposa Nana e filhos. Acervo: Jonnas Peralta Pesquisa e postagem: Mari Léa Zaroni Campos, no Grupo Maria da Fé Antiga.



ARMAZÉM E FECULARIA DE ANTÔNIO PERALTA - década de 40. Antigas instalações da máquina de beneficiar arroz de Pedro Batista Campos, posteriormente, TORRES e CIA LTDA. "Antônio Peralta e empregados em frente ao seu armazém de batatas e fecularia. Ele está encostado na porta e veste roupa branca de linho, moda na época. O homem ao centro, de chapéu, é um dos carroceiros mais famosos daqui, Sr. Geraldo Mariano. O motoqueiro não pude identificar. Com Carlitos - batateiro, Dona Maria Joana - mãe do Quim, Geraldo Ribeiro e Antônio Peralta". Localização atual: Rua Joaquim Cassimiro de Almeida (em frente ao prédio da Câmara Municipal). Foto e texto de Mari Léa Zaroni, em 13/04/2013.



Emmanuel Peralta - "Maninho" (de terno, à direita da foto de 1946, Filho de Antônio Peralta, sempre demonstrou seu carinho e seu amor pela terra natal, através dos registros e inúmeras fotos publicadas no Grupo Maria da Fé Antiga e outras que se encontram no acervo de diversos amigos. Faleceu em 24 de março de 2014, aos 85 anos de idade. "Na bicicleta está o Mário Correa, que depois mudou para Itajubá. A família adquiriu a Casa Vera Cruz. Eu estou de terno e gravata, devia ser um domingo, a gente usava terno e gravata para ir à missa. Atrás de mim está o José, filho do Inácio Mendes, era doente, mas dizia frases muito engraçadas e espirituosas. No cantinho esquerdo aparecem o Cláudio Marchetti e um pedaço do rosto do Zezinho Tótora. A rua ainda era de terra, reparem na arquitetura do prédio da farmácia do Sr. Juca."
Por Mari Léa Zaroni no Grupo Maria da Fé Antiga, em 2013.



"Meus avós paternos, Maria Rosa e Antônio José Peralta. Ladeando-os estão meus primos Roberto e Willy. Imigrantes portugueses, meus avós viveram em Passa Quatro, onde nasceu meu pai; em Soledade, onde nasceu minha tia Glória; e Maria da Fé, onde nasceram Aurora e Juca. Embora não soubesse ler e nem escrever, minha avó era uma mulher inteligente e dinâmica. Dedicou-se a vários tipos de comércio e, finalmente, estabeleceu-se com o Hotel dos Viajantes". Por Emmanuel Peralta.

Histórias da Família Peralta: um diálogo entre Emmanuel Peralta e Mari Léa Zaroni, em abril de 2013.

Mari Léa: Já ouvi falar deste hotel de dona Rosa, mas onde ele ficava? Na rua em frente à Matriz? E o correr de casas antigas na Rua Arlindo Zaroni (onde hoje fica a casa do Nilson) era de seu pai?

Emmanuel: Você sabe muito, Mari Léa! De fato, o hotel ficava em frente à casa da família Zaroni, entre a Estação e a Igreja. Realmente minha avó possuía três terrenos com casas na Rua Arlindo Zaroni, no caminho para o Grupo Escolar. Quando vendeu (ou alugou?) o hotel, passou a morar numa das casas e alugava as outras. Depois ela mudou-se para Mogi Mirim e meu pai comprou os terrenos. Quem ficou com o hotel foi Juvenal Guimarães, pai do Joel, o melhor jogador de futebol dessa época em Maria da Fé. Joel casou-se com a Noinha, filha do Sr. Anunciato Carnevalli e mais tarde mudou-se para Itajubá. Dr. Vianna, quando se formou e mudou para Maria da Fé, morou no hotel, lembro-me bem disso! Nesse mesmo ano, eu fui Apóstolo e ele me pediu um pedaço do pão para comer porque diziam que dava sorte. E parece que deu mesmo...

Mari Léa: Você confirmou aquilo que ouvi de meu pai (Waldemar Zaroni) sem muitos detalhes. Moramos na casa em frente ao supermercado Coringão, de Dito Valério, e fomos vizinhos das antigas casas citadas. Em uma delas morou um português - seu Pereira, em outra a família de Mário Barbosa. As casas, na Rua Arlindo Zaroni, iam até ao antigo bar do Zezinho Bernardo e os terrenos davam fundos para a rua de baixo. Hoje, tem as casas de Waldorino, as de Patrícia e Inês Bustamante. Esses terrenos foram vendidos por sua família, herdados de seu pai, correto?

Emmanuel: Sim, Mari Léa! Cada filho homem ficou com um terreno, posteriormente vendidos e Lais (Peralta) ficou com a casa. O português ao qual você se refere, o Sr. Pereira, era sócio de uma conhecida camisaria no Rio de Janeiro - O Camiseiro. Ele vinha sempre a Maria da Fé, durante as férias, acompanhado da esposa (ele muito magro, ela muito gorda) e da filha Aurora. Quando ficou viúvo, resolveu mudar-se de vez para Maria da Fé.

Mari Léa: Olá, Emmanuel! Lembro-me dele, pois foi nosso vizinho. Era muito só e meu pai lhe dava assistência e minha mãe sempre lhe mandava “quitandas” feitas por ela. Lembranças...



“De frente vê-se claramente o Hotel dos Viajantes, de Dona Maria Rosa, minha avó paterna.” “Foto tirada do alto da torre da Igreja, em 1946”. Por Emmanuel Peralta no Grupo Maria da Fé Antiga.

TORRES & CIA LTDA (década de 1940 e seguintes)

Empresa sucessora de Antônio Peralta & Cia Ltda, de propriedade de Albino Teixeira Torres e Orlando Teixeira Torres (portugueses); Cícero Teixeira Torres e Mário Máximo Mendes (marienses). Teve sua atividade iniciada em 1940, com um comércio de cereais e produtos de feccularia, como farinha de milho, canjica e fubá, que eram vendidos no município e em outras cidades da região. Ficou ativa por 49 anos ininterruptos.

Localização atual: Av. José de Campos Sales (terreno baldio em frente à nova Câmara dos Vereadores).



“Novas instalações da firma Antônio Peralta, localizada na Rua José de Campos Sales, no Centro. Depois Feccularia Torres e Cia Ltda, de Albino, Orlando, Cícero Torres e Mário Mendes. (Ativa até os anos 80). Acervo: Myriam Zaroni Vargas

BANCO DE ITAJUBÁ (década de 30), depois
BANCO DA LAVOURA S/A, que deu origem ao **BANCO REAL**.

De acordo com o Dossiê de Tombamento do prédio do Banco de Itajubá, arquivado na Secretaria de Cultura e Turismo de Maria da Fé, o casarão da Rua Silvestre Ferraz, nº.19 (localização atual), abrigou a antiga sede do Banco Itajubá (depois transformado em Banco da Lavoura S/A¹⁵ e, mais tarde, deu origem ao Banco Real). Esse Banco foi a primeira instituição bancária de Maria da Fé, criado para dar suporte às necessidades da crescente economia mariense. A data da edificação do prédio não pode ser apontada com exatidão, entretanto, registros orais afirmam que se situa nos primeiros anos da década de 30. Ainda segundo o Dossiê (p.15), uma longa busca foi realizada no Cartório Cardoso Vieira (de Registro Civil) e não foram encontrados documentos anteriores à década de 1950 relativos ao Casarão. No entanto, um dos depoentes desta fase histórica destacou que seu pai, José Barbosa (Zeca Barbosa), viera para a cidade no ano de 1937, com intuito de trabalhar no já consolidado Banco Itajubá. Ou seja, o marco inaugural da instituição bancária ocorrera pelo menos alguns anos antes da vinda desse funcionário¹⁶. O Dossiê relata que, no espaço do antigo casario, “para além das atividades bancárias, o local era uma espécie de ponto de encontro onde os diferentes indivíduos trocavam opiniões sobre finanças, além de estabelecerem alguns negócios. Os frequentadores eram, em sua maioria, dos extratos sociais mais privilegiados, porém nada impedia que os pequenos lavradores também utilizassem os serviços ofertados. Nesse sentido, a agência ocupava um papel central na vida social da cidade, tendo em vista a dinamização

¹⁵ Sobre o crescimento dos bancos mineiros de 1889 a 1964 e sua relação com a lavoura e pecuária de MG, ver dissertação de mestrado de Fernando Nogueira da Costa, “Bancos de MG” de 1989 a 1964 - Disponível em PDF na Biblioteca Virtual do Departamento de Economia e Planejamento da UNICAMP, agosto/1978..

¹⁶ Na Ata da Câmara dos Vereadores de 30/04/1928 (Livro 2), o Banco de Itajubá, da cidade vizinha, foi mencionado como financiador das sementes de batatas importadas da Europa, a serem distribuídas aos agricultores marienses. Em 2000, a entrevista com a Sra Vilma Fernandes de Oliveira, filha do Sr. Gentil Valério Fernandes, menciona que seu pai foi gerente do Banco da Lavoura S/A por muito tempo até sua aposentadoria. Vilma informou que o Sr. Gentil começou a trabalhar na função de Contínuo (prestador de serviços), na década de 30. (Pesquisa de Maria Aparecida Silva “Nenzinha”, em 2000).

de muitas das atividades produtivas marienses”. (FIGUEIREDO, Hilário - historiador. Dossiê de Tombamento, p.58 - Secretaria de Cultura e Turismo de Maria da Fé-MG).



“Reforma do prédio do Banco de Itajubá – Banco da Lavoura, depois Banco Real S.A. Tombado como Patrimônio Histórico de Maria da Fé em 2004”. Acervo: Secretaria de Cultura e Turismo de Maria da Fé.

CASA CORRÊA

A empresa oferecia tecidos, camisaria, sapatos e artigos diversos, além de “Secos e Molhados”, fábrica de doces e massa de tomate, padaria e bicicletaria.

A família Corrêa, muito numerosa, sempre teve tradição no comércio e na indústria de Maria da Fé e Itajubá. Sua história pioneira começou quando Luiz Corrêa Cardoso e Ana Augusta da Conceição se estabeleceram em terras marienses. De acordo com texto publicado por Maria Inês Corrêa Pereira, no Grupo Maria da Fé Antiga, no ano de 2012, a família de portugueses, da freguesia de Favaio, chegou ao Brasil em 1913, mas não se adaptou ao clima quente de Ribeirão Preto (SP), vindo para nossa cidade, em 1916, onde montou um Armazém de Secos e Molhados e uma padaria. O casal teve seis filhos, alguns nascidos em Portugal e outros brasileiros: Antônio, Manoel, Augusto, Tiago, Joaquim e José Corrêa Cardoso. (Informações e acervo: Maria Inês Corrêa Pereira e Filomena Ferreira - 2013).

ANTÔNIO CORRÊA CARDOSO

Teve dez filhos: Viriato, Antero, João, José (Zezão), Guilhermina, Marília, Lucy, Ana Corrêa, Lucília e Nair. Os filhos homens ajudaram o pai a montar vários negócios no Bairro Turquia, gerando emprego e trabalho para muitas pessoas, trazendo grande progresso e arrecadação

de impostos para o município mariense. Outros se mudaram para Itajubá e mantêm, até hoje, excelentes pontos de comércio. As filhas Lucy e Lucília, antes de se mudarem para Itajubá, foram professoras no Grupo Escolar Arlindo Zaroni, de 1952 a 1956. A Sra. Guilhermina Corrêa era a única filha viva desta geração, mas faleceu em 2020. Ela residia em Itajubá e era mãe de Pedro Corrêa, casado com Nícia Almeida (filha de Ilza Zaroni e Job Batista Almeida), residentes em Maria da Fé.



*"Família Corrêa na Chácara Santo Antônio, situada acima do Nevada Clube (década de 50)".
Por Maria Inês Corrêa Pereira no Grupo Maria da Fé Antiga.*

VIRIATO CORRÊA

Com Edith Martins, ambos falecidos, tiveram seis filhos: Reginaldo, Romilda, Renato (falecido), Robélia, Rosilene e Rosali. Atualmente, somente Rosali mora em Maria da Fé, na mesma casa dos seus pais, na Rua Arlindo Zaroni e é mãe de Deise, Denise e Dra. Cláudia Monteiro de Barros, que se casou com Rodolfo Cândido da Silva, ex-vereador e filho de Vicente Cândido da Silva, ex-presidente da Câmara Municipal.



"Av, Luís Corrêa Cardoso (antes e depois do calçamento, em 1952). O nome da rua foi uma homenagem às numerosas casas comerciais que foram instaladas na Turquia por Luís Corrêa e filhos, trazendo grande desenvolvimento e gerando empregos em Maria da Fé. Acervo de Joaquim Santana de Almeida (Quim) no Grupo Maria da Fé Antiga.



“FECULARIA e FÁBRICA DE DOCES DE VIRIATO CORRÊA – produzia doces com as frutas colhidas na Chácara Santo Antônio e em vários pontos de Maria da Fé (final da década de 40) – Acervo: Maria Magda Ribeiro

Segundo Maria Inês Corrêa Pereira, sobrinha do Sr. Viriato, essa empresa, que, mais tarde, transferiu-se para Itajubá, recebeu o nome de Fábrica de Tomates “Pomar” e “Doços Vera Cruz”. Ela esclareceu que: “Paralelo a essas atividades – fábrica e armazém – a firma desenvolveu também, por algum tempo, a fabricação de milho Biju, tendo como sócios o senhor José Gonçalves Sobrinho (mais conhecido como Zé Cocada) e João Nicomedes Ribeiro (mais conhecido como João Antena)”. “Durante sua existência Viriato foi homenageado pela Câmara Municipal de Maria da Fé com o Título de Cidadão Honorário Mariense, como reconhecimento pelos seus trabalhos em prol da cidade. Faleceu em 1989, com 74 anos de idade, na cidade de Itajubá”.

A inauguração da fábrica, publicada no jornal “O Município” de 07/02/1932, p.1, deu aos Irmãos Corrêa o título de “rapazes progressistas e trabalhadores”:

A data de 29 de janeiro ficará gravada com traços indeléveis, pois nesse dia, ao repipocar de foguetes e o sibilar festivo do vapor, benzia-se a primeira fábrica de massas frutíferas em Maria da Fé. [...] Já passavam das 10 horas quando o Revmo. Pe. Lauro de Castro deu começo a benção do prédio, iniciando pela porta de entrada, passando pelas várias máquinas para finalizar na possante caldeira que se achava na parte externa do edifício. [...] Num fechar de olhos, as frutas foram completamente feitas em partilhas, para a seguir e serem cozidas nas duas poderosas tachas. 12 minutos mais e a massa era enviada para a peneira, de onde foi também colocada no vasilhame que a entregará ao consumidor.

ANTERO CORRÊA

Casado com Neide (filha de Dalila Bustamante, duas professoras estimadas no Grupo Escolar Arlindo Zaroni, onde lecionaram). O casal, já falecido, teve quatro filhos: Marcelo (engenheiro), Luiz Antero (comerciante), Fábio (médico, já falecido) e Dalila (economista). A loja de Antero Corrêa tomava quase todo o quarteirão entre a Rua Benedito Valadares e a Av. Luiz Corrêa Cardoso e se dividia internamente em duas partes: de um lado era um armazém de secos e molhados; do outro, vendia tecidos, sapatos e artigos de cama, mesa e banho. Funcionou desde a década de 50. Era uma das lojas mais completas da cidade e atendia também a população rural. Luiz Antero, atualmente morando em Itajubá, herdou o tino comercial de seu pai e, por muitos anos, manteve, no bairro Turquia, a “Papeleria Mariense”, no mesmo lugar da Loja Corrêa.

JOSÉ MARTINS CORRÊA

José, mais conhecido como Zezão, era ótimo comerciante e empresário de sucesso. Gostava de trabalhar em sua chácara, dedicando-se à pecuária e ao comércio. Dedicou sua vida ao trabalho em Maria da Fé, terra que havia aprendido a amar. Casado com Inês Prince Corrêa, o casal transmitiu muita sabedoria aos seus filhos: José Laercio (falecido), Onofre, Antônio, Ana Maria, Vera Lúcia e Antonieta. Ao herdar o empreendedorismo da família, os filhos continuam prestando relevantes serviços à Maria da Fé e outras cidades da região. Com seu irmão Viriato e Anastase Alcebíades Nunes, José foi fundador do Nevada Clube, cedendo o terreno onde o Clube foi construído.

TIAGO CORRÊA CARDOSO

Com Marieta Sales Corrêa, são os descendentes mais numerosos ainda residentes em Maria da Fé. Tiveram sete filhos: Vera Corrêa Marchetti (falecida esposa de Humberto Marchetti); Lia Corrêa Guimarães (falecida, esposa de Alfredo Gaspar Guimarães, importante político e redator do Jornal “O Município”, pais de Filomena Gianelli); Gilberto Corrêa;

Benedito Corrêa (jogador de futebol pelo time Mariense); Luiz Corrêa; Raimundo Corrêa e Tiago Corrêa Filho.

RAIMUNDO CORRÊA:

atualmente possui o Supermercado Nobre no mesmo lugar onde, durante muito tempo, conduziu um bar com bilhares e uma sorveteria. Casou-se com Dinorá Mota e tem dois filhos: Fernando e Márcio. Fernando assumiu a direção do Supermercado a partir de 2019.

TIAGO CORRÊA FILHO (TIAGUINHO)

Casado com Maria Ventura Corrêa (*), ambos falecidos, deixaram um grande legado econômico e social para Maria da Fé. Tiaguinho possuía uma bicicletaria onde funciona hoje a Coferraz, loja de materiais de construção, conduzida pelo filho Tiago Corrêa Neto (Nenê), que casou-se com Ana Goulart Ferraz e tem como filhos Ana Helena, Ana Cláudia e Tiago. Outros filhos de Tiaguinho e Maria: Nancy Aparecida Corrêa Paiva, que casou-se com José Cândido Paiva (ambos falecidos prematuramente) e tiveram os filhos Tiago Luiz e Nádia Marcela; Nicéa Marieta Corrêa, casada com Aldo, pais de Alessandra e Aldo Luiz; Luiz Alexandre Corrêa, casado com Cinéia e pais de Tiago José e Luiz Henrique. Até hoje, Nicéa e Luiz Alexandre se revezam na administração da Padaria Nossa Senhora Auxiliadora, popularmente conhecida como Padaria do Tiaguinho, que tem anos de tradição e referência no atendimento aos clientes e na qualidade de sua cadeia produtiva.

(*) MARIA VENTURA CORRÊA

Mais conhecida como a Maria do Tiaguinho, teve uma origem pobre e humilde, ficando órfã com apenas 9 anos de idade. D. Isabel Ribeiro, sabendo das dificuldades de D. Rita, mãe de Maria, tomou-a como filha adotiva até seu casamento com Tiago Corrêa Filho, aos 19 anos. Após 33 anos juntos, D. Maria ficou viúva e já apresentava os primeiros sintomas da diabetes. Nos anos que seguiram, o quadro se agravou a cada dia, com

muita dor e sofrimento nos membros inferiores, D. Maria resolveu então fazer uma promessa para Santo Expedito, ao qual creditou o motivo de não precisar amputar uma das pernas. Com muita fé e espírito de caridade, ela e seus filhos, genros, noras e amigos iniciaram uma campanha para construção da Igreja Santo Expedito, inaugurada em 19 de abril de 1999 e doada para a diocese. A Festa de Santo Expedito existe até hoje e seu donativo contribui para a melhoria de várias obras sociais marienses e para a diocese de Pouso Alegre. D. Maria faleceu em 2008. (texto em homenagem a D. Maria Ventura Corrêa pela Prefeitura Municipal, 2019)



À esquerda: Ernani Cardoso Pinto, ao lado de Aureliano Chaves e Flabino de Carvalho, na inauguração da estrada Maria da Fé-Itajubá (1980) em frente à padaria do Tiaguinho na Turquia.

BENEDITO CORRÊA

Ditinho, como era conhecido, nasceu em 1939 e faleceu em 1972. Apesar de ter falecido muito jovem, o filho de Tiago Cardoso e Marieta participou ativamente no esporte de Maria da Fé durante sua vida, principalmente no futebol. Era excelente meia esquerda e defendeu o time mariense em diversas cidades onde competia, trazendo vários títulos, juntamente com seus companheiros de time. Fez muitos amigos marienses: Loló (Olímpio Mendes Pereira), Canário (Pedro Machado), Vavá (Waldomiro Souza Cardoso), Hélcio Batista, Cícero Torres, José Batista, Ivo “Carrinho”, José Fábio Mendes, José Flávio Marchetti, Armandinho Gonçalves (dentista), entre outros.

Time de Futebol de 1953: Paulo Gonçalves Presidente do Sport), Vicente, Chico, Cardoso, Antônio Cândido, Zezão, Job Batista, Orlando Cardoso, Cícero Torres, Walter Zaroni, Agachados: Expedito (massagista), Mário “Meia Noite”, Mauro Krepp, Cláudio Marchetti, Vavá e Raimundo Corrêa. Estádio Coronel Silvestre. Por Emmanuel Peralta no Grupo Maria da Fé Antiga.



JOSÉ CORRÊA CARDOSO

Também manteve uma loja no Bairro Turquia. Sua filha, Alzira Corrêa, viúva de José da Mota Tótora, (ex-vereador e ex-prefeito do Município), mora na mesma residência construída por seu pai. Na Casa Corrêa, trabalharam Zinho Corrêa e Mário Corrêa, que viveram muitos anos em Maria da Fé antes de se mudarem para Itajubá. Na cidade vizinha, fundaram a Casa Vera Cruz que, até os dias atuais, presta excelente serviço à população local e região.



CASA CORRÊA – A Loja do Zinho, que depois mudou-se para Itajubá. Localizava-se na parte térrea da atual residência do Sr. José da Mota Tótora e da Sra. Alzira Corrêa e de seus filhos (Evaldo, Silvana, Evandro e Cecília Corrêa Tótora). Foto do Grupo Maria da Fé Antiga, postagem de Mari Léa Zaroni – Grupo Maria da Fé Antiga Facebook, 2014. O Sr. Zezinho possuía uma loja de materiais de construção.

CASA LUSITANA (NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - 1923)

De propriedade de Albino de Souza Cardoso, natural de Favaio (Portugal), a Casa Lusitana vendia fazendas (tecidos), ferragens, chapéus de sol, armarinhos. Instalou-se em Maria da Fé no ano de 1923, no ramo do comércio varejista. Os familiares de Albino deram continuidade ao negócio, que permaneceu ativo por 20 anos, no térreo de um casarão localizado na Av. Luiz de Souza Cardoso, no bairro Turquia. Em 1941, Albino comprou maquinários de beneficiar café e arroz e adquiriu o prédio de Miguel Carneiro, na cidade de Itajubá, instalando outra empresa na vizinha cidade. Albino faleceu em 1943, conforme indicou o acervo de Filomena Ferreira, sobre vultos históricos de Maria da Fé.

Eugênio de Souza Cardoso (Geninho) conta que seu pai era um “homem honesto, responsável, muitas vezes engraçado, mas um homem de bem” (O Mariense, ago/2010). Ele e sua mãe sentiram muito a sua morte.

Além de Geninho, outros membros da Família Souza Cardoso se destacaram na vida pública de Maria da Fé. Joaquim (Quincas), hoje já falecido, transitava com personalidade no meio político, representando o seu partido em vários eventos, sendo considerado uma pessoa de grande prestígio entre os amigos. Albino Luiz Gonçalves, filho de Zélia Cardoso e Luiz Gonçalves, desde 1965, administrou o Escritório Mariense, uma das primeiras empresas de contabilidade a se estabelecer em Maria da Fé. Hoje aposentado, “Bininho” sempre esteve envolvido em obras religiosas, sociais e esportivas em benefício de nossa comunidade, como Diretor do Hospital Ferraz e Torres, do Clube Mariense, do Nevada Clube e do Clube Esportivo de Veteranos (IVEMA), além de participar como atleta em várias modalidades esportivas. Casado com Hilda Gonçalves, tiveram três filhos: Marilene, Mateus e Marcela.

*“Local onde funcionava a firma de Albino de Souza Cardoso. Seu filho Ney, pai do ex-vereador, jornalista, advogado e professor Eugênio de Souza Cardoso, deu continuidade ao comércio da família por muito tempo no Bairro Turquia”.
Por Mari Léa Zaroni Campos no Grupo Maria da Fé Antiga.*



WALDOMIRO DE SOUZA CARDOSO (VAVÁ)

Ocupou a Câmara Municipal de 1989 a 1992, tendo sido seu presidente. Sua sobrinha Sônia Maria Gonçalves, filha de Otilia e Manoel Gonçalves, escreveu um pequeno histórico sobre ele. O fragmento de texto mostra uma vida dedicada à sua família e à sua cidade:

“Nasceu em 1933 e iniciou sua vida profissional em 1961, no Escritório Mariense, propriedade do seu tio Manoel Gonçalves. Em 1960, casou-se com Maria de Lourdes Marchetti, com quem teve quatro filhos: Dr. Rodolfo de Souza Cardoso, Dr. Rovani Marchetti Cardoso e a enfermeira Rosemary Marchetti Cardoso. Durante muitos anos, fez parte do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal, como secretário-contador, sendo o braço direito na administração de Manoel Gonçalves. Foi jogador dos 17 aos 24 anos, ocupando lugar de destaque como meio de campo e capitão do time mariense. Ao deixar de ser jogador, assumiu variados cargos no futebol (técnico, presidente etc.) Também foi professor de Educação Física da Escola Estadual Nossa Senhora de Lourdes, Diretor financeiro da Fundação Municipal Ferraz e Torres e do Nevada Clube onde ocupou também o cargo de Presidente do Conselho Deliberativo. Foi coordenador de Encontro de Casais na Paróquia Nossa Senhora de Lourdes. Em 1988, disputou uma vaga na Câmara Municipal, foi eleito, ocupando o cargo de Presidente. Coordenou, liderou e presidiu a comissão de elaboração da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de março de 1990. Mesmo após sua aposentadoria, continuou prestando relevantes serviços à comunidade mariense”. A atuação política de Waldomiro e sua vida estarão relatadas no próximo volume desta coletânea histórica.

ARMAZÉM DE SECOS E MOLHADOS

Antônio Joaquim veio de Pouso Alto-MG, em 1947, e morou no bairro Grota, Zona Rural de Maria da Fé. Antes de construir um casarão no bairro Turquia, abriu uma pequena venda no bairro Lage, no início da rodovia, em direção ao trevo para Cristina. Geralda, esposa de Antônio, ficou viúva pouco depois dessa mudança, e foi a responsável por educar os seus onze filhos: Fia, Paulo (falecido), Pedro, Hilda, Fátima, Toninho (falecido), João, Jorge (Dunga), Zilda, Mariza, Ilza e ainda ajudou a criar sua neta Marli. Geralda sempre se destacou pela assistência aos pobres e pela sua religiosidade, que foi transmitida para toda a família.

Eugênio de Souza Cardoso, no seu jornal “O Mariense”, de março/2009, p.10, descreveu a residência da família Silva como um lugar acolhedor e a Turquia, onde passou sua infância, como um bairro alegre, com pontos variados de comércio e lugares de diversão:

“[...] Outro lugar de brincadeira era na várzea do Sr. Darci Cardoso, hoje Rua Darci Cardoso. Ali não tinha casa, havia um enorme descampado, com grama, onde muitos cavaleiros que vinham das roças deixavam suas charretes e cavalos ali descansando e pastando, prato cheio para nós, a criançada - pegávamos as charretes e os cavalos sem autorização para darmos umas voltinhas. Às vezes, dava um grande rolo, mas na maioria era só risada e alegria, como deve ser uma vida de criança. Ali no descampado, corria o riozinho que vinha do Campo de Sementes e que tinha lambarizinho dourado. Ficava impressionado com a água cristalina daquele riozinho e sempre pescávamos os pequenos peixes com peneiras. [...] Criança é criança em qualquer tempo, mas fico imaginando como elas reagiriam ao verem e experimentarem as chupetas de açúcar e anilina da Dona Maria Borges, com suas várias formas, com as botas que o Zé Mariano fazia pra gente com todo capricho na sua sapataria, com as sobras das fitas de queijo, que o Laticínio Goiabal nos dava, o cheiro do soro do laticínio que enchia uma piscina com sua cor leitosa, com as jaquetas com gola de pele que a Dona Marina do Zé Pedro trazia para vender na sua lojinha, com os deliciosos bolos de festa da Luíza do Égaz, cobertos com glacê de manteiga, com as lindas caligrafias da Dona Cândida Gonçalves, que enfeitavam os cadernos de muitos dos seus alunos, com as risadas da D.Bilinha e da Luluda, com os cortes de cabelo que o Sr.Neco nos fazia, com as canoas de papelão que

a Nelma e a Zilda cismaram de navegar no riozinho, depois de uma enchente, que quase levou as duas ao afogamento, com os produtos e latarias do Armazém do Ney, com a alegria de D.Maria Mendes e da paciência do Sr. José Mendinho, com os queridos amigos Zé Preto, Rita e Ditinha, com a discrição e companheirismo do povo do Sr. Zé Custódio, com a decência do povo do Sr. Zé Damião, com a energia e força da Dona Isalina de Almeida, enfim, haveria tanta coisa pra contar a essas crianças que só uma página não caberia e, com certeza, por mais que a gente não quisesse, acabaria se esquecendo de alguém”.



**Residência da família de Antônio Joaquim.
Acervo da família.**



“Calçamento da Av. João Pinheiro, em 1968.

Vê-se na foto o Prefeito da época, o Sr. Manoel Gonçalves; o Vice-Prefeito, Waldemar Zaroni; os vereadores Walter Mussulini Sarno, José Braga Neto, Vivalde Costa Campos, Vitor Batista de Almeida (Vitor Facão), Lauro Gonçalves, Silas Batista Gomes, Vivalde Ferreira. Autoridades e políticos: Domingos Tôtora, Vicente Gonçalves, Geraldo Canha e outros”.

Acervo de Agnaldo Cardoso. Por Égaz Ferraz no Grupo Maria da Fé Antiga.

PADARIA SÃO JOSÉ, depois DEPÓSITO DE BEBIDAS SÃO JOSÉ

De propriedade de Ernani Cardoso Pinto e João Nicomedes Ribeiro (João Antena). Ernani, vindo de Queluz (SP), estabeleceu-se em Maria da Fé na década de 30 e, a princípio, dedicou-se ao comércio de burros (tropas), muito utilizado naquela época. Gostava de política e vivia entre vereadores e prefeitos. Participava das festas Vicentinas juntamente com sua esposa, Isabel Ribeiro, e seus filhos Alexandre Cardoso, Maria Auxiliadora (Lola), Regina Célia e Maria Corrêa. João N. Ribeiro (João Antena), cunhado de Ernani, chegou a Maria da Fé na década de 40 e formou com ele uma sociedade. A sociedade foi desfeita em 1948 e a padaria vendida para Genésio Silvério, que manteve o negócio ativo até 1957. Em 1960, Genésio transformou o local em depósito de bebidas, que ficou ativo até 1992. Ambas as atividades eram rendosas e muito influíram no crescimento comercial de Maria da Fé. Genésio era casado com Maria Lázara Machado, uma das filhas de José Pedro Machado,

famílias que tiveram grande importância no comércio local, na política e em nossa sociedade. Moraram por muitos anos na Av. Deodoro da Fonseca, esquina com a Rua Benedito Valadares, no bairro Turquia, e depois mudaram-se para São Lourenço. Sônia, filha do casal, era professora em nossa cidade. Ela e seus pais foram para a cidade vizinha, assim como seus irmãos Gilson, corretor de imóveis, e Denilson. O irmão Wilson é dentista clínico em Maria da Fé há muitos anos, em consultório na mesma casa onde moravam seus pais e atualmente é servidor público como dentista do Município. (Texto escrito por Maria Aparecida S. Machado, “Nenzinha”, 2000, revisto e ampliado pela pesquisadora).

“João Nicomedes Ribeiro (João Antena) gostava de consertar ferros elétricos, liquidificadores, batedeiras, etc. Não estudou para isto, mas tinha extrema habilidade para consertar tudo que lhe caía nas mãos. Exerceu várias profissões: padeiro, fotógrafo, alfaiate, motorista de caminhão, comerciante de batatas, balconista, entre outras. Era uma pessoa muito alegre. Desde a juventude, gostava de pescar, de dançar e participar de serestas. Tocava instrumentos musicais, como violão, viola, bandolim e pandeiro. Trabalhou com Otacílio Vicentini em vários eventos da cidade: foi fiscal no Clube Mariense e depois no Nevada Clube, presidente de mesa e fiscal por várias vezes nas eleições municipais, além de provedor do Hospital Municipal Ferraz e Torres, onde utilizava o seu próprio carro para levar doentes até Itajubá, pois, naquele tempo, era difícil uma ambulância. Também trabalhou por mais de uma década na Fábrica de Doces e na Fábrica de Tomates, de propriedade de Viriato Corrêa, e lá fez muitos amigos: o Alemão (pai do Jardel da Marcenaria) que foi seu compadre, a Lourdes Guedes, que depois o ajudou como escolhedeira de batatas, quando se tornou comerciante deste produto. Guardo na memória o fato de que, todos os dias, minha mãe fazia um café bem gostoso, e me pedia para levar ao meu pai na fábrica de doces. Eu e um bando de crianças aproveitávamos a ocasião e esperávamos desocupar os tachos com raspas de goiabada, de pessegada e de marmelada, que eram colocados no chão e assim que esfriavam, a turma toda, já com um pedaço da fina madeira das caixetas (embalagens dos doces), pegávamos os restos daquelas delícias. Não sobrava nada para contar história! Quando meu pai se aposentou, foi trabalhar na Loja do Zico, um dos seus melhores amigos, onde entregava móveis e fazia outros serviços. Apesar de nascido em Passa Quatro, ele dizia que sua terra querida era Maria da Fé.” Por Maria Magda Ribeiro da Silva.



Banco da Praça da Estação, doado pela Padaria São José, uma sociedade entre João Nicomedes Ribeiro (João Antena) e Ernani Cardoso Pinto (1948).

Foto: Maria Aparecida da Silva – “Nenziinha” – 2000.

Esse banco foi substituído por ocasião da revitalização da Praça José Cláudio Valério, em 2017 (N.R.).

ALFAITARIA CARIOCA, depois IRMÃOS COSENZA (1932)

De propriedade de Francisco Cosenza, depois Armando Cosenza e Antônio Cosenza, que eram conhecidos como “Os irmãos da tesoura”, todos vindos do Rio de Janeiro em 1932. No mesmo ano, iniciaram a atividade de comercializar e confeccionar ternos. Essa atividade durou 40 anos, atendendo toda a população mariense que necessitava de seus trabalhos feitos com perfeição. Era uma atividade razoavelmente rendosa que influenciou no crescimento da cidade. Seus empresários foram pessoas atuantes no comércio e na sociedade mariense. Os Cosenza criaram o Clube dos Sócios, tipo de consórcio para que os marienses pudessem, ao mesmo tempo, andar bem vestidos e pagar os ternos à prestação, facilitando a aquisição da indumentária. Armando Cosenza teve dois filhos: Maria de Lourdes e Armando Cosenza Filho. Antônio Cosenza teve Dalva, Clélia e irmãos, que moram atualmente em Itajubá. A residência da família Cosenza situava-se na Av. Franqueira, ao lado da casa da Sra. Genoveva Prince.

CASA MINCHETTI (década de 40)

De propriedade de Walter Minchetti, natural de Cristina, a Casa vendia cereais, armarinhos e miudezas.

A empresa instalou-se em Maria da Fé com um comércio de secos e molhados na década de 40, não havendo informações da data precisa. Seus produtos eram vendidos apenas no município. Walter Minchetti era casado com Judith Gomes, professora do município. Localizava-se no centro da cidade, em frente à Praça Getúlio Vargas.

FÁBRICA DE BANHA (1919), de Alcides C. dos Santos, marido de Maria Zaroni, filha de Arlindo Zaroni, situada no centro da cidade (Av. José de Campos Sales, antiga Rua 30 de Agosto).

Acervo: Nilton Gonçalves de Almeida
"FÁBRICA DE SABÃO - Antigo Stand Tiro de Guerra 486 - até que o prédio e o terreno que era grande, seu fundo ia até ao Rio Cambuí, foi comprado por Arlindo Zaroni de sua antiga proprietária Maria José Franqueira (Maizé).
Por: Mari Léa Zaroni (2013).



CIA SUL MINEIRA DE ELETRICIDADE CIA DE FORÇA E LUZ (1925)

Luiz Guerra de Almeida - Postagem e comentário de Lizandro Pivato de Almeida, Grupo Maria da Fé Antiga - Facebook, em 23/03/2012.
Foto: acervo de Maria Aparecida da Silva (Nenzinha)

“Meu avô...falecido em 1960, foi o responsável pela Companhia Força e Luz (antes da CEMIG) de Maria da Fé. Foi casado com MARIA PIVATO DE ALMEIDA (sobrinha do PADRE PIVATO), ficando viúvo em 1948. Deixou filhos Leca (minha mãe), Dalciso (falecido, morava em Itajubá), Benedito (Dito Guerra), Tereza (falecida, mãe da Rosinha, Lelena, Lourdes e Nego), Luzia (falecida, mãe do Soca), Silvestre (falecido em 2011, ancião da Igreja Assembleia de Deus em Osasco-SP), Vitor, José, Expedita (Pida), Maria de Lourdes (Mimita, falecida) e Regina, falecida ainda criança. Posteriormente, Luiz Guerra veio a se casar novamente com Ivone, vindo a ter mais dois filhos: Elizabeth (falecida ainda criança) e Luiz Cesar (falecido)”.

Companhia Sul Mineira de Eletricidade – prédio demolido em 1984 pela CEMIG para construção de um escritório. Por Rúbia Daher no Grupo Maria da Fé Antiga. “A instalação da Cia Sul Mineira em Maria da Fé trouxe diversas melhorias nas condições de trabalho dos operários”. Por Eugênio Cardoso no jornal “O Mariense”, em out/2008.



PLACIDINO E CIA LTDA (1932)

Fábrica de Banha, de propriedade de José Placidino Costa (casado com Júlia Pizzi Costa, tiveram quatro filhos). Instalou-se em Maria da Fé em 1932 e funcionou por 13 anos no Bairro Palha do Rocha.

JOSÉ

PLACIDINO

COSTA

“Em 1931, com 42 anos de idade, José Placidino chegou a Maria da Fé, vindo da cidade de Cruzeiro (SP), onde possuía uma fábrica de banha, além de negociar suínos vivos. Continuou no mesmo ramo de negócios, lidando também com gado e tropa de burros. Em 1942, forneceu ao Exército Brasileiro grande quantidade de burros selecionados para prestarem serviço no esforço de guerra em Monte Castelo, na Itália. Além dessas atividades, ainda fabricava charque, mortadela e outros derivados. Também fabricou sabão, instalou uma feccularia e plantou batatas.” (texto dos arquivos da Câmara Municipal).

Clarice Costa, casada com Maurício, um dos filhos de José Placidino Costa, escreveu sobre a família do seu marido com admiração e respeito, no seu livro “Amor tamanho família” (2016). No livro, Clarice descreve algumas passagens da vida de seu marido Maurício Placidino e irmãos:

“O nome Placidino sempre significou trabalho, dignidade, honestidade, justiça e firmeza de caráter. (p.88) [...] Contrariando a vontade do pai, os filhos Placidinos tinham caminhão e faziam seus próprios transportes. Anteriormente, quando eram mais jovens, ainda rapazes, foram boiadeiros, compravam gado, viajando a cavalo, dormindo em pousadas rústicas, sofrendo calor, frio e chuva. À medida que corriam pelas estradas, iam comprando mais cabeças de gado. Conduziam aqueles bovinos por terra, lentamente, até chegarem à cidade de Cruzeiro (SP). Ali eram embarcados no trem de ferro, rumo aos frigoríficos de São Paulo entre outros destinos (p.88) [...] A residência dos Placidinos era ao lado da fábrica Elite. Hoje, não há nenhum vestígio daquela indústria. Vale mencionar que, além de paíós, linguiças, carne seca, ali o toucinho era transformado em banha. Esta era acondicionada em latas lacradas, com 2kg ou 20 kg. Lembro-me, vagamente, daquela indústria. Contavam que o movimento começava de madrugada. Matavam suínos e bovinos. Vendiam carnes frescas para hotéis de São Lourenço, embaladas em jacás de bambu, adequados e forrados com folhas de bananeira. O despacho era no trem das seis horas da manhã. Tinham que trabalhar depressa, para dar tempo. Da fábrica até a estação do trem, o transporte era por carroças de burros” (p.90).

FAZENDA BELA VISTA DE JOSÉ OLÍMPIO PEREIRA (1932)

Ramo de negócio: lavoura, criação de gado e porcos.

Clarice Costa, uma das filhas de José Olímpio Pereira (1905-1970), conta que o pai era natural de Pedralva e aqui chegou em 1932. Casou-se com Emerenciana Mendes Pereira, filha de Pedro Mendes Ribeiro, um dos vereadores da 1ª Câmara de Maria da Fé. Tiveram seis filhos: Pedro, Clarice Costa (esposa de Mauricio Placidino), Nilza (esposa de João Costa Campos), Olímpio Mendes (Loló), Dalmó (Dadá, casado com Regina) e José Renato Pereira (casado com Angela Barbosa). No seu livro “Amor tamanho família” (2016) ela relata que seu pai, antes de se tornar comer-

ciante de batatas em Maria da Fé, morava numa fazenda no bairro São João, onde plantava fumo, cereais, hortaliças e legumes. Possuía criação e engorda de suínos, gado de leite, equinos. Com exceção do fumo, toda a produção era para o consumo da família e somente os grãos excedentes de fubá, farelo e canjiquinha, do moinho de pedra tocado a água, eram comercializados na base da troca. Nas horas vagas, era artesão e fazia cangalhas dos burros. Com o couro, fazia laços, cabrestos, rédeas. Consertava arreios e selas. Ele mesmo mantinha as ferramentas amoladas e firmes (p. 23 e 24). O comércio de batatas e gado muito influenciou no crescimento do município e permaneceu ativo por 38 anos.

Em depoimento (2020), Clarice relatou, ainda:

“Meu pai amava Maria da Fé. Deixou-nos um conselho: “Lugar bom para viver como Maria da Fé, vocês podem andar pelo mundo todo e não vão achar”. Era pessoa generosa, amigo sincero e bastante alegre. Geralmente, não negava auxílio ou favores a ninguém. Participava das festividades civis e religiosas, sendo escolhido como festeiro por diversas vezes. Era político calmo, sabia convencer sem palavras agressivas ou desafios. Era convicto de seu partido político União Democrática Nacional - U.D.N. Era partido minoritário em nossa cidade, não vencia nas eleições municipais. Só como vereadores, seus partidários eram fieis. Tinham orgulho de serem udenistas. José Olímpio era fã dos partidários candidatos federais, estaduais ou municipais. Por ocasião das eleições sabia orientar seus empregados, parentes e amigos. Nem sempre todos aderiam. Era fazendeiro conceituado. Dentro do seu mandato como vereador cedeu um pedaço de terreno no Pico da Bandeira para a colocação de uma antena de televisão. Foi a Casa Vera Cruz, de Itajubá, quem custeou. Desde então, aquela loja começou a vender os primeiros aparelhos em nossa cidade. Depois, o Prefeito mandou cercar o terreno, considerando-o coisa pública.

Meu pai foi vereador de 1959 a 1962. Durante seu mandato, foi até Brasília ver a inauguração da nova capital do Brasil (21/04/1960). À época, era Prefeito Municipal o Sr. Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz e o Vice-Prefeito era o Ary Siqueira Mesquita. A Câmara dos Vereadores era composta de: José Rezende Vilela (Presidente), José da Mota Tótora (Vice-Presidente) e Mauro Krepp (Secretário). E outros: João Virgilino da Silva, Antônio Mendes dos Santos, Heitor Guilhermino Campos, Silas Batista Gomes e José Augusto da Silva.

José Olímpio gozava de muita saúde, mas um câncer linfático o abateu em 1970. Ele e alguns membros de sua família foram homenageados, mais tarde, com nomes de ruas de nossa cidade, como: Nilza Pereira Costa, sua filha, no bairro das Malvinas; Emerenciana Mendes Pereira, na Vila Dona Isabel; Dalmo Mendes Pereira, seu filho, que também foi vereador da Câmara de Maria da Fé, na Vila Felicidade.

Outros familiares de José Olímpio serão lembrados no próximo volume desta coletânea histórica.



*Geada na Fazenda Bela Vista, de José Olímpio.
Por Goretí Alves no Grupo Maria da Fé Antiga.*

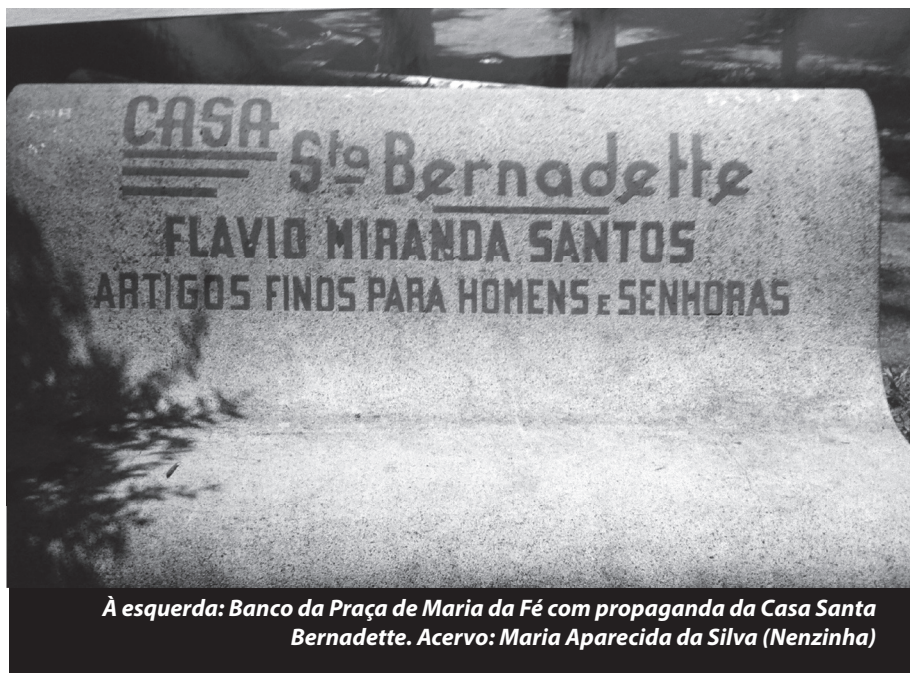


***“José Maurício e Luiz Augusto Zaroni, na Praça da Matriz, na década de 1950. Na casa acima residiam os avós de Nenê e Ditinho do Neco. A Sá Doca, sua avó, fazia “quitan-das” para vender. Atualmente, a casa é de Conceição Marchetti e Arnaldo”.
1º. Casa do Sr. Flávio e Dona Antônia, proprietários da Casa Santa Bernadette.
Por Mari Léa Zaroni no Grupo Maria da Fé Antiga.***

“Lembro-me muito bem quando a Dona Antônia tinha uma loja em frente à Praça da Matriz, ela fazia cuscuz e eu ia lá para comer, uma delícia. A loja cheirava aquela iguaria, daí eu a apelidei de Vovó Cuscuz. Seu Flávio, sempre gentil e cavalheiro, saudades”. Por Nilton Gonçalves Almeida

“Nasci na Rua Arlindo Zaroni, na casa em frente ao Cinema na época. Depois, mudei para Itajubá e, atualmente, moro em Volta Redonda. Tenho sete irmãos. Maria Aparecida, José Aluizio (in memória) Edmeia Maria, Amália, Sonia, Eduardo (in memória)”. Por Maria de Lourdes Almeida Marinho, filha de Tibério Marinho Cruz e Maria Amália de Almeida Marinho (in memória).

“O Sr. Tibério era um profissional de Primeira Linha, possuía uma Barbearia com o Sr.Neco, seu irmão. Ambos também ótimos músicos, eram filhos de uma excelente pessoa, conhecidíssima em toda a Maria da Fé, a D. Sa Doca”. Por Edimundo Zaroni.



FÁBRICA DE DOCES BRASIL

De propriedade de Geraldo Magela Bortoni.

Na seção de Memórias do Jornal “O Mariense” (março/2018), Maria Luiza Bortoni Ninis descreve seu pai como uma pessoa alegre, comunicativa e muito prestativa, que ajudava parentes e amigos em suas necessidades financeiras, conseguindo emprego para elas. Após morar em diversas cidades, onde se destacou em atividades como diretor do Banco de Crédito Pessoal, em Belo Horizonte, proprietário da Imobiliária Santa Elizabeth, em Goiânia (GO), e da Imobiliária Santarém, em Brasília, fixou-se em Maria da Fé, em 1944, onde comprou a Fazenda Retiro, da distinta família Franqueira. Geraldo e a esposa Aparecida tiveram três filhas: Maria Luiza (advogada, professora de História e membro da Academia de Letras de Itajubá), Stella Maris e Márcia Elizabeth (doutoras em Linguística).

Na Fazenda, além de plantar muito eucalipto, cultivava também frutas, como marmelo e pêssigo, que eram transformadas e comercia-

lizadas na Fábrica de Doces Brasil, sendo vendidos como produtos de alta qualidade. Geraldo era muito considerado pelos seus operários, preservando-lhes os direitos trabalhistas que somente depois de muito tempo foram transformados em lei. Ajudava nas festividades religiosas e obras sociais. Fez muitos amigos em Maria da Fé: Antero, Viriato Corrêa, Edith, Dionísio e Mariinha Arruda; Gentil e Angelina; Sr. Peralta, Dito Bombeiro, Vitor Hugo Marchetti, Juca e Mariquinha Vilela; Lauro Gonçalves, Lavínia Costa, Antônio e Irene Canha, João Costa Campos, Rogério Torres, Tiaguinho, Antônio Krepp, Paulo e Elvira Carnevalli, e Mário Barbosa, o melhor amigo.

O genro de Geraldo Bortoni, Anastase Alcebíades Ninis, casado com Maria Luiza, era um imigrante grego que chegou ao Brasil sem dinheiro e sem falar nenhuma palavra em português, foi também um grande comerciante. Em 1950, já era proprietário de uma pequena loja popular na cidade de Cruzeiro (SP), onde conheceu sua esposa. Em 1966, mudou-se para Maria da Fé para trabalhar na fazenda de seu sogro a quem chamava de pai¹⁷. Dedicou-se ao comércio de batata, tornando-se importante produtor rural da região, sendo homenageado pelo Ministro da Agricultura Alysso Paulinelli pelo seu empreendedorismo.

Foi um dos fundadores e primeiro presidente do Nevada Clube, juntamente com Waldomiro de S. Cardoso (Vavá), Flabino de Carvalho, Joaquim Gonçalves da Costa, Ary Mesquita (da farmácia) e o ex-prefeito Manoel Gonçalves. Diógenes Bortoni Ninis, um dos seus cinco filhos, dedica-se à criação de carneiros na Fazenda Retiro, mantendo o tino empreendedor da família no município.

Publicação do jornal “O Mariense” (maio/2009, p.6), destacou: “o trabalho de Diógenes já dura 10 anos e é muito lucrativo, uma vez que a ovinocultura fornece lã e a carne de alta qualidade, desde que haja cuidados especiais com a saúde do rebanho, principalmente com relação a verminose. Além disso, Diógenes é excelente cozinheiro e sempre brinda seus amigos com deliciosos pratos gregos, especialidades herdadas de seu pai”.

¹⁷ Texto elaborado pela Câmara Municipal para Projeto de Lei em homenagem ao comerciante, em 2019.

No texto “Reminiscências”, escrito por Maria Luiza Bortoni sobre a vida em Maria da Fé, publicado no Grupo Maria da Fé Antiga em 2015, temos:

“Gera durante a madrugada; uma geada tão intensa, que mais parecia uma neve fininha. Na véspera, o rádio noticiara a previsão de muito frio para o sul de Minas. À medida que as crianças iam acordando, apanhavam seus banquinhos de madeira, confeccionados pelo pai e se acomodavam na taipa do grande fogão de lenha, onde já crepitava um fogo colorido, destinado à água para o café e à fervura do leite. Eram pequenos os meninos: Valéria Augusta com seis, Diógenes com cinco e Joana Maria com quatro anos. Havia também Suli Maria, mas ainda era um bebê. A irmãzinha Alessandra só nasceria daí a alguns anos, quando não morávamos mais naquela chácara.

[...] Foram dias de serenidade aqueles. A chácara onde vivíamos ficava em Maria da Fé, uma cidadezinha incrustada no alto da serra da Mantiqueira, mas tão no alto, que, quando precisávamos de gelo para nossos sorvetes, estendíamos os braços e o tirávamos dos nimbos. Quando o sol aquecia a terra, os três irmãos desciam do fogão e iam brincar. Punham-se a correr, sempre na mesma ordem: Na frente, ia a Valéria; atrás, o Diógenes; e, por último, Joana Maria, e, em seguida, o Páris, o Pluma e o Zezinho (os bichinhos de estimação das crianças - um cachorro, um gato e um galo).

CHÁCARA SÃO BENEDITO (1922)

Imóvel construído em 1922 para residência da família de Francisco Teodoro da Costa (Chico Vicente) e Felicidade Campos Costa, no perímetro urbano, ao final da Rua Chico Vicente. O terreno foi adquirido em 1921 de Joaquim Gomes Franqueira, primeiro Presidente da Câmara Municipal. A sede da Chácara foi instalada ao pé do morro, com

floresta nativa. Faz limite com a Fazenda Pomária e o Ribeirão Cambuí. O planejamento e a construção da casa foram de responsabilidade do português Barbosa. Casarão antigo com muitas janelas, comum em casas daquela época. A casa foi toda pintada com tinta a óleo, que era novidade da época. A tinta era preparada e temperada pelo próprio pintor, o Sr. Chico Lomônaco, que levou seis meses para terminar o serviço. As paredes internas possuíam um barrado pintado com pequenas flores. Em todas as portas havia um cabideiro de louça. O prédio da Chácara é simples, mas original, e até hoje mantém duas cozinhas tipicamente mineiras, com fogões à lenha, forno caipira, móveis antigos, jardins, pomar e horta caseira. Possui uma mina d'água, encanada e preservada. Nessa residência, foram criados os onze filhos do casal e uma sobrinha. Além da Chácara São Benedito, Francisco Teodoro da Costa foi proprietário de feccularia e tinha máquina de beneficiar arroz, além de criação de porcos. Seus filhos foram proprietários da primeira linha de ônibus Maria da Fé - Itajubá (via São João) e construíram o Cine São Luiz¹⁸. A família de jovens fazendeiros e comerciantes herdaram a sede e o terreno do entorno da Chácara, que hoje é tombada pelo Patrimônio Histórico do Município (Dossiê de Tombamento, de 2001, arquivado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Maria da Fé).



Chácara São Benedito – De Francisco Teodoro, construída em 1922. Tombada como Patrimônio em 2001 - (Foto do acervo de Mari Léa Zaroni – Postagem do Grupo Maria da Fé Antiga Facebook, 2014)

¹⁸ Ver mais detalhes na parte sobre Cultura e Turismo nos textos complementares.

FECULARIA SÃO BENEDITO



“Fecularia São Benedito - Funcionava na Av. Cel. Silvestre Ferraz, esquina com a Praça Wenceslau Braz, onde hoje está a residência da dentista Patrícia Abdenor.” – Por Mari Léa Zaroni, em 2012. Acervo: Joaquim Santana de Almeida (Quim)

De propriedade de Benedito Costa Campos, natural de Brasópolis, a Fecularia São Benedito teve sua atividade comercial iniciada em 1958, com a participação de sua mãe, Felicidade Costa. Os produtos, derivados do milho, eram vendidos no município e nas cidades vizinhas. Era uma atividade rendosa que muito influenciou no crescimento de Maria da Fé. Funcionou durante 10 anos. Benedito Costa Campos era um homem muito querido por todos pela sua bondade. Teve grande importância no comércio, na política, na sociedade e na religião do município. Atuou como Juiz de Paz e Delegado de Maria da Fé. Casado com Tereza Guerra Costa teve quatro filhos: Maria de Lourdes Costa, Benedito Costa Filho, Rosa Maria Campos Gonçalves e Maria Helena Costa Ribeiro.

¹⁸ Ver mais detalhes na parte sobre Cultura e Turismo nos textos complementares.

IT MAGAZINE

De propriedade de Valda Costa Campos, uma das filhas do casal Chico Vicente e Felicidade.

Loja especializada em roupas finas, aviamentos e outros artigos, estabelecida na Rua Arlindo Zaroni, próxima ao antigo Cine São Luiz. Costureira de excelência, Valda fez também muitos vestidos de noiva, que se destacavam pelo seu bordado, corte impecável e capricho, sempre com ajuda de sua prima Nilza Costa (filha de Lavínia Costa). Participaram também do coral da Igreja, onde Valda, durante quase 60 anos, foi solista e encantava a todos com sua voz, muitas vezes sem microfone, pois o “Coro da Igreja Matriz” oferecia boa acústica. “Eram estilistas de renome. Costuravam para senhoras da alta sociedade de Maria da Fé e das cidades vizinhas. Quando uma sobrinha concluía um curso, o presente (que presentão!) era a confecção do vestido do baile de formatura¹⁹” (Manifestação dos sobrinhos Lourdes, Nego, Rosinha e Maria Helena sobre as tias Valda e Nilza).

LAVÍNIA COSTA SILVA - COMPANHIA TELEFÔNICA BRASILEIRA

Natural de Brasópolis, Lavínia veio morar em Maria da Fé no ano de 1916. Mãe de Nilson, Nenzinha e Nilza, Lavínia, mulher destemida e corajosa, destacou-se, desde 1947, como telefonista da Companhia Telefônica Brasileira, antiga Telemig. Do seu trabalho como telefonista podemos citar um fato histórico: a primeira comunicação sobre as geadas de Maria da Fé para a TV foi feita por Lavínia Costa, na década de 50. A comunicação por telefone era exclusivamente feita através da telefonista e, quando havia uma chamada interurbana, utilizava-se o serviço de recados, através de mensageiro. Dependendo da distância da cidade, a ligação interurbana demorava horas para ser completada. A cabine telefônica funcionava no hall da casa de Lavínia Costa Silva.

¹⁹ FERREIRA, Eduardo et al. *Minha História, minha vida*. Curso Normal Superior. Trabalho de Metodologia da História, 2004. Orientação Prof. Rosileide Alvarenga. Acervo: Biblioteca da Câmara Municipal de Maria da Fé. Ver outros detalhes nos Textos Complementares, ao final deste volume.

EXPRESSO MARIENSE - VIVALDE COSTA CAMPOS

De propriedade de Vivalde Costa Campos, que foi Vereador de 31/01/1967 a 28/01/1971; e de 31/01/1973 a 27/01/1977, tendo ocupado a presidência da Casa Legislativa.

“Vivaldi Costa Campos começou muito jovem o seu trabalho ao lado de sua esposa Nair Gonçalves Costa e, com filhos ainda pequenos (Vivalde e Celinho), montou sua empresa - Expresso Mariense - uma linha de ônibus que fazia o transporte entre Maria da Fé e a cidade vizinha de Itajubá. Vivaldi e seu irmão, Oswaldo Costa Campos, proprietário de uma outra linha de transporte, cruzaram rios e serras, diariamente, por muitos anos. O seu mérito como motorista estava na regularidade da linha, dos horários cumpridos, apesar das dificuldades de utilizar uma estrada sem pavimentação e sujeita às chuvas, ao barro e à serra íngreme. O seu mérito estava no cuidado com a segurança de seus passageiros e na atenção dedicada a cada um, na paciência ao enfrentar a poeira, o calor e o frio, fazendo o mesmo roteiro por muitos anos, sem sofrer nenhum acidente grave. [...] Como ser político, preocupado com sua cidade, candidatou-se e foi eleito vereador e exerceu a vereança por dez anos, sendo que foi Presidente da Câmara Municipal de Maria da Fé de 31/01/1973 a 28/02/1974. Grande amigo do ex-deputado, ex-governador de Minas Gerais e ex-vice presidente do Brasil, Dr. Antônio Aureliano de

Mendonça Chaves, Vivaldi a ele se dirigia sempre que necessitava de ajuda para nosso município. Fato que aconteceu de se dirigir a ele, reiteradamente, pedindo uma rodovia asfaltada entre as cidades de Maria da Fé e Itajubá - o que aconteceu na década de 1979”.

(Fragmento do texto de Mari Léa Zaroni Campos no Grupo Maria da Fé Antiga, em 02/06/2016)

Acervo Maria da Fé Antiga - Facebook



Mari Léa Zaroni também lembrou que Vivalde Costa Campos foi o primeiro presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, a APAE de Maria da Fé; presidente do Hospital Municipal Ferraz e Tor-

res e do Lions Clube, onde, ao lado de seus amigos “leões”, desenvolveu inúmeros eventos importantes, como o “Natal dos Pobres”, distribuição de enxovais para bebês, atendimento aos carentes e doentes, dentre outros.

OSVALDO COSTA CAMPOS

Irmão de Vivalde Costa Campos e proprietário de empresa de transporte coletivo, Osvaldo também participava dos movimentos sociais do município, contribuindo com as festas de caridade em prol das entidades carentes de Maria da Fé, mas na vida social, ao invés da política, preferia a arte e a música. Participou da Lira Nossa Senhora de Lourdes e de muitos “conjuntos” de música dos carnavais passados. Era exímio dançarino. Casado com Enilda, tiveram cinco filhos: Piedade, Linda Mara, Eliane, Jean e Enivaldo. Os estudantes que faziam o trajeto de ônibus entre Maria da Fé e Itajubá guardam na memória as qualidades do Sr. Osvaldo como motorista: paciência, educação e tolerância.



*Na foto vê-se importantes serviços prestados pela família Costa Campos, situados na Rua Arlindo Zaroni: à direita, IT Magazine (de Valda Costa Campos - prédio com duas portas); Cine São Luiz (de João Costa Campos); Posto Telefônico (Lavínia - esquina do Grupo Escolar e Cooperativa Mariense de Waldemar Zaroni, esposo de Almerinda C. Zaroni, na esquina do lado esquerdo).
Por Mircia Lourdes Silva Corrêa no Grupo Maria da Fé Antiga.*

JOÃO COSTA CAMPOS

O texto sobre João Costa Campos, na seção “Memória” (O Jornal “O Mariense”, de março/2017), extraído do livro “Árvore Frondosa”, foi escrito por Maria do Carmo Soares, sobrinha do “Joãozinho”, como era conhecido, e suas palavras destacam a personalidade destemida e brilhante de um grande empreendedor, que amparou e gerou emprego para muitas famílias marienses, durante vários anos, ajudando no de-

envolvimento do município. Joãozinho foi casado com Nilza Mendes Pereira e tiveram quatro filhos: Maria Lúcia, João Carlos, Francisco e Mara. O casal sempre esteve envolvido nas festividades do município, na zona rural e na cidade, como quermesses para a igreja e entidades filantrópicas, bailes e formaturas, e variadas comemorações sociais, que se tornaram cada vez mais raras com a doença e depois o falecimento de sua grande companheira Nilza Pereira, em 1982. Joãozinho destacou-se também na política, como vereador e vice-presidente da Câmara de 31/01/1963 a 31/12/1966, mas seu forte sempre foi o comércio e o empreendedorismo, como expressa Soares:

[...] João lutou muito para construir aquele cinema (Cine São Luiz), muito bonito para a época, com a melhor máquina, um bom palco, boas acomodações, música, “bomboniere”, venda de revistas etc. Foi responsável por muitos momentos sociais da cidade, como formaturas, festas, flertes e, através dele, a cidade tomava conhecimento do que acontecia no mundo. Essa era a época sem televisão, a qual só veio prejudicar o seu funcionamento na década de setenta. [...] Tio João, hoje viúvo, é fazendeiro e grande plantador de batatas, as quais são cultivadas não só em Maria da Fé, mas em outras fazendas de sua propriedade como em Pouso Frio, Cristina, Alfenas, etc. Vive sozinho e para os negócios, sempre dedicado aos filhos e netos, ainda mais agora que é avô de duas lindas meninas gêmeas (Nara e Rúbia, filhas de Marli e João Carlos).

N.R: O Sr. João Costa Campos faleceu em 2017, aos 86 anos.

COMÉRCIO MARIENSE LTDA - WALDEMAR ZARONI

O texto, escrito pelo ex-vereador Benedito Santos Marinho para homenagear Waldemar Zaroni com o nome de uma rua em Maria da Fé (o que foi acolhido por todos os seus colegas vereadores), traz significativas qualidades para um grande cidadão mariense e o sobrenome da tradicional família de empreendedores. Nascido a 06 de dezembro de 1913, Waldemar era filho de Augusto Zaroni e sua esposa Mariana, e,



**Ao fundo: antigo prédio do Comércio Mariense, depois denominada Cooperativa Mariense, onde Waldemar Zaroni trabalhou com Antônio Peralta e José Joaquim Filho (Zico).
Acervo: Joaquim Santana de Almeida (Quim) no Grupo Maria da Fé Antiga.**

desde a infância, precisou trabalhar e lutar contra as dificuldades, pois seu pai morreu precocemente, deixando para sua mãe o sustento seu e de outros três irmãos: Waldemar, José Augusto, Jacob e Maria. Em 10 de junho de 1940, Waldemar casou-se com Almerinda Costa Campos, filha de Chico Vicente e D. Dade, formando uma família muito unida, alegre e honrada, composta de quatro filhos: Mari Léa (professora de Filosofia e pesquisadora da história mariense, já falecida), José Maurício (engenheiro aposentado), Luiz Augusto (já falecido, herdou do pai o bom humor, a alegria e o amor pelo futebol) e Waldemar Júnior (comerciante).

O prédio renovado da Cooperativa Mariense, se transformou em 1979 no Restaurante e Danceteria Varanda, administrada por Waldemar Júnior. Um lugar alegre, onde a diversão atraía a sociedade mariense. Waldemar Jr herdou dos pais a simpatia e o acolhimento no trato das pessoas. Por muitos anos "O Varanda" se tornou o "point" de todos que queriam dançar e se divertir, substituindo a ausência do Clube Mariense, incendiado em 1983. Foto de Joaquim Santana de Almeida (Quim) no Grupo Maria da Fé Antiga.



Foto: Quim

Ainda sobre Waldemar Zaroni: “No seu comércio, nunca foi ambicioso e desumano, ao contrário, era voltado para o sofrimento das pessoas mais carentes, um exemplo de doação e amor ao próximo”. Nessa missão, contou sempre com a ajuda e dedicação de sua esposa, Almerinda, atenta às necessidades de sua comunidade. Foi para esse fim que se tornou vereador e candidato a vice-prefeito. Era um político honesto e honrado com seus compromissos e admirado pelos seus amigos governadores e deputados como o Dr. Aureliano Chaves de Mendonça. Ao falecer, em 19 de julho de 1982, deixou uma grande lacuna na vida da família e da sociedade mariense.

COOPERATIVA MARIENSE DE JOSÉ JOAQUIM FILHO (ZICO)

“José Joaquim Filho era conhecido por todos os marienses como Zico. Nasceu em Aiuruoca aos 12 de setembro de 1927, filho de Odete dos Santos e de José Joaquim dos Santos (mais conhecido como Zé Sério). Começou a trabalhar muito cedo, na roça com seu pai. Ainda adolescente, foi trabalhar com o Sr. Humberto Cônsoli, comerciante que possuía uma cooperativa de secos e molhados. Depois de alguns anos de comércio, passou a ser sócio do senhor Waldemar Zaroni na Cooperativa Mariense Ltda. Em 1968/69, desfez a sociedade na cooperativa e abriu seu próprio negócio. Uma loja que vendia de tudo um pouco, desde roupas, calçados, eletrodomésticos, tecidos, aviamentos e presentes

Uma gama imensa de produtos, como hoje oferecem as lojas de departamentos. Teve, inclusive, uma loja de móveis na Rua Arlindo Zaroni, em frente à sua loja principal. Com visão empreendedora ampliou sua loja e passou a oferecer uma gama imensa de produtos, como hoje oferecem as famosas lojas de departamentos. Para maior controle de seus produtos, Zico criou um código de preços que marcava nas mercadorias o valor de custo e o de venda, despertando a curiosidade de todos para aquele enigma. Vendia fiado, marcando as contas nas antigas cadernetas e confiava nos seus clientes.

Sem saber o significado da palavra empreendedor, Zico se mostrava sempre como um homem de muita visão para os negócios. Não deixava que nada faltasse em sua loja, buscando sempre satisfazer

seus clientes, ainda que para isso trouxesse a mercadoria das cidades vizinhas e tivesse uma margem mínima de lucro. Perder um cliente por não satisfazer sua necessidade era a sua maior preocupação.

Bom patrão, gerou muitos empregos na cidade e deu oportunidade de trabalho para muitos marienses, ensinando o ofício do comércio. Homem extremamente caridoso, Zico fazia doações aos necessitados sem que ninguém soubesse, nem mesmo seus familiares. Após sua morte vários foram os depoimentos dados por cidadãos marienses aos seus familiares registrando uma passagem na qual Zico contribuiu para ajudar alguém.

Ajudava as instituições filantrópicas e as casas de apoio do município sem nunca ter assinado uma lista de doação por sua ajuda.



**ZICO em sua Loja. Sempre atualizado, com jornal na mão! Dá para ver mais um pouco dos muitos e variados produtos que ele vendia... Saudades!
Foto: Rita Silva Souza (sobrinha de Zico) no Grupo Maria da Fé Antiga.**

Proibia os que conviviam com ele de falar de suas boas ações. Muitas delas a família só soube depois de sua partida.

Foi casado com Nedina Cruz dos Santos, carinhosamente conhecida como Santa, que o ajudava na loja e foi sua grande companheira de vida. Não tiveram filhos biológicos, mas criaram sua sobrinha materna Rosilene Maria da Silva, filha de sua irmã Zélia. Com a mesma dedicação, ajudaram também na criação e formação de Maria Aparecida da Silva, que ficou órfã de pai e mãe ainda criança. Além das duas filhas

de criação, Zico e Santa acolheram, em sua casa, muitas estudantes que moravam na zona rural e queriam estudar na cidade, numa época em que não havia o transporte escolar.

Em 1983, Zico ficou viúvo e, dois anos depois, casou-se novamente com Leci dos Santos. Católico praticante, ajudava nas celebrações da Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes, tendo, por muitos anos, conduzido batizados no município. Era Vicentino e ajudava nas festas religiosas, com seu trabalho e doações para bingos e rifas.

De bom coração e sensível ao sofrimento alheio, Zico se fazia presente em todos os enterros da cidade, sem exceção ou distinção, acompanhando o corpo da Igreja ao Cemitério. O fazia em consideração às famílias de amigos e clientes. Nunca desamparou seus pais e familiares, socorrendo sempre a todos, em diversas despesas, proporcionando aos seus sobrinhos momentos de diversão e passeios.

De simplicidade marcante, nunca ostentou nada de suas conquistas e pouco usufruiu dos bens que adquiriu. Bom leitor, assinava jornais diários e revistas mensais, lendo todas as páginas, notícia por notícia. Bem informado, atualizado, estava atento aos principais acontecimentos do país e do mundo. Lia também publicações religiosas.

Manteve sua mente em perfeito funcionamento, lúcido até sua morte, em setembro de 2009, apesar do Mal de Parkinson, que o acometeu nos últimos anos de vida”. (Texto anexo ao Projeto de Decreto Legislativo 01/2019, que deu seu nome a uma rua do Residencial Serra Azul, por indicação da Mesa Diretora).

LOJA SÃO JOSÉ

Situada na Rua Arlindo Zaroni, a Loja São José foi fundada por José Pedro Machado, natural de Pedralva, antiga Pedra Branca. Constituiu sua segunda família em Maria da Fé, tendo como filhos: Pedro Maurício (Canário), Maria de Lourdes (Dilú), Nazareth, Carolina, Dionísio, Terezinha e Maria Lázara, os três últimos falecidos. José Pedro iniciou suas atividades comerciais com a “Casa São José”, de secos e molhados, em março de 1924 e permanece até hoje sob a administração de Nenzinha, após o falecimento de seu esposo, Pedro Maurício Ma-

chado (1936-2019), o popular Canário. Um fato interessante, segundo Nenzinha, é que a Casa São José, na década de 30, vendia alimentos para os trabalhadores da Rede Ferroviária aqui instalada e, por muitos anos, era o único comércio que fornecia ferraduras para as tropas aqui existentes. Após a morte de José Pedro Machado, a filha Nazaré passou a administrar a firma e se especializou em tecidos e armarinhos. Com o casamento da irmã, Canário assumiu a loja, juntamente com sua esposa. Assim como seu pai, que pertencia à irmandade de São Vicente de Paula e foi Juiz de Paz e Delegado de Polícia, Pedro Maurício participou intensamente da vida política e social mariense. Era apaixonado por esportes e, desde a década de 50, tornou-se um excelente jogador de futebol, compondo, por diversas vezes, os times vitoriosos que defendiam o Mariense Futebol Clube.

A seguir algumas passagens da vida de Pedro Maurício, como esportista e político, publicadas por Eugênio de Souza Cardoso no jornal “O Mariense”, de jan/2019, um texto escrito por Dr. Osvaldo Renó Campos:

“Canário é sem dúvida um dos melhores atacantes desta redondeza, o terror dos arqueiros. Possuidor de um chute violento, rápido e malicioso, chegou a ser convocado para a seleção da cidade de Itajubá” (O Mariense, 1956)

“O maior gol de placa, porém, que Canário marcou foi na sua trajetória política. Elegeu-se e exerceu o cargo de Vereador do nosso município por duas legislaturas: de 1989 a 1992 e de 1993 a 1996, ocupando o cargo de Presidente da Câmara entre 1993 a 1994. Após esta legislatura, candidatou-se a Vice-Prefeito na chapa encabeçada pelo Dr. Celso Teixeira da Silva, os quais se elegeram pela esmagadora maioria de 70% dos votos válidos”. (O Mariense, de jan/2019, seção Memórias - texto de Osvaldo Renó Campos)



Com a renúncia do Dr. Celso Teixeira, Pedro assumiu o cargo de Prefeito Municipal em 09/02/2000. Nessa função, deu continuidade a diversos projetos turísticos, com a ajuda de sua esposa, Maria Aparecida da Silva (Nenzinha), Assessora da Secretaria de Cultura e Turismo, conseguindo dinamizar vários eventos culturais, como o tombamento dos principais bens materiais do patrimônio histórico e cultural²⁰. “O maior legado da administração de Pedro Maurício foi, sem dúvida, a ligação asfáltica entre Maria da Fé e Cristina, graças ao empenho conjunto dos prefeitos dessas duas cidades, ocorrendo sua inauguração aos 26/12/2000, com a presença do Governador Itamar Franco”, conclui o redator. (O Mariense, de jan/2019, seção Memórias)

MERCADO MUNICIPAL - 1953

Foi construído no mandato do Cel. Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz. Várias pessoas trabalharam no Mercado Municipal. Nico Cassimiro trabalhava para o Erasmo Jorge, que depois passou esse bar para o filho Expedito. O Raimundo Jorge Outro Filho, tinha uma banca de cereais e verduras. Em

1953, o Carmelino, filho do Dito Carrinho, Neto do Carlos Rodrigues de Souza, tocava um açougue nesse mercado. Tempos depois, o Olavo da Maria adquiriu esse açougue e, depois, passou para o Ademir dos Santos. Na porta direita,



Mercado Municipal, logo após a inauguração em 1953. Foto de Joaquim Gonçalves da Costa (Jaburú), no Grupo Maria da Fé Antiga, por Júlio Cesar Guedes.

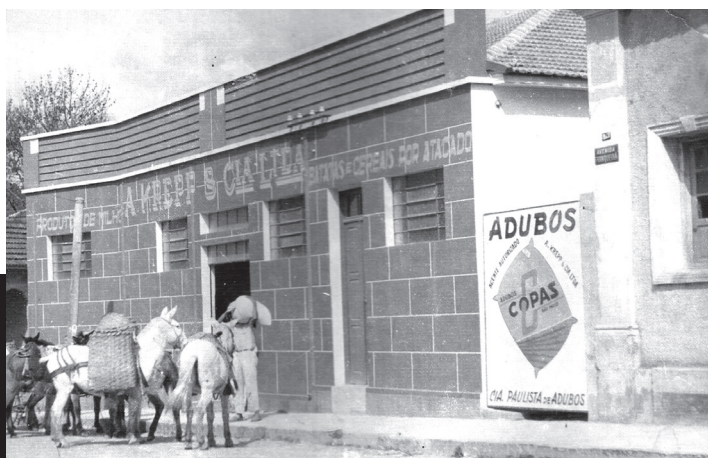
²⁰ Ver detalhes sobre o Projeto de incentivo ao turismo e o tombamento nos arquivos do Centro Cultural de Maria da Fé.

era o açougue, e, na época do Olavo, quem trabalhava na porta à esquerda era o João Miguel (João Gardino) que trabalhava com o Eli Gonçalves. A localização do Mercado era, mais ou menos, onde é, hoje, alguns metros à esquerda do portão de entrada dos professores na Escola Estadual Nossa Senhora de Lourdes (2020). Edição do texto Grupo Maria da Fé Antiga Júlio César Guedes. (2012)

FECULARIA KREPP

De propriedade de Antônio Krepp, situada na Av. Franqueira, a Fecularia Krepp foi inaugurada no dia 21/02/1960. Antônio, filho de alemães, chegou à Maria da Fé na década de 20, procedente de Barra do Piraí (RJ), e aqui se estabeleceu, casando-se com Rosalina, com quem teve cinco filhos: Nelson, Mauro, Antônio Filho, Neuza e Elza. Foi um comerciante muito ativo na vida política, tendo sido escolhido para compor o Conselho Consultivo que deliberava com o Prefeito por ocasião do fechamento do Legislativo em 1930. Antônio introduziu, em sua firma, uma tecnologia inovadora para a época e algumas dessas máquinas ainda são utilizadas até hoje pelos seus filhos Mauro e Nelson para beneficiar o milho e seus derivados. O irmão Antônio Filho era excelente advogado, mas faleceu prematuramente. Neuza lecionou por muitos anos no primário da Escola Arlindo Zaroni e como professora de português na Escola Estadual Nossa Senhora de Lourdes. Elza, pessoa que participava ativamente de obras assistenciais, casou-se com Antônio Serrano, que se estabeleceu em Maria da Fé também como comer-

Tropa de burros do Sr. Getulino Carlos Martins, do bairro da Mata, descarregando na Fecularia Krepp. Por Annelise Krepp no Grupo Maria da Fé Antiga



ciante. (Texto de Maria Aparecida Silva Machado, “Nenzinha”, 2000).

CASA NOSSA SENHORA DE LOURDES

De propriedade de Nelson Nogueira e sua esposa Carminha, a Casa Nossa Senhora de Lourdes iniciou seus trabalhos como loja especializada em armarinhos em geral, tecidos e acessórios para costuras. Funcionava em regime familiar com a ajuda dos filhos Ana Lúcia, Maria Aparecida (Dinha), Joana D’Arc, Donizete e Nelson Júnior. Muito popular nos anos 80, a loja funcionou em pontos comerciais da Rua Arlindo Zaroni e Avenida Franqueira. Após o falecimento de Nelson, Carminha administrou a loja por alguns anos ainda. Ela faleceu em março de 2020.



LOJA NOSSA SENHORA DO CARMO

De propriedade de Jurema Campos de Almeida, esposa de Luiz de Almeida, a Loja Nossa Senhora do Carmo vendia tecidos e aviamentos, instalada na Rua Arlindo Zaroni. Jurema atendia os clientes com sorriso e muita cordialidade. Durante algum tempo, teve como companheira sua irmã Terezinha. Senhora simples, batalhadora, carismática, que sempre pensava na família e nas pessoas carentes. Foi uma das fundadoras da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maria da Fé - APAE e, junto com seu amigo Jorival Oriz Orrego, fundou também o Grupo da Terceira Idade, um grupo de senhoras que se reuniam, periodicamen-

te, para algumas horas de lazer e cultura, onde organizavam palestras, pequenos teatros, bailes, passeios e discutiam os problemas sociais de Maria da Fé, providenciando e realizando soluções e campanhas na comunidade. Cristã fervorosa, participava ativamente dos grupos religiosos e das festas para arrecadar doações em diversos segmentos da sociedade. Foi Ministra da Eucaristia e, aos domingos, não descansava, levando conforto e comunhão aos enfermos. Foi responsável pela criação do Terço das Mulheres, que era realizado nas casas, com vários grupos espalhados na cidade. Um deles, Rosa Mística e Mãe Rainha, tem cerca de 30 anos de existência e se reúne até hoje sob a coordenação da amiga Maria Benedita Santos Almeida (Maria do Quim). Quando sabia de alguma criança ou jovem com dificuldade para comprar o material escolar ou uniforme para estudar, ela os presenteava com a condição de ver os boletins com notas bem altas, como forma de incentivá-los a se dedicarem ao estudo. Graças à sua luta junto ao Poder Executivo, Maria da Fé conta hoje com um Velório Municipal.



Acervo: Quim

Outros comércios e indústrias serão destacados no próximo volume desta coletânea histórica.



Turquia em 1929, vista da Torre da Igreja recém edificada – Foto de Julia de Fátima Pampini - 2013

TEXTOS COMPLEMENTARES

Faz parte deste capítulo uma série de documentos, reportagens e pesquisas associados ao contexto político, religioso, econômico e socio-cultural do período histórico de 1930 a 1960, época descrita neste segundo volume da coletânea histórica do Memorial da Câmara Municipal de Maria da Fé.

O objetivo é oferecer uma referência bibliográfica para melhor compreensão dos fatos relacionados à história do município, sobretudo no que diz respeito à Câmara Municipal.

As fontes estão indicadas nas fotos e nos textos; no entanto, isso não significa que o tema se esgota nesta indicação e edição. Sugerimos, portanto, a consulta de outros autores, caso o leitor queira aprofundar o assunto.

Vale destacar que este estudo não se trata de uma descrição linear dos acontecimentos históricos de Maria da Fé. Por essa razão alguns fatos poderão ser aprofundados nos próximos volumes desta coletânea histórica.

LEI Nº 89, DE 02/06/1930, “ESTABELECE MEDIDAS DE CARÁTER HIGIÊNICO DENTRO DO PERÍMETRO DA VILA”.

A Câmara Municipal de Maria da Fé, por seus vereadores decretou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - nenhum prédio de aluguel situado dentro do perímetro urbano poderá ser alugado ou ocupado pelo proprietário, logo que desocupe, sem que sofra, primeiramente, uma limpeza e desinfecção feita sob vistoria da fiscalização municipal.

§ 1º - Essa limpeza e desinfecção consistirá na lavagem de assoalhos e paredes até a altura de dois metros, com uma solução de potassa em água fervente, nos prédios pintados a óleo, e nos demais prédios lavagem com a mesma solução acima e caiação geral, após o que serão pintadas todas as portas e janelas.

§ 2º - Nas mesmas disposições incorrerão os prédios cuja posse seja transferida sob qualquer forma que ocasione a substituição do respectivo habitante.

§ 3º - Qualquer infração das disposições acima será punida com a multa de 500\$000 reis, elevada para o dobro, na reincidência.

Art. 2º - Nenhum prédio, nas condições do artigo precedente, situado no perímetro da Vila, poderá ser reocupado, quando vagar, sem que a fiscalização o autorize.

Art. 3º - As disposições acima só serão aplicáveis aos prédios de valor superior a 2:500\$000.

Art. 4º - Será passível de multa de 100\$000 todo proprietário que não notificar o fiscal para a verificação do prédio na ocasião de entrega ao inquilino.

Art. 5º - os prédios ocupados com hotéis ou pensões, além de estarem sujeitos às disposições acima, ficam obrigados a fazer, semestralmente, uma caiação e pintura geral em toda parte interna do edifício, Manterem em todos os compartimentos escarradeiras higiênicas e usarem na limpeza diária dos mesmos, somente aspiradores elétricos, além de instalarem, dentro do prazo adiante estabelecido, água corrente em todos os quartos de hospedagem.

§ Único: Para os estabelecimentos já existentes fica estabelecido o prazo de seis meses, para darem cumprimento às disposições acima.

Art. 6º - Aos hotéis e pensões fica vedado receberem hóspedes portadores de moléstias contagiosas, devendo os respectivos proprietários exigirem daqueles que desejarem permanecer mais de 60 horas no estabelecimento, um atestado médico de que estão isentos de qualquer moléstia infecciosa, facultando à fiscalização municipal o exame dos documentos, e, periodicamente, o ingresso no estabelecimento para verificação do exato cumprimento das disposições acima estabelecidas.

Art. 7º - A inobservância das disposições acima implicará na multa de 100\$000, elevada para o dobro, na incidência, até a cassação da licença.

Art. 8º - Aos mendigos portadores do mal de Hansen fica vedado perambularem nas ruas da vila, não podendo permane-

cerem sob qualquer forma nos estabelecimentos comerciais, de modo que possam oferecer perigo de contágio à população.

Art. 9º - Os bares, cafés, botequins e estabelecimentos comerciais não poderão ter expostos à venda alimentos de imediato consumo, como sejam doces, salames, presuntos, assados, pães, bolos, pastéis, queijos etc., a não ser em armário fechados por vidraças, de forma que fiquem sempre resguardados da poeira e insetos.

Art. 10º - Fica proibido nos estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, o uso de papel impresso (exemplo com reclames no exterior) para embrulhar alimentos de imediato consumo, conforme especifica o art. 9º.

Art. 11º - Os vendedores ambulantes, em tabuleiros, não poderão expor à venda nenhum alimento de imediato consumo, como especifica o artigo 9º, a não ser que esses tabuleiros, em forma de caixa, possuam tampa de vidro e vidros laterais, cujas caixas não poderão permanecer abertas, em exposição na via pública.

Art. 12º - Aos infratores das disposições acima será imposta a multa de 20\$000 e na reincidência o dobro, até a cassação da licença.

Art. 13º - Em todos os salões de barbeiro haverá sempre funcionando um aparelho para esterilização e água corrente com pia esmaltada, sem retentores.

§ Único - Fica concedido o prazo de 90 dias para a instalação desses melhoramentos nos salões já existentes nesta Vila.

Art. 14º - Aos proprietários de salões que possuem esterilizadores e não os empreguem convenientemente, deixando de fazer as esterilizações necessárias será imposta a multa de 50\$000, elevada para o dobro na reincidência, até a cassação da licença, se a infração persistir.

Art. 15º - Fica proibido o uso de arminho para pó de arroz nos salões de barbeiro, aplicando-se esse pó, doravante, com algodão hidrófilo não ocupado anteriormente.

Art. 16º - Fica revogado o parágrafo único do artigo 99, Capítulo XII, da Lei nº2, de 06 de junho de 1912, que permitia cada morador ter, dentro do perímetro, distante da habitação, três porcos de seiva.

Art. 17º - Fica o presidente e Agente Executivo autorizado a construir um pequeno forno necessário à cremação do lixo recolhido das habitações existentes dentro do perímetro urbano.

Art. 18º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Registre-se e cumpra-se.

Dada e passada no Paço do Governo Municipal desta Vila de Maria da Fé, aos dois dias do mês de junho de 1930.

Eu, Hermelino Gatto, Secretário da Câmara, a datilografei.

O Presidente da Câmara

Arlindo Zaroni

A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

“Na Era Vargas, ocorreram os seguintes fatos: a Saúde pública foi institucionalizada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública; a Previdência social e saúde ocupacional institucionalizada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; criou-se os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP) que estendem a previdência social à maior parte dos trabalhadores urbanos (1933-38). No entanto, embora esses avanços tenham sido importantíssimos do ponto de vista da proteção social e da saúde pública, foi apenas em 1953 que ocorreu a criação do Ministério da Saúde. Daí até a criação do SUS (Sistema Único de Saúde), a população brasileira esperou mais 35 anos.”

Paulo Silvino Ribeiro, Colaborador Brasil Escola.

Disponível:

brasilecola.uol.com.br

EDUCAÇÃO SANITÁRIA

A saúde da população de Maria da Fé, após a década de trinta,

seguia as determinações estipuladas pelo Estado mineiro, ou seja, “partia-se do pressuposto que a ignorância era a causa principal das doenças, tornando-se necessário promover a consciência sanitária da população” (p.204)¹. Essa conscientização deveria ser feita através das escolas e seus professores, como multiplicadores dos “conselhos higiênicos”. Fora da escola, o governo visava atingir “a educação em massa”, através da divulgação de medidas utilizando todos os meios de comunicação, como a imprensa, palestras, folhetos, cartilhas, cartazes, exposições, filmes, radiofonia.

Em 1947, chamavam a atenção os temas das campanhas como a “profilaxia verdadeira” e a “reeducação e a readaptação social” para que existissem “menos sofrendores, menor número de desajustados, para que a moral seja aprimorada, enfim, para que a humanidade tenha uma vida mais humana” (p.206). Outros temas também faziam parte das campanhas sanitárias, como o combate ao alcoolismo, visto como um problema não só de saúde, mas de criminalidade e desajuste social, enfatizando mais os prejuízos morais e econômicos do vício. Os estudos recomendavam cuidados com a criança desde o parto para promover uma infância sadia, capaz de mudar as más características herdadas dos pais, buscando atenuar “taras, vícios, más formações, desvios, enfim, os defeitos físicos ou mentais”.

A educação seguia a teoria de Skinner sobre o comportamento humano, segundo a qual os desvios de comportamento eram vistos como resultado do ambiente social e da constituição individual herdada. Recomendava-se, assim, evitar casamentos entre parentes para evitar esses males. A literatura científica da época também abordava o interesse do Estado em cuidar do trabalhador, considerando-o como aquele que, pelo seu labor, “promove a grandeza da Pátria”. No entanto, condenava-se o trabalho feminino, considerando-o “inconveniente para a eugenia do povo, pois ele acarretaria uma diminuição da natalidade entre as mulheres operárias, bem como em maior ocorrência de afecções genitais” (p.207). A Varíola era uma das doenças mais combatidas no Brasil e de

¹ ABREU, Jean Luiz Neves. Revista de História, Ciência, Saúde, Manguinhos - Rio de Janeiro (RJ) v.17, n.1, jan.-mar. 2010, p.203-209

maior letalidade entre as crianças, depois das doenças infecciosas (gripe, sarampo, meningite, difteria etc.), mas as vacinas eficazes para a maioria dessas doenças só foram produzidas no país a partir da década de 60.

A QUEDA DA BOLSA DE NOVA YORK

Tal quais as crises que abalaram os mercados financeiros nos últimos tempos, também, em 1929, as bolsas de valores refletiram a Grande Depressão que ocorreria nos anos seguintes na economia mundial. Os mais altos índices de desemprego da história dos Estados Unidos foram registrados entre 1929 e 1933, consumindo, em ações, o que os cidadãos de classe média tinham e não tinham de patrimônio acumulado. A Bolsa de Nova York levou 25 anos para recuperar a média dos preços em que as ações se encontravam antes da Grande Depressão. Vários países do mundo foram atingidos pela crise, inclusive o Brasil. O preço do café despencou e o governo brasileiro se endividava cada vez mais para sustentar os preços internacionais do produto, que representava mais de 60% das exportações do país. A queda do café, amplificada pelo crash da Bolsa de Nova York, precipitou o fim da República Velha e a Revolução de 1930. Nesses anos terríveis, o desempregado só tinha como alternativa procurar um abrigo para mendigos e entrar na fila da sopa gratuita distribuída por órgãos de caridade. Mecanismos como seguro-desemprego e outros instrumentos de amparo social aos que perdem seus postos de trabalho só viriam a partir das reformas trabalhistas de Getúlio Vargas, pressionado pelo crescimento e pela pressão da classe operária. (Baseado no texto: Crash em Nova York, Caderno 2000 - “O Globo”, vol.11, p.258-259).

AS CONDIÇÕES DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS NA DÉCADA DE 30

De acordo com Fátima Carvalho (2009)², as indústrias do Brasil desenvolveram-se sob o governo de Getúlio Vargas, estimuladas pelos in-

² CARVALHO, Fátima. Década de 30 - Os anos de incertezas. Disponível: <https://administradores.com.br/artigos/decada-de-30-os-anos-de-incertezas>

vestimentos na área de siderurgia, mineração e no setor elétrico. Mas, a situação dos trabalhadores era cada vez mais degradante, levando o governo a tomar medidas estruturais para proteção dos operários, que levaram ao reconhecimento de uma realidade industrial, traduzida na criação do Ministério do Trabalho, nas leis sociais e de sindicalização. Assim, a autora se expressa:

As reformas sociais se destinavam a atender as pressões do movimento operário, entre eles a fixação da jornada normal de trabalho de oito horas e a regulamentação do trabalho das mulheres e crianças que segundo documentos da época mostrava que o desenvolvimento fabril brasileiro estava em sua infância. O exíguo grupo capitalista organizado em oligarquias patronais, que se havia abalanchado à criação de fábricas estabelecera seus cálculos sobre uma base salarial baixíssima, salário de escravo, exploração brutal do braço humilde que se encontrava em abundância no país, gente de pé descalço e alimentação parca: um punhado de farinha de mandioca, feijão, arroz, carne-seca, artigos alimentares baratos e abundantes nos mercados, café adoçado com mascavo e um pouco de farinha, pois o pão era artigo de luxo, bem como o leite, a carne, os condimentos, os legumes (estes últimos desconhecidos na casa do trabalhador). E quanto à moradia, estava confinada a barracões em fundo de quintal, em porões insalubres, em casebres geminados (cortiços) próximos às fábricas e pelos quais pagavam de aluguel mensal 15, 20, 30 mil-réis. Esse proletariado fabril, em grande parte feminino e constituído de mocinhas, era o preferido para a indústria têxtil, trabalhando das 6 da manhã às 7 e 8 horas da noite, com uma hora intermediária para o almoço (...). A anemia e a tuberculose faziam abundante ceifa anual. Na indústria metalúrgica ou mecânica, o número de menores também era predominante, com exceção de um reduzidíssimo número de técnicos (mecânicos, ferramenteiros, moldadores, fundidores), o restante era constituído de carvoeiros, alimentadores de for-

nalha, fazendo serviços quase suicidas pelas bronquites, pneumonias, reumatismos que iam contraindo. Os menores, em que se contavam rapazinhos de oito anos, eram empregados em serviços pesados, alguns incompatíveis com sua idade e sua constituição física.

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

A Revolução Constitucionalista em São Paulo vinha sendo gestada desde 1931. Fora alimentada pela recusa de Getúlio Vargas em dar ao Brasil uma Constituição, rasgada em 1930, mas, na realidade, trazia embutido o desgosto da oligarquia local pelo fim da política do café com leite, que, na República Velha, fizeram a alternância do poder entre paulistas e mineiros. Enquanto outros estados ganharam interventores nascidos neles, São Paulo teve que se contentar com militares de outros locais, já que o Partido Democrata, que era a favor da revolução de 30, não conseguiu indicar ninguém para o cargo. As forças políticas e econômicas de São Paulo, notadamente formadas pela oligarquia cafeeira, exigiam uma nova Assembleia Constituinte, novas eleições e o fim do governo provisório. Em dois anos, passaram pelo governo do estado quatro interventores federais. Nenhum deles conseguiu manter o controle. As intervenções da ditadura varguista eram constantes e desagradavam cada vez mais a oposição em São Paulo. Em 1932, a capital era um barril de pólvora. A maioria da população era a favor das exigências das elites. Houve reação e quatro manifestantes morreram. De seus nomes (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo), nasceu a sigla MMDC, que batizaria a nova organização constitucionalista. Grandes comícios começaram a acontecer na capital paulista. Em 10 de julho de 1932, com a ocupação de Cruzeiro (SP) pelas tropas do Coronel Euclides Figueiredo (pai do ex-presidente João B. Figueiredo) e bloqueio da passagem para Passa Quatro (MG), deu início a Revolução, que duraria os três meses seguintes. Os constitucionalistas, financiados pelos empresários paulistas, chegaram a reunir um exército considerável, mas, em 2 de outubro, veio a capitulação. A repressão foi severa, e tens lotados de constitucionalistas aprisionados

conduziriam os derrotados ao Rio de Janeiro, de onde dezenas seriam enviados para o exílio de Portugal. Ao todo, 77 foram banidos do país.

O GOVERNO CONSTITUCIONAL DE GETÚLIO VARGAS (1934-1937)

O “Governo Provisório” havia criado, em 1933, uma comissão de juristas, a “Comissão do Itamaraty”, para elaborar um anteprojeto de constituição, no qual previa um Poder Executivo Federal forte e centralizador, ao gosto de Getúlio. Porém, a Constituição de 1934 acabou sendo descentralizadora, dando certa autonomia aos estados federados. Foram extintos os senados estaduais que jamais voltaram a existir. No dia seguinte à promulgação da nova constituição, em 17 de julho de 1934, ocorreu uma eleição indireta para a Presidência da República: o Congresso Nacional elegeu Getúlio Vargas como Presidente da República, derrotando Borges de Medeiros, que desde 1931 fazia oposição a Getúlio, e outros candidatos. Getúlio teve 173 votos, contra 59 votos dados a Borges de Medeiros. Os paulistas votaram em Borges de Medeiros, contrariando a orientação do interventor federal Armando de Sales Oliveira. O novo mandato presidencial de Getúlio iniciou no dia 20 de julho de 1934, quando tomou posse no Congresso Nacional, jurando a nova constituição. Para Bonavides e Amaral (2002), se não fosse a Revolução Constitucionalista de 1932, muito mais tempo levaria para a promulgação da nova Carta³.

Getúlio deveria governar até 3 de maio de 1938, quando se realizariam as eleições para o próximo presidente. Não havia, na Constituição de 1934, a figura do vice-presidente. Os estados fizeram depois suas constituições, e muitos interventores se tornaram governadores, eleitos pelas assembleias legislativas, o que significou uma ampla vitória, nos estados, dos partidários de Getúlio. Foi sancionada, em 4 de abril de 1935, a Lei nº 38, que definia os crimes contra a ordem política e social, que possibilitou maior rigor no combate à subversão da ordem pública. Ficou

³ BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002

conhecida como Lei de Segurança Nacional.

Em 22 de julho de 1935, foi criado um programa oficial de rádio com notícias do governo: a “Hora do Brasil”, depois denominada “Voz do Brasil”, existente ainda hoje. Em 31 de agosto de 1935, Getúlio Vargas vai à cidade mineira de João Monlevade lançar a pedra fundamental da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, “filha” da primeira usina siderúrgica do Brasil, também em João Monlevade.

Neste período de governo de Getúlio, cresceu muito a radicalização político-ideológica no Brasil, especialmente entre a Ação Integralista Brasileira (AIB), de inspiração fascista, liderada por Plínio Salgado, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento dominado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), pró-soviético⁴. O fechamento da ANL, através de Decreto nº 229, de 11 de julho de 1935, determinado por Getúlio Vargas, bem como a prisão de alguns dos partidários, precipitaram as conspirações que levaram à Intentona Comunista, em 24 de novembro de 1935, no nordeste do Brasil, e a 27 de novembro de 1935 na capital federal Rio de Janeiro. A partir da Intentona Comunista, foram decretadas várias vezes o estado de sítio e o estado de guerra, no país, por Getúlio Vargas, assim como endurecidas as leis que visavam combater a subversão. A Lei de Segurança Nacional foi reforçada, em 14 de dezembro de 1935, pela Lei nº 136, que definia novos crimes contra a ordem pública. Em 18 de dezembro de 1935, são promulgadas três emendas à Constituição de 1934, dando mais poderes ao Estado Brasileiro no combate à subversão.

Em 17 de janeiro de 1936, é sancionada a Lei nº 192, visando limitar o poderio militar dos estados, subordinando às polícias militares ao Exército Brasileiro, limitando os efetivos e proibindo-as de possuírem artilharia, aviação e carro de combate. Este armamento pesado que as polícias estaduais possuíam foi entregue ao Exército Brasileiro. Foi criado, em 11 de setembro de 1936, pela Lei nº 244, um Tribunal Especial para julgar os revolucionários da Intentona Comunista, chamado de “Tribunal de Segurança Nacional”. Cresceu muito, neste período, a ins-

⁴Veja mais informações sobre os partidos políticos no item “O movimento integralista”

tabilidade política no Brasil. Tudo isto levou Getúlio, com amplo apoio dos militares, a implantar o Estado Novo. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Era_Vargas)

O ESTADO NOVO (1937-1946)

Estado Novo é o nome que se deu ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil de 1937 a 1945. Esse período ficou marcado, no campo político, por um governo ditatorial, semelhante em algumas características aos governos autoritários da Europa. Em janeiro de 1938, deveriam ocorrer as eleições presidenciais. Porém, alegando a existência de um suposto plano comunista (Plano Cohen) e aproveitando o momento de instabilidade política pelo qual passava o país, Getúlio Vargas deu um golpe de estado em 10 de novembro de 1937. Vargas contou com o apoio de diferentes segmentos da sociedade (principalmente da classe média com medo do comunismo) e dos militares, tais como o Exército, as oligarquias estaduais, as classes produtoras, a Igreja e os integralistas. Após o golpe, Vargas fechou o Congresso Nacional e impôs uma nova constituição (apelidada de “Polaca”) com várias características antidemocráticas.

Fatos deste período: Censura aos meios de comunicação (rádios, revistas e jornais) e às manifestações artísticas como, por exemplo, teatro, cinema e música; criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) para promover e divulgar as realizações do governo; perseguição e, em alguns casos, prisão de opositores e inimigos políticos; repressão às manifestações políticas e sociais (protestos, greves, passeatas); controle dos sindicatos; criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, garantindo vários direitos aos trabalhadores; criação da Justiça do Trabalho, da carteira de trabalho, salário mínimo, descanso semanal remunerado, jornada de trabalho de oito horas e regulamentação do trabalho feminino de menores de idade; centralização administrativa do Estado (aumento da burocracia estatal); criação de uma moeda, o Cruzeiro; a indústria pesada, concentrada nas empresas estatais, nos setores de: siderurgia (Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda-RJ, 1940); mineração (Companhia Vale do Rio Doce, 1942); mecânica pesada (Fábrica Nacional de Motores, 1943); química (Fábrica Nacional

de Álcalis, 1943) e hidrelétrica (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, 1945); participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética, com o envio da Força Expedicionária Brasileira aos campos de batalha na Itália.

Com o final da 2ª Guerra Mundial (1945) e a derrota das nações de governos totalitários, a opinião pública começou a contestar o regime ditatorial varguista. Intelectuais, artistas, profissionais liberais e grande parcela do povo queriam a volta da democracia ao país. A pressão para a renúncia de Vargas aumentava a cada dia. No dia 29 de outubro de 1945, um movimento militar, liderado por generais, depôs do poder Getúlio Vargas.

Referência: Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais. Disponível: http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/estado_novo.htm. Acesso em 13/06/2017.

FASCISMO, NAZISMO E COMUNISMO

De 1919 a 1939, período entre o final da 1ª Guerra Mundial e o início da 2ª Guerra, a sociedade europeia estava marcada pelas incertezas políticas e ideológicas. A Alemanha sofria com as humilhações do Tratado de Versalhes. O Tratado trouxe consigo nacionalismo, revanchismo e racismo. O término da 1ª Guerra aprofundou as tensões sociais. Esse contexto foi propício para o surgimento de grupos de extrema direita, tanto na Itália, na Alemanha e na Rússia, como na Espanha e em Portugal. É aí que surge o fascismo italiano (Mussolini) e o nazismo alemão (Hitler) como alternativa ao bolchevismo (Lênin). Na América, os Estados Unidos, com sua economia intacta, tornaram-se os “banqueiros do mundo”. Na Ásia, após a Revolução Meiji (1868), o Japão se industrializou, se tornou imperialista e aproveitou o conflito mundial para estender seu poderio na região. Na descrença dessa sociedade pós-guerra, os valores liberais (liberdade individual), política, religiosa, econômica etc. começaram a ser colocados sob suspeita por causa da impotência dos governos para fazer frente à crise econômica capitalista, que empobrecia cada vez mais o setor social que defendia os valores liberais a favor da classe média. Concomitantemente, as várias crises provocaram o recrudescimento dos conflitos sociais e o mundo assiste, imediatamente após

a guerra, a uma série de movimentos de esquerda e um fortalecimento dos sindicatos. O movimento operário já havia se cindido entre socialistas ou socialdemocratas (marxistas que haviam abandonado o tema de luta armada e aderiram à prática político-partidária do liberalismo) e comunistas (formados por frações que se destacaram do movimento operário, seguindo os métodos bolchevistas vitoriosos na Rússia - 1917). Esses dois grupos eram antagônicos. (Referência: <http://www.sohistoria.com.br/resumos/fascismonazismo.php>)

EMANUEL PERALTA, filho de Antônio Peralta, publicou uma interessante história no Grupo Maria da Fé Antiga, em setembro de 2013, sobre alguns moradores do Campo de Sementes, com o título: “Nazistas em Maria da Fé:

Até o início dos anos 40, havia, em Maria da Fé, duas famílias de alemães. Uma das famílias era constituída pelo casal Dr. Roberto e D. Elza, eles residiam no Campo de Semente, onde Dr. Roberto, engenheiro agrônomo, era o gerente. Até que formavam um casal simpático, estavam sempre na cidade, conversavam com a população, mas, nunca participavam de ações comunitárias ou sociais. A outra família era constituída por um casal que veio de Piquete, ele um engenheiro químico aposentado, e, infelizmente, tornaram-se nossos vizinhos. Eram antipáticos, nunca nos cumprimentaram ou deram um sorriso. Nunca soubemos os seus nomes. A distração do alemão era praticar tiro ao alvo com chumbinho. Eu e meu irmão, ainda crianças, morríamos de medo de que um dia ele atirasse contra nós. Estava em curso a 2ª. Grande Guerra, a Alemanha de Hitler tentava conquistar toda a Europa. Em 22 de junho de 1941, Hitler comete o seu grande erro, invade e tenta conquistar a Rússia. Acreditava que isso seria possível mediante uma operação relâmpago. Mas, as coisas não andaram tão rápidas e, no mês de outubro, a situação tornou-se crí-

tica; quando já estava às portas de Moscou, de 18°C positivos a temperatura caiu para 38°C negativos, matando 80% do exército nazista. Em desespero, Hitler faz uma convocação geral conclamando para que todos os alemães de até 60 anos, inclusive do exterior, se unissem ao exército alemão em um grande esforço de guerra. E foi assim que um dia as duas famílias de alemães de Maria da Fé simplesmente desapareceram. Sem se despedir de ninguém, saíram sem deixar rastros. E nunca mais voltaram ou deram notícias. Teriam morrido na guerra?

Comentários:

“Interessantíssima história, mas nem todos os alemães da época eram nazistas”.(Vinicius Ribeiro Gonçalves).

“Minha tia Filomena conta que o avô dela, no caso meu tataravô, Anunciato Carnevalli, possuía um quadro do Benito Mussolini na parede! Se eu não me engano, ele também teve que voltar para a Itália e contribuir na guerra! Mas quem pode esclarecer isto melhor é minha tia Lourdes Ferreira Lopes”. (Priscila Caetano)

“O Sr. Anunciato Carnevalli nunca precisou voltar para a Itália, que eu saiba. Os italianos não eram tão fanáticos assim. Conheci muito o Sr. Anunciato, era um homem muito bondoso; quando criança, eu ia muito ao seu laticínio para ganhar pedaços de queijo cavalo”. (Emmanuel Peralta)

“Realmente, a Priscila se enganou no que diz respeito a lutar na guerra, mas o vô Anunciato voltou sim para a Itália. Não para lutar na guerra, mas sim para servir o Exército. Isso é o que posso declarar de acordo com as poucas informações que conseguimos colher. Mas, como o senhor (Emmanuel) o conheceu, pode até nos dar mais informações sobre ele, já que eu também não o conheci. Suas memórias são muito importantes para nossa história, e essa da 2ª guerra foi sensacional. Gostaria de saber mais detalhes. Sou professora de História e me interesse pelo assunto. (Maria de Lourdes Ferreira Lopes)

“O Dr. Roberto, que residia no Campo de Semente, tinha, em uma parte da casa, uma poderosa estação de transmissão e recepção. Isso foi visto pelo meu tio que, na época, já conhecia eletrônica. Era o Jose de Souza Guimarães, filho do ex-prefeito Alfredo Gaspar Guimarães, meu avô. Depois do sumiço mencionado, meu pai e meu tio escutaram transmissões feitas na Alemanha para o Brasil pelo Dr. Roberto, que era Capitão do Exército alemão. (Alfredo Barros)

“Meu pai contava histórias sobre a Segunda Guerra, quando ele foi pra Pouso Alegre pra se juntar a outros reservistas que iam pra Itália; não me lembro por que motivos não foi, mas conheci pessoas que lutaram. Geraldo Lucio morava no bairro do Cafundão, dizem que ele era nervoso, intolerante por consequências da guerra. Conheci também o Sr. João Foieiro, como era conhecido, era quase surdo, dizia ele que uma bomba estourou muito perto dele causando a surdez. Morava no Campo Redondo. Gosto de histórias de guerra, assisto a documentários. Esse relato, sobre essas famílias e essa estação de rádio em Maria da Fé, vai se saber o quanto ela interferiu no andamento da guerra, isso é muito interessante... Ele morou na beira da estrada, margem contrária a que ficam as casas do bairro Campo Redondo. Era um brejo, muita taboa, era um casebre bem simples, pessoa bem simples, gente boa. O nome ‘foieiro’ era porque usava folhas de lata pra criar vasilhames de cozinha”. (Geraldo José de Souza)

“Eu ia na casa dele levar latinha de massa de tomate pra ele colocar asas e fazer caneca pra nós. Ele morava com a Vicentina e o Bertino, seu irmão. Ele levava de volta na nossa casa e a mamãe dava bolão pra ele. Nossa, estou me lembrando de muitas coisas agora! (Lourdinha Siqueira de Almeida).

HISTÓRIAS DO TEMPO DA GUERRA

“Em 1945, o jovem Iron Zaroni Gonçalves, filho de Celencina Zaroni e José Gonçalves Sobrinho (Zequinha Cocada) foi convocado, em Itajubá, onde prestava serviço ao Exército, para lutar pelos Aliados na 2ª Guerra Mundial. Em maio daquele ano, aquartelados na base de Fernando de Noronha, no nordeste brasileiro, esperavam o navio que os levaria ao sul da Itália, mas, na última hora, foram dispensados em face do término da Guerra. Minha avó Celencina havia feito uma promessa: caso meu tio não fosse para a Guerra, ela nunca mais iria ao cinema (a novidade da época em Maria da Fé). Cumpriu a promessa até sua morte em 1993 (depoimento de Wanda Gonçalves Ribeiro, 96 anos, minha mãe)”.

Por Maria Magda Ribeiro no Grupo Maria da Fé Antiga.



A INTERVENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

A criação do Departamento de Administração Municipal, pelo Decreto nº. 11.280, de 26 de março de 1934, baixado pela Interventoria Federal, tinha como objetivos: “orientar tecnicamente os municípios na solução dos seus problemas de ordem administrativa; promover a racionalização do regime tributário em vigor nos municípios, para o fim de melhorar a distribuição, classificação e arrecadação das tributações; estudar a situação financeira e econômica dos municípios sugerindo ao

Governo do Estado providências no sentido de normalizá-las e prestar informações sobre a administração, em geral; verificar os orçamentos municipais, de acordo com a padronização oficial e o Código de Contabilidade das prefeituras, padronizando-os; pronunciar-se sobre a conveniência e legalidade dos contratos e concorrências; prestar assistência jurídica às prefeituras; tomar conta da receita e das despesas municipais; inspecionar o andamento da contabilidade por intermédio de fiscais e outras atribuições oportunas e proveitosas mencionadas no citado decreto. Para manutenção desse departamento, o decreto 11.281 instituiu as contribuições proporcionais dos municípios”.

(Jornal “O Município”, abril/1934, p.1-2)

PARTIDOS POLÍTICOS

No ponto de vista jurídico, um partido político é uma instituição que visa representar o cidadão em suas ações políticas. Essa representatividade passou por dois momentos: no primeiro, o voto era censitário, isto é, só participava das ações políticas aquele candidato que possuísse propriedade privada. O partido dos notáveis ou de quadro era baseado no prestígio que gozava o candidato perante a população e, geralmente quem ocupava o governo eram pessoas que possuíam bens materiais, sobretudo, terra.

Com o crescimento histórico da burguesia (comerciantes e industriais) e da democracia, houve a necessidade de estender o sufrágio a fim de atender as reivindicações dessa classe social, daí o segundo momento, ou seja, o partido se tornou de massa ou popular. Atualmente, nenhum cidadão pode se candidatar sem que esteja filiado a um partido, porque quem representa a sociedade civil perante o Estado é o partido e não o candidato.

Cada partido tem suas regras, sua ideologia e seu modo de agir, um Estatuto, que, por sua vez, deve ser registrado no Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Quando um candidato se filia a um partido, está se comprometendo a seguir esse conjunto de procedimentos e, mesmo que haja discordância de um ou outro item, ele deve manter a sua fidelidade partidária, sem a qual o candidato corre o risco de ser expulso do partido.

Para criar um partido político no Brasil⁵ é necessário: 1º) Pelo menos 101 pessoas, em 9 estados do Brasil, inclusive DF, para criar um programa de partido, constar em ata e registrá-la em Cartório de Registro Civil; 2º) Criação de uma legenda para o partido e apresentar uma série de documentos das pessoas “filiadas” em até dois anos após o registro; 3º) Conseguir o apoio de pelo menos 0,5% dos votos válidos da eleição anterior no Legislativo. (Até pouco tempo atrás, só tinham validade as assinaturas físicas, mas, devido a uma mudança recente, agora também valem as digitais); 4º) Registro de Partido Político (RPP), que deve ser feito nos tribunais regionais eleitorais (TREs), de ao menos um terço dos estados; 5º) Registro do Estatuto (regras e diretrizes do partido). Se aprovado, o partido pode participar das eleições e usufruir do Fundo Partidário. Veja nas referências indicadas os procedimentos para distribuição desse fundo e outras questões associadas aos partidos políticos como “governabilidade”, “disciplina partidária”, “fidelidade partidária” entre outras.

PLÍNIO SALGADO E O MOVIMENTO INTEGRALISTA EM MARIA DA FÉ

O jornalista e professor Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí (SP), em 1895, e frequentou o Ginásio Diocesano de Pouso Alegre, antes de se radicar em São Paulo (SP), onde, em 1932, fundou a Ação Integralista Brasileira (AIB), inspirada nas ideologias nazifascistas que estavam em ascensão na Europa na mesma época. Camisa e boné verdes, gravata e calças pretas, os integralistas tinham a letra grega sigma- Σ como símbolo e usavam a saudação “anauê” (emprestada da língua tupi). Salgado acreditava em um Estado forte “para garantir as liberdades legítimas e naturais, coibir o abuso dos poderosos, preservar a soberania nacional, o bem-estar e a dignidade dos brasileiros” (A Razão, nº 60, p. 2, 17 jun. 1937). Crítico do capitalismo e nacionalista ferrenho, Plínio Salgado não se considerava antidemocrático como julgavam seus rivais, ao contrário,

⁵ Referências: “Os partidos políticos” - vídeo de Renata Esteves; e o site Politize!
Disponível: <https://www.politize.com.br/criacao-de-partido-politico/acesso: 07/2020>

apresentava-se junto com a Igreja Católica e o apoio de Dom Helder Câmara, Arcebispo Emérito de Olinda e Recife, como o principal defensor dos inimigos de ambos: os comunistas.

Em 1937, a sucessão ao governo provisório de Getúlio Vargas era ambicionada por vários partidos políticos entre os quais os integralistas de Plínio Salgado, mas Getúlio alegando uma conspiração internacional contra a soberania do Brasil (Plano Cohen) e a volta ao poder da tradicional política do café-com-leite, vetou por lei todas as agremiações políticas e, no ano seguinte, declarou-se Presidente da República, o “salvador da Pátria”. Os integralistas, assim como os demais partidos políticos, foram relegados à clandestinidade. Muitos cidadãos marienses, de princípios cristãos e que defendiam “Deus, Pátria e Família”, como os integralistas, foram considerados inimigos do Brasil e isolados por familiares e conhecidos, principalmente após a derrota dos regimes totalitários na 2ª Guerra Mundial (1945). Plínio Salgado faleceu em 1975 e, com ele, foi-se também a antiga estrutura da AIB.

Referências: BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista ação (1936-1938), UNESP-Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007. (Dissertação de Mestrado); SALES, José Roberto. Estudo sobre o Integralismo e o Comunismo em Varginha - MG :A Academia Varginhense de Letras, Artes e Ciências e a Polícia Política de Minas Gerais 1936-1972, Varginha, 2016.



JOSÉ DE CAMPOS SALES – líder e Presidente do Partido Integralista em Maria da Fé recepciona Plínio Salgado em sua casa (1955). Na foto, (da esquerda para direita) abaixo: Maria Aurora, Teresinha, Ritinha, Conceição; No meio, os meninos: Joãozinho (Cedano), Hermenegildo (Cedano), Armandinho Cosenza, Silvestrinho Ferraz, Dr. Viana e Zé Sérico. Na ponta Ditinho do Neco. As senhoras Zezé Sales e Mariana Gonçalves (vovó). Atrás dela, tio Zezinho, Plínio Salgado, Sr. Zequinha Sales (Vovô), Vicente Marchetti, Armando Cosenza, Sr. Tonico (alfaiate), Maria Cedano, e na varanda, à direita, Renato Vilela. Os demais são da comitiva dos Integralistas de Caxambu. Acervo e informações de Maria Rita Marchetti (2019)

JOSÉ DE CAMPOS SALES

Nasceu em 1º de dezembro de 1876. Em 1893, com 17 anos de idade, foi o primeiro representante do Distrito de Maria da Fé na Câmara de Pedra Branca (Pedralva). Após dois anos de vereança, ficou como Vereador Geral. Muito trabalhou nesse período. Foi Delegado de Polícia, de 1927 a 1930. Com o triunfo da Revolução de 30, foi nomeado membro do Conselho Constituinte da Cidade, pelo Presidente Olegário Maciel (governador de Minas), até 1932. Foi vereador pela última vez em 1937. Na construção da Matriz Nossa Senhora de Lourdes, ficou em segundo lugar no auxílio pecuniário para a sua construção. Ofertou ainda o Altar de Mármore para São José. Foi Presidente da Conferência de São Vicente de Paulo, de 1927 a 1930, e Irmão da Liga Católica. Foi comerciante durante muitos anos. Quando João Pinheiro tomou posse no governo de Minas, era ele, José de Campos Sales, o Agente da Estação da Estrada de Ferro nesta cidade.



Primeira sede dos integralistas de Maria da Fé, no início da década de 30, na Av. José de Campos Sales, onde havia um cinema (atualmente ao lado da antiga casa da família Barbosa)

Encontro dos Integralistas marienses e cidades vizinhas em frente à nova sede em 1937, na Av. Franqueira, onde é hoje a residência de Genoveva Prince (acervo de Maria Rita Sales Marchetti – 2019)



Aos 80 anos de idade faleceu nesta cidade, no dia 25 de fevereiro último, o Sr. José de Campos Sales, figura bastante estimada no seio da sociedade mariense, daí a enorme consternação pelo triste acontecimento. O extinto era filho do Sr. José de Campos Grilo, o primeiro professor de Maria da Fé, também criador do Distrito e da Paróquia, e de D. Maria da Costa Sales, a primeira Agente Postal desta cidade, ambos já falecidos. Deixou viúva a Sra. D. Mariana Gonçalves Sales e os seguintes filhos: Professora Maria José Sales Marchetti, casada com o Sr. Vicente Marchetti; Professora D. Maria Luzia Sales Tótora, casada com o Sr. Frederico Tótora; Irmã Maria Terezinha S.S. Sacramento, religiosa Carmelita Descalça do Carmelo da Sagrada Família, de Pouso Alegre; Sr. José Sebastião de Campos; e os netos: Pe. Celso Campos Sales, Vigário da Paróquia do Recreio; Professora Maria Mônica Campos, Sr. José Geraldo de Campos e Expedito Campos, estes filhos adotivos; Prof^a. Maria de Lourdes, José Flávio, Antônio, Terezinha, Conceição, Maria Rita Sales Marchetti; Raimundo, José Claret, Maria Aurora, Frederico, João Batista, Celso Vicente, Paulo de Tarso e Antônio Tadeu Sales Tótora. O sepultamento verificou-se no dia seguinte, dia 26, havendo missa de Corpo Presente, que apesar do mau tempo foi bastante concorrida, sendo o féretro acompanhado até o cemitério local por um enorme número de pessoas amigas.

Texto publicado no Jornal “O Mariense”, em 1957.

Em 15/08/1954, Plínio Salgado (de terno preto e bigode, à esquerda) esteve em Maria da Fé, já como líder do Partido Republicano Popular (PRP), partido cria-



(Foto do acervo de Maria Rita Sales Marchetti - 2019)

ACERVO MARIA DA FÉ ANTIGA - FACEBOOK

do por ele, depois que os integralitas foram considerados “comunistas” e vários deles expulsos do Brasil por Getúlio Vargas. Na foto, à esquerda, vê-se o Coronel Silvestre Dias Ferraz (bem à esquerda); o seu genro, Dr. José Vilela Viana (de terno branco). Entre eles, Padre Celso Campos Sales e atrás o Sr. José Cassimiro de Almeida (Tinho). Outros marienses também foram adeptos do integralismo como: José Gonçalves Sobrinho (Cocada), seu irmão Walfrido Gonçalves da Costa, o vereador José Henrique de Souza, Antônio Peralta, entre outros.

O VOTO FEMININO

A mulher brasileira teve que esperar até meados do século XX para poder votar. Em 1925, no Rio Grande do Norte, foram fundadas várias entidades a favor do voto feminino, mas a Comissão de Poderes do Senado Federal, ao analisar as eleições realizadas no Rio de Grande do Norte, em 1928, requereu, em seu relatório, a anulação de todos os votos que haviam sido dados às mulheres, sob alegação da necessidade de uma lei especial a respeito. O projeto que concedia esse direito à mulher norte-rio-grandense era de autoria do deputado Juvenal Lamartine de Faria, o mesmo que, como relator do projeto de 1921 na Câmara Federal, havia dado parecer favorável ao pleito, que fora aprovado pelo Legislativo Estadual e sancionado pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros. O Rio Grande do Norte, portanto, foi o primeiro Estado brasileiro a conceder o voto à mulher. As duas primeiras mulheres alistadas como eleitoras no Brasil foram as professoras Júlia Barbosa, de Natal, e Celina Vianna, de Mossoró, ambas do Rio Grande do Norte. Também seria potiguar a primeira prefeita do Brasil, Alzira Teixeira Soriano, eleita no município de Lages (SC), em 1928, pelo Partido Republicano Federal. (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=262455>).

Em 1932, foi promulgado o primeiro Código Eleitoral do Brasil e criada a Justiça Eleitoral, composta de um Tribunal Superior e de tribunais regionais eleitorais nos estados. A Justiça Eleitoral, presidida pelos vice-presidentes dos tribunais de Justiça dos estados, passou a organizar todos os trabalhos eleitorais, como alistamento, organização das mesas

de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos. Também regulou as eleições federais, estaduais e municipais em todo o país. O sistema de representação passou a ser proporcional e, em dois turnos, considerou-se a existência oficial dos partidos políticos, o voto tornou-se secreto e extensivo (facultativamente) às mulheres. Uma delas, a paulista Carlota Pereira de Queiróz, primeira deputada estadual eleita no Brasil, integrou a Assembleia que elaborou a Constituição de 1934, a partir da qual também se passou a admitir a formação de uma bancada classista nos parlamentos, composta por representantes de funcionários públicos, empregados e empregadores, eleitos por delegados sindicais. Com a Constituição de 1934, foram extintos os senados estaduais. (<https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=tre-mg-historia-da-justica-eleitoral#>)

ELVIRA KOMEL, PRECURSORA DO VOTO FEMININO EM MINAS GERAIS.

Nascida em Barão de Cocais, em 1906, Elvira Komel, diplomou-se em direito no Rio de Janeiro e, em 1929, abriu uma banca de advocacia em Belo Horizonte, o que era na época um ato de ousadia. Foi a primeira mulher a exercer a profissão no Fórum de Belo Horizonte e a primeira ou, seguramente, uma das primeiras mulheres alistadas eleitoras em Minas Gerais. Com a Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas ao poder, Elvira aderiu prontamente ao apelo revolucionário e publicou nos jornais de Belo Horizonte um manifesto dirigido às mulheres mineiras, convocando-as a apoiar o movimento revolucionário e comunicando a criação do Batalhão Feminino João Pessoa. Rapidamente, batalhões similares foram criados em outras cidades e, em menos de 30 dias, 8.000 mulheres se alistaram em Minas Gerais, sendo 1.200 de Belo Horizonte. Com a vitória da Revolução, o batalhão feminino foi transformado na Associação Feminina Mineira e Elvira Komel eleita sua presidente. O primeiro objetivo da associação foi organizar uma campanha

pela ampliação dos direitos políticos da mulher, dos quais o mais importante era o direito de votar e ser votada. Em 1931, a associação organizou o I Congresso Feminino Mineiro, com a presença de delegações de muitas cidades de Minas e até de outros estados. A luta foi recompensada com a promulgação do Código Eleitoral de 1932 que garantia às mulheres o direito de voto. Aos 26 anos, quando despontava como uma nova liderança feminina no cenário político brasileiro e preparava-se para disputar uma vaga no Senado de Minas, Elvira adoeceu durante um seminário no interior mineiro, falecendo em Belo Horizonte no dia 27 de julho de 1932.

Texto de Victor Hugo Vieira Moura, de 16/08/2012, no site do TRE - MG.

CARGOS MUNICIPAIS NO PERÍODO DE 1930 a 1960

Nota divulgada pelo Jornal O Mariense, de 1953, destaca que ocuparam o cargo de Secretário-Contador da Prefeitura Municipal de Maria da Fé: Joaquim Gonçalves da Costa, até 1948; José da Mota Tótora, até 1962; e Waldomiro de Souza Cardoso, à partir de 14/11/1962. Foram secretárias nesse período: Yone Arruda Santos e Rita da Silva Santos, em 1956. O Sr. Dionísio da Silva Santos era Chefe do Serviço da Fazenda.

O FUTEBOL⁶ E DEMAIS ESPORTES NAS DÉCADAS DE 30 a 50

Coluna de Hermelino Gatto, no Jornal O Município, de 3 de julho de 1932, noticiava as atividades esportivas preferenciais dos jovens marienses:

Tarde esportiva: “O Sport Club Maria da Fé, que vem contribuindo

⁶ Ver a retrospectiva do Futebol em Maria da Fé no próximo volume desta coletânea histórica.

do para o desenvolvimento físico dos rapazes marienses, levou, na tarde de quarta-feira, bem organizado festival constituído de alguns números de esportes atléticos. A assistência, seleta como sempre, ovacionou sem cessar a garbosa plêiade de gentis senhoritas e distintos moços, que se revezavam no campo da Av. 30 de Agosto (atual Sagrados Corações). Foi o seguinte resultado final: 1ª prova: - corrida, 100 metros, vencedor Hélio e em segundo lugar Jorge; 2ª prova: apanhar laranja - vencedor Hélio e em segundo lugar Serafim; 3ª prova: corrida de três pernas, vencedores João Caetano e Nico, obtendo o segundo lugar Manuel Siqueira e Tonho; 4ª prova: pega porco, tendo sido vencedor João Caetano. O juiz Primilio Marchetti dá início à quarta prova, que é disputada entre as senhoritas Zenaide, Luzia, Almerinda, Dita, Dorva e Elvira, tendo como adversários os esportistas Serafim, Frederico, Chiquito, Alexandre,



Da esquerda para a direita: 1. José Guilhermino Filho (Zezé Guilhermino); 2. JOVE; 3. Jorge Braga de Oliveira (filho de Joaquim Braga); 4. José Braga de Oliveira (Zé Braguinha filho de Joaquim Braga); 5. Dario Custódio de Siqueira (Dario Custódio); 6. Antônio Batista de Almeida (Nico Cassimiro); 7. Joaquim Braga de Oliveira (Quim Braga filho de Joaquim Braga); 8. Nário da Silva Braga (Nário Braga); 9. Pedro Mulato; 10. Joaquim Custódio Sobrinho (Joaquim Custódio irmão do Dario); 11. Zé Domingos; 12. Benedito Paulino da Silva (Ditão); 13. Luiz Targino Guedes (Luiz Guedes); 14. Zé Ismael; 15. Domingos Tótora; 16. José da Mota Tótora (Zezinho Tótora). Casas atrás: Alfaiataria (Armando & Tonico Cosenza); Casa do Genoveva do Onofre Prince Santiago; Casa de Antônio Peralta; Casa de Victor Hugo Marchetti, Antigo Clube Recreativo Mariense (hoje Mário Barbosa). Time de futebol da Reserva – década de trinta. Por Elias Braga no Grupo Maria da Fé Antiga

Elpidio e Valdemar. É voleibol, ganhando a partida os rapazes. A todos os vencedores foram distribuídos brindes, terminando a tarde festiva com uma partida de futebol entre o segundo time local e o quadro principal da Fazenda Goiabal. Os locais abatem facilmente os visitantes por 6X2”.

PLATEIA DE FUTEBOL – ESTÁDIO ANTES DA REFORMA DO CORONEL SILVESTRE. Foto de 1955. Pessoas reconhecidas agachados da direita para o fundo: Walter Alvarenga com Biriba (menino), Irani Gonçalves abraçado a Expedito (irmão do Pe. Celso), Luiz Torto, atrás Neco Barbeiro (pai do Ditinho da Farmácia). Por Emmanuel Peralta no Grupo Maria da Fé Antiga



MARIA DA FÉ TÊNIS CLUB

“Tendo-se fundado, precisamente, há um ano, o ‘Maria da Fé Tênis Clube’, vem essa agremiação cumprindo galhardamente a sua finalidade, e agora, desejosos de ampliar ainda mais a sua órbita de ação, tratam de reorganizar o Clube sob forma mais moderna, para o que estabeleceram um vasto plano comportando realizações de grande alcance nos terrenos esportivos e social”. Jornal O Município, de fevereiro de 1934.

CLUBE MARIA DA FÉ

Nova eleição da diretoria, o Sr. Antero Corrêa Cardoso foi escolhido para Presidente. Outros nomes da Diretoria: José Martins Corrêa (Zezão), João Carneiro Junho, Paulo Gonçalves. Havia dificuldade de escolher os membros devido à péssima situação financeira do Clube (MARIENSE, dez/1953).

VIDA CULTURAL E ARTÍSTICA

Os autores da Revista Centenário da Paróquia de Maria da Fé, Mari Léa Zaroni e Osvaldo Renó Campos, referem-se aos anos 30 e 40 da seguinte maneira:

“Cultivavam a leitura, a boa música, os saraus nos Clubes e em casa de amigos, onde se declamavam poesias de autores nacionais e locais. Dançavam jazz, Foxtrote, com o Jazz Band. Seus filhos estudavam nos melhores colégios (internatos) da região. Bebiam bons vinhos portugueses, usavam tecidos e perfumarias francesas, chapéus e louças da Casa Lusitana, do português Albino de Souza; chapéus faziam parte da toilette masculina e feminina, obrigatório até para se viajar na 1ª classe do trem da Rede Mineira de Viação. Tomavam chocolates quentes com biscoitos amanteigados nos intervalos da sessão do Cinema Pátria. Até o bairro Posses possuía no seu mercadinho das Posses, de Domingos Tótora, um ponto de compras e de encontros político-sociais”.

JOSÉ VENTURELLI SOBRINHO AUTOR DA LETRA DO HINO DE MARIA DA FÉ

O Hino oficial do município de Maria da Fé foi escrito por José Venturelli Sobrinho e recebeu melodia de Antônio Prestes de Camargo.

“José Venturelli Sobrinho, filho de Antônio Venturelli e Paolina Castelani, nasceu em Pedralva, em 30/03/1904. Foi maestro, músico, poeta e pintor nacionalmente premiado na técnica óleo sobre tela. Também criou várias esculturas em bronze. Foi autor de vários hinos e canções militares, entre elas a Canção da Escola de Sargentos das Armas (EsSA), a do CPOR e a do Regimento Sampaio, entoada pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Tomada de Monte Castelo, em 1945, na Itália, além da letra do Hino de Maria da Fé. Foi aviador e engenheiro do

Exército e por ato de bravura recebeu a Medalha de Honra ao Mérito, outorgada pelo Presidente da República. Falava fluentemente os idiomas árabe, italiano, francês, espanhol, inglês e ainda o Esperanto e foi autor de muitas obras literárias, como poemas épicos, sonetos parnasianos e peças teatrais, entre outros. Traduziu a Divina Comédia de Dante Alighieri, e entre outras realizações foi o presidente Fundador da Academia Brasileira de Belas Artes. Faleceu em 30 de julho de 1981”.

STORINO, Antônio Francisco et alli. *Pane, Vino e Molto Lavoro... Anche amore - A saga da imigração italiana em Itajubá*, Ied, Itajubá-MG, 2013.

ESCOLA RURAL DA MATA DO ISIDORO

“Com a presença dos senhores Alfredo Guimarães, Inspetor Escolar; Antônio Krepp, secretário do Conselho Consultivo e representando o Prefeito Municipal Hermelino Gatto; Tarquínio Prisco Pereira, Coletor Estadual; Domingos Tótora, membro do Conselho Consultivo; Vitor Hugo Marchetti, Delegado de Polícia; e outras pessoas desta Vila e do bairro, realizou-se a 5 do corrente a inauguração da escola primária rural criada pela Prefeitura no bairro Mata do Isidoro, neste município, cuja escola está sob a regência da professora municipal, Sta. Teresa Pereira da Costa, em prédio próprio, construído por moradores do local. Falou na ocasião sobre o ato inaugural o Sr. Inspetor Escolar, lavrando-se, em seguida, uma ata”. (Jornal O Município, fevereiro de 1934).

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

Com auxílio e assistência técnica do Instituto Nacional do Livro, do Rio de Janeiro, foi criada pelo Decreto Lei n.6, de 31/08/1940, assinado pelo Prefeito José Zaroni a Biblioteca Pública Municipal instalada nas dependências do Paço Municipal.

NOMEAÇÕES

Publicado no “Minas Gerais” do dia 13/12/1953 a nomeação dos senhores Mauro Krepp e Dr. Sebastião Mendes de Castro, para os cargos

de Inspetor Escolar e Suplente do Inspetor Escolar no município de Maria da Fé. E, no “Minas Gerais” do dia 12/12/1953, foi nomeada para o cargo de diretora-técnica, padrão M-D, do Grupo Escolar Arlindo Zaroni, de Maria da Fé, a professora primária D. Cacilda de Souza Gomes, diplomada pelo Curso de Administração Escolar do Instituto de Educação de Belo Horizonte -MG. (Jornal O Mariense, de 03/01/1954, n.3, p.1)

ENTREGA DE DIPLOMAS

“Com a presença do Sr. José da Mota Tótora, representante do Prefeito Municipal; Sr. Mauro Krepp, Inspetor Escolar; Sr. José Pedro Machado, Juiz de Paz; e outras autoridades, realizou-se, no salão de festas do Grupo Escolar Arlindo Zaroni, a entrega dos diplomas às duas turmas quartanistas de 1953. Após a cerimônia de entrega dos diplomas, houve uma bem ensaiada hora de arte, oferecida aos pais dos alunos e muito aplaudida pela numerosíssima assistência que compareceu. Durante a Sessão, falaram vários oradores e, finalizando, discursou também a D. Cacilda de Souza Gomes, que se despediu dos alunos. A menina Maria de Lourdes Gonçalves Costa foi oradora da turma”. (Jornal O Mariense, de 03/01/1954, n.3, p.1)

RAINHA DA CAIXA ESCOLAR

Sob o título de “Sensacional Concurso”, o Jornal “O Mariense”, de maio de 1956, publicou a campanha dirigida pelas professoras do Grupo Escolar, para escolha da Rainha de 1956. A apuração foi realizada no dia 7 daquele mês, no próprio Grupo e teve como resultado: “1º lugar: a menina Filomena Maria Corrêa Guimarães; com 35.100 votos; em segundo: Sueli Aparecida Gonçalves, com 26.050 votos. Crismênia Delamar Ribeiro, Marcia Rezende Vilela, Carolina Machado e Maria Edith jardim também concorreram com suas candidaturas, contribuindo enormemente para o brilhantismo do concurso, que rendeu nada menos que Cr\$ 61.076,00 para a Caixa Escolar. À noite, houve um grande baile no Clube Maria da Fé, para coroação da Rainha, que contou com a presença do deputado Bilac Pinto.

HOMENAGEM POR APOSENTADORIA

Em abril de 1957, a Professora, diretora e auxiliar de diretoria, Dalila Bustamante Jardim, foi homenageada pelas colegas do Grupo Escolar pela aposentadoria. “Foram 25 anos de luta, 25 anos de sacrifício e 25 anos de ventura, de satisfação e alegria por ver no fim da sua carreira, o bem que praticou neste apostolado, que é o magistério, onde lhe confiaram infinidades de almas infantis para ela ser-lhes o guia na perigosa encruzilhada da vida e fazer nelas germinar a semente da luz e da verdade”. (Jornal O Mariense, 04/1957)

APOSENTADORIA DAS PROFESSORAS RURAIS

Pela Lei nº.83, de 11 de junho de 1959, assinada pelo Prefeito Silvestre Ferraz foram aposentadas as professoras Tereza Pereira Costa e Dorvalina Gonçalves, ambas lecionando no Bairro São João, neste município.

COLETORIA ESTADUAL

“Tendo sido removido para a cidade de Além Paraíba, deixou o cargo de Coletor Estadual, desta cidade, o Sr. Joaquim Ferraz Ribeiro Junqueira, em virtude deste ato, assumiu, novamente o referido cargo o Sr. Nestor Pereira Machado”. (Jornal O Mariense”, de 04/04/1957)

NOTAS RELIGIOSAS⁷

Pe. DELFIM RIBEIRO GUEDES: “Realiza-se hoje, em Roma, onde brilhantemente concluiu os seus estudos, a ordenação do Pe. Delfim Ribeiro Guedes, nosso distinto e querido conterrâneo, filho do Sr. Lucas E. Guedes e D. Maria Ribeiro Guedes, aqui residentes. Esse acontecimento, que nos engrandece e honra, marcará para a nossa terra uma data bastante querida, quando justamente um dos seus mais diletos filhos completa, brilhantemente, no estrangeiro, a etapa final de uma série de altos estudos, a fim de vir ministrar ao seu povo os sábios ensinamentos de Jesus”. (“O MUNICÍPIO”, 25/10/1931, p. 1)

AFASTAMENTO DO CARGO DE VIGÁRIO DA PARÓQUIA DE MARIA DA FÉ

Contando com 310 assinaturas, o povo mariense solicitou, junto ao Bispo Diocesano de Pouso Alegre, Revmo. D. Otávio Chagas de Miranda, o retorno do Padre Lauro de Castro ao cargo de Vigário da Paróquia de Maria da Fé. Em resposta ao abaixo assinado, o Bispo argumentou que iria reintegrar o Reverendíssimo Padre Lauro tão logo o estado de saúde deste o permitisse⁸. (“O Município”, março de 1934).

PINTURA E DECORAÇÃO DA IGREJA MATRIZ EM 1939

“Pietro Gentilli foi recomendado ao Cônego João Aristides por Dom Helvécio, Bispo de Mariana, onde ele tinha pintado o interior da capela do seminário de Mariana e, em Piracicaba, a pintura da Igreja dos Capuchinhos”. “Enquanto Pietro se dedicava aos quadros, seu irmão Ulderico era o responsável pela decoração do fundo das paredes, das bor-

⁷ Os acontecimentos religiosos desta página poderão ser encontrados com mais detalhes na Revista do Centenário da Paróquia de Maria da Fé, 2008, autores: ZARONI, Mariléia e CAMPOS, Oswaldo Renó.

⁸ Padre Lauro foi substituído pelo Pe. Delfim Ribeiro Guedes durante seu afastamento e, em 1935, recuperando-se, voltou à paróquia, mas foi por pouco tempo, pois faleceu em 22/04/1937. (Referência: Revista Centenário da Paróquia de Maria da Fé)

das e roda tetos. Para isso, ele usava pedaços de papel recortados com os desenhos onde aplicava a tinta, formando os desenhos em série (técnica conhecida por molde vazado)”. (Revista do Centenário da Paróquia de Maria da Fé, p.26-27)

INAUGURAÇÃO DA IGREJA MATRIZ EM 1/11/1940

“Fazemos saber que, no dia 30 de outubro de 1940, em companhia do Revmo. Cônego D. Delfim Ribeiro Guedes, chegamos a esta paróquia de Maria da Fé, para fazer a visita pastoral e inaugurar a nova matriz. Fomos recebidos, festivamente, pelo Revmo. Vigário Cônego João Aristides, associações religiosas, alunos do grupo Escolar e grande número de pessoas, dirigindo-nos o Sr. Prefeito Dr. José Zaroni uma entusiástica saudação em nome do povo. Em seguida, realizou-se a cerimônia da entrada solene na matriz e fizemos a nossa primeira exortação aos fiéis, convidando-os a cuidar da construção ou restauração do templo espiritual de suas almas.” (Transcrito do 2º Livro do Tombo da Paróquia, In: Revista do Centenário da Paróquia de Maria da Fé, p.30)

A MORTE DO PADRE JOÃO DE CARVALHO

A narração a seguir é baseada em fatos reais. Serviram como fontes de pesquisa a Revista “Centenário da Paróquia”; o livro “O Salão dos Passos Perdidos”, do advogado de defesa Evandro Lins e Silva; fragmentos do processo do caso e documentos pessoais.

“A missa então chegou ao fim. Os fiéis saíram da igreja e o padre caminhou rumo à sacristia que se encontrava na Capela de Nossa Senhora do Rosário. Não havia mais ninguém dentro da igreja, a não ser Omar Pannain, que logo dirigiu-se até lá também. Chegando ao local, o Tenente questionou o padre:

⁹ A história do assassinato do Pe. João de Carvalho pode ser encontrada também no endereço “Janelas Abertas”, postado por Lucas Flauzino. Disponível: <https://janelasempreabertas.blogspot.com/2012/01/o-assassinato-do-padre-joao-batista-de.html>

- O senhor é o Padre João Batista de Carvalho que outrora abusara de minha irmã Teresa? Não houve nem tempo para a resposta do padre. Omar atirou-se em cima dele e por alguns minutos houve uma luta corporal. Omar então sacou sua arma, uma Mauser de sete (7) tiros - arma exclusiva do exército - e disparou contra o padre que caiu por terra. Três tiros atingiram seu abdômen e dois tiros atingiram sua garganta. Outro tiro atingiu o altar de Nossa Senhora do Rosário e outro tiro ricocheteou para o tapete. O tenente saiu correndo até o táxi e pediu que o deixasse no Batalhão de Itajubá onde se entregou por ser militar. O padre caído no chão foi socorrido por dois homens e levado até a Santa Casa de Misericórdia de Itajubá onde morreu no dia seguinte (19 de agosto de 1950). A população se encheu de luto, a igreja ficou fechada durante 9 dias para as investigações. Um fato chamou a atenção de todos: o sangue do padre que estava no chão não se coagulou e estava comprovado que ele não era hemofílico. MILAGRE? Todos se perguntavam! Não sabemos. Apenas reconhecemos a honra do Padre João Batista de Carvalho que soube vivenciar seu sacerdócio até o último dia de sua vida”.

Por Lucas Flauzino, advogado mariense, no Grupo Maria da Fé Antiga⁹



Padre João Batista de Carvalho - 1912-1950



Missa após os dias de luto (a igreja ficou fechada) pelo assassinato do Padre João

⁹ A história do assassinato do Pe. João de Carvalho pode ser encontrada também no endereço “Janelas Abertas”, postado por Lucas Flauzino. Disponível: <https://janelasempreabertas.blogspot.com/2012/01/o-assassinato-do-padre-joao-batista-de.html>

OS VICENTINOS E A RAINHA DA CARIDADE (ORIGEM DA FESTA DE AGOSTO)

“No presente ano, foram apenas quatro candidatas do empolgante certame, tendo sido aquinhoado a menina Maria Aparecida de Paiva Campos, o cetro de reinante, por ter vencido suas competidoras com a respeitável soma de Cr\$ 32.610,00. Foram suas concorrentes as interessantes meninas Maria Ivone Siqueira, Terezinha Maria Silva e Maria Inez Fonseca. O concurso também recorde, teve sua renda atingida à quantia de Cr\$ 96.186,00. Como complemento aos festejos do dia, o Clube Maria da Fé abriu seus salões para recepcionar elementos de escolas das localidades vizinhas, fazendo realizar um pomposo baile, que foi abrihantado com a presença da notável orquestra “Blue-Star” da cidade de Cruzeiro”. (“O Mariense” de 05/09/1954, p.4)



“Vicentinos de Maria da Fé e Pedralva, reunidos em Maria da Fé em 1937. À esquerda meus avôs Tinho e Zequinha Cocada e muita gente conhecida”. Por Nilton Gonçalves de Almeida no Grupo Maria da Fé Antiga, em 2012.

DONA CANDINHA (1894-1971)

Cândida Maria Simões era uma senhora magrinha e muito religiosa, que cuidou da ornamentação e da limpeza da igreja durante 60 anos, sem nunca cobrar pelos seus serviços. Ia longe buscar flores naturais e embelezava os vasos com arranjos ornamentais. Possuía muita habilidade natural para fazer enfeites para as procissões e andores. “Montava as asinhas e as coroinhas dos “anjos” nas coroações de Nossa Senhora e, ela mesma ensaiava os cânticos. Em 1947, passou a morar na Vila Vicentina, logo na primeira casa.” Era costureira e ensinou muita gente o seu ofício. (Texto baseado na reportagem do jornal “O Mariense” de dez/2006, página Memórias, p.10).

O CORAL DA IGREJA MATRIZ¹⁰



Coro que cantou no casamento do Roberto (meu irmão) em Cristina-MG, dia 29/11/1959. No fundo: Régis Carnvall (auxiliar). Os componentes do coral, à esquerda: Mari Léia, Dalciso, Irene, Zuza, Valda, Nilza, D. Mariquinha, Maria (Quim) e o Sr Gentil. Ao meio: Violinista Juju Venturelli e organista Alix. À direita: Leila, Nenzinha, Terezinha, Aparecida (Tibério), Amélia, Regina e Leca. Por Regina Vilela (irmã do noivo) no Grupo Maria da Fé Antiga

Acervo: Quim

OS CIRCOS

O Circo-Teatro atinge sua fase áurea entre as décadas de 1930 e 1950, quando praticamente todas as companhias circenses eram estruturadas como Circo-Teatro. Os artistas circenses das gerações anteriores tiveram que se adaptar ao trabalho no palco, com novos padrões de dramaturgia e encenação. Já os circenses desse período são filhos do Circo-Teatro e cresceram com o novo referencial artístico apreendido e desenvolvido desde o berço (e quantas são as histórias das carreiras iniciadas literalmente desde o berço!). [...] O Circo-Teatro fez tamanho sucesso naquela fase áurea justamente por ter ampliado as perspectivas de recepção de seu espetáculo. O espetáculo de Circo-Teatro conseguia a proeza de, ao mesmo tempo em que provocava a imaginação do público para um mundo fantástico, afirmava valores de família, que aplacavam qualquer possibilidade de rejeição por parte da camada mais madura da comunidade. (Fragmentos do texto de PIMENTA, Daniele. a cena transbordante: o domínio do ensaiador na época de ouro do melodrama circense.

Disponível:<https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abraçe/article/view/File>

¹⁰9 e 10 Festa de Agosto, bandas e corais serão temas do próximo volume desta coletânea histórica.

OS ENGRAXATES

“Seja “dândi”, boêmio, burguês, intelectual, jornalista ou letrado, o homem brasileiro da primeira metade do século frequentava espaços como os cafés, lugares de discussões políticas e culturais, altamente masculinizado. O footing, andar pelas ruas, estar com as roupas e os sapatos engraxados, fazia parte da paisagem do centro, e principalmente das áreas mais povoadas por outros homens”. [...] “cafés-cantantes” tentaram refletir uma exaltação francesa de distinção dos “cafés concerto”, a sociabilidade destes espaços era, no começo, tomada de políticos, artistas e intelectuais, e aos poucos foi sendo dominada pelo som popular e conversas de rua. Em Porto Alegre, segundo alguns dos engraxates, os encontros no centro eram constantes, e a presença de espaços como os cafés e os cinemas contribuí-

ram para a escolha de um lugar para trabalhar. Assim, a Praça sempre se situou como um lugar consagrado na memória dos passantes e habitantes da cidade”

Engraxar na praça: um estudo etnográfico..., por Rafael Martins Lopo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/viewFile>. Acesso em julho/2020

“Zé Faísca”, um dos engraxates mais populares de Maria da Fé (foto da década de 50).

Por Zenaide Silva no Grupo Maria da Fé Antiga.



OUTRAS NOTÍCIAS

Eleições: “Segundo dados vindos ao nosso conhecimento, qualificaram-se, neste município, 370 eleitores. De acordo com o recente decreto do Governo Provisório, o prazo para inscrições de eleitores está prorrogado até o dia 15 do corrente”.

(Jornal O Município, de 1933)

Coleta de lixo: “Comunica-nos o Sr. Prefeito Municipal (Hermelino Gatto), para conhecimento da população, que a coleta de lixo na vila, a partir do corrente mês, será feita às segundas e quartas feiras e aos sábados”.

(Jornal O Município, de 1933)

Seis abaixo de zero: “O inverno rigoroso que estamos atravessando tem causado sérios prejuízos à lavoura deste município, principalmente do fumo. Geadas fortes têm ocorrido nos últimos dias, baixando a temperatura até seis graus abaixo de zero, alguns dias seguidos, dada a altitude em que o município está situado”.

(Jornal O Município, de 1933)

Horário do comércio: “Pelo Decreto n.24 de 20 de junho de 1933, o Prefeito Municipal estabelecia o novo horário de fechamento do comércio - de 1º de abril a 30 de setembro, às dezenove e meia hora e de primeiro de outubro a trinta e um de março, às vinte e meia hora”.

(Jornal O Município, de 1933)

Em liquidação: “Amilon Sociedade Limitada, do liquidatário Sr. Arlindo Zaroni, coloca à venda os bens móveis, imóveis e semoventes, que constituem acervo da sociedade: Móveis e utensílios de escritório, quatro prédios de dois pavimentos, 3 barracões, uma casa de residência, tanques, muros e cercas, e 140 mil metros quadrados de terrenos; Oficina Mecânica, com torno movido à eletricidade, bancas, mesas, armários e ferramentas; Cerâmica: 4 motores elétricos, 3 bombas d’água, 50 carros e carrinhos sobre rede de trilhos, 4 fornos reversíveis, etc; Semoventes: 4

bois de carga e dois cavalos, com arreios; Almojarifado e Manufatura”. (Jornal O Município, de 1933)

Novos investimentos locais: “A firma Carlos de Brito & Cia, com fábricas em Pernambuco, Rio e São Paulo, acaba de adquirir, nesta Vila, a Chácara Nova Califórnia, de propriedade do Sr. Arlindo Zaroni, onde vão instalar, no início do próximo ano, uma grande fábrica de massas de frutas, principalmente de marmelo. De início, a firma já contratou as produções de cerca de 40 agricultores locais, das safras de 1934 até 1938”. (Jornal O Município, de 1933)

Dificuldades na edição do Jornal “O Município”: “Após uma interrupção de dois meses, por motivos vários, dispensáveis de menção, reaparecemos hoje. As dificuldades com que os jornais do interior sempre lutaram, para viver, também nos tem atingido; somente uma grande dose de boa vontade em favor da nossa terra, amor ao seu progresso e dedicação às suas necessidades, para o que não temo-nos poupado, é que tem servido de escudo para as nossas horas de desfalecimento” (nesta data o jornal passa de semanal para mensal)”. (Jornal O Município, de 1933)

Homenagem ao Deputado Euclides Cintra: “Realizou-se no Clube Recreativo uma homenagem ao deputado Euclides Cintra, que contou com a presença do Sr. Prefeito José Resende Vilela, todos os Vereadores Municipais, os Sr. Décio Junqueira Ferraz, Vice-Prefeito de Itajubá, várias autoridades e um grande número de pessoas representativas de todas as classes neste município. O Sr. Paulo Gonçalves presidiu a cerimônia”. (Jornal O Mariense, 07/02/1954, p.1)

Ruim Mais Vai: “Este foi o apelido recebido pela Rede Mineira de Viação pelas condições precárias que se encontravam as linhas férreas nos anos 50. A população mariense reclamava dos horários imprevisíveis dos trens de passageiros, atrasados por acidentes na estrada, a maior parte das vezes provocados pela podridão dos dormentes, que não aguentavam o peso das máquinas e a baixa qualidade da lenha e do carvão para abastecê-las”. (Jornal O Mariense, 07/03/1954, p.2)

CURIOSIDADES HISTÓRICAS

- Foi o Padre José Vicente Pivato quem organizou a primeira Semana Santa em Maria da Fé, sendo que serviram como coroinhas os seguintes meninos (naquela época): Gentil, Delfim, Bingo, Saldanha, Zé Padre, Zé Carvalho, Inácio e Zizinho.

- Em 3 de fevereiro de 1920, foi mudada de denominação a Rua do Comércio para Rua Arlindo Zaroni, a principal de Maria da Fé.

- Foi o veterano José Carvalho, que ainda joga futebol, quem marcou o primeiro “goal” na peleja de inauguração do campo fechado do S.C. Maria da Fé, contra o quadro de Virgínia.

- A primeira capela construída em Maria da Fé foi em 1894, em terreno doado pelo Sr. João Ribeiro de Paiva e Luz e sua senhora D. Maria Inácia da Costa e Luz.

- O Sr. João Domingues Maciel, vindo de Itamonte, foi o segundo professor da primeira escola de Maria da Fé, que principiou a funcionar em 1891.

- Em 1924, a renda da Câmara Municipal de Maria da Fé foi de Cr\$35.000,00, mais ou menos.

(Jornal O MARIENSE, de 07/03/1954, p.3)

O CEMITÉRIO¹¹

“O sepultamento de familiares no jardim das casas era comum até a década de 30, mas o DECRETO LEI Nº 14, de 31/10/1938, do governo estadual, passou a exigir das Prefeituras Municipais, um local adequado para as sepulturas de corpos humanos, assim como o registro

¹¹ A reforma do cemitério tal como se apresenta hoje é resultado das obras de restauração promovidas pelo Padre José de Anchieta Noronha, durante o período em que era pároco de Maria da Fé (1970-1983). Assunto do próximo volume do Memorial da Câmara. Obs; Jazigo: conjunto de compartimentos destinados a sepultamentos conjuntos; Carneiro ou gaveta: unidade de cada um dos compartimentos para sepultamentos existentes em uma construção tumular;



da escritura em livro próprio, indicando o nome da pessoa falecida, idade, estado civil, naturalidade, residência, data e causa do falecimento, classe e número da sepultura. De acordo com o Decreto os jazigos poderiam ser de três tipos, com um ou mais carneiros:

MORRO DO CEMITÉRIO - 1976

Com a mão dentro da camisa, Edvani (filho da Inês do João Ozório), Luiza Helena (a maior, viúva do falecido Roberto) e os demais filhos do Vitor Machado; Regina, que trabalha no Hotel Dona Marta, à frente da Luiza Helena. BONS TEMPOS!

Por João Batista Quirino no Grupo Maria da Fé Antiga. "Uma das primeiras localizações do cemitério na cidade (entre a Rua do Matadouro e a Chácara Nova Califórnia), pode ser encontrada na reportagem do Sr. Ítalo Venturelli, publicada no jornal "Gazeta da Serra" e postada por Mari Léa Zaroni no Grupo Maria da Fé, em 2013.

os de 1ª classe ou perpétuos, com acesso permanente e um preço diferenciado; Os de 2ª Classe, com sete anos de prazo, sujeitos à prorrogação e os de 3ª Classe, com sete anos de prazo improrrogáveis. Os enterros em valas comuns eram proibidos. Nenhum enterramento poderia ser feito sem apresentação do atestado de óbito ou a guia de autorização da vigilância sanitária. Os corpos dos indigentes e pessoas falecidas com moléstias transmissíveis deveriam ser sepultadas em locais especiais, todos sob a responsabilidade de um funcionário da Prefeitura, previamente treinado e designado para o cargo. A vigilância sanitária ou um médico assistente era responsável por garantir as normas e condições de sepultamento, de acordo com o Decreto.

PROPAGANDAS NOS JORNAIS DA ÉPOCA

CASA SANTA TEREZINHA: "Com o nome da doce santinha francesa, o Sr. Antônio Peralta quis mimosear o comércio de Maria da Fé, com um surtido armazém de mercadorias, para o qual adotou o sistema carioca, com entregas a domicílio. Visitando o citado estabelecimento,

dali trouxemos as melhores impressões. Brevemente: torrefação e moagem do especial pó de café ‘Santa Terezinha’, em pacote de quilo e meio quilo”. (Jornal O Município, 26/06/1932, p.1)

CABELOS GRISALHOS: “Pode-se obter a cor natural e conservá-los macios e crespos, sem manchar as mãos ou a cabeça, basta empregar a **LOÇÃO RENASCENÇA** - Farmácia Barbosa & Irmão - Maria da Fé - Rede Sul Mineira - Depositários no Rio: Ribeiro Mello & Cia - Rua da Alfândega, 284”. (Jornal O Município, 26/06/1932)

JORNAIS E REVISTAS PARA 1932: “O Estado de São Paulo”, “Correio da Manhã”, “Diário de São Paulo”. Direto do Rio de Janeiro-RJ: “O Jornal”, “Diário da Noite” e a revista modelo “O Cruzeiro”. (Jornal O Município, 14/08/1932, p.3)

PROPAGANDA ENGANOSA: Em 20 de março de 1932, o Jornal O Município publicava artigo criticando a circular da Rede Mineira de Viação de quase um ano atrás, sobre a falsa notícia da distribuição de sementes selecionadas de mamona a serem oferecidas gratuitamente aos fazendeiros, que tivessem terras ociosas às margens da ferrovia. “O objetivo era a produção em larga escala de óleo lubrificante, capaz de reduzir economias e diminuir a importação do produto, criando uma fonte de riqueza para o município, mas o referido empreendimento nunca saiu do papel”. (Jornal O Município, 14/08/1932, p.3)

AGRICULTORES: “A adubação conveniente aumenta muito as colheitas! Escolha um produto garantido para restaurar suas culturas. A Cia Industrial de Sabão e Adubos - CADAL tem uma fórmula própria para cada cultura. Endereço: Praça Monte Castelo, 22 - Centro - Rio de Janeiro (RJ). Agente em Maria da Fé: José Gonçalves Sobrinho” (Jornal O Município, de 17/05/1955, n.3, p.1)

BANCO DE CRÉDITO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS S.A.:
“Para seus depósitos consultem as nossas taxas - Descontos - Cauções - Cobranças

Agência nesta cidade: Rua Arlindo Zaroni, s/n” (Jornal O Mariense de 05/09/1954, p.3)

JACAZINHOS:

“De lâminas de pinho para mudas; Lâminas selecionadas e inteiras; embalagem perfeita, contagens exatas. Temos para despacho imediato de uma, duas, quatro e seis mudas. Representante nesta cidade; Geraldo Rodrigues - Av. Cel. Silvestre Ferraz”. (Jornal O Mariense de maio/1953, p.1)

PARA AS DONAS DE CASA: Quando, ao passar a ferro, acontecer de queimar a roupa, sendo essa de linho, umedeça a parte danificada com água fria e sal em pó, e estenda em seguida ao sol, as manchas logo desaparecerão. (Jornal O Mariense)

GRÁFICA IMPERIAL LIMITADA - Rua Miguel Braga, 300 - Itajubá - Minas

Este jornal (O Mariense) foi composto e impresso nas oficinas da Gráfica Imperial Limitada.

A HISTÓRIA CONTINUA....

Esperamos que esta leitura sobre a história do Legislativo mariense tenha lhe proporcionado uma bela viagem ao tempo e que nela você tenha encontrado motivação para buscar mais informações sobre o nosso Município.

Você deve ter percebido que o acervo do Memorial da Câmara é rico em histórias nunca antes narradas e que este segundo tomo é suficiente para concluir que ainda há muito a ser estudado e aprofundado.

Reconhecemos a importância desse acervo para o desenvolvimento da história local, afinal seus registros traçam a trajetória sócio política do município, desde sua fundação até a configuração atual da cidade, se constituindo, assim, como fator que reforça o sentimento de pertencimento mariense.

Oportunizar a informação histórica do Poder Legislativo mariense aos estudantes, pesquisadores e público em geral é uma preocupação desta Legislatura. O Memorial foi criado com o objetivo de reunir, gerenciar, divulgar e preservar fatos da trajetória do legislativo mariense garantindo a divulgação de seus registros por meio de ações junto à comunidade, que evidenciem sua importância no contexto histórico do município.

Portanto, cumprir a Resolução, garantir a preservação, conservação e acesso a memória política do município e de seus homens públicos à sociedade é um dever da Câmara.

Sendo assim, uma série de tomos desta coletânea já estão traçados para os próximos anos, considerando que o volume de informações e os documentos produzidos cotidianamente pela Câmara permitem vários enfoques e interpretações, tornando as possibilidades de pesquisa inesgotáveis.

A continuidade dos trabalhos de produção de conhecimento histórico por meio de publicações como esta e a manutenção do Memorial da Câmara Municipal de Maria da Fé são, portanto, a melhor e mais ade-

quada forma de preservar as fontes que fazem parte dessa história em construção permanente.

Que cada cidadão mariense, no exercício de sua cidadania, possa refletir sobre a importância do Legislativo e contribuir com a cidade para um futuro ainda mais promissor.

Vereadores 2017/2020